

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**“SE DEZ VIDAS TIVESSE, DEZ VIDAS DARIA”: O  
MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES E A  
PARTICIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA  
RESISTÊNCIA (1964-1971)**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Yuri Rosa de Carvalho**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2014**

**“SE DEZ VIDAS TIVESSE, DEZ VIDAS DARIA”: O MOVIMENTO  
REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES E A PARTICIPAÇÃO DA CLASSE  
TRABALHADORA NA RESISTÊNCIA (1964-1971)**

**Yuri Rosa de Carvalho**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

**Orientador: Prof. Dr. Diorge Alceno Konrad**

Santa Maria, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Ciências Sociais e Humanas  
Programa de Pós-Graduação em História  
Mestrado em História**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**“SE DEZ VIDAS TIVESSE, DEZ VIDAS DARIA”: O MOVIMENTO  
REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES E A PARTICIPAÇÃO DA CLASSE  
TRABALHADORA NA RESISTÊNCIA (1964-1971)**

elaborada por  
**Yuri Rosa de Carvalho**

como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em História**

**COMISÃO EXAMINADORA:**

---

**Dioge Alceno Konrad, Dr.**  
(Presidente/Orientador)

---

**Enrique Serra Padrós, Dr. (UFRGS)**

---

**Caroline Silveira Bauer, Dra. (UFPEL)**

---

**Beatriz Ana Loner, Dra. (Suplente - UFSM)**

Santa Maria, 20 de janeiro de 2014

## AGRADECIMENTOS

Primeiro, gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – pelo auxílio financeiro que fomentou esta pesquisa e possibilitou o desenvolvimento da mesma.

Em segundo lugar, gostaria de demonstrar gratidão à orientação de Dioge Alceno Konrad, que me deu total liberdade de execução da pesquisa e elaboração da dissertação, acreditando que eu era capaz de produzir uma narrativa de qualidade. Por esses mais de cinco anos de parceira e confiança, eu agradeço Dioge.

Também devo agradecer a coorientação de Beatriz Ana Loner. Tive a sorte de poder conhecer essa grande historiadora que, em um curto espaço de tempo, contribuiu de maneira tão marcante nos pressupostos teóricos dessa pesquisa. Muito obrigado pelos livros emprestados, palavras de incentivo e elogios nos eventos que estivemos presentes, foi verdadeiramente uma honra.

Sou grato ao professor Jorge Luiz da Cunha pelo material sobre História Oral e marxismo, disponibilizado de maneira muito gentil e solidária, a disposição para discutir a temática e o interesse demonstrado nessa pesquisa.

Agradeço também aos colegas Roberto Borges Lisboa e Renan Santos Mattos pelo companheirismo e amizade que marcaram nossa trajetória acadêmica durante o mestrado, rendendo ricos diálogos e trocas de experiência que ajudaram no crescimento desta pesquisa. Grandes amigos que espero levar para além da vida pós-graduação.

Como não poderia deixar de ser, agradeço a Mateus da Fonseca Capssa Lima, brilhante historiador com quem tenho o privilégio de ter uma amizade de sete anos, iniciada ao cursarmos a graduação em História na UFSM. Nesse tempo, tornamo-nos também colegas pesquisadores do período de Ditadura de Segurança Nacional e desde então, a partir dessas conversas, é que as hipóteses primeiramente formuladas são discutidas. Valeu Mateus, muito do que aqui está escrito se deve a sua amizade.

Gostaria de agradecer a meu pai, Carlos Alberto José de Carvalho, cuja trajetória de vida me orgulha e me serve de inspiração, além de ter me guiado nos meandros da história das organizações revolucionárias e auxiliado nas viagens que fiz para fazer pesquisas e entrevistas. Meu obrigado, pai.

A minha mãe, Gladis Neli Aires Rosa, minha irmã Natascha Rosa de Carvalho e todos meus familiares, especialmente aos avós Osvaldo e Ivone Rosa e Roberto Rezende e Pedrina

de Carvalho, cujas inquietações passaram a ser minhas e motivaram a pesquisa que resultou nessa dissertação.

Por fim agradeço a minha esposa e companheira há mais de dez anos, Mariane Santos de Carvalho, com quem tenho o prazer de dividir meus sonhos, aspirações e felicidades, sendo a responsável por me fazer conhecer o sublime amor de ser pai da Sofia. Meu amor, por ficar ao meu lado quando mais precisei, suportar minhas angústias e mais do que ninguém dizer que eu conseguia, quando nem mesmo eu estava convencido disso, muito obrigado.

## EPÍGRAFE

Um silêncio de torturas  
E gritos de maldição  
Um silêncio de fraturas  
A se arrastarem no chão.  
E o operário ouviu a voz  
De todos os seus irmãos  
Os seus irmãos que morreram  
Por outros que viverão.  
Uma esperança sincera  
Cresceu no seu coração  
E dentro da tarde mansa  
Agigantou-se a razão  
De um homem pobre e  
esquecido.  
Razão porém que fizera  
Em operário construído  
O operário em construção..

(Vinicius de Moraes)

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em História  
Universidade Federal de Santa Maria

“SE DEZ VIDAS TIVESSE, DEZ VIDAS DARIA”: O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES E A PARTICIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA RESISTÊNCIA (1964-1971)

AUTOR: YURI ROSA DE CARVALHO  
ORIENTADOR: DIORGE ALCENO KONRAD

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 20 de janeiro de 2014.

A participação da classe trabalhadora no processo de resistência à Ditadura de Segurança Nacional tem sido majoritariamente silenciada pela historiografia que trata o tema. Colocada em segundo plano, tem-se fortalecido uma representação da resistência que projeta como protagonistas da História jovens estudantes das classes médias, imersos em uma aventura quixotesca contra o poder ditatorial estabelecido. Sem possibilidade de êxito e sem a capacidade de compreender a realidade que pretendiam revolucionar, as organizações guerrilheiras que conduziam a resistência armada seriam supostamente fruto do voluntarismo de intelectuais e da ausência da participação efetiva de trabalhadores. Entretanto, a classe trabalhadora esteve presente na resistência desde o Golpe de 31 de março de 1964, organizando em diversas cidades, de várias regiões do Brasil, paralisações e greves contra a deposição do governo constitucional de João Goulart. Quando a Ditadura dava clareza de que servia aos interesses das classes dominantes brasileiras, reprimindo e desorganizando os sindicatos, a classe trabalhadora deu passos rumo a sua reorganização, criando, através da atuação *paralelista*, comissões e comitês de fábrica que estabeleciam redes de solidariedade entre as categorias profissionais de uma mesma região, em um processo catalisado pela luta contra o arrocho salarial que levou a grandes manifestações e a grandes greves de Contagem e Osasco no ano de 1968. Com as limitações impostas pelo AI-5, editado no fim de 1968 em resposta à reorganização da classe trabalhadora, restou, como estratégia de enfrentamento direto que possibilitasse a vitória em curto prazo da Ditadura de Segurança Nacional, a inserção à resistência armada, na qual diversos trabalhadores iriam atuar, inclusive em posições de destaque. O Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) foi um exemplo de organização majoritariamente composta por militantes oriundos da classe trabalhadora, colocando em prática ações revolucionárias que buscavam financiar a implantação da guerrilha no campo, mas também sabotar pontos estratégicos para a Ditadura, e minar a imagem de “democracia” e legitimidade que o Estado ditatorial tentava imprimir. Com uma estrutura interna que se adaptou aos acontecimentos da época e com princípios norteadores estabelecidos, o MRT participou de ações de expropriação, panfletagem, propaganda, sequestro do cônsul japonês em São Paulo e o “justiçamento” do industrial Henning Boilesen, em resposta ao assassinato de sua principal liderança, Devanir José de Carvalho, ocorrida em abril de 1971 quando a organização já se encontrava cercada pelos órgãos de repressão.

Palavras-Chave: Movimento Revolucionário Tiradentes; Resistência Armada; Classe Trabalhadora; Ditadura de Segurança Nacional.

## ABSTRACT

Master's Dissertation  
Masters in History  
Federal University of Santa Maria

“IF TEN LIVES I'D HAD, TEN LIVES I'D GIVE”: THE REVOLUTIONARY  
MOVEMENT TIRADENTES AND THE PARTICIPATION OF THE WORKING CLASS  
IN THE RESISTENCE (1964-1971)

AUTHOR: YURI ROSA DE CARVALHO  
ADVISOR: DIORGE ALCENO KONRAD

Date and Place of Defense: Santa Maria, January 20th, 2014.

The participation of the working class in the process of resistance to the National Security Dictatorship has been majorly silenced by the historiography that deals with the subject. Placed in second plan, it has been strengthened a representation of resistance that projects as protagonists of history young students of the middle classes, immersed in a quixotic adventure set against the established dictatorial power. With no chance of success and without the ability to understand the reality that they intended to revolutionize, the guerrilla organizations that led the armed resistance were supposedly the result of voluntarism of intellectuals and the absence of effective participation of workers. However, the working class was present in the resistance since the Coup of 31 March of 1964, organizing in various cities in various regions of Brazil, work stoppages and strikes against the overthrow of the constitutional government of João Goulart. When the dictatorship gave clarity signs that served the interests of the Brazilian dominating classes, repressing and disorganizing the unions, the working class has taken steps toward reorganization, creating, through the *paralelistic* agency, commissions and committees of factory which established networks of solidarity between professional categories of the same region, in a process catalyzed by the fight against wage squeeze that led to major demonstrations and the great strikes of Contagem and Osasco in 1968. With the limitations imposed by the IA-5, published in late 1968 in response to the reorganization of the working class, it left, as direct coping strategy that enabled victory in the short term against National Security Dictatorship, the insertion to the armed resistance, in which many workers would act, even in prominent positions. The Revolutionary Movement Tiradentes (RMT) was an example of an organization mostly composed of militants coming from the working class, putting into practice the revolutionary actions that looked for financing the implementation of the guerrilla in the field, but also sabotaging strategic points of Dictatorship, and undermine the image of "democracy" and legitimacy to the dictatorial State attempted to print. With an internal structure that has adapted to the events of that time and established guiding principles, the RMT participated in actions of expropriation, leafleting, propaganda, kidnapping of the Japanese consul in São Paulo and “justicizing” the industrial Henning Boilesen, in response to the murder of its main leadership Devanir José de Carvalho, occurred in April 1971 when the organization was already surrounded by organs of repression.

Keywords: Revolutionary Movement Tiradentes; Armed Resistance; Working Class; National Security Dictatorship.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

Ação Libertadora Nacional (ALN)

Ação Popular (AP)

Aliança Nacional Libertadora (ANL)

Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Centro de Inteligência da Marinha (CENIMAR)

Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS)

Centro de Orientação Social (COS)

Comando de Libertação Nacional (COLINA)

Comando Nacional (CN)

Companhia Brasileira de Materiais (COBRASMA)

Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)

Confederação Operária Brasileira (COB)

Corpo de Assistentes Sociais (CAS)

Departamento de Ordem Social e Política (DOPS)

Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)

Direção Nacional Provisória (DNP)

Doutrina de Segurança Nacional (DSN)

Escola Superior de Guerra (ESG)

Frente Armada de Libertação Nacional (FALN)

Frente de Libertação Nacional (FLN)

Frente Intersindical Antiarrocho (FIA)

Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC)

Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

Grupo Especial Nacional (GEN)

Grupo Especial Nacional Revolucionário (GENR)

Grupo Tático Armado (GTA)

Instituto Brasileiro Democrático (IBAD)

Instituto Médico Legal (IML)

Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)

Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES)

Juventude Operária Católica (JOC)

Movimento Ação Revolucionária (MAR)

Movimento Democrático Brasileiro (MDB)

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA)

Movimento Nacional Revolucionário (MNR)

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8)

Movimento Revolucionário Marxista (MRM)

Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT)

Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD)

Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Operação Bandeirantes (OBAN)

Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS)

Organização Partidária Classe Operária Revolucionária (OPCOR)

Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)

Partido Comunista Brasileiro (PCB)

Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Partido Comunista Revolucionário (PCR)

Partido Operário Comunista (POC)

Partido Operário Revolucionário – Trotskista (POR-T)

Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Política Operária (POLOP)

Serviço Nacional de Informações (SNI)

Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPP)

União dos Ferroviários Gaúchos (UFG)

União Democrática Nacional (UDN)

União Nacional dos Estudantes (UNE)

Universidade de São Paulo (USP)

Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares)

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	13
<b>1 - “POR QUEM OS SINOS DOBRAM”: O PAPEL DESEMPENHADO PELA CLASSE TRABALHADORA NA RESISTÊNCIA CONTRA A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL (1964-1968).....</b>	20
<b>1.1 O Silêncio dos Vencidos: Mistificações da História da Resistência.....</b>	21
<b>1.2 História Escovada a <i>Contrapelo</i>: Ouvindo os Ecos da Classe Trabalhadora.....</b>	28
<b>1.3 Reorganização da Classe Trabalhadora Apesar da Ditadura de Segurança Nacional.....</b>	50
<b>2 - RESISTÊNCIA E REPRESSÃO: A CONTRAPOSição DIALÉTICA DA DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL E A RESISTÊNCIA ARMADA.....</b>	66
<b>2.1 Tentativas de Desorganizar a Classe Trabalhadora e o Golpe.....</b>	67
<b>2.2 Ditadura de Segurança Nacional, Terrorismo de Estado e a Essência Fascista.....</b>	76
<b>2.3 Repressão Social e a Dialética da Desorganização/ (Re)Organização da Classe Trabalhadora.....</b>	86
<b>2.4 Organizações Guerrilheiras e Paradigmas Clássicos.....</b>	90
<b>2.5 Dialética e a Dinâmica da Resistência Armada.....</b>	103
<b>3 - PERMANÊNCIA E RUPTURAS: A ORIGEM DO MRT E SUA ASCENÇÃO.....</b>	120
<b>3.1 As Influências Históricas e o Início do MRT.....</b>	121
<b>3.2 O Primeiro MRT.....</b>	131
<b>3.3 A Ala Vermelha.....</b>	138
<b>3.4 A Fundação do MRT.....</b>	151
<b>3.5 Ações em Frente.....</b>	157
<b>3.6 Sequestros.....</b>	176
<b>4 - IDEAIS E O REFLUXO: OS PRINCÍPIOS, A ORGANIZAÇÃO E A QUEDA DO MRT.....</b>	185
<b>4.1 Estrutura.....</b>	186
<b>4.2 Princípios.....</b>	204
<b>4.3 A Queda.....</b>	227
<b>CONCLUSÃO.....</b>	246
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	253
<b>FONTES.....</b>	260

## INTRODUÇÃO

Não há carne ou sangue dentro deste manto para matar.

Há apenas uma ideia.

Ideias são à prova de balas.

*V de Vingança – Alan Moore e David Lloyd*

A pesquisa teve início entre 2007 e 2008, quando em uma das várias conversas de verão com minha avó, Pedrina de Carvalho, ou simplesmente “vó Dina” – como sempre a chamei – fui instigado por um comentário, que me deixou pensativo. Ela argumentava que, pelo fato da origem proletária dela e de Devanir José de Carvalho, meu avô paterno, de quem era viúva, não havia espaço para eles nas memórias sobre o processo de resistência armada à Ditadura de Segurança Nacional.

Eu já estava na graduação do Curso de licenciatura e bacharelado em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e me lembrava do comentário de um professor, o qual dizia, sem pudores, que a resistência à Ditadura havia sido realizada apenas por estudantes e integrantes das classes médias, sendo que os trabalhadores estavam ausentes, tanto da resistência, em geral, como, em especial, das organizações guerrilheiras que pegaram em armas. Ao me aprofundar na historiografia sobre o tema, percebi que majoritariamente essa hipótese era arraigada, servindo de base para respaldar tal posicionamento.

A primeira lembrança que tenho sobre meu avô Devanir é relacionada com a inauguração da Escola Municipal de Ensino Básico Devanir José de Carvalho, em Diadema, onde a família foi convidada para participar. Não entendia direito o porquê, mas sabia que meu avô tinha sido morto e aquela era uma homenagem a ele.

Conforme o tempo foi passando, fui tomando a dimensão da participação dele no período da Ditadura de Segurança Nacional. Nascido em Muriaé, Minas Gerais, em 15 de julho de 1943, integrante do fluxo de pessoas que migraram para se inserir nas fábricas da Grande São Paulo, junto com seus seis irmãos, aprendeu o ofício de torneiro mecânico, vindo a trabalhar na região do ABCD Paulista, em fábricas como Villares e Toyota. Participou do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, a partir de 1963, e passou por partidos como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Ala Vermelha, até participar da criação de uma organização revolucionária chamada Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), em fins de 1969.

Sendo um dos principais comandantes da organização, Devanir participou de diversas ações guerrilheiras de expropriação, panfletagem e propaganda, chegando à tentativa de explosão de uma ponte sobre o rio Pinheiros, em São Paulo, até o sequestro do cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okuchi, no primeiro semestre de 1970. Além disso, de maneira determinante, havia participado na construção da Frente que coordenaria diversas organizações do período, através de ações conjuntas, respeitando a individualidade de cada uma.

A questão que se apresentava, então, parecia ser: teria sido ele um dos únicos guerrilheiros, oriundos da classe trabalhadora, a participar do processo de resistência armada? Uma resistência marcada, supostamente, pela ausência de trabalhadores e que, quando presentes, eram minorias absolutas e sempre a reboque das lideranças intelectualizadas e de origem social abastada.

Percebi que, desta maneira, se fundamentava uma perspectiva histórica que construía a imagem do guerrilheiro como um jovem estudante de classe média, caracterizados por uma revolta natural contra o sistema, empenhado em uma aventura romântica, de traços quixotescos, lançada contra um grande “moinho de vento” ditatorial, cuja vitória era, *a priori*, inatingível. Segundo o discurso, essa “juventude transviada” teria se inserido em organizações de caráter antidemocrático, portadores de um projeto também ditatorial, cuja natureza “totalitária” e violenta constituía um quadro de choque de “dois demônios”, sendo a democracia a grande vítima.

Esta pesquisa demonstra que esta hipótese central que silencia a participação da classe trabalhadora e evidencia apenas a presença dos indivíduos oriundos das classes médias é, fundamentalmente, falsa. Assim, buscou-se perceber de que forma a classe trabalhadora resistiu à Ditadura de Segurança Nacional, desde seu início, no Golpe de 31 de março de 1964 até a atuação do MRT, aqui entendido como uma etapa de luta dos trabalhadores nesse processo de enfrentamento.

No primeiro capítulo, demonstra-se como a classe trabalhadora tentou resistir ao Golpe de 1964, em diversas cidades e regiões do Brasil, mobilizando diferentes categorias profissionais em torno da manutenção do governo constitucionalmente eleito de João Goulart. Apesar das cassações, prisões, torturas e mortes vindas junto com as intervenções nos sindicatos, traçaram-se novas táticas de atuação, reorganizando a classe trabalhadora em uma atuação *paralelista* e criando uma oposição sindical a revelia dos sindicatos oficiais, sobretudo, no processo que, no biênio de 1967-68, resultando nos comitês de fábrica, nas paralisações, nas manifestações e, finalmente, nas greves que mobilizaram milhares de

operários, insurgidos em condições completamente adversas, para mandar um recado claro à Ditadura. Ou seja, não aceitavam ser oprimidos, não aceitavam ter seus salários congelados e não aceitavam perder seus direitos historicamente conquistados, o que, na época, tinha um sentido político claro, o de questionamento da Ditadura em si.

No segundo capítulo, aborda-se a repressão político-social, definindo o entendimento sobre a Ditadura de Segurança Nacional, iniciada com o Golpe de 31 de março de 1964 e consolidada como uma forma exacerbada de ditadura das classes dominantes brasileiras, garantindo a reprodução das formas de produção capitalista no País e seus *status quo*, desorganizando a classe trabalhadora com a consolidação do Terrorismo de Estado, o qual, através de estratégias usadas para disseminar o medo, como as delações, cassações, “listas negras”, prisões, torturas, assassinatos e desaparecimentos, resultou em uma *cultura do medo* como objetivo e condição necessária para a dominação política. É verificado, também, a imposição da Lei Anti-Greve, o arrocho salarial e a instauração do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), como forma de garantir o enfraquecimento da classe trabalhadora, além da intervenção em centenas de sindicatos, tornando-os uma ferramenta para a tentativa de controle social.

Em um segundo momento, aprofunda-se sobre o processo de resistência armada que se deu contra esse “estado de coisas”, analisando a historiografia sobre o tema, tentando detectar as aporias teóricas que marcam o estudo da luta revolucionária e caracterizam as organizações guerrilheiras, demonstrando como a dicotomia entre a classe trabalhadora e os revolucionários que pegaram em armas contra a Ditadura é falsa.

A partir do terceiro capítulo, foca-se na experiência desenvolvida pelo MRT, demonstrando-se onde houve rupturas históricas com a fundação do MRT, em setembro de 1969, a partir de uma organização revolucionária composta majoritariamente por migrantes e trabalhadores; mas, também, procura-se compreender as permanências históricas dessa nova organização com o primeiro MRT, criado em 1962, a partir das Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, e a própria Ala Vermelha, do qual a maioria dos seus primeiros integrantes era vinculada.

Também são destacadas as ações da Frente, demonstrando como as práticas de expropriação, panfletagem e sabotagem visavam disputar a imagem de democracia que a Ditadura de Segurança Nacional simbolicamente tentava se legitimar, evidenciando tanto externamente, quando nacionalmente, que ainda havia oposição político-social e que, de fato, aquele sistema político se tratava de uma Ditadura. No final desse capítulo, analisa-se o sequestro do cônsul japonês em São Paulo, que se demonstrou uma grande ação de

solidariedade entre as organizações que compunham a Frente, destacando-se a tentativa de captura do comandante do II Exército, através de uma ação cheia de tensão, que gerou um impasse que por pouco não abreviou a vida de todos os militantes que participaram dela.

No quarto e último capítulo, é tratada a estrutura interna do MRT. Primeiramente organizado em um comando integrado por seus fundadores, posteriormente passou a ser constituído por três militantes, os quais eram responsáveis por duas bases na qual a militância, compreendida apenas como aqueles que já tinham experiência de ações revolucionárias, era dividida. Associados as bases havia os aliados da organização, simpatizantes e indivíduos próximos, mas ainda sem experiência.

Os princípios da organização são estudados, percebendo-se que, mesmo que as ações revolucionárias tivessem preponderância em detrimento à teorização, os militantes tiveram um esforço em sistematizar diretrizes norteadoras que expressavam as práticas já atuantes do MRT, demonstrando haver um papel importante da atuação guerrilheira nos centro urbanos, ao contrário dos pressupostos teóricos do chamado “foquismo” cubano e do maoísmo, cujo ato de sabotagem aos pontos estratégicos da Ditadura, compreendida como fascista por eles, reproduzia muito das experiências de resistência francesa à ocupação nazifascista durante da II Guerra Mundial, das ações revolucionárias republicanas durante a Guerra Civil Espanhola, na década de 1930, e da ação direta do sindicalismo revolucionário, de inspiração anarquista, durante as décadas de 1910 e 1920, no Brasil.

Por fim, se aborda a queda da organização, resultando na prisão de vários militantes e os assassinatos de Aderval Alves Coqueiro, Joaquim Alencar Seixas, Dimas Casemiro e Devanir José de Carvalho, quando as estratégias repressivas do terrorismo de Estado mostraram sua efetividade, levando a desorganização do MRT em abril de 1971. Ainda é abordado o desaparecimento de Gilberto Faria Lima, acusado por alguns ex-militantes de ter se tornado um agente infiltrado e auxiliado no processo de extinção da organização.

A pesquisa é marcada pela pesquisa empírica, tendo sido levantada toda a documentação possível sobre o MRT, além de outras organizações guerrilheiras, no fundo do Departamento de Ordem Social e Política (DOPS), presente no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), além de documentação dos órgãos de inteligência e repressão em nome de Devanir José de Carvalho, adquiridos pela família, através *habeas data*. A documentação é composta por depoimentos de diversos presos políticos, de diferentes organizações guerrilheiras, bem como relatórios, requisições de exames de cadáver, requerimentos e outras fontes produzidas pela burocracia ditatorial, além de documentos produzidos pela própria resistência armada, apreendidos nos “aparelhos” dos guerrilheiros estourados pela repressão,

como cartas escritas a próprio punho, balanços da correlação de forças da época, tentativas de sintetizar uma linha política do MRT, edições do jornal da organização, o *Voz Guerrilheira*, além de troca de contatos com outras organizações.

Através dos jornais *O Globo*, *Última Hora* e *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, *A Razão*, da cidade de Santa Maria, *A Tribuna*, de Santos; *Folha de São Paulo*, *Diário da Noite* *Última* e *Estado de São Paulo*, da cidade de São Paulo, entre outros, foi possível ter acesso a notícias sobre a resistência, nestas cidades, dos trabalhadores frente ao Golpe de 31 de março de 1964 e à Ditadura de Segurança Nacional.

Entretanto, o resultado final seria incompleto sem a contribuição de diversos ex-guerrilheiros que enriqueceram a pesquisa com suas memórias sobre o período. Respeitada a dialogicidade, as entrevistas com os protagonistas da resistência daquele período contribuíram para um entendimento mais profundo do processo, frente à extrema dificuldade de trabalhar fontes daquela época, sendo uma boa parte ainda inacessível. Quando se tem como objeto a resistência, é fundamental que se leve em consideração o que as memórias daqueles guerrilheiros têm a revelar.

É necessário ressaltar que, como se trata de perceber os caminhos da classe trabalhadora no encadeamento da resistência à Ditadura de Segurança Nacional, a definição de classe é essencial para compreender-se, de maneira mais precisa, como se deu esse fenômeno. O conceito de classe aqui é entendido como um processo dinâmico entre sujeitos históricos, que estabelecem uma identidade entre si, em oposição a outras classes, compartilhando experiências uns com os outros, determinadas pelas relações de produção, como sintetiza Edward Palmer Thompson:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não aparece com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos

predicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma.<sup>1</sup>

O conceito de classe está, então, estreitamente relacionado com o de luta de classes, pois a formação das mesmas se dá historicamente, uma em oposição à outra. Entretanto, esse processo nunca é finito, sendo constante a formação, desorganização e reorganização das classes, e também do choque entre elas. O cientista político Adam Przeworski estabelece um postulado metodológico nesse sentido:

A meu ver, se compreendermos a luta de classes como luta entre classes ou em meios às classes, segue-se que essas afirmações são empíricas e falsas: existiram períodos no contexto de diferentes modos de produção durante os quais não ocorreram conflitos entre classes. Se a luta de classes é considerada como qualquer luta que produz como efeito a organização ou desorganização, então essas afirmações são tautológicas. É esse o modo como penso que *deveriam* ser interpretadas. O que afirmam é que todos os conflitos que ocorrem em qualquer momento da história podem ser compreendidos em termos históricos se e somente se forem vistos como sendo efeitos de formação de classes e por sua vez produzindo efeitos sobre essa formação.<sup>2</sup>

Estabelecendo este conceito de classe como pressuposto da pesquisa, pode-se compreender de que forma a classe trabalhadora, os trabalhadores organizados em torno de sua identidade e suas experiências, em oposição a outras classes, empenharam-se no processo de resistência à Ditadura de Segurança Nacional.

As vozes antes emudecidas desses trabalhadores ganham, nesta pesquisa, reverberação. Suas experiências antes preteridas, colocadas em segundo planos e diminuídas, encontram luz para serem mais bem analisadas. Suas lutas, colocadas em prática através da forma de resistência, veladas por grande parte da historiografia, ou simplesmente deixadas de lado pela perspectiva teórica de estudiosos do período, tiveram espaço para que, mesmo que minimamente, se pudesse ter um entendimento mais profundo deste que foi um dos ápices da luta de classes no Brasil.

A classe trabalhadora esteve presente na resistência à Ditadura de Segurança Nacional, organizando seus sindicatos, entrando em greve e até mesmo pegando em armas, participando

---

<sup>1</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade, v. 1. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 9-10.

<sup>2</sup> PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e a social-democracia**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 100.

das organizações revolucionárias e, às vezes, liderando as mesmas ou, ainda, criando-as, lutando pela libertação da dominação de classes no País.

## 1- “POR QUEM OS SINOS DOBRAM”: O PAPEL DESEMPENHADO PELA CLASSE TRABALHADORA NA RESISTÊNCIA CONTRA A DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL (1964-1968)

Nenhum homem é uma ILHA, um ser inteiro em si mesmo;  
 Todo homem é uma partícula CONTINENTE, uma parte da terra.  
 Se um Pequeno Torrão carregado pelo MAR deixa menor a EUROPA,  
 como se todo um PROMONTÓRIO fosse,  
 ou a HERDADE de um AMIGO seu, ou até mesmo a sua própria,  
 também a MORTE de um único homem ME diminui,  
 porque EU pertenço à HUMANIDADE.  
 Portanto, nunca procures saber por quem os SINOS DOBRAM. Eles dobram por ti.

*John Donne*

Não só de “intelectuais” e estudantes da classe média que se fez a resistência contra a Ditadura de Segurança Nacional. Neste capítulo, dedico-me a desnudar uma historiografia que reproduz, a partir de memórias do período e do senso comum que se estabeleceu, um silêncio sobre a participação da classe trabalhadora no processo de resistência ao Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964 e da Ditadura de Segurança Nacional, que erigiu nos escombros do governo constitucional de João Goulart.

Baseado nos pressupostos metodológicos da “História vista de baixo”, assim chamada pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson, na década de 1960, toma-se a perspectiva da classe trabalhadora e seu papel desempenhado nos acontecimentos do Golpe, evidenciando que, para além de aporias teóricas, em diversas cidades, das capitais a pequenos municípios, trabalhadores de diversas categorias tentaram resistir ao rompimento da ordem institucional, sem garantia apriorística de êxito, lutando a favor da continuidade das Reformas de Base e pela permanência do Presidente da República eleito.

Apesar da repressão avassaladora, que tinha como objetivo desorganizar a classe trabalhadora, operários, estivadores, portuários, doqueiros, ferroviários e outros, iam dando sinais de que era possível continuar a luta, reorganizando a classe em uma atuação paralela aos sindicatos oficiais que haviam sofrido intervenção militar, o que resultou na criação dos comitês de fábrica, reunindo uma oposição sindical heterogênea, que conseguiu no biênio de

1967-68 criar condições para a deflagração de paralisações e greves, como as de Contagem e Osasco, que derrotaram momentaneamente a política do arrocho salarial, questionando a legitimidade em si da Ditadura de Segurança Nacional e seu caráter de ditadura das classes dominantes.

O AI-5, de dezembro de 1968, viria para barrar a reorganização da classe trabalhadora, bem como dos movimentos populares contestatórios, impossibilitando a continuidade das tradicionais táticas de resistência da classe trabalhadora. Assim, trabalhadores com intuito de continuar a luta frontal e direta contra o Terrorismo de Estado teriam que pensar novas formas de resistência, inserindo-se então nas organizações guerrilheiras.

### **1.1 O Silêncio dos Vencidos: Mistificações da História da Resistência**

A partir do dia 1º de abril de 1964, iniciou-se no Brasil uma Ditadura de Segurança Nacional, a qual lançou trevas por mais de vinte anos de nossa História recente, implantando-se aparentemente sem resistência, resultando em uma esquerda estupefata e atônita frente à rápida derrota. Assim, desde o momento inicial, buscaram-se as causas para a aparente falta de resistência ao Golpe que se instalava, sendo que determinados indivíduos que vivenciaram aquele conturbado período tiveram percepções que ajudaram a consolidar uma impressão, amplamente difundida na historiografia e na literatura em geral, de que a culpa da derrota era dos trabalhadores.

Wladimir Palmeira, um dos principais líderes estudantis à época, não teve dúvida sobre o fator principal da derrota no enfrentamento do Golpe. Para ele, "perdemos em 64 porque os trabalhadores não reagiram".<sup>3</sup>

Também o historiador Daniel Aarão Reis Filho, que militava no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) naquele período, hoje defende que os trabalhadores foram, "sem dúvida, esmagados, marginalizados" com o Golpe de 1964. Sem reagir, "até a edição do AI-5, o movimento popular esteve praticamente sem ação", sendo que, "na verdade, o protesto se restringia às classes médias e a sua tradicional banda de música: o movimento estudantil".<sup>4</sup>

Influenciado pela tradição sociológica da época, Francisco Weffort considerava as massas trabalhadoras, no Brasil, incapazes de se organizarem em classe devido à influência

<sup>3</sup> VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 68.

<sup>4</sup> REIS FILHO, Daniel A. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 63-64.

das relações paternalistas e "populistas" dos camponeses, transformados em operários nas cidades. Assim, quando eclodiram as greves de Contagem e Osasco, em 1968, elas são interpretadas pelo autor como "irrupção espontâneas das massas operárias",<sup>5</sup> reforçando a falta de organização e consciência de classe entre os operários brasileiros.

Então, trabalhadores e operários, que antes eram facilmente encontrados na historiografia como ativos participantes das mobilizações pelas Reformas de Base e na construção do "trabalhismo", como nas hipóteses propostas por Jorge Ferreira, Angela de Castro Gomes e no próprio Reis Filho,<sup>6</sup> entre outros, ou como massa de manobra de líderes populistas carismáticos, sem consciência de classe, sem capacidade de organização de acordo com outra corrente historiográfica alicerçada na escola sociológica da Universidade de São Paulo (USP) dos anos 1950, como o já citado Francisco Weffort, além de Leônio Martins Rodrigues<sup>7</sup>, agora desaparecem no Golpe Civil-Militar de 1964 e saem de cena, fora um ou outro "espasmo"<sup>8</sup> como vistos nas greves de 1968, durante pelo menos uma década, quando as greves dos metalúrgicos do ABC paulista surgem, em 1978.

Obviamente que, se os trabalhadores e trabalhadoras estavam encolhidos embaixo de seus abrigos, esperando a tormenta repressiva passar, as grande greves iniciadas no setor da indústria automobilística, em São Paulo, do qual projetaram nacionalmente a imagem de Luís Inácio "Lula" da Silva, mais tarde Presidente da República, são tomadas com surpresa e assombro por estes "intelectuais".

Marco Aurélio Santana considera que, depois de dez anos esperando, essa ascendência do movimento operário se trata de uma etapa das mais "luminosas"<sup>9</sup> para a História da classe operária brasileira. Para Eduardo G. Noronha, trata-se de um "ciclo excepcional" de greves, possibilitado, apenas pelas "características da transição democrática brasileira, a superação do modelo desenvolvimentista e um ambiente macroeconômico

---

<sup>5</sup> WEFFORT, Francisco C. Participação e conflito industrial: Osasco e Contagem, 1968. In. **Cadernos CEBRAP**, n. 5, São Paulo, 1972.

<sup>6</sup> FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. REIS FILHO, Daniel A. Estado e trabalhadores: o populismo em questão. **Locus**, v. 13, n. 2, p. 87-108, 2007.

<sup>7</sup> WEFFORT, Francisco C. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. RODRIGUES, Leônio Martins. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.

<sup>8</sup> SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008, p. 138.

<sup>9</sup> SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. Santa Catarina In. **Política e Sociedade**, v. 7, n. 13, 2008, p. 294.

excepcionalmente instável"<sup>10</sup>, chegando a afirmar que "durante os governos militares, as ações sindicais foram rapidamente eliminadas".<sup>11</sup>

Segundo ele, "entre 1969 e 1978 não há registro de greves, apesar do ambiente cada vez mais propício a elas em função dos processos rápidos de urbanização e industrialização"<sup>12</sup>. Apesar de implicar à repressão o fim das atividades sindicais, após o Golpe de 1964, o autor, em um segundo momento, contraditoriamente define um período favorável a greves, subentendendo, dessa vez, a falta de vontade política por parte dos trabalhadores erguerem-se, e não a repressão do período.

Assim, no seu tradicional campo tático de resistência, como greves e piquetes, operários e trabalhadores pouco se fizeram presentes no combate ao Golpe que se impunha a ferro e fogo, de acordo com a historiografia hegemônica, muito menos estavam presentes no processo de luta armada contra a Ditadura já instalada.

Alfredo Sirkis, estudante secundarista nos anos de 1960 e mais tarde militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), entende que trabalhadores e operários nada fizeram. Para o autor:

(...) A resistência à ditadura militar no Brasil foi um ato profundamente identificado com a classe média brasileira daquele momento e - salvo pequeníssimo (sic) bolsões, como os operários de Contagem e de Osasco - a classe operária foi completamente indiferente à nossa luta. A classe trabalhadora não tava nem aí pra resistência armada contra a ditadura.<sup>13</sup>

Voltamos a Daniel Aarão Reis Filho, o qual, em sua obra clássica *A revolução faltou ao encontro*, explicita sua interpretação acerca da natureza das organizações que participaram da luta armada. Para ele, tratam-se de organizações comunistas, entendidas enquanto "elites sociais intelectualizadas", sem compreensão da realidade histórica que vivam.<sup>14</sup>

Os poucos trabalhadores que, segundo ele, tiveram acesso a cargos de responsabilidade destas mesmas organizações, perderam suas raízes sociais, tornando-se

---

<sup>10</sup> NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova** (Impresso), v. 76, 2009, p. 120.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 125.

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> SIRKIS, Alfredo. Entrevista disponibilizada em 24 de outubro de 2005, a Internet. 2005. Disponível em: <<http://sirkis2.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=3773928&canal=258&total=7&indice=0>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

<sup>14</sup> REIS FILHO, Daniel A., op. cit., p. 170.

militantes de tempo integral, para ele, "um verdadeiro suicídio de classe através do qual o operário se metamorfoseia em intelectual".<sup>15</sup>

A noção de que a luta contra a Ditadura de Segurança Nacional foi levada a cabo por indivíduos "intelectualizados" é refletida em obras literárias e cinematográficas. Mesmo se tratando de obras ficcionais e sem compromisso objetivo com a História, este tipo de produção é uma representação da realidade histórica que reproduz ideologicamente um determinado tipo de visão que, por sua vez, molda a forma em que as pessoas percebem a realidade social.

Como bem sintetiza Henrique Codato:

Sabe-se que os meios de comunicação de massa, esse universo plural do qual o cinema também faz parte, ocupam um importante papel na organização e na construção de uma determinada realidade social. Eles tanto reproduzem essa realidade, representando-a através de seus diferentes discursos, quanto a modificam, reconstruindo-a por meio de uma interferência direta em sua dinâmica, em seu funcionamento.<sup>16</sup>

Em *Zuzu Angel*, a personagem estilista de moda que dá nome à obra, interpretada por Patrícia Pilar, tem um debate com o filho, Stuart Angel Jones, estudante de economia e militante do MR-8, interpretado por Daniel de Oliveira, sobre a participação de trabalhadores na resistência.

Quando o Stuart Angel do filme, junto com a personagem Sônia de Moraes Angel, também militante do MR-8 e estudante da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), interpretada pela atriz Leandra Leal, em discussão com sua mãe, afirma que o "povo" daria um basta a Ditadura, a personagem de Zuzu Angel diz: "Vocês estão enganados. Gente, eu vejo minhas costureiras: Elas viajam feito sardinha em lata, tomam a condução de madrugada. Não têm tempo nem cabeça pra ficar andando atrás de vocês".<sup>17</sup>

Portanto, supostamente, a empresária bem sucedida teria conhecimento da realidade da "massa", sem tempo e com pouca vontade de seguir os estudantes militantes ingênuos, alheios à realidade que pretendiam revolucionar.

---

<sup>15</sup> Ibidem, p. 171.

<sup>16</sup> CODATO, Henrique. Cinema e representações sociais: alguns diálogos possíveis. **Verso e Reverso** (Unisinos. Online), v. 24, 2010, p. 48.

<sup>17</sup> **Zuzu Angel**. Direção de Sérgio Rezende. Brasil: Warner Bros, 2006. (110min.).

No filme de Bruno Barreto, *O que é isso companheiro?*, lançado em 1997, acontece uma gritante distorção histórica.<sup>18</sup> A película se passa nos eventos do sequestro do embaixador estadunidense Charles Elbrick, por um comando da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do MR-8, e é baseado no livro homônimo de Fernando Gabeira, na época jornalista e membro do MR-8. Na trama, o personagem Jonas, em alusão a Virgílio Gomes da Costa, operário têxtil, com treinamento de guerrilha em Cuba, que usava o codinome "Jonas" e participou da referida ação, é transformado em uma caricatura vilanesca, sendo-lhe subtraída sua origem de classe, diferente do protagonista Fernando Gabeira/Paulo, interpretado por Pedro Cardoso, alçado como protagonista "intelectual" do episódio.

Franklin Martins, que na época era militante do MR-8 e também participou desta ação, assim descreve essa pitoresca transformação do Jonas real em o Jonas deformado pela produção do filme:

Jonas é apresentado ao mundo inteiro como um monstro, um primata, um boçal, um desequilibrado, quase um psicopata. Entra em cena recusando o cumprimento de um companheiro, como se fosse um campeão dos maus modos. Logo em seguida, reúne os guerrilheiros que vai chefiar e adverte-os: a primeira bala de sua arma está destinada ao companheiro que não cumprir suas ordens; a segunda, àquele que sair em defesa do indisciplinado. E completa com algo mais ou menos assim: "Estamos entendidos?" Só faltou rosnar. No interrogatório de Elbrick, Jonas parece um alucinado. Encostando o cano da pistola na cabeça do embaixador, aos gritos, ameaça diversas vezes matá-lo, num misto de gozo e desequilíbrio que deixa a plateia em pânico — afinal, um assassino está no comando de um grupo de guerrilheiros de araque.<sup>19</sup>

Por sua vez, Alípio Freire, na época militante da Ala Vermelha - Partido Comunista do Brasil - ou simplesmente Ala Vermelha, comprehende assim a deformação do papel de "Jonas" no filme:

Barreto e Serran entendem e nos dizem que a militância daqueles anos se resumia a um punhado de jovens desajustados, manipulados por velhas raposas nada confiáveis (Toledo e Jonas). Daí a necessidade não apenas de se referirem a Toledo nos mesmos moldes do livro (senil), como também o de criarem um Jonas (o comandante da ação, e não por acaso praticamente ausente no livro) psicopata. Isto atende também a requisitos conceituais da modernidade neoliberal, segundo a qual

<sup>18</sup> **O que é isso companheiro?**. Direção de Bruno Barreto. Brasil: RioFilme/Miramax, 1997. (110min.).

<sup>19</sup> MARTINS, Franklin. As duas mortes de Jonas. In. REIS FILHO, Daniel A. et alli. **Versões e ficções: o sequestro da história**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 118-119.

um dirigente revolucionário histórico e um operário revolucionário “são coisas ridículas”, “obsoletas” ou “jurássicas”.<sup>20</sup>

Dessa forma, no cinema também, os operários e trabalhadores foram colocados em segundo plano, relegados a um papel coadjuvante, ou até mesmo ausente, nesse período histórico de resistência.

Também na produção historiográfica esta tendência é reproduzida de maneira majoritária. Em coletâneas organizadas com diversos artigos, em livros de diversos autores ou eventos sobre diferentes perspectivas dentro do tema geral de Ditadura que se iniciou em 1964, dificilmente encontramos trabalhos, artigos ou capítulos que se refiram a trabalhadores e operários no processo de resistência, seja nas tradicionais formas do movimento operário e de trabalhadores, seja inseridos no processo de luta armada.

No livro *Revolução e democracia (1964...)* consta um total de vinte e seis artigos de vinte e oito autores. Destes vinte e seis artigos, apenas um é sobre operários, mas já sobre o fim dos anos 1970, focando o chamado "novo sindicalismo" e a formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Além deste, um artigo tem como tema o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outro a figura pessoal de Lula. Todos no período de distensão ditatorial.<sup>21</sup>

Sobre operários e trabalhadores de 1964 a 1978, nada. Em um artigo chamado “Classe operária, partido de quadros e revolução socialista - O itinerário da Política Operária - Polop (1961-1986)”, de Daniel Aarão Reis Filho, há apenas o inverso disso, a ausência destes nesta organização política.<sup>22</sup>

Apesar de ser apontado como um dos três principais eixos que se destacaram no ano de 1968, o movimento sindical não é tema central de nenhum dos quarenta e um artigos da coleção de quatro volumes intitulados *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)*<sup>23</sup>, nem em sua concepção mais ampla de classe operária ou trabalhadores em geral. A exceção é o artigo de autoria de Olívio Dutra, que narra sua trajetória pessoal como

<sup>20</sup> FREIRE, Alípio. Pela porta dos fundos. In. REIS FILHO, Daniel A. et alli, 1997, op. cit., p. 164.

<sup>21</sup> FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel A. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

<sup>22</sup> REIS FILHO, Daniel A. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP. In. FERREIRA, Jorge. REIS FILHO, Daniel A., op. cit., p. 53.

<sup>23</sup> PADRÓS, Enrique SERRA; FERNANDES, Ananda S. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os "anos de chumbo" no Rio Grande do Sul. In. PADRÓS, Enrique Serra et alli. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória** – v. 2 - Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 37.

bancário no início dos anos 1970, em Porto Alegre, mas que foca principalmente a conjuntura do fim da década, com as grandes greves bancárias de 1979 e os meados da década de 1980.<sup>24</sup>

Na II Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos, realizada entre os dias 25 e 27 de abril de 2013 em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, houve cinquenta e uma comunicações. Destas, nenhuma tinha, pelo menos no título dos trabalhos as palavras "trabalhadores", "operários" ou "classe".<sup>25</sup>

Da mesma maneira, no XXI Encontro Estadual de História de São Paulo, realizado de 3 a 6 de setembro de 2012, em Campinas, aconteceram quinhentas e trinta e duas apresentações de artigos. Do total, apenas cinco trabalhos eram sobre temas relativos ao período da Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional, sendo que apenas dois artigos tratavam sobre trabalhadores e apenas um (de minha autoria) falava sobre sua resistência à Ditadura.<sup>26</sup>

Também no XI Encontro Estadual de História do Rio Grande do Sul, realizado entre 23 e 27 de julho de 2012, em Rio Grande, percebemos o mesmo padrão. Dos duzentos e quarenta e dois trabalhos nos anais do evento, apenas três são sobre trabalhadores no período ditatorial do pós-64.<sup>27</sup>

É perceptível que há uma tendência explícita nas memórias hegemônicas, na historiografia, na literatura e no cinema, e isso se reflete nos eventos e artigos, em não mencionar os trabalhadores e operários no processo de resistência à Ditadura de Segurança Nacional e, paradoxalmente, culpá-los pela derrota das esquerdas e movimentos sociais organizados por inação contra o Golpe.

Quando a mobilização de operários foi inquestionável, como nas greves de Contagem e Osasco, em 1968, e nas greves dos metalúrgicos do ABC, em 1979, então, os estudiosos são tomados pela surpresa, e apresentam-se perplexos com estes trabalhadores se insurgindo do aparente vazio que supostamente existia, contra uma Ditadura tomada por inabalável até então.

Por outro lado, estas três grandes greves se consolidaram no campo do simbólico em detrimento de todas as demais ações de resistência de operários e trabalhadores no período.

<sup>24</sup> DUTRA, Olívio. O renascimento da luta sindical: a greve dos bancários de Porto Alegre. In. PADRÓS, Enrique Serra et alli, 2009, op. cit., p. 209.

<sup>25</sup> II JORNADA DE ESTUDOS SOBRE DITADURAS E DIREITOS HUMANOS. **APERS**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=noticiadet&cod=284>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

<sup>26</sup> XXI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - Trabalho, Cultura e Memória. **Anpuh/SP**. Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

<sup>27</sup> XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - História, Memória e Patrimônio. **Anpuh/RS**. Rio Grande, 2012. Disponível em: <<http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

Isto se faz presente, paralelamente, ao engrandecimento das ações dos únicos personagens que teriam atuado contra a Ditadura: as “classes médias intelectualizadas”.

Este conceito amplo, de conotação weberiana, que vai acolher genericamente estudantes, funcionários públicos, bancários e professores, sobretudo universitários, também será traduzido sobre o formato, não menos complicado, do “intelectual”.

Assim, se cristaliza uma espécie de História Oficial da resistência à Ditadura de Segurança Nacional: dela só participaram “intelectuais”, que buscaram inutilmente apoio entre trabalhadores e operários, cujas participações foram ou espontâneas, como nas greves citadas, ou uma exceção, sendo uma minoria cooptada à luta levada a cabo pelas “classes médias intelectualizadas”.

Não à toa, os grandes atores presentes nos momentos finais da Ditadura, que se debatia no processo de abertura política controlada, são: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido criado para acolher uma suposta oposição e legitimar a farsa da aparência “democrática” da Ditadura, internamente e externamente, o qual garantiu que nos anos 1980 a abertura política ocorresse institucionalmente sem a condenação dos ditadores e suas violações aos Direitos Humanos; a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), instituição crítica de última hora do governo ditatorial, e a Igreja Católica, que fortemente apoiou o Golpe de abril de 1964 e a repressão que se seguiu e no meio da década de 1970, a qual mudava sua posição política para críticas abertas à Ditadura. O movimento pelas Diretas Já foi, consolidando-se no senso comum, construído pelas grandes lideranças políticas, grandes instituições; novamente o proletariado é retirado de cena em boa parte da literatura sobre o tema.

A Ditadura acabava, e como desde o início, o papel de destaque das “classes médias intelectualizadas” se consolidava com proeminência, enquanto aos operários e trabalhadores coube o ostracismo, a culpa e o silêncio. Relegados a um papel secundário em uma peça onde os “intelectuais” são os atores principais e as classes dominantes as donas do teatro.

## 1.2 História Escovada a *Contrapelo*: Ouvindo os Ecos da Classe Trabalhadora

De fato, nos últimos trinta anos muito se avançou na pesquisa sobre o período ditatorial que se iniciou em 1964. A historiografia sobre a Ditadura tem buscado entender como se articularam as forças conservadoras que deram o Golpe no Governo João Goulart, em 31 de março de 1964, assim como compreender de que maneira se desenvolveu e se ampliou os órgãos repressivos, bem como qual a extensão da prática da censura, o surgimento

e as características da luta armada e das organizações guerrilheiras, as consequências do “milagre econômico” e, finalmente, a distensão política que resultou na Anistia e na nova Constituição Federal.<sup>28</sup>

De maneira geral, preferiram-se abordagens teórico-metodológicas que melhor explicasse, por exemplo, a hegemonia e a quebra de hegemonia que levou ao Golpe em 1964, apoiados no pensamento de Antonio Gramsci; elaboração de tipos ideais, modelos teóricos que se propõem chaves-explicativas para as diferentes organizações políticas do período e para a discussão sobre o caráter desta Ditadura, fortemente influenciados, mas quase sempre sem o devido reconhecimento, pela obra de Max Weber; Por sua vez, Louis Althusser influenciou pesquisas sobre os aparatos repressivos do Estado, mapeando e descrevendo como surgiram e se complexificaram os órgãos de repressão e inteligência, somando-se à contribuição de Michael Foucault e sua teoria dos micropoderes no estudo destes órgãos como o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), a Operação Bandeirantes (OBAN), entre outros.

Mas, por outro lado, pouco se avançou numa perspectiva que tenha como principal objeto de pesquisa as classes trabalhadoras e sua versão para aqueles acontecimentos. Os trabalhadores e operários não foram tomados como uma possibilidade plausível, e de enriquecedora qualidade, de diversificar as pesquisas sobre o período, de maneira geral.

O período de Ditadura de Segurança Nacional historiograficamente foi pouco influenciado pela “História vista de baixo”, assim postulada por Edward Palmer Thompson, na década de 1960. Se, na Grã-Bretanha, vários historiadores ampliaram suas perspectivas, incluindo a “massa” para a pesquisa histórica, aqui, pouco se movimentou neste sentido, sendo que, mesmo lá, esta ainda é uma temática pouco explorada, como defende Jim Sharpe:

Esta perspectiva atraiu de imediato aqueles historiadores ansiosos por ampliar os limites de sua disciplina, abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na

<sup>28</sup> Sobre o Golpe de Março de 1964, o melhor trabalho talvez seja ainda o de DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado.** 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987. Sobre a repressão, recomendo: FICO, Carlos. **Como eles agiam.** Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001; ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984. Sobre a luta armada indico os clássicos: GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas.** São Paulo: Ática, 1987; RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira.** São Paulo: UNESP, 1993. Sobre a política econômica da Ditadura, destaco: BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1986; SINGER, Paul. **A crise do milagre.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Finalmente, sobre o processo de abertura política, vale a pena conferir: PADRÓS, Enrique Serra et alli. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória – v. 4** - Porto Alegre: CORAG, 2009.

principal corrente da história. Mesmo hoje, grande parte da história ensinada nas sextas classes e nas universidades da Grã-Bretanha (e também, supõe-se, em instituições similares por toda a parte), ainda considera a experiência da massa do povo do passado como inacessível ou sem importância; não a considera um problema histórico; ou o máximo, considera as pessoas comuns como “um dos problemas como que o governo tinha que lidar”.<sup>29</sup>

Se sobre o trabalho escravo, e sobre o movimento operário de 1930 a 1964, principalmente depois do Estado Novo varguista, a influência thompsoniana pode ser facilmente percebida nos estudos que optam pela perspectiva dos trabalhadores, o mesmo não pode ser dito no período posterior ao Golpe.<sup>30</sup>

Ao nos aproximarmos deste tipo de abordagem, nos deparamos com algumas questões teórico-metodológicas. Afinal, para que serve tomarmos como perspectiva histórica a visão dos trabalhadores? Quais as possibilidades a serem exploradas, se eu tomar essa direção? Que tipo de História se produz ao investir neste tipo de pesquisa?

Novamente o historiador britânico Jim Sharpe contribui para elucidar estas questões:

A história vista de baixo constitui uma *abordagem* da história ou um *tipo* distinto de história? O ponto pode ser focado de ambas as direções. Como abordagem, a história vista de baixo preenche comprovadamente duas funções importantes. A primeira é servir como um corretivo à história da elite, para mostrar que a batalha de Waterloo envolveu tanto o soldado Wheeler quanto o Duque de Wellington, ou que o desenvolvimento econômico da Grã-Bretanha, que estava em plena atividade em 1815, envolveu o que Thompson descreveu como "a pobre sangrenta infantaria da Revolução Industrial, sem cujo trabalho e perícia ela teria permanecido uma hipótese não testada". A segunda é que, oferecendo esta abordagem alternativa, a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história das experiências do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história. Inversamente, poderia ser argumentado que a temática da história vista de baixo, os problemas de sua documentação e, possivelmente, a orientação política de muitos de seus profissionais criam um tipo distinto de história. Em certo sentido, é claro, é difícil estabelecer-se uma divisão precisa entre um tipo de história e abordagem à disciplina em geral: a história econômica, a história intelectual, a história política, a história militar etc.,

<sup>29</sup> SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In. BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 41.

<sup>30</sup> Sobre a escravidão "vista de baixo", cito o clássico SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor:** esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Nesta mesma perspectiva, em relação ao período de 1930 a 1964, há o clássico já citado GOMES, Angela de Castro, op. cit.

têm uma eficácia mínima se confinadas em caixas hermeticamente fechadas. Qualquer tipo de história se beneficia de uma abertura no pensamento do historiador que a está escrevendo.<sup>31</sup>

Infelizmente, a historiografia hegemônica reproduziu os temas tradicionais da História, excluindo a versão dos trabalhadores e operários. Estes nem ao menos são, na maior parte das vezes, perguntados sobre qual a visão deles sobre este ou aquele processo histórico de que foram testemunhas e, mais que isso, agentes do processo de transformação, seja em qual for a direção.

Com isto em mente, Thompson escreveu o seguinte, quando buscava exemplificar o que faria, ao iniciar a discussão sobre a formação da classe operária inglesa:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro ludista, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas, nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser, condenados em vida, vítimas acidentais.<sup>32</sup>

Mesmo que a atuação dos integrantes da classe trabalhadora neste período vá de encontro com as expectativas dos pesquisadores, ainda sim se faz necessário o estudo daquela época pela perspectiva dos próprios trabalhadores, pois suas aspirações eram válidas, já que históricas. Mesmo com uma percepção às vezes limitada pelas suas experiências de vida, estes souberam ler e interpretar o tempo em que vivam e, a partir disto, estruturar escolhas a tomar. Eles também construíram a História.

Era assim que compreendia Eugene D. Genovese, em relação aos homens feitos escravos, que, mesmo na base da estrutura social, sob toda a exploração e desumanização possível, ainda assim ajudaram na construção da realidade histórica que viveram. Não à toa, seu livro tem o subtítulo “o mundo que os escravos construíram”. Como cita Sharpe:

---

<sup>31</sup> SHARPE, Jim, op. cit., p. 54.

<sup>32</sup> THOMPSON, Edward Palmer, 2004, op. cit., p. 13.

Para Genovese, os seres humanos que formavam sua temática, embora sem dúvida socialmente inferiores, foram capazes de construir um mundo para si: por isso, eram *atores* históricos, *criaram* história, muito mais do que foram apenas um “problema” que contribui para envolver os políticos e soldados brancos em uma guerra civil, e que os políticos brancos finalmente iam “resolver”. A maior parte daqueles que escreveram a história vista de baixo aceitariam, em um sentido amplo, a opinião de que um dos resultados de terem seguido esta abordagem tem sido demonstrar que os membros das classes inferiores foram agentes cujas ações afetaram o mundo (às vezes limitado) em que eles viviam.<sup>33</sup>

Esta abordagem nos permite questionar até que ponto a identidade coletiva não é criada com contribuições vindas de baixo socialmente, “recordando-nos que nossa identidade não foi estruturada apenas por monarcas, primeiros-ministros ou generais”.<sup>34</sup>

Assim, excluindo a perspectiva, as lutas e a memória da classe trabalhadora, continua se construindo hegemonicamente uma identidade nacional entendida por Jacy Alves de Seixas como *jecamacunaímica*. Define a autora:

Parto, portanto, de uma imagem do senso comum, epidérmica, que possui cadeira cativa no que poderíamos chamar de *mentalidade* nacional: o brasileiro como povo *sem-memória*, de memória curta, esquecidos dos outros e sobretudo de si mesmo. Dócil, simpático e afável precisamente (e paradoxalmente) por que “esquecido” das ofensas, discriminações e humilhações de que é objeto, esquecido de sua história eivada de violência, esquecido inclusive dos momentos afirmativos de cidadania e das lutas sociais e políticas que protagonizou [...].<sup>35</sup>

Esta representação dos brasileiros pertencentes às classes trabalhadores não são aqui entendidas como “imagens que se impõe intuitivamente”<sup>36</sup>, como defende Seixas, nem que, consequentemente, “deitaram raízes profundas na mentalidade do ‘brasileiro’, configurando uma identidade nacional”<sup>37</sup>, muito menos, segundo a autora, de que o “brasileiro” procuraria de uma forma “apaixonada e irredutível” se identificar e se projetar nesta representação *jecamacunaímica*<sup>38</sup>, caracterizada pela preguiça, pela sensualidade, pela malemolência,

<sup>33</sup> SHARPE, Jim, op. cit., p. 61.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 60.

<sup>35</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Ténues fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In. GUTIÉRREZ, Horacio, NAXARA et alli (orgs). **Fronteiras**: paisagens, personagens, identidades. Franca, SP: UNESP; São Paulo: Olho D’água, 2003, p. 162.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 172.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 174.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 170.

astúcia e submissão, um ser social perfeitamente infantilizado, sujeito às relações paternalistas e coronelísticas.

Parto da compreensão que esta suposta identidade é criada de cima para baixo. É concepção das classes dominantes sobre a classe trabalhadora historicamente construída em cima da discriminação e do preconceito. Este constructo idealizado é reproduzido e tornado universal, tal e qual os interesses da burguesia o são em uma sociedade capitalista, fazendo o resto da sociedade entendê-los como seus.

Há, no processo de construção de identidades classistas, o papel fundamental da memória, e também do esquecimento, utilizados a partir de um critério “utilitário-político”, como a própria Jacy Seixas admite, na qual “toda memória, seja ela ‘individual’, ‘coletiva’ ou ‘histórica’, é uma memória *para* qualquer coisa, e não se pode ignorar esta finalidade política (no sentido amplo da palavra)”.<sup>39</sup>

Ou seja, há projetos políticos e ideológicos na construção de *identidades*, contudo, poucas vezes os trabalhadores e operários são questionados sobre os seus interesses políticos, suas experiências, suas lutas, suas representações e imagens na construção de uma identidade nacional.

Como bem detectou Walter Benjamin, em sua Sétima Tese, ao criticar o historicismo de Fustel de Coulanges, o historiador não passa incólume no processo de escolha do seu objeto de pesquisa, pois não é neutro e acaba por vincular-se a estes ao escolher suas abordagens. Para Benjamin,

[...] se levanta a questão de saber com quem, afinal, o historiador do Historicismo se identifica afetivamente? A resposta é, inegavelmente: com o vencedor. Ora, os dominantes de turno são herdeiros de todos os que, algum dia, venceram. A identificação afetiva com o vencedor ocorre, portanto, sempre, em proveito dos vencedores de turno. [...] Todo aquele que, até hoje, obteve a vitória, marcha junto no cortejo do triunfo que conduz os dominantes de hoje [a marcharem] por cima dos que, hoje, jazem por terra.<sup>40</sup>

Aos vencidos, resta o silêncio, perpetrado em decorrência de eventos traumáticos, ou imposto por um “dispositivo ideológico”, acionado com o objetivo de pasteurizar socialmente os derrotados, como percebeu com maestria Edgar de Decca, “imaginando-se que as perdas

<sup>39</sup> GERAY. Patrick J. apud SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: UNICAMP, 2001, p. 42.

<sup>40</sup> BENJAMIN, Walter apud LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito da história”. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 70.

dos intelectuais eram da mesma grandeza daquelas ocorridas no interior da classe operária”.<sup>41</sup>

De acordo com o historiador:

Esse dispositivo ideológico capaz de homogeneizar, a partir da fixação de um fato, o campo dos vencidos, embora correspondesse a uma estratégia do discurso acadêmico, não deixou de ter desdobramentos problemáticos. Assim, desconsiderou-se que nas lutas políticas do período, a ordem dos vencidos possuía registros diferenciados e que, inclusive, os discursos acadêmicos, atendendo a demandas específicas do poder, silenciavam indiretamente, também, o eco das experiências proletárias. Os setores intelectuais traumatizados pelos acontecimentos de 64 produziram discursos diferenciados, cuja estratégia, embora atendesse às resistências exigidas pela luta política, impediu, no decorrer de boa parte desses quinze anos, a emergência de vozes há muito tempo emudecidas na história.<sup>42</sup>

Do ponto de vista aqui defendido, a interpretação de Alípio Freire, citada anteriormente, sobre os interesses por trás da ausência dos trabalhadores e trabalhadoras no processo de construção da memória coletiva que pudesse contribuir em uma identidade nacional plural é correta: trata-se das exigências dos tempos neoliberais, onde “operários” e, ainda por cima, “revolucionários” não podem ser agentes históricos.

Por isto, o uso da abordagem da “História vista de baixo” resgata a memória, as lutas e a identidade da classe trabalhadora, contribuindo para a elaboração do conhecimento mais rico, e que coloque a prova outras áreas da História. Como resume Sharpe:

Por conseguinte, nosso ponto final deve ser que, por mais valiosa que a história vista de baixo possa ser no auxílio do estabelecimento da identidade das classes inferiores, deve ser retirada do gueto (ou aldeia de camponeses, das ruas da classe trabalhadora, dos bairros miseráveis ou dos altos edifícios) e usada para criticar, redefinir e consolidar a corrente principal da história. Aqueles que escrevem a história vista de baixo não apenas proporcionam um campo de trabalho que nos permite conhecer mais sobre o passado: também tornam claro que existe muito mais, que grande parte de seus segredos, que poderiam ser conhecidos, ainda estão encobertos por evidências inexploradas. Desse modo, a história vista de baixo mantém sua aura subversiva.<sup>43</sup>

<sup>41</sup> DE DECCA, Edgard Salvadori. **1930: o silêncio dos vencidos:** memória, história e revolução. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 32.

<sup>42</sup> Idem.

<sup>43</sup> SHARPE, Jim, op. cit., p. 62.

Pelas mesmas razões, Walter Benjamim propõe aos historiadores do materialismo histórico colocar-se em perspectiva diferente da do vencedor, em uma *contracorrente* historiográfica, como na seguinte passagem:

Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo.<sup>44</sup>

Isto posto, escovando a História a *contrapelo*, qual foi a percepção então dos trabalhadores e operários no processo de luta contra o Golpe de abril de 1964 e a Ditadura que se seguiu? Quais eram as expectativas e objetivos daqueles que resistiram ao governo ditatorial? Que papel teve a classe trabalhadora nesse período? Ela cumpriu seu papel?

Entendo que parte dos operários, estivadores, ferroviários e demais trabalhadores resistiu, dentro de suas limitações, operando no limiar de suas práticas tradicionalmente arraigadas como greves, piquetes, etc. à Ditadura. Apesar da avassaladora repressão aos sindicatos, nos momentos imediatamente posteriores ao Golpe, sobretudo com a “Operação Limpeza”, a qual colocou o movimento dos trabalhadores em refluxo por pelo menos dois anos, tentativas de resistir ao rompimento institucional foram realizadas em várias cidades; posteriormente greves operárias irromperam em grandes centros industriais, antes do AI-5 ser outorgado para barrar a crescente mobilização da classe trabalhadora.

E, quando essas táticas se esgotaram, por conta da repressão, alguns optaram por pegar em armas e participar da luta armada, militando, organizando e, por vezes, comandando organizações guerrilheiras. Ao perceberem que as tradicionais táticas de resistências e lutas não tinham mais efetividade naquele momento da correlação de forças, parte dos operários envolvidos naquelas manifestações vão se inserir de vez no já galopante projeto de resistência armada, que já contava com trabalhadores na sua construção.

Um dos melhores contrapontos a esta historiografia hegemônica, nesse período de Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional, é feito por Marcelo Badaró Mattos. O historiador levanta vários momentos onde se detecta a presença de trabalhadores na resistência ao Golpe e a Ditadura.

---

<sup>44</sup> BENJAMIN, Walter apud LÖWY, Michael, op. cit., p. 70.

Em 31 de março de 1964, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)<sup>45</sup>, reunido no Sindicato dos Estivadores da Guanabara, e cercados pela polícia, convocou uma greve geral contra o Golpe que se instalava. Na tarde do dia 31, a paralisação dos transportes, em adesão à greve, era total. As análises posteriores apontavam este como erro tático, já que impediu muitas pessoas de irem ao centro da cidade para se somarem a resistência. Em 1º de abril, na Cinelândia, tropas do Exército aliavam-se à Polícia Militar dissolvendo as manifestações, enquanto na sede do Sindicato dos Bancários eram irradiados manifestos contrários ao Golpe ao passo que cerca de seiscentos militantes esperavam o chamado à resistência.<sup>46</sup>

Na época, alguns acreditavam que havia um “dispositivo militar” contra um possível golpe, que seria posto em prática pelo Presidente da República, acionando militares legalistas que cederiam armas aos trabalhadores em greve. Se de fato era real, não funcionou. E, para alguns trabalhadores, a responsabilidade foi do próprio João Goulart e dos militares que o apoiavam.

Demisthóclides Batista, conhecido como Batistinha, líder ferroviário de Leopoldina, Deputado Federal e membro da direção do CGT em 1964, entendia que os trabalhadores deveriam entrar em greve, caso houvesse um golpe, o que de fato ocorreu, enquanto militares teriam o papel de fazer a resistência armada. Para ele “não tinha porque o trabalhador que nunca pegou em arma, pegar”, pois “não havia trabalho de resistência armada dos trabalhadores”. Este papel era dos militares legalistas.<sup>47</sup>

Por fim, Batistinha é emblemático ao dizer que, em sua compreensão, “a classe operária fez o seu papel, parou o Brasil”. No caso, quem não cumpriu sua “parte” foram os responsáveis pelo “dispositivo militar”, militares que apoiavam Jango.<sup>48</sup>

Já para Hércules Corrêa, líder tecelão, Deputado Estadual e também dirigente do CGT, a omissão do Presidente da República no momento do Golpe, João Goulart, foi decisiva para a desarticulação de qualquer resistência mais profunda. Se, no entendimento dele, na noite do dia 31 de março de 1964 ainda era possível resistir ao Golpe, em uma contra-ofensiva

<sup>45</sup> Para Negro e Silva, “O CGT nasceu de um esforço de militantes e operários no sentido de dar continuidade a iniciativas de criação de centrais sindicais, oficialmente proibidas, capazes de aglutinar amplas parcelas de trabalhadores em âmbito nacional. Seu objetivo não era apenas ampliar o leque de conquistas econômicas da classe operária, mas também interferir diretamente nas decisões políticas do país, articulando a luta dos sindicatos com instituições comprometidas com um plano de reformas estruturais para o Brasil”. Cf. Trabalhadores, sindicato e política. In. FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 72.

<sup>46</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos**. Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998, p. 175.

<sup>47</sup> Ibidem, p. 176.

<sup>48</sup> Idem.

que minasse locais estratégicos udenistas<sup>49</sup>, em Minas Gerais e na Guanabara, na tarde do dia posterior já estava nítida a vantagem dos golpistas, quando “ficou claro que apenas os trabalhadores resistiam e mesmo as tropas opositas ao Golpe recusaram o confrontamento por falta de ordem da presidência”.<sup>50</sup>

Há, na opinião dos dois, a presença de uma memória sindicalista que valoriza o papel do CGT, e da classe trabalhadora, como expressa Hércules: “Tenho a impressão de que os dirigentes sindicais daquela época – e não é porque eu estava entre eles – caíram de pé. Estou convencido de que nós não nos ajoelhamos. Cumprimos nosso dever”.<sup>51</sup>

A interpretação sobre a responsabilidade dos militares legalistas na resistência armada ao Golpe encontra respaldo entre alguns militares. Rui Moreira Lima, que em 1964 era Coronel-Aviador e comandava a base aérea de Santa Cruz, acusa Jango de colocar em posições chaves militares de pouca aceitação e empatia com os articuladores de um “dispositivo militar” de resistência, como o General Assis Brasil. Além disso, Lima deixa claro que os militares legalistas esperavam uma ordem que viesse da Presidência da República, respeitando a noção de hierarquia tão indelével à história das Forças Armadas, como se vê abaixo:

Não resistimos ao golpe porque éramos disciplinados. Existiam uma cadeia de comando e uma hierarquia. E não tínhamos no comando um Lott [Marechal Henrique Duffles Teixeira Lott], um líder militar (...). Sou um militar, atiraria [nas tropas que marchavam de Minas para o Rio] se estivesse cumprindo uma ordem. Ora, o Presidente, às cinco da tarde, tinha ido para Brasília; às oito da noite já estava no Rio Grande do Sul. Então, por que eu ia atirar? Seria um Dom Quixote.<sup>52</sup>

Importante ressaltar que, em nota lançada a público, em 26 de março de 1964, cinco dias antes do Golpe, o CGT já alertava para a articulação das classes dominantes no sentido de derrubar o governo constitucionalmente eleito, e já convocava sindicatos e trabalhadores do campo e da cidade para ficarem de prontidão para a greve-geral usada como forma de resistência a um eventual golpe:

As forças reacionárias, inconformadas com o avanço democrático do nosso povo e com os recentes decretos patrióticos do presidente da República– o da Supra, dos

<sup>49</sup> Partidários da União Democrática Nacional (UDN).

<sup>50</sup> Ibidem, p. 177.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 179.

aluguéis e gêneros alimentícios e encampação das refinarias de petróleo –, articulam-se, pública e notoriamente, visando à deposição do presidente da República, para anular aquelas conquistas e impor ao nosso povo restrições às liberdades democráticas e sindicais. [...] O esquema do golpe está sendo articulado politicamente pelos governadores Carlos Lacerda, da Guanabara, Ademar de Barros, de São Paulo, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, e Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul. Esse esquema, que conta, inclusive, com apoio de oficiais golpistas do II e III Exércitos e da Força Pública de Minas Gerais, articula-se com as lideranças ibadianas do Congresso Nacional, que estão convocando os parlamentares para discutir a seguinte ordem do dia: projeto do deputado Aniz Badra (que é uma falsa reforma agrária), para aprová-lo; instalação de uma base naval dos Estados Unidos da América do Norte em território brasileiro; anistia dos sargentos, para recusá-la, com o objetivo de lançar sargentos contra marinheiros.<sup>53</sup>

A leitura da correlação de forças do período é muito nítida; distante da noção de uma esquerda sem capacidade de decodificar a realidade que pretendiam transformar. A denúncia da participação civil envolvendo os governos da Guanabara, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul consiste em uma clara interpretação da complexidade do Golpe que estava por vir, pensamento retomado apenas em 1982, com a obra seminal de René Dreifuss, anteriormente citada, *1964, a conquista do Estado*. A nota continuava:

Na impossibilidade de combater, frontalmente, as reformas de base, sugeridas na mensagem presidencial de 15 de março, os golpistas procuram explorar os sentimentos religiosos de nosso povo, sob o falso pretexto do anticomunismo. Nesse sentido a marcha para o dia dois de abril na Guanabara constitui importante peça na articulação do golpe, cujo esquema já aponta o ministro Ribeiro Costa, presidente do Supremo Tribunal Federal, ou o Marechal Eurico Gaspar Dutra como substituto do presidente da República.<sup>54</sup>

As lideranças do CGT também identificavam, de maneira correta, que o objetivo da mobilização dos golpistas era barrar por completo as Reformas de Base, instigando, com apoio da Igreja Católica, os setores religiosos conservadores das classes médias, contra o Governo Jango, identificado por eles como o “comunismo ateu”. O manifesto encerrava visando a mobilização:

---

<sup>53</sup> MENDONÇA, Daniel de. O discurso da esquerda em março de 1964: as reformas e medo do golpe. In. **Tomo (UFS)**. São Cristovão, v. 2, n. 12, jan./jun. 2008, p. 38.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 40.

O CGT e todas as forças populares responderão, por todos os meios, a qualquer tentativa de golpe que vise a enfraquecer a autoridade do presidente João Goulart para atingir o seu mandato. Aos golpistas, civis e militares, advertimos que a classe trabalhadora brasileira não permitirá nenhum entrave no caminho que já iniciamos pelas conquistas das reformas sugeridas na mensagem presidencial e pela imediata constituição de um governo nacionalista e democrático. Nesta luta, contamos com a maioria do povo brasileiro, integrada de civis e militares patriotas. O Comando Geral dos Trabalhadores, neste momento que pode ser decisivo para os destinos da pátria, consciente da importância da posição da classe trabalhadora nesta emergência, concita os sindicatos, a todos os trabalhadores da cidade e do campo, a manterem-se preparados para desfechar a greve geral em todo o território nacional na defesa das liberdades democráticas e sindicais, determinando que o golpeamento do mandato e autoridade do presidente João Goulart seja imediatamente respondido com a total paralisação do trabalho. Preparados e unidos, trabalhadores barrarão o golpe e exigirão as reformas de base. Em todos os setores de trabalho ou nas ruas, combatendo a reação e o golpe, usando as forças de luta que o momento comportar, além da greve geral, nossa primeira iniciativa.<sup>55</sup>

No fim, há o esforço de organizar os trabalhadores e setores populares em reação ao golpismo, conclamando a classe trabalhadora à preparação de uma greve-geral, caso o esperado desfecho da crise política se concretizasse. Não imaginavam os membros do CGT o isolamento e a repressão que se abateram com o Golpe Civil-Militar, o que impediu uma greve-geral de proporções nacionais.

Não só no Rio de Janeiro os trabalhadores se levantaram. Em outras cidades ocorreram tentativas de resistência por parte da classe trabalhadora, desde o primeiro momento do Golpe Civil-Militar.

O *Jornal do Brasil* de 1º de abril de 1964 relatava, além da paralisação dos trens na cidade do Rio de Janeiro, da Central do Brasil e Leopoldina, a greve dos bondes na Guanabara, e a paralisação do porto de Santos. Além disso, foi explicitada a imediata repressão aos trabalhadores, com a denúncia da Federação Nacional dos Marítimos sobre o desaparecimento de quatro estivadores, um líder sindical de Vitória e do Dr. Antônio Pereira Filho, líder dos bancários.<sup>56</sup> Sobre Santos, Marcelo Badaró Mattos diz que, além de outros municípios, na cidade da baixada santista a paralisação foi total.<sup>57</sup>

---

<sup>55</sup> Ibidem, p. 42.

<sup>56</sup> JORNAL DO BRASIL. **Deflagrada a greve geral no País.** 1 abr. 1964. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640401&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>.

<sup>57</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 99.

Por sua vez, o jornal *Última Hora*, também do Rio de Janeiro, noticiava que, além dos bondes e ferrovias, o porto da cidade também estava paralisado, em resposta à invasão da Federação Nacional dos Estivadores por agentes do DOPS, armados com metralhadoras e granadas de gás lacrimogêneo. Seguimos:

No local estavam os líderes da CGT Osvaldo Pacheco e Hércules Corrêa, acompanhados de 300 estivadores. Bombas de gás foram jogadas da rua para dentro do prédio. Sem saber ao certo em que andar estava localizada a Federação (7º andar), os policiais invadiram diversas salas, espancando trabalhadores e rasgando processos. Seis pessoas ficaram feridas e outras dez foram detidas e enviadas à [sic] DOPS.<sup>58</sup>

Além disso, havia no jornal a informação de que sindicatos paulistas distribuíram manifestos denunciando a manobra golpista do então governador de São Paulo, Adhemar de Barros, e reafirmando apoio integral ao Presidente João Goulart.<sup>59</sup>

Em uma nota, o jornal *Última Hora*, fazendo um panorama nacional dos desdobramentos do Golpe, noticiava, na mesma edição de 1º de abril de 1964, que o estado de Alagoas estava paralisado, em sua primeira greve-geral da história política, em sinal de protesto contra atos de violência desferidos pela polícia do governador Luís Cavalcanti: “Os policiais, juntamente com civis armados, metralharam uma passeata que se realizara na véspera, à noite, em plena Rua do Comércio, ferindo gravemente o trabalhador Paulo Torres Guimarães, da Petrobrás”.<sup>60</sup>

O historiador Rodrigo José da Costa confirma que “trabalhadores e estudantes saíram às ruas e protestaram contra a ameaça militar”, ainda em 31 de março, na capital alagoana, sendo que, desde o dia 29, manifestações iam sendo organizadas e reprimidas pela polícia que não permitia mobilizações de apoio ao governo constitucional de João Goulart.<sup>61</sup>

O jornal *A Tribuna*, da cidade de Santos, na edição do dia 2 de abril de 1964, noticiava a deflagração da greve de diversas categorias de trabalhadores, como estivadores, portuários e motoristas de bondes, contra o Golpe ocorrido dois dias antes.<sup>62</sup> Tentando fazer

<sup>58</sup> ÚLTIMA HORA. Porto, central e Leopoldina, paralisados depois de invasão de sindicatos pela polícia. 1 abr. 1964. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1964&edicao=1&secao=1>>.

<sup>59</sup> Idem.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> COSTA, Rodrigo José da. Repressão e resistência dos movimentos sociais em Alagoas. **Revista Crítica Histórica**. Maceió, n. 4, dez 2011, p. 245.

<sup>62</sup> Informação presente em WERNECKER, Luana Aguiar. Modificação na infraestrutura de Santos durante a rarefação dos bondes no período ditatorial. **Revista Ceciliiana**, Santos, maio de 2012, p. 06.

frente à resistência dos trabalhadores, o capitão Júlio de Sá Bierrenbach foi nomeado o novo comandante da Capitania dos Portos de São Paulo, sendo responsável pela imediata intervenção nos sindicatos da cidade.<sup>63</sup>

Santos era conhecida como a “Cidade Vermelha” ou a “República Sindicalista”<sup>64</sup> devido aos duzentos e trinta e sete dias parados, em 1963, tendo contado com a adesão de 85.990 trabalhadores no total, sendo, por isto, palco das greves e paralisações e repressão implacável. Por isso, suspeitava-se que, antes mesmo de chegar ao litoral paulista, os golpistas, descendo a serra, encontrariam focos de resistência em Cubatão, por conta da atividade sindical na Refinaria Presidente Bernardes.<sup>65</sup> Bierrenbach, em entrevista, confirma o estado de paralisação total, dizendo que:

Quando eu assumi a Capitania, com aquilo tudo parado, que eu fiz intervenção em todos os sindicatos lá, me perguntaram. Perguntaram... Era corrupção e comunicação também. No fim do ano, quando eu saí de lá e que eu prestei uma declaração, me perguntaram coisas... Eu cheguei à conclusão que 5% era comunismo e 95% era corrupção, aquele negócio.<sup>66</sup>

Sofreram intervenções os sindicatos dos Estivadores, dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão [SEASPS]<sup>67</sup>, além do Sindicato dos Conferentes<sup>68</sup>, assim que Bierrenbach assumiu sua nova função, designada pelo governador golpista de São Paulo, Adhemar de Barros.<sup>69</sup> Em 7 de abril, foi a vez do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carris Urbanos, Trolleybus e Cabos Aéreos de Santos.<sup>70</sup> Em todos os casos, foram escolhidos pelo capitão da Marinha trabalhadores favoráveis aos golpistas<sup>71</sup>, de acordo com o próprio Bierrenbach.<sup>72</sup>

<sup>63</sup> A TRIBUNA. **O homem que controlou o Porto.** 31 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.portodesantos.com.br/clipping.php?idClipping=21237>>.

<sup>64</sup> ALEXANDRINO, Carlos Mauri; SILVA, Ricardo Marques. **Sombras sobre Santos:** o longo caminho de volta. Santo: Secretaria Municipal de Cultura, 1988, p. 14.

<sup>65</sup> A TRIBUNA, op. cit.

<sup>66</sup> BIERRENBACH, Júlio de Sá. 200 anos de Justiça Militar. Rio de Janeiro: 2010. CPDOC/FGV e Superior Tribunal Militar. Entrevista concedida a Celso Castro.

<sup>67</sup> WERNECKER, Luana Aguiar, op. cit.

<sup>68</sup> A TRIBUNA, op. cit.

<sup>69</sup> A TRIBUNA, op. cit.

<sup>70</sup> WERNECKER, Luana Aguiar, op. cit.

<sup>71</sup> Parto da mesma perspectiva realista e não-romântica sobre a classe trabalhadora de Luis Momesso, entendendo a pluralidade das experiências e identidades entre os trabalhadores: “As correntes sindicais que se configuraram no período anterior a 64 podem ser divididas, de forma geral, em três. O chamado sindicalismo vermelho, que aglutinava várias tendências, cuja corrente principal tinha forte influência dos comunistas ligados ao PCB. Os vermelhos já constituiam o núcleo mais atuante presente na direção de grande parte dos sindicatos. Os amarelos, chamados de pelegos, vinculados ao Ministério do Trabalho, que chegaram a constituir a força sindical mais expressiva, patrocinados por Getúlio Vargas, mas que vinham perdendo terreno com o avanço dos

Tantas foram as prisões que, em 24 de abril de 1964, aportou em Santos o navio “Raul Soares”, “que em ‘tempos de glória’ havia transportado pracinhas da FEB para a Guerra”<sup>73</sup>, e era agora preparado para servir de prisão ambulante. Ele ficou ancorado na direção do Rio Sandi, próximo à Ilha Barnabé, sendo que, em 30 de abril, recebeu a primeira leva dos presos, entre eles, estivadores, portuários, operários, militares, jornalistas e até políticos.<sup>74</sup>

Para Fernando Teixeira da Silva, o “Raul Soares” era mais que apenas uma prisão, mas um símbolo da opressão sobre a classe trabalhadora de Santos, ligada às atividades portuárias:

O “Raul Soares” não cumpria apenas o objetivo de suprir a demanda de presídios para a enorme leva de detentos. Antes de mais nada, ele era um símbolo. A imagem do movimento operário na Baixada Santista estava associada às imagens do cais, dos navios e do mar; sua força era comumente vinculada à força dos portuários em paralisar os navios - o que fornecia combustível necessário a qualquer greve geral. Acima de tudo, falava-se da claridade de uma cidade noturna repleta de “navios iluminados”, que permaneciam congestionados durante os movimentos grevistas. Assim, não podia haver nada mais irônico e provocativo que prender os “agitadores” nas “trevas” de um velho navio com o casco pintado de preto. Erasmo Dias, major do Exército em 1964 e uma das lideranças militares do golpe na Baixada Santista, afirmou recentemente que o motivo da requisição do navio Raul Soares era evidentemente psicológico.<sup>75</sup>

Assim, a tortura psicológica começava mesmo antes de o preso político adentrar o navio. A disputa neste campo do simbólico, quando as representações identitárias da classe trabalhadora são apropriadas e usadas contra os próprios trabalhadores do cais de Santos, representam uma dupla violência: a primeira foram as ameaças psicológicas que visavam “quebrar” o indivíduo, os deixando ciente da tortura física que encontrariam dentro do navio;

---

vermelhos. Havia ainda uma corrente cuja principal característica era o anticomunismo. Compunha-se principalmente de elementos da igreja católica, que defendiam os interesses dos trabalhadores nos marcos da colaboração de classes.” De acordo com o autor, foram “aproveitados elementos da corrente dos renovadores, grande parte proveniente da igreja católica, dos círculos de operários cristãos e membros das chapas de oposição ao sindicalismo vermelho, de antes de 64” como intervenientes nos sindicatos. Cf. Lutas e organização sindical em 68, apesar da Ditadura. Pernambuco. **Revista Clio – Revista de Pesquisa Histórica**, v. 1, n. 26, 2008, p. 156.

<sup>72</sup> BIERRENBACH, Júlio de Sá, op. cit.

<sup>73</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. **Os doqueiros do Porto de Santos**: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). Campinas: Unicamp, 1992. 413 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992, p. 380.

<sup>74</sup> A TRIBUNA, op. cit.

<sup>75</sup> SILVA, Fernando Teixeira, op. cit., p. 380.

a segunda foi tornar o “navio”, tão representativo para estes trabalhadores, local onde seus projetos e aspirações seriam submetidos a uma dura provação.

Lá, assim como no Rio de Janeiro, trabalhadores tentaram enfrentar o Golpe através da aliança com setores legalistas das Forças Armadas leais ao Presidente João Goulart. Mas, assim como na cidade carioca, o suposto “dispositivo militar” que deveria entrar em funcionamento no caso de um golpe contra as instituições constitucionais de então, simplesmente falhou; ou não foi acionado, como se vê abaixo:

Não foram poucos os líderes nacionalistas que acreditavam numa resistência armada ou numa greve geral contra o golpe iminente. Na tarde de 31 de março, os sindicalistas da Baixada Santista reuniram-se em um apartamento de Waldemar Neves Guerra, presidente do SEASPS, para traçar o plano de resistência ao golpe anunciado pelos mais diversos boatos. A estratégia era entrar em contato com o III Exército e deflagrar uma greve geral. Contudo, a “esquerda militar” não impôs qualquer resistência e, no dia 1º de abril, por determinação do Capitão dos Portos, os sindicatos sofreram imediata intervenção, onde se procurava supostas armas que serviriam para a “cubanização” no país.<sup>76</sup>

As classes dominantes em Santos, através dos meios de comunicação, tentaram passar ao resto dos habitantes da região que sua “revolução” golpista havia sido bem sucedida e efetivada sem sobressaltos, como consta em um informe publicado pela 7ª Divisão Policial à população.<sup>77</sup> Começava a mistificação da História por parte dos golpistas e a tentativa de obter legitimidade em um processo ilegítimo.

Entretanto, não havia “normalidade” alguma na região desde o dia 31 de março de 1964. Fernando Teixeira da Silva relata mais detalhes de como se deu o desenrolar da greve:

Desde o início do golpe, no entanto, nenhuma “normalidade” podia ser vislumbrada na Baixada Santista. Desde o dia 31 de março o porto encontrava-se totalmente paralisado por iniciativa dos estivadores. No dia 1º de abril, não havia qualquer serviço de bondes e nenhum trem trafegou sobre os trilhos da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Em Cubatão, a Refinaria Presidente Bernardes, a Cosipa e outras indústrias permaneceram imobilizadas. Mesmo com as prisões e a fuga dos dirigentes sindicais, o movimento da resistência não demonstrava sofrer acefalia: os trabalhadores eram sua cabeça e direção. Na refinaria foram registrados praticamente 21 dias de paralisação, num confronto aberto entre os trabalhadores e

---

<sup>76</sup> Ibidem, p. 388.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 389.

as forças militares sob o comando de Erasmo Dias. Os portuários mantiveram a greve por três dias, mas sua reação ficou bastante conhecida pela teimosa “operação-tartaruga” que perdurou ainda por muito tempo.<sup>78</sup>

Apesar da resistência em Santos e região ter sido organizada por diversos sindicatos de trabalhadores, em resposta frontal ao Golpe que se instalava em todo País, caiu sobre eles toda a força do aparelho estatal repressivo, conseguindo não só arrefecer qualquer possibilidade de um novo confrontamento dos trabalhadores, pelo menos naquele período, como também acabou desorganizando a classe trabalhadora da Baixada Santista.

Por outro lado, não só de grandes centros urbanos se fez a resistência ao Golpe que as classes dominantes e as Forças Armadas desferiram. Também em cidades menores, aparentemente sem a mesma concentração de trabalhadores organizados, ocorreram diversas tentativas de resistência e em algumas a eclosão da greve, tática tradicionalmente arraigada pelas experiências de luta da classe trabalhadora no Brasil.

Em Criciúma, o Sindicato dos Mineiros de Criciúma tentou organizar os mineiros em torno da greve geral conclamada pelo CGT. Lá, os sindicalistas percorreram as minas ainda de madrugada, organizando a greve, enquanto militantes ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) tomavam uma rádio local e difundiam o manifesto grevista repudiando o Golpe:

Em Criciúma, a semana que antecede o golpe de 1º de abril de 1964 é composta por reuniões. Entretanto, com a notícia da deposição do presidente João Goulart pelos militares, às quatro horas da madrugada do dia 1º de abril de 1964, os dirigentes do Sindicato dos Mineiros de Criciúma percorrem as minas, anunciando a deflagração de uma greve geral. A Rádio Difusora de Criciúma, ocupada por petebistas e comunistas, incitava a paralisação geral do trabalho nas minas. A Rádio Difusora conclamava ao povo de Criciúma ao repúdio e resistência ao golpe. A repressão e a violência eram iminentes. Tropas militares do 23º Regimento de Infantaria, sob o comando do coronel Newton Machado Vieira, deslocadas de Blumenau para Criciúma, estavam muito próximas de adentrar a cidade. A sede do Sindicato dos Mineiros é invadida, e seus membros passam a ser “caçados” e muitos foram presos imediatamente após a deflagração do Golpe, ocorre a intervenção no Sindicato dos Mineiros de Criciúma e a prisão de muitos de seus líderes. O Sindicato dos Mineiros de Criciúma um dos primeiros a sofrer essa intervenção, que dura dois anos e meio e

---

<sup>78</sup> Idem.

faz com que suas ações nesse período se tornassem inexpressivas voltadas, sobretudo, ao assistencialismo.<sup>79</sup>

A exemplo das cidades anteriormente citadas, no município catarinense, também, a repressão foi imediata e desmobilizadora da resistência dos trabalhadores.

Na cidade de Rio Tinto, na Paraíba, fundada pela família Lundgren, imigrantes suecos, a 52 km da capital João Pessoa, entre 1917 e 1924, enquanto um empreendimento fabril, filial da Fábrica de Tecidos de Paulista, Casas Pernambucanas no sul do Brasil e Casas Paulista no norte País, também foi palco da resistência dos trabalhadores ao Golpe. Lá o crescente movimento operário se organizou durante os anos 1950 e 1960, tendo inclusive eleito um prefeito operário, em 1963. Assim,

O período compreendido entre o final dos anos 1950 até 1964 coincide com o incremento destacado da organização dos trabalhadores em Rio Tinto. Nestes anos, os operários (serralheiros, tecelãs, fiandeiras, motoristas, oleiros, torneiros, tingidores...) acentuaram suas reivindicações para com os dirigentes da tecelagem. A este tempo, contavam com o apoio da estrutura do sindicato – que em 1960, seria eleito o operário Antônio Fernandes, destacado opositor da fábrica – e da prefeitura - com a eleição deste mesmo operário, em 1963 para a administração do município.<sup>80</sup>

O debate e a defesa das Reformas de Base mobilizaram os operários da cidade-fábrica, produzindo um movimento sindical forte, articulado com trabalhadores rurais, sendo capaz de eleger um prefeito operário em torno deste projeto político. É o que afirma o historiador Eltern Campina Vale:

A repercussão do debate nacional, na cidade fábrica Rio Tinto, se dá, via movimento dos trabalhadores rurais e operários, pelo crescente interesse de participação e desejo de acompanhamento dos debates da situação político-econômica e social brasileira. As articulações entre trabalhadores da cidade e do campo, a atuação do sindicato, a eleição de operário à Prefeitura, em 1963, e o quadro de mobilização da cidade-fábrica, em defesa dos direitos sociais, tudo isso é objeto da ação repressiva do golpe

---

<sup>79</sup> PALMAR, Ana. A repressão aos mineiros de criciúma após o golpe civil-militar de 1964. 23 abr 2013. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/a-repressao-aos-mineiros-de-criciuma-apos-o-golpe-civil-militar-de-1964/>. Acesso em: 14 mai. 2013.

<sup>80</sup> VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história:** a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). Fortaleza: UFC, 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008, p. 28.

civil-militar. Nessa conjuntura uma singularidade é notada em Rio Tinto no dia 1º de abril: uma greve geral em favor do Presidente João Goulart.<sup>81</sup>

Rio Tinto então viu, em 1º de abril, os operários paralisarem a fábrica de tecidos, ocuparem as ruas e a sede do sindicato têxtil. Inclusive se levantou a hipótese de usar como tática de resistência o sequestro dos proprietários da fábrica, a família burguesa dos Lundgren, o que foi refutado ainda na madrugada do primeiro dia do Golpe.<sup>82</sup>

A resistência dos operários da cidade-fábrica teve repercussão no *Correio da Paraíba*, edição de 3 de abril de 1964. Mesmo com o tom condenatório e pró-golpista, o jornal caracterizava a greve dos operários com a manchete “*Camponeses e operários reagiram em Rio Tinto*”, fazendo, posteriormente, elogios à repressão que ali se deu a mando do coronel Luís de Barro.<sup>83</sup>

O coronel chegou à cidade na manhã do dia 1º ainda, e imediatamente isolou as ruas do sindicato e o cercou com policiais armados de metralhadoras, pressionando para negociar com o presidente do sindicato e prefeito da cidade, Antônio Fernandes. Ao fim do dia, o sindicato estava rendido, assim como a greve que paralisava a cidade. O líder sindical e político, Antônio Fernandes, aguardou escondido por três a quatro dias e, após, fugiu da cidade, quando percebeu que as lideranças do PTB exilavam-se e não resistiam, enquanto a greve geral, chamada pelo CGT, não ganhava o País. Fernandes se entregou mais tarde ao 15º Regimento de Infantaria, em João Pessoa.<sup>84</sup>

Em Santa Maria, no Rio Grande Sul, também o dia do Golpe não passou despercebido. A cidade do centro do estado era o maior entroncamento ferroviário do Sul do Brasil à época, sendo detentora de um movimento ferroviário de orientação hegemonicamente trabalhista e bastante combativo.

Dada sua importância para a circulação da produção e transporte em todo o estado do Rio Grande do Sul, os ferroviários da Rede Ferroviária Federal da cidade tinham grande peso político e social, chegando a eleger Onofre Ilha Dornelles presidente da União dos Ferroviários Gaúchos (UFG).<sup>85</sup>

<sup>81</sup> VALE, Eltern Campina. E os trabalhadores pararam as máquinas: a greve geral em defesa de João Goulart na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 01 de abril de 1964). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Leopoldo, n. 1, p. 1-13, jul. 2009, p. 03.

<sup>82</sup> Ibidem, p. 06.

<sup>83</sup> Ibidem, p. 07.

<sup>84</sup> Ibidem, p. 08.

<sup>85</sup> Esta informação aparece no Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985), mas sem a data da eleição de Onofre Ilha Dornelles para presidente da UFG. Esta pesquisa não conseguiu progressos nesse sentido. Cf. COMISSÃO de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura Mortos e**

Acompanhando a convocação do CGT para uma greve geral, os ferroviários de Santa Maria paralisaram totalmente a rede ferroviária, ainda em 31 de março de 1964. O jornal local, *A Razão*, noticiava, ainda sem tomar uma posição mais clara, esperando o desenrolar dos acontecimentos, não só a greve dos ferroviários, como dava a entender que a paralisação ocorria nas ferrovias de todo o estado:

A Rede Ferroviária Federal S. A. – Viação Férrea do Rio Grande do Sul – fez eclodir um movimento grevista a partir da zero hora de ontem paralisando [sic] todos os setores de atividades (...) como o movimento de trens em toda a extensão de suas linhas. A classe ferroviária gaúcha, recebendo determinação do Comando Geral dos Trabalhadores fez eclodir o movimento em apoio ao presidente da República e contra um possível golpe do governo. No momento em que redigimos a presente nota (1:30 hora) a reunião dos ferroviários continuava, tendo como local a sede da Sociedade Assistencial do Pessoal de Máquinas. O movimento paredista, que paralisou todas as ferrovias da Nação, terá prazo indeterminado.<sup>86</sup>

Santa Maria também era o local do segundo maior contingente militar no Brasil, ficando atrás apenas da cidade do Rio de Janeiro. No município ficava, e ainda fica, a 3<sup>a</sup> Divisão de Infantaria do Exército (3<sup>a</sup> DI), onde se situava grande parte do III Exército Brasileiro. Essa polarização política e social que marcava Santa Maria demonstraria ser importante no desfecho do Golpe na localidade.

O cientista social e historiador, Antônio Durgante, descreve que “durante os dias 31 de março e primeiro de abril a situação era de apreensão na cidade”, pois “a greve dos ferroviários e as notícias desencontradas que vinham do centro do país apenas serviam para aumentar a tensão, principalmente entre os grupos hegemônicos”.<sup>87</sup>

O clima de tensão aumentaria quando a 3<sup>a</sup> DI assumiria o lado dos golpistas e começaria a ocupar pontos estratégicos da cidade. O primeiro lugar a ser tomado pela repressão foi a gare da Rede Ferroviária Federal, “pois desta forma ficava impedida a formação de comboios em direção a Porto Alegre para dar apoio ao Comando do III Exército,

---

**Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985.** 2 ed. São Paulo: Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos/Instituto de Estudos Sobre a Violência de Estado/Imprensa Oficial, 2009, p. 89.

<sup>86</sup> A RAZÃO. **Rede ferroviária parou totalmente a zero horas.** 01 abr 1964. Disponível no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM).

<sup>87</sup> DURGANTE, Antônio. **Fim do pragmatismo:** as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1968). Santa Maria: UFSM, 2012. 131p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012, p. 70.

que ainda se mantinha leal ao Governo Federal”.<sup>88</sup> Depois, foram tomadas a usina de força, a central telefônica e as estações de rádio Guarathan, Santamariense, Imembuí e Medianeira, interrompendo a transmissão das duas primeiras, cujos manifestos lidos no ar integravam a “Cadeia da Legalidade”, comandada de Porto Alegre.<sup>89</sup>

Assim, os ferroviários foram isolados e a greve que haviam deflagrado ia se esgotando pela repressão. O fim da paralisação era noticiado em 3 de abril, quando a poeira abaixava e o jornal *A Razão* ia, sem pudores, se revelando apoiador do Golpe. Na notícia era vinculado um comunicado atribuído aos líderes ferroviários Francisco Lemes, Onofre Ilha Dornelles e José Vinadé, conclamando o retorno ao trabalho:

A Viação Férrea, que se encontrava em greve, decretada a partir do início dos acontecimentos políticos que abalaram o país, retornou, ontem, ao trabalho com a solução da crise. Já na tarde de ontem, os serviços da ferrovia aqui reiniciavam seus trabalhos normais, após a declamação dada a conhecer pelo Conselho Representativo das Entidades Ferroviárias. A nota, assinada pelos Srs. Francisco Lemes, Onofre Ilha Dornelles e José Vinadé, tinha o seguinte teor: “O Conselho Representativo das Entidades Ferroviárias, neste momento delicado para a nacionalidade, dirige-se a todos os companheiros para concretá-los a se manterem unidos. Cumprimos o nosso dever indo à greve para manter a unidade nacional dos trabalhadores, tudo fizemos para ajudar a manter no poder o Sr. Presidente da República constitucionalmente eleito. Devemos retornar ao trabalho cada vez mais unidos em torno das nossas reivindicações já conquistadas que não devem sofrer solução de continuidade. Conclamamos o retorno ao trabalho, a partir do momento que tomarem conhecimento deste comunicado nos horários normais de trabalho”.<sup>90</sup>

Se o comunicado foi realmente produzido pelos ferroviários, não se sabe o contexto em que foi escrito, mas duas informações nos são valiosas. A primeira foi a menção à greve, reforçando a existência e a amplitude da mesma, durando até o dia 2 de abril, pelo menos; a segunda, foi o sentimento de dever cumprido, sendo que os ferroviários de Santa Maria fizeram seu papel e a derrota imposta não deveria se traduzir em uma fragmentação do movimento.

Entretanto, o fim da greve dos ferroviários de Santa Maria não veio através do diálogo pacífico ou pela mudança da consciência dos trabalhadores da ferrovia, como apregoa o jornal local. Onofre Ilha Dornelles foi preso, barbaramente torturado entre abril e outubro

<sup>88</sup> Ibidem, p. 71.

<sup>89</sup> Idem.

<sup>90</sup> A RAZÃO. **Ferrovia retornou ao trabalho ontem.** 03 abr 1964. Disponível do AHMSM.

em vários quartéis da cidade, entre eles o 7º Regimento de Infantaria e o Batalhão de Carros de Combate Leves, além de ter seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1). Em decorrência das torturas sofridas, o líder ferroviário, ligado ao PTB, faleceu em 28 de dezembro de 1964.<sup>91</sup>

Estes são apenas alguns exemplos de greves e paralisações que ocorreram pelo País em resposta ao Golpe que as classes dominantes e as Forças Armadas desferiram contra o governo constitucionalmente eleito de João Goulart, com o objetivo de sepultar de vez o projeto progressista das Reformas de Base, desorganizar a classe trabalhadora e impor o projeto de concentração de riqueza com permanência das estruturas sociais, possibilitando a dominação de classe destes grupos dirigentes.

As greves descritas acima são apenas alguns exemplos de outras que provavelmente devem ter ocorrido em outros lugares do Brasil. Contudo, estes exemplos nos ajudam a enxergar um quadro, no qual, várias categorias dentro da classe trabalhadora se mobilizaram contra o Golpe imediatamente depois dele eclodir, na virada do dia 31 de março para o 1º de abril de 1964, em diferentes tipos de cidades, de capitais a pequenos municípios, em várias regiões do País.

Trabalhadores do transporte ferroviário e estivadores paralisaram no Rio de Janeiro. Estivadores, portuários e trabalhadores ligados ao Porto de Santos e operários de Cubatão entraram em greve, assim como os mineiros de Criciúma. Também os operários de Rio Tinto, em Pernambuco, e os ferroviários de Santa Maria, paralisando a malha ferroviária no centro do estado, além outros exemplos que, de certo, possam ter ocorrido Brasil afora.

Talvez os defensores da hipótese de que os trabalhadores assistiram “bestializados”<sup>92</sup> ao Golpe de 31 de março de 1964, vendo suas teses esfacelarem diante do levantamento empírico, ausente de suas pesquisas, pois dar voz à classe trabalhadora não é o seu objetivo, refutem estes exemplos de resistência popular, diminuindo sua importância, tachando-os de efêmeros ou pulverizados. Entretanto, ao fazê-lo, desvinculam as lutas em que a classe trabalhadora se empenhou em construir, independente da repressão imediata e de força proporcionalmente desigual utilizada pelos aparatos repressivos do Estado. Como bem reforça Fernando Teixeira da Silva:

Insistindo ainda na pesquisa histórica, colocar a totalidade dos trabalhadores como os “bestializados” da “República Nova” frente ao golpe, é desconsiderar a força da

<sup>91</sup> COMISSÃO de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, op., cit.

<sup>92</sup> Foi Teixeira o primeiro a utilizar esse termo para caracterizar a aparente falta de resistência dos trabalhadores de Santos ao Golpe de 1964.

repressão que imediatamente se abateu sobre a classe operária logo naquele 1º de abril; é não levar em conta, portanto, as diversas categorias dispostas à reação; e não trilhar os possíveis caminhos de recusa e resistência no pós-64 através de “pequenas lutas”. Mas os teleologistas dirão que isto é uma ninharia que não passa de brincadeira de 1º de abril. Que importância teriam reações fluidas e fragmentadas diante do golpe fatal? Uma clássica questão levantada desde 31 de março de 1964: por que os trabalhadores não resistiram ao golpe? A memória deixada pelos “revolucionários” é a memória de consenso, de toda a “sociedade brasileira” que teria saudado o golpe como antídoto necessário e inquestionável frente ao “caos” do governo Goulart. E essa é uma história bastante conhecida.<sup>93</sup>

Como demonstrado, através dos exemplos citados anteriormente, estas hipóteses não se sustentam empiricamente. Em um quadro parcial, podemos perceber que a classe trabalhadora resistiu ao Golpe de 31 de março em diversos lugares do Brasil, conforme as já tradicionais táticas do movimento dos trabalhadores, principalmente arraigadas entre a classe operária, como greves e paralisações, influenciada pela convocação do CGT, que tentava mobilizar uma greve geral nacional em favor das Reformas de Base e da manutenção do presidente constitucionalmente eleito João Goulart.

A repressão veio avassaladora, ainda em 31 de março, em alguns lugares, mas principalmente em todo o mês de abril de 1964, com intervenções em sindicatos e cassações de lideranças sindicais, objetivando tornar o sindicalismo acéfalo, através de prisões arbitrárias, sequestros, torturas, assassinatos e desaparecimentos, com o intuito de desorganizar a classe trabalhadora, o que de fato ocorreu até pelo menos 1966, quando, a partir de então, os trabalhadores foram aos poucos se reorganizando.<sup>94</sup>

### 1.3 Reorganização da Classe Trabalhadora Apesar da Ditadura de Segurança Nacional

Desde o Golpe, em 1964, os trabalhadores ligados à esquerda e, principalmente, aos partidos comunistas, PCB e PCdoB, buscaram reorganizar a classe trabalhadora frente à nova correlação de forças, organizando a resistência nas formas possíveis dentro deste novo contexto social. O depoimento de Derly José de Carvalho, membro da direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo durante os eventos do Golpe, ex-militante do

---

<sup>93</sup> SILVA, Fernando Teixeira da., op. cit., p. 388.

<sup>94</sup> Irei descrever com mais detalhes e mais profundamente como a Ditadura reprimiu e tentou, conseguindo temporariamente, desorganizar a classe trabalhadora, reforçando a noção de uma ditadura das classes dominantes, no segundo capítulo da dissertação.

PCB, PCdoB e Ala Vermelha do PCdoB, ajuda a esclarecer como se deu a atuação dos operários nesse período nebuloso:

Nesse período entrei para a clandestinidade. No dia 1º eles invadiram a minha casa. Mas aí eu já estava fora. Nós reestruturamos o Partido Comunista Brasileiro, montamos o comitê de São Bernardo. Tínhamos contato com os outros comitês. Montamos o comitê estadual e quem dava assistência para nós eram o [Carlos] Marighella e o Toledo [Joaquim Câmara Ferreira]. Nós, eles não conseguiram prender. Não entramos na conversa do Luís Carlos Prestes (risos). Nós estávamos preparados, por isso nós não fomos presos. Fomos presos depois. Nesse momento meu irmão Devanir trabalhava na Toyota, meu outro irmão Daniel trabalhava em outra empresa metalúrgica que eu não lembro o nome. Tinha o Coqueiro, enfim, tinha todo o pessoal da nossa da base. Montamos uma base clandestina, que eram as comissões de fábrica. As comissões de fábrica que dirigiram as greves de 1979, 80, foi o pessoal nosso que montou. No período entre 1964 e 1968 as coisas foram muito por baixo do pano. Não tinha havido ainda as barricadas de Paris. E, além disso, a ditadura estava se estruturando. Mas a gente tinha contato com sindicatos de São Paulo. O Sindicato, por exemplo, dos Ferroviários, o Sindicato dos Marceneiros, o Sindicato dos Químicos. Por exemplo, o [Raphael] Martinelli que hoje está no Sindicato dos Ferroviários, se reunia com a gente. Fazia parte da mesma base. Com o pessoal de Osasco a gente tinha contato. Com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo eu não tinha um relacionamento direto. E, a partir do dia 1º de abril de 1964, nós passamos a ter contato com todo mundo, mas com nome de guerra. A partir daí ninguém mais tinha nome. Só depois que a gente foi saber o nome do pessoal. Depois que tava todo mundo em cana. A partir de 1968, 69.<sup>95</sup>

Derly ainda relata a dificuldade de reorganizar os sindicatos naquele período de intensa repressão, onde até mesmo operários do local de trabalho eram utilizados pela Ditadura para ajudar no processo de delação que levava diversos militantes para a cadeia. Ele segue:

A gente reestruturou o Partido aqui em São Bernardo e Diadema. Formamos uma base muito boa. Eu mudei para São Paulo e, como eu tinha feito um curso de eletrônica e hidráulica, fui trabalhar de eletricista. Como autônomo. Fiquei trabalhando durante 1964, 65, até o começo de 1966. Naquela época, eu vinha para São Bernardo quase todo dia. Nós mantivemos as atividades. Tinha “porta de

---

<sup>95</sup> CARVALHO, Derly José de. Depoimento de Derly José de Carvalho - parte 1. Diadema: 2012. Centro de Memória Sindical. Disponível em:< [http://www.memoriasindical.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=398#.UbYdVedwrSj](http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=398#.UbYdVedwrSj) >.

fábrica". O Sindicato estava sob intervenção e só podia fazer o que os militares autorizavam. Em compensação, a gente fazia greves clandestinas. Tinha um companheiro que era especialista em fazer o interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo apoiar as greves. Mas tinha, por exemplo, o grupo do Paulo Vidal, que dedava todos os companheiros. O que foi de companheiro preso aí, não foi brincadeira. Logo em seguida da primeira intervenção de 1964, convocaram novas eleições, nós ganhávamos. Mas ia todo mundo em cana, e se fazia nova intervenção. Isso foi até 1971.<sup>96</sup>

Além da chamada atuação *paralelista* nos sindicatos, assim chamada pela tentativa paralela de organizar os trabalhadores por fora do sindicato oficial, agora sob intervenção, que resultaram na criação dos *comitês de fábrica*, outros elementos ficam evidentes. O contato entre diferentes categorias laborais e em diferentes cidades da região da Grande São Paulo, estabelecendo uma rede de cooperação entre os trabalhadores e os partidos em que eles estavam inseridos, realçam a complexa rede que a classe trabalhadora então ia montando para organizar a resistência.

O biênio de 1964 a 1966 seria marcado por um grande momento de refluxo do movimento dos trabalhadores, devido, principalmente, à repressão que se abateu sobre a classe trabalhadora, resultando em um processo de reorganização ao nível de base, dentro das fábricas e lugares de trabalho. No movimento operário, a tentativa de reorganização da luta operária foi assim compreendida em um jornal do Sindicato Metalúrgico de Santo André, em 1968:

[...] de 1965 a 1966, a luta se desenvolveu sem nenhuma coordenação, de forma esparsa, através dos sindicatos que protestavam isoladamente contra os minguados aumentos. Aos poucos, o problema salarial passou a se constituir no principal ponto de aglutinação do movimento trabalhista depois do processo de depuração a que foi submetido, logo após o movimento de março [de 1964]. Aos poucos, os sindicatos começaram a se organizar, os protestos começaram a ser mais coletivos e a palavra arrocho surgiu dando mais forças ao movimento.<sup>97</sup>

Assim como, em outras vezes na História do movimento proletário, a luta dos operários por motivos salariais levava à reorganização da classe em torno de reivindicações ainda maiores. Dentro do contexto de Ditadura de Segurança Nacional, isso significava um

---

<sup>96</sup> Idem.

<sup>97</sup> O METALÚRGICO apud FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964 – 1984)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 21.

caráter fundamentalmente político. A experiência agregada nesse processo teve como resultado a criação de comitês de fábrica, movimentos contra o arrocho-salarial e o retorno das greves, a partir de 1967. E greve, naquele período, era fazer uma declaração, essencialmente contrária a Ditadura, demonstrando que os operários estavam insatisfeitos com aquele estado de coisas.

José Ibrahim, operário empregado na Companhia Brasileira de Materiais (COBRASMA), com dezessete anos em 1964, em Osasco, relata como se iniciou a reorganização da classe trabalhadora na fábrica, a partir de um acidente com um colega de trabalho:

Nos começos de 1965 ocorreu um grave acidente na seção de fundição. Um companheiro, muito querido entre os trabalhadores, ficou gravemente ferido e logo depois morreu. Aquele acidente fatal confirmou as nossas denúncias sobre o perigo desse trabalho e a falta de proteção dos trabalhadores. No dia do enterro daquele companheiro organizamos uma paralisação total da fábrica. Exatamente às duas horas da tarde, hora em que o companheiro estava a ser sepultado, paralisamos a COBRASMA durante cinco minutos. Tratava-se de uma simples homenagem de solidariedade com o companheiro morto. Mas foi suficiente para que a direção da COBRASMA se desse conta do fenômeno de organização sindical que existia dentro da fábrica e procurasse discutir com o comitê sindical clandestino.<sup>98</sup>

Dessa discussão, envolvendo a diretoria da fábrica e o comitê clandestino, resultou a aceitação do comitê sindical como único representante dos trabalhadores da COBRASMA, fato que muito tem a ver com o papel que este comitê exerceria não só na contestação do Sindicato dos Metalúrgicos, dirigido desde que sofrera intervenção ou por interventores ou por operários eleitos pelos interventores, atuando paralelamente a ele, mas também a construção de um movimento contestatório que iria desembocar na grande greve de 1968.

Logo que a legitimação como única representação dos operários da fábrica veio, as lideranças sindicais iam tecendo seus objetivos, conforme pode-se ver abaixo:

Nosso objetivo era iniciar a luta a nível de fábrica, a partir dos problemas específicos do centro de trabalho. Tínhamos também as perspectiva de fazer um trabalho sindical com todos os demais trabalhadores metalúrgicos de Osasco, mas antes de tudo era preciso organizar comitês sindicais de fábrica. Ao mesmo tempo,

---

<sup>98</sup> IBRAHIM, José. Os operários. In. CASO, Antonio (org.). **A esquerda armada no Brasil (1967-1971)**. Lisboa: Moraes Editores, 1976, p. 50-51.

lutaríamos com todas as nossas forças contra a congelação de salários e as leis repressivas da ditadura que proibiam o direito de greve.<sup>99</sup>

Assim, as lideranças do comitê de fábrica da COBRASMA iam conseguindo cada vez mais apoio entre os trabalhadores do próprio local de trabalho, resolvendo questões imediatas, como pequenos incidentes em banheiros, como canos quebrados, que causavam grande frustração com as péssimas condições de higiene.<sup>100</sup> Entretanto, o trabalho político não era deixado de lado. Pelo contrário, ganhava força e participação de mais operários, cuja simpatia era voltada àqueles que resolviam problemas práticos do dia a dia fabril. Desse modo, a reorganização da classe trabalhadora naquele local ia se concretizando, pois

A principal forma de luta, durante essa etapa, consistia no que nós chamamos de “Operação Tartaruga”, isto é, trabalho lento, remanchado, improdutivo. Em cada “operação tartaruga” os operários não somente trabalham menos como também não trabalham bem. Baixava a produção e a qualidade do produto. A “operação tartaruga” é uma arma formidável para pressionar os patrões. Não se cumprem as normas de trabalho e a produção é de qualidade inferior. Além disso, o patrão nunca pode provar nada, nem consegue localizar aonde se encontra a chave do problema, porque os operários conhecem melhor a fábrica que os patrões e sabem como fazer as coisas de forma a eles não interferirem. Durante a “Operação Tartaruga” cada operário está aparentemente trabalhando; está, como se diz, suando a camisa, mas o que produz é muito pouco e de má qualidade. E tem sempre uma justificação: um problema mecânico, uma ferramenta mal afiada, a má qualidade do aço utilizado, etc. Sob a ameaça de “Operações Tartarugas” conseguimos algumas reivindicações a nível de fábrica.<sup>101</sup>

Em 1966, houve eleições para o comitê de fábrica da COBRASMA, sendo que José Ibrahim foi eleito o novo presidente, em um período descrito como de grande atividade sindical, com a realização de assembleias que contaram com a participação de seiscentos ou setecentos operários, algo que o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, cuja direção era alinhada com a Ditadura, nunca conseguiu.<sup>102</sup>

Seguindo o depoimento de José Ibrahim, a reorganização da classe trabalhadora na fábrica não era bem vista pela direção da COBRASMA, a qual não atendia as reivindicações dos operários, oriundas de um grande debate coletivo. Em resposta a falta de diálogo dos

<sup>99</sup> Ibidem, p. 52.

<sup>100</sup> Idem.

<sup>101</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>102</sup> Idem.

patrões, o comitê da fábrica organizou uma assembleia geral, só que dessa vez com representantes de todos os metalúrgicos de São Paulo. Ibrahim relata aquele momento:

Foi uma assembleia muito importante. Quando o presidente pelego do sindicato regional abriu a reunião, a massa trabalhadora gritou-lhe que saísse. Aos gritos, acusavam a direção pelega do sindicato não haver feito nada para solucionar os problemas da COBRASMA, de nem sequer mobilizar os trabalhadores para aquela assembleia e que por isso não era justo que eles o dirigessem. O presidente pelego negou-se a sair e outros dirigentes do sindicato gritaram também: “isto é uma manobra dos comunistas!” A massa operária, entretanto, gritava cada vez mais, e todos os dirigentes pelegos tiveram que abandonar o local, onde então a assembleia continuou.<sup>103</sup>

Ficava claro que a direção de operários indicada pelos interventores não só não atendia às demandas dos operários, alinhavando-se com a Ditadura e a burguesia industrial, como também não tinha respaldo ou simpatia destes operários.

A direção da COBRASMA, assustada com a possibilidade de ver uma greve eclodir na fábrica, resolveu atender as reivindicações dos operários, o que fez com que a direção do comitê de fábrica, liderado então por Ibrahim, ganhasse projeção política entre a classe trabalhadora. Compondo uma chapa que mesclava cristãos da Juventude Operária Católica (JOC) e uma fração de militantes do PCB, o grupo independente do comitê de fábrica da COBRASMA ia discutindo com operários de outras fábricas de Osasco o programa que eles haviam sintetizado, criando mais comitês de fábricas no processo, culminando na vitória para a eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, em julho de 1967, como se vê adiante:

Quando se realizaram as eleições, ganhamos por maioria absoluta na primeira votação. A chave da vitória foi o nosso programa: um programa de esquerda que a massa aceitou porque ia ao encontro de seus interesses. A própria campanha da reação, apregoando que a nossa ditadura era de esquerda, comunista, muito nos ajudou a ganhar as eleições. A resposta dos trabalhadores manifestou-se em inumeráveis demonstrações de apoio. Lembro-me do caso de um velho operário da COBRASMA. Um dia, à hora do almoço, perguntaram-lhe: “Você vai votar pela candidatura do Ibrahim? Você não sabe que ele é comunista? Você não sabe que há outros comunistas na chapa dele?” Com muita dignidade, o velho operário respondeu: “Vou votar por eles porque estou convencido de que, neste país, os

---

<sup>103</sup> Ibidem, p. 54.

únicos que têm colhões são os comunistas. O resto já demonstrou que não serve pra nada e já se vendeu à patronal”.<sup>104</sup>

Aos vinte anos, José Ibrahim, à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, colocava em prática então a experiência acumulada no comitê de fábrica da COBRASMA, com liderança fundamental para a reorganização da classe trabalhadora, espalhando o avanço da luta dos operários para as demais fábricas da região, além de se estabelecer contato com as direções sindicais de oposição dos estados de São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e outros. Entretanto, apenas em Osasco a oposição sindical conseguiu de fato se eleger para a seção sindical regional da categoria.<sup>105</sup>

A imposição do arrocho salarial pela Ditadura de Segurança Nacional tinha então um caráter duplo: de um lado, se constituía enquanto condição necessária garantir a imposição do modelo de crescimento conservador, abastecido com voluptuosos empréstimos estrangeiros, que gerariam a concentração abissal de capital nas mãos da classe dominante; por outro lado, o congelamento dos salários se mostrou fator determinante para a reorganização da classe trabalhadora em termos mais amplos.

Prova disso foi a formação do Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em São Paulo, e da Frente Intersindical Antiarrocho (FIA), no Rio de Janeiro, no segundo semestre de 1967. O sociólogo Celso Frederico entende que o MIA nunca se fortaleceu o suficiente, frente ao temor operário da repressão, já que qualquer tipo de “união espontânea” poderia ser enquadrado por crime contra a Segurança Nacional<sup>106</sup>, além da pressão de elementos “externos” ao movimento operário, como o movimento estudantil, e as críticas da oposição sindical de esquerda, contra o chamado “peleguismo” e inoperância da direção do movimento. Seguimos o autor:

As atividades públicas do MIA começaram no segundo semestre de 1967. Pelo menos seis encontros foram realizados (nos sindicatos metalúrgicos de São Paulo, Santo André, Osasco, Campinas, Guarulhos e Vila Formosa). E esses encontros não foram nada tranquilos: de um lado, a presença da polícia, intimidando os dirigentes sindicais, cercando os locais onde se realizavam os atos, fazendo ameaças etc. De outro lado, a debilidade do MIA agravou-se com um fato inesperado: a pressão do aguerrido movimento estudantil que insistia em participar das reuniões sindicais para convocar os trabalhadores para a luta aberta contra a ditadura militar. Essa

<sup>104</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>105</sup> Ibidem, p. 56.

<sup>106</sup> FREDERICO, Celso, op. cit., p. 22.

intromissão de setores da UNE e da UEE encontrava apoio e estímulo em algumas “oposições sindicais” e no sindicato metalúrgico de Osasco que, a contragosto, atuava dentro do MIA. De modo geral, esses setores achavam que o MIA era uma reunião de burocratas sindicais sem representatividade, mais preocupados em fazer conchavos de cúpula do que em preparar a classe operária para a luta contra a ditadura militar.<sup>107</sup>

O pessimismo de Frederico sobre a atuação de estudantes e da oposição sindical de Osasco parece compor a visão dicotômica que condena a inserção das organizações de esquerda na época à classe trabalhadora. Aqui, a atuação dos operários é elogiada quando “pura”, ausentes de “interferências” externas, ainda mais quando relacionadas com outras categorias sociais, como estudantes, por exemplo, e condenada quando relacionada a partidos, e, principalmente, a organizações revolucionárias, reproduzindo ideias exógenas, quase sempre retratadas como “radicais” demais para os moderados trabalhadores.

Não era essa a visão de José Ibrahim. Além de deixar clara a participação deste grupo independente de Osasco na construção do MIA, como forma de conseguir ampliar a rede de contatos entre os diversos sindicatos, através da palavra de ordem contra o arrocho salarial, o movimento estudantil era usado como exemplo de que era possível, pelo menos naquele momento, fazer massivas manifestações contra a Ditadura:

Havia naquele momento um fato positivo no âmbito político brasileiro: a luta do setor estudantil contra a ditadura. O movimento estudantil brasileiro demonstrava nas ruas que era possível, através da organização e mobilização da massa, lutar contra a repressão. Os estudantes haviam desmoralizado a polícia em muitas cidades. Saíam seguidamente às ruas para lutar contra a repressão. E essas ações repercutiam indubitavelmente no movimento operário. Muitos trabalhadores comentavam: “Os estudantes estão muito mais unidos que nós. Eles vão para a rua e lutam contra a polícia, enquanto nós permanecemos passivos.” Entre os operários de Osasco essa era a opinião, e na realidade os estudantes demonstravam maior unidade e mais combatividade.<sup>108</sup>

Aqui, parece ser a confirmação do postulado metodológico de Adam Przeworski, no qual o cientista político afirma que todo conflito histórico pode ser compreendido como sendo efeitos de formação de classes e por sua vez produzindo efeitos sobre essa formação. Assim, a categoria social dos estudantes, ao enfrentar a repressão nas ruas, produzia efeitos de

<sup>107</sup> Ibidem, p. 22-23.

<sup>108</sup> IBRAHIM, José, op. cit. p. 57.

formação sobre a classe trabalhadora, pois ao questionar frontalmente a Ditadura, incidia sobre a desorganização que esta colocava em prática, e fortalecia a reorganização da classe trabalhadora.<sup>109</sup>

Por sua vez, o argumento, várias vezes utilizado para diminuir a importância das lutas de trabalhadores e operários, de que os trabalhadores como um todo não aderiram ao processo de luta contra a Ditadura de Segurança Nacional é, de fato, um exercício de tautologia. Obviamente a maior parte dos trabalhadores resignou-se, mas isso não pode ser desvinculado do contexto de repressão e da *cultura do medo* que a Ditadura se utilizou para assegurar sua dominação política. Por isso, o uso do conceito de “classe” no sentido de que “os indivíduos — escrevem Karl Marx e Friedrich Engels em *Deutsche Ideologie* — formam uma Classe só quando estão comprometidos na luta comum contra uma outra Classe(sic.)”<sup>110</sup>.

Se a maior parte dos trabalhadores não resistiu, fica, então, o questionamento: a maior parte dos estudantes resistiu, ou apenas uma parcela? Mesmo uma rápida análise demonstra que o movimento estudantil do período e as suas manifestações não conseguiram congregar a maioria dos estudantes, mas apenas suas camadas mais politizadas, normalmente residentes em grandes centros urbanos<sup>111</sup>. De qualquer maneira, para além de visões romantizadas sobre a disposição dos indivíduos para resistir, nos é claro que para o trabalhador a condição familiar de único provedor, na maior parte das vezes, naquela época, dificultava a tomada da participação em ações que implicassem em possíveis demissões, prisões ou outras arbitrariedades impostas ou pela burguesia proprietária das fábricas, ou pelo Estado utilizado para reprimir. Como exemplifica José Ibrahim, demonstrando a dificuldade prática em mobilizar trabalhadores:

No processo de preparação da massa operária para as manifestações contra a congelação de salários, organizadas pelo MIA, fomos ganhando conhecimento e experiência sobre os problemas específicos de cada fábrica de Osasco. Isto nos permitia ir fazendo uma seleção dos melhores elementos de cada fábrica para integrar os comitês sindicais. Muitos desses elementos eram antigos militantes decepcionados com o reformismo e com a política da esquerda brasileira em geral. A maioria continuava disposta para a luta, mas queria ver primeiro fatos concretos e não generalizações teóricas. Alguns já haviam sido golpeados e castigados muito duramente em consequência das vacilações das direções e sentiam-se frustrados. Às

<sup>109</sup> PRZEWORSKI, Adam, op. cit., p. 100.

<sup>110</sup> BOBBIO, Norberto et alli. **Dicionário de política**. 11. ed. Tradução de Carmem Varriale, et alli. Brasília: UnB, 1998, p. 172.

<sup>111</sup> Sobre um estudo aprofundado e mais complexo do movimento estudantil Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

vezes era difícil conseguir convencê-los a voltar à luta. Alguns chegavam mesmo a confessar que não queriam voltar e depois complicar a vida. Um deles argumentava da seguinte maneira: “Já estive preso uma vez. Minha família passou fome, meu filho morreu enquanto eu me encontrava na prisão e nem sequer pude assistir ao enterro. E tudo isso de nada serviu. Agora não me quero meter outra vez em complicações”. Tivemos que discutir muito com aqueles companheiros, e, à medida que eles foram vendo nosso trabalho na prática, compreendiam a necessidade de retornar à luta.<sup>112</sup>

Apesar da visão positiva de Ibrahim quanto ao retorno deste trabalhador à luta, a maioria, frente à possibilidade de ter sua vida e a de seus dependentes desestruturadas, combinado ao medo imposto pelo Terrorismo de Estado<sup>113</sup>, acabou por não optar pelo enfrentamento direto à Ditadura de Segurança Nacional, principalmente depois que as táticas tradicionais ao movimento operário estivessem praticamente esgotadas.

A assistente social Maria Rosângela Batistoni assim comprehende esse período de reorganização da classe trabalhadora:

O período (1967/1968) corresponde ao primeiro momento de ditadura militar, caracterizado pelas tentativas de articulação das forças antititariais — vale dizer, o movimento operário e estudantil, setores de esquerda, as lideranças democráticas —, numa ação que conjugava legalidade e ilegalidade no combate à repressão e ao arrocho. Com a ascensão de Costa e Silva, abriu-se um clima de debate sobre a situação econômica e a questão salarial e expuseram-se as fraturas internas da classe dominante, ainda não recompostas desde a crise do início da década. Já em 1966, iniciaram-se algumas greves motivadas, em sua maioria, por atraso de pagamentos, principalmente em médias e pequenas indústrias. Nos anos seguintes, ocorreram inúmeras paralisações por reajuste de salários. As articulações do MIA, mesmo centralizado nas cúpulas sindicais, atingia as fábricas, com a denúncia das perdas salariais acumuladas desde 1964.<sup>114</sup>

Essa crescente organização resultou na eclosão em uma série de greves no ano de 1968. Em abril daquele ano, a cidade industrial de Contagem, em Minas Gerais, paralisaria por

<sup>112</sup> IBRAHIM, José, op. cit. p. 58.

<sup>113</sup> Iremos discorrer mais profundamente sobre o Terrorismo de Estado, a “cultura do medo” e as estratégias de repressão, justamente enquanto condição necessária para a desorganização da classe trabalhadora, com mais espaço no segundo capítulo da dissertação.

<sup>114</sup> BATISTONI, Maria Rosângela. **Entre a fábrica e o sindicato:** os dilemas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (1967-1987). Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC-SP, 2001. 498 f. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001, p. 41-42.

completo, configurando a maior greve operária desde o início da Ditadura, em 31 de março de 1964.

O Sindicato dos Metalúrgicos, desde fins de 1967, organizava os operários contra o arrocho salarial, acumulando forças o suficiente para deflagrar o movimento; a AP, a Corrente Revolucionária e o Comando de Libertação Nacional (COLINA) tinham militantes operários atuando no movimento sindical, reforçando que a dicotomia entre classe trabalhadora e partidos/organizações é empiricamente falsa. Como mostra Jacob Gorender:

[...] a 16 de abril de 1968, cerca de 1200 empregados da siderúrgica Belgo Mineira paralisaram sua atividade e se reuniram na sede do sindicato, supostamente à revelia da diretoria. Em poucos dias, os grevistas em Contagem já são 16 mil, unidos em torno da reivindicação de reajuste salarial acima do teto oficial de 17%. A envergadura do movimento impôs o deslocamento do Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho para Belo Horizonte, onde se declarou disposto a negociações – algo insólito no comportamento governamental. Por fim, o Governo Costa e Silva concedeu 100% de abono, o que abriria ligeira fissura na rigidez do arrocho. Com esta vitória parcial, a greve se encerrou a 2 de maio.<sup>115</sup>

A greve de Contagem demonstrava que era possível vencer a política do arrocho salarial através da luta, algo que seria tomado de exemplo em São Paulo.

Em maio, o dia do trabalhador foi o prelúdio para a greve que viria. No dia 1º, em um comício organizado pelo MIA, no qual o então governador do estado, Abreu Sodré, deveria falar, em plena Praça da Sé, foi formada uma complexa ação, que além de operários envolvia militantes da VPR, do qual José Ibrahim já fazia parte, da ALN, da AP e da Dissidência Universitária Comunista de São Paulo, além de estudantes da União Nacional dos Estudantes (UNE). O plano era tomar de assalto o palanque, expulsando as lideranças sindicais atreladas à Ditadura, e o governador do estado de lá.<sup>116</sup>

Quando Abreu Sodré se dirigiu ao microfone, este foi cortado e logo o apedrejamento começou, tendo o governador e seus agentes do DOPS de se abrigar na Catedral da Sé, sendo que o palco foi tomado, conforme o planejado, sendo colocado no lugar um retrato enorme do revolucionário argentino Ernesto Che Guevara, símbolo da Revolução Cubana, o qual foi erguido e efusivamente saudado pelos vinte mil operários que lá estavam, de acordo com José Ibrahim.<sup>117</sup> Depois de vários discursos, a manifestação seguiu pelas ruas

<sup>115</sup> GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1999, p. 155.

<sup>116</sup> IBRAHIM, José, op. cit., p. 62-63.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 65.

do centro de São Paulo, onde a sede do City Bank, representação simbólica do imperialismo estadunidense para a esquerda da época, foi apedrejado e a bandeira dos Estados Unidos, que antes se encontrava no topo no prédio, foi arrancada e queimada pelos manifestantes.

O 1º de maio mostrava que a reorganização da classe trabalhadora, em São Paulo, também, ia se dando politicamente e o sentido do enfrentamento à Ditadura ia ficando claro. Ainda nesse mês, ocorreram greves em várias fábricas de São Bernardo do Campo, que apesar da curta duração, reforçam a ideia de que um padrão estava se estabelecendo, e ele indicava que os operários não mais aceitavam a opressão à qual estavam sendo submetidos.

Para Frederico, “foram movimentos de curta duração, restritos ao interior das indústrias e que ocorreram à revelia da direção sindical que foi surpreendida pelos acontecimentos”. As greves eclodiram nas seguintes fábricas: Mercedes-Benz, Volkswagen, Willys, Chrysler, Kubota e Fendt.<sup>118</sup>

Em Osasco, onde o trabalho de base havia sendo feito desde 1965, os operários exigiam a greve. A “ansiedade” causou precipitações, como quando os operários da fábrica BARRETO-KELLER entraram em greve sem articular com o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. O dono da fábrica recusava-se a negociar e ameaçava os operários com demissões em massa, quadro que só se alterou depois que o sindicato retaliou, ameaçando convocar uma greve geral em Osasco. Depois de muitas negociações, os cento e cinquenta operários conseguiram aumento de salário, o que significava uma vitória para toda a classe trabalhadora, pois implicava em uma derrota política das classes dominantes e das leis ditatoriais que garantiam o arrocho.<sup>119</sup>

Começou, assim, o planejamento da greve geral em Osasco, que deveria não só organizar os operários das diversas fábricas da cidade, como espalhar a mobilização para outras regiões industriais paulistas como Jaguaré, Leopoldina, Lapa, entre outros, integrando todos os dirigentes oposicionistas em alerta para a eclosão de uma greve geral.

Em 16 de julho de 1968, na fábrica da COBRASMA, iniciava a greve dos operários metalúrgicos. Do setor de fundição para a paralisação total da fábrica, demorou vinte minutos, quando se estabeleceu um cordão de segurança em torno da fábrica, objetivando repelir a já esperada repressão. Depois, as fábricas LONAFLEX, BARRETO-KELLER e ALVES REIS, todas da cidade de Osasco, também paralisaram, ao passo que uma manifestação popular, organizada por familiares dos operários, ia surgindo espontaneamente nos bairros operários,

<sup>118</sup> FREDERICO, Celso, op. cit., p. 45.

<sup>119</sup> IBRAHIM, José, op. cit., p. 67.

conseguindo apoio inclusive de alguns padres, que pediam aos fiéis que orassem pelos operários em greve.<sup>120</sup>

Além deles, outros trabalhadores iam aderindo à parede: cozinheiras e garçonetes que trabalhavam no refeitório da COBRASMA apoiaram a paralisação assim que esta teve início; já engenheiros e técnicos, que antes haviam sido retidos ali contra a própria vontade, quando liberados, resolveram aderir ao movimento.<sup>121</sup> A classe trabalhadora da região mostrava sinais de como a luta política ia os unificando.

Pela tarde, o Exército já ocupava os pontos estratégicos da cidade de Osasco, enviando um general para dar o aviso final de que “em nome da lei, do governo e do Exército” exigia-se a desocupação do prédio e o imediato retorno ao trabalho. A resposta coletiva foi de que os operários não reconheciam as leis da Ditadura. A greve continuaria.

Na madrugada do dia 17, porém, os militares invadiam a fábrica a força, enfrentando resistência dos operários lá encastelados, tendo havido, inclusive, luta corporal entre soldados e operários, resultando em vários feridos, situação que durou até o amanhecer, quando ficou claro que os trabalhadores não tinham condições de sustentar aquela situação por mais tempo. O operário José Campos Barreto, o Zequinha<sup>122</sup>, que horas antes havia discursado aos soldados, lembrando-lhes da origem humilde e nordestina da maioria deles, ganhando algum tempo para o movimento grevista, decidiu então ameaçar incendiar o depósito de gasolina, o que resultaria na explosão de toda a fábrica, garantindo a fuga de toda a liderança sindical que lá estava, mesmo que tal ato resultasse na sua prisão.

Na LONAFLEX, os operários improvisaram lança-chamas, o que impediu uma ação violenta da repressão. Ficou acordado então que os operários sairiam da fábrica se ninguém fosse preso, o que de fato aconteceu quando, em bloco, os operários saíram e seguiram seu caminho.<sup>123</sup>

A repressão esmagava a greve de Osasco, apesar de ela continuar em algumas fábricas, já que o movimento grevista havia paralisado praticamente metade do setor

---

<sup>120</sup> Ibidem, p. 74-75.

<sup>121</sup> Ibidem, p. 72.

<sup>122</sup> Zequinha, além de sua participação na reorganização da classe trabalhadora na região de Osasco, participou da manifestação da Praça da Sé, no 1º de maio de 1968, além da greve de Osasco, de julho do mesmo ano. Ficou preso por noventa e oito dias, sofrendo vários tipos de torturas, saindo apenas através de *habeas corpus* e passando a viver na clandestinidade. Foi militante da VPR e do MR-8, organização pela qual atuava, ao ser assassinado, em 17 de setembro de 1971, quando fugia com o Capitão Carlos Lamarca, no sertão da Bahia, do cerco repressivo. In. COMISSÃO DE Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, op. cit., p. 279-280.

<sup>123</sup> IBRAHIM, José, op. cit., p. 77.

metalúrgico da região, segundo Ibrahim, contando com a participação de trabalhadores de outros setores.<sup>124</sup>

Para Marcelo Badaró Matos, “se a greve de Contagem pegou patrões e governantes de surpresa, dificultando a repressão, em Osasco o uso da força seria devastador, anunciando uma nova fase de cassações e emparedamento da ação sindical”.<sup>125</sup>

Celso Frederico entende que a greve de Osasco teve um duplo caráter:

Do ponto de vista econômico, a greve foi uma derrota e, além disso, provocou uma desorganização no meio operário osasquense que se arrastou por dez anos. Entretanto, a greve foi um movimento de contestação e resistência à ditadura que ia além do plano meramente econômico-corporativo. E é justamente aí que se situa o nó da questão: o contexto histórico da greve deu ao acontecimento uma “força simbólica” que uma greve por si mesma, não costuma ter.<sup>126</sup>

Assim como ele, Maria Rosângela Batistoni entende que Osasco se tornou um símbolo, tão profundamente marcado na memória operária, cuja experiência de luta germinaria dez anos depois, quando do retorno do movimento grevista, no ABC paulista:

O desfecho destas greves é conhecido: o confronto direto dos operários com o regime militar, a invasão policial dos sindicatos e fábricas, intervenção, cassações e prisões. O isolamento imposto pela repressão e a derrota de Contagem e Osasco inviabilizaram possíveis elos orgânicos de continuidade com o movimento operário e sindical nos duros anos que se seguiram. Sua experiência, no entanto, permaneceu como um marco de ruptura, resgatado no ressurgimento do movimento grevista no final dos anos 70, de modos distintos: no ABC com as lideranças sindicais combativas e na capital paulista com a Oposição Metalúrgica.<sup>127</sup>

O AI-5, imposto no dia 13 de dezembro de 1968, suprimia uma série de liberdades civis, fechava o Congresso, sepultava qualquer pretensão de sustentar uma legitimidade pseudo-democrática, e veio, fundamentalmente, em resposta à reorganização da classe trabalhadora, que dava provas irrefutáveis de contestação à opressão econômica e social que vivia, e dos movimentos populares oposicionistas, como o movimento estudantil.

<sup>124</sup> Ibrahim ainda dá a entender que a greve teria seguido nessas fábricas por duas semanas, quando finalmente o movimento findaria. Ibidem, p. 78.

<sup>125</sup> MATTOS, Marcelo Badaró, op. cit., p. 108.

<sup>126</sup> FREDERICO, Celso, op. cit., p. 46-47.

<sup>127</sup> BATISTONI, Maria Rosângela, op. cit., p. 43.

A medida começou a ser concretamente discutida em julho de 1968, em duas reuniões, uma no dia 12 e outra no dia 16, exatamente no mesmo dia que eclodia a Greve de Osasco. Reuniam-se o ditador naquele momento, Costa e Silva, e o então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), e futuro ditador, Emilio Garrastazu Médici, além de outros militares de alta patente, sendo o último favorável a implantação imediata do Ato que impedissem a reorganização da classe trabalhadora. Vítor Sinon escreve sobre essa reunião:

O voto de Médici — favorável ao AI-5 já em julho de 1968 — foi acompanhado por outros seis conselheiros, sendo a fala do ministro da Aeronáutica, Marcio de Souza e Mello, aquela que mais claramente caracterizou os objetivos dessa ala do governo. “Falta uma regulamentação ou uma legislação subsidiária que, ao invés de obrigar o Estado a provar que o indivíduo transgrediu essas leis ou violou os princípios fundamentais, atue sob o efeito do delito flagrante, atribuindo-se ao indivíduo provar que não transgrediu e não um processo em que o Estado tem de ir colher provas para levar a julgamento, com toda aquela série de recursos protelatórios que prejudicam os resultados.”<sup>128</sup>

Tanto parte da classe trabalhadora, quanto de parcela significativa do movimento estudantil, reorganizando-se no ano de 1968, se contrapunham frontalmente à Ditadura de Segurança Nacional, questionando sua legitimidade e a imposição de seu modelo de desenvolvimento conservador. Foi em resposta a esse fortalecimento dos setores populares que houve o recrudescimento jurídico da Ditadura, garantindo assim, a possibilidade de levar o Terror de Estado aos níveis necessários para erradicar qualquer tipo de oposição.

Fechado os canais tradicionais de luta, a classe trabalhadora sofria outro duro golpe, e, nesse processo de luta de classes, ia sendo novamente desorganizada como desejavam as classes dominantes brasileiras. Assim, com greves, paralisações, marchas e manifestações, e quaisquer outras táticas que arregimentassem grandes contingentes de pessoas, praticamente impossibilitados de ocorrer, frente à brutal repressão do pós-AI-5, trabalhadores e operários que buscavam continuar a luta frontal à Ditadura de Segurança Nacional iam se inserir de vez no processo de luta armada guerrilheira. Como diz-nos José Ibrahim:

A VPR mantinha vínculos orgânicos com os movimentos de massa (operário e estudantil) e estreitas relações com intelectuais progressistas. O objetivo estratégico

<sup>128</sup> SINON, Vítor. AI-5 já era debatido cinco meses antes, opondo Costa e Silva e o futuro presidente Médici. Última Instância. 13 dez 2013. Disponível em:<[http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/68040/Ai\\_5+ja+era+debatido+cinco+meses+antes+opono+costa+e+silva+e+o+futuro+presidente+medici.shtml&SyAxxOu==](http://ultimainstancia.uol.com.br/conteudo/noticias/68040/Ai_5+ja+era+debatido+cinco+meses+antes+opono+costa+e+silva+e+o+futuro+presidente+medici.shtml&SyAxxOu==)>. Acesso em: 15 dez. 2013.

da organização era o desencadeamento da guerrilha rural em vários pontos do Brasil. Mantínhamos relações com outras organizações revolucionárias brasileiras. Lembro-me de que, na fase final da preparação da greve de Osasco, discutimos com o companheiro Carlos Marighella, dirigente máximo da ALN, sobre as perspectivas do movimento operário brasileiro. O fato concreto é que de Osasco saíram muitos operários para militar nas organizações revolucionárias armadas. Antes e depois da greve, esses companheiros integraram comandos de ação da guerrilha urbana, fortalecendo assim as organizações armadas da esquerda brasileira, principalmente a VPR e a ALN, que então, iniciavam suas ações contra o regime.<sup>129</sup>

Portanto, a classe trabalhadora, que tentou resistir ao Golpe Civil-Militar de 31 de março de 1964, em diversas cidades e regiões do Brasil, mobilizou diferentes categorias profissionais em torno da manutenção do governo constitucionalmente eleito de João Goulart; apesar das cassações, prisões, torturas, e mortes, vindas junto com as intervenções nos sindicatos, traçou novas táticas de atuação, reorganizando a classe trabalhadora em uma atuação *paralelista*, criando uma oposição sindical a revelia dos sindicatos oficiais. Este foi um processo que, no biênio de 1967-68, resultou nos comitês de fábrica, nas paralisações, nas manifestações e, finalmente, nas greves que mobilizaram milhares de operários, insurgidos em condições completamente adversas, um recado claro à Ditadura: não aceitavam ser oprimidos, não toleravam ter seus salários congelados e não admitiam perder seus direitos historicamente conquistados, o que na época tinha um sentido político claro, o de questionamento ao regime.

Frente à escassez de possibilidades de reorganizar a classe trabalhadora, na prática, restariam duas possibilidades de atuação: no chão das fábricas, rearticulando as oposições sindicais, em um trabalho silencioso e de médio ou longo prazo; ou no enfrentamento direto à Ditadura de Segurança Nacional, especificamente, através da resistência armada, no fenômeno o qual Jacob Gorender denominou “inserção geral à luta armada”.<sup>130</sup>

---

<sup>129</sup> IBRAHIM, José, op. cit., p. 80.

<sup>130</sup> GORENDER, Jacob. op. cit., p. 167.

## 2. RESISTÊNCIA E REPRESSÃO: A CONTRAPOSIÇÃO DIALÉTICA DA DITADURA DE SEGURANÇA NACIONAL E A RESISTÊNCIA ARMADA

Se busca a los secuestradores de países.

Se busca a los estranguladores de salarios  
y a los exterminadores de empleos.

Se busca a los violadores de la tierra,  
a los envenenadores del agua y los ladrones del aire.

Se busca a los traficantes del miedo.

*Eduardo Galeano*

Tentando compreender como a Ditadura de Segurança Nacional conseguiu se impor e se consolidar, ao mesmo tempo que pretendia entender melhor os erros da chamada “esquerda armada”, a qual resultou na falência da resistência ao regime ditatorial, a historiografia sobre o tema tem proporcionado resultados não satisfatórios.

Na maior parte das vezes, os historiadores, alguns deles participantes do processo de resistência à Ditadura, em diferentes níveis, têm se focado em demasia sobre o que as organizações revolucionárias escreviam de si mesmas e o que objetivavam, evidenciando como não tiveram sucesso no que pretendiam, analisando, então, seus equívocos e desencontros.

Majoritariamente, estes estudos acabam por classificar as organizações guerrilheiras em “tipos ideais”, separando umas das outras, em uma análise estanque e estática, usando como critério aquilo que elas pretendiam ser, e não o que de fato foram ou tiveram de significado para aquele contexto histórico.

Além disso, qualquer tentativa de compreender como se deu o processo de resistência armada à Ditadura de Segurança Nacional, que esteja desvinculada da repressão que dialeticamente se contrapôs à resistência, resulta em uma compreensão vazia, pois desconsidera o peso do Terrorismo de Estado, tanto na desorganização da classe trabalhadora, quanto na desestruturação física e psicológica daqueles que se colocavam contrários aos seus interesses.

Por isso, pretendo definir, inicialmente neste capítulo, a noção que permeia esta dissertação, sobre a Ditadura e como o Estado e aqueles que o controlavam, a partir de 1964, com claro objetivo de consolidar a dominação burguesa no Brasil, reprimiu os trabalhadores, desorganizando a classe trabalhadora e colocando todo o aparato de inteligência e repressão contra as organizações de resistência armada.

Por fim, então, irei demonstrar como a resistência armada se deu em um processo mais dinâmico e complexo, desmistificando alguns paradigmas construídos sobre as organizações revolucionárias e os guerrilheiros, entendendo que cada organização e partido tinham suas peculiaridades, compreendiam de maneiras diferentes seu objetivos e a forma de alcançá-los, e atuaram de maneiras diversas, mas convergiam em uma etapa mais ampla para a História de lutas de resistência no século passado.

## 2.1 Tentativas de Desorganizar a Classe Trabalhadora e o Golpe

A Ditadura de Segurança Nacional teve um papel central na perpetuação e reconfiguração dos interesses capitalistas no Brasil, não só procurando exterminar qualquer oposição política que ameaçasse esses interesses, como pondo em prática a repressão sobre a classe trabalhadora visando seu enfraquecimento, o que facilitava a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras.

O Golpe de 31 de março de 1964, as características ideológicas, políticas, repressivas, econômicas e sociais do Estado no Pós-1964, evidenciam o caráter de ditadura de classe no projeto levado a cabo pelas classes dominantes. Se o capitalismo, na sua forma política liberal, é compreendido como uma ditadura das classes dominantes sobre a classe trabalhadora, alijadas dos meios de produção e da direção do Estado, o que permite a extração da mais-valia de seu trabalho, a Ditadura de Segurança Nacional, iniciada a partir de 1964, se mostrou uma das formas exacerbadas de ditadura de classe.

O crescimento da classe trabalhadora e sua capacidade de organização, cada vez mais crítica à falta de direitos, baixos salários e grande exploração, além de, durante o Governo João Goulart, ser partidária das Reformas de Base, era uma ameaça à dominação das classes dominantes.

Na década de 1960, a classe trabalhadora dava sinais claros de franca organização. O historiador Marcelo Badaró Mattos apresenta dados relativos a greves somente na cidade do Rio de Janeiro que confirmam essa hipótese: em 1960 foram 35 greves, em 1961 foram 56

paralisações, em 1962 esse número subiu para 61, em 1963 o número de greves foi ainda maior, com 77 greves, e no ano do Golpe, com quase todas as paredes ocorridas antes de 31 de março, 38.<sup>131</sup>

As greves, organizadas normalmente em torno de motivos econômicos, não eram desprovidas de sentido político, o que, contrariando uma historiografia pautada pela noção de “sindicalismo populista”, demonstra uma história de luta mais complexa, como Mattos bem sintetiza:

Torna-se importante, portanto, salientar que as pautas econômicas dominantes não se incompatibilizavam com demandas políticas ou por garantia de direitos contra as decisões da própria Justiça do Trabalho. Pelo contrário, muitas greves incluíam várias demandas de natureza distinta, e mesmo em demandas primariamente econômicas, colocava-se muitas vezes a dimensão do enfrentamento político.<sup>132</sup>

Kenneth Paul Erickson cita várias greves, ocorridas desde 1960 até 1964, com caráter fundamentalmente político. Em novembro de 1960, a *greve da paridade* ocorreu quando trabalhadores civis passaram a ganhar menos que militares, alterando o sistema salarial que gerava tensões desde a década anterior e que implicava no enfrentamento do então Presidente Juscelino Kubitschek e o questionamento do papel dos militares, o que levou à renúncia do Ministro do Trabalho, Batista Ramos.<sup>133</sup>

O autor cita também as greves de agosto e setembro de 1961, em defesa do direito constitucional do Vice-Presidente João Goulart tomar posse, em razão da renúncia de Jânio Quadros;<sup>134</sup> a greve geral de julho de 1962, chamada frente ao impasse na nomeação do primeiro ministro, quando o sistema político ainda era o parlamentarismo, e que fosse favorável as Reformas de Base;<sup>135</sup> outra greve geral, em setembro de 1962, em favor do plebiscito, pressionando o Congresso nesse sentido;<sup>136</sup> greves e ameaças de greves no fim de 1962, quando da crise dos mísseis envolvendo Estados Unidos e Cuba, em que portuários e

<sup>131</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, São Paulo, 2004, p. 243.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 249.

<sup>133</sup> ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 144.

<sup>134</sup> Ibidem, p. 146.

<sup>135</sup> Ibidem, p.149. Indico, ainda, sobre a greve geral de 1962, a tese de doutorado de Demian Bezerra de Melo, em que ele aprofunda o estudo dessa greve, a primeira greve geral do Brasil, demonstrando o nível de organização da classe trabalhadora e sua capacidade de convocar uma greve geral por razões fundamentalmente políticas. Cf. MELO, Demian Bezerra de. **Crise orgânica e a ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962)**. Rio de Janeiro: UFF, 2013. 335 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

<sup>136</sup> Ibidem, p. 154.

ferroviários de Santos ameaçaram não descarregar navios estadunidenses, assim como a ameaça de uma greve geral pela manutenção do ministro do Trabalho, João Pinheiro Neto, que acusava o Ministério da Fazenda e embaixadores estadunidense no Brasil e brasileiro, em Washington, de manterem o País em posição de subordinação e subdesenvolvimento; e por último, a greve nacional de bancários, frente à concretização da demissão de Pinheiro do cargo.<sup>137</sup>

Como citado no capítulo anterior, a cidade portuária de Santos ficou paralisada em greve por 237 dias, em um movimento que contou com quase 86.000 trabalhadores. Erickson escreve que:

Em um comício em agosto, para comemorar a morte de Vargas, Rafael Martinelli, representante do CGT, advertiu Goulart, que também estava no palanque, que as greves iriam se tornar mais intensas e generalizadas até que as reformas se realizassem. Menos de duas semanas após o comício, uma greve de enfermeiras e funcionários de hospitais de Santos, transformou-se numa greve de solidariedade, abrangendo toda a cidade. Isso trouxe finalmente a público o crescente confronto entre trabalhadores e militares.<sup>138</sup>

A tensão entre militares e trabalhadores se evidenciava na medida em que a greve dos trabalhadores era ameaçada pela alta hierarquia militar, a qual pretendia reprimir a classe trabalhadora, descontente com o “sindicalismo esquerdista” capitaneado pelo CGT que, além de questionar a ordem a que eram submetidos, conseguiam apoio do movimento estudantil e de militares de baixa patente, especialmente os sargentos, problematizando a questão da hierarquia militar, tema tão caro para as Forças Armadas.

Em outubro de 1963, ocorreria a *greve dos 700 mil*, que organizou trabalhadores têxteis metalúrgicos, mestres e contramestres da indústria têxtil, químicos, gráficos, marceneiros e operários, com o objetivo de “estabelecer uma nova forma de negociação salarial coletiva que abrangesse todas as categorias sindicais, por meio da representação direta dos líderes representantes das principais organizações horizontais do país”.<sup>139</sup>

A própria criação do CGT, ainda em 1962, discutida também no capítulo anterior, demonstra a ascensão organizacional da classe trabalhadora na década de 1960, questionando formas até então hegemônicas dentro do sindicalismo, buscando cada vez maior autonomia e

<sup>137</sup> Ibidem, p. 159.

<sup>138</sup> Ibidem, p. 171.

<sup>139</sup> CORRÊA, Larissa Rosa. A “greve dos 700 mil”: negociações e conflitos na justiça do trabalho – São Paulo, 1963. **Revista História Social**, n. 14/15. Campinas, 2008, p. 220.

almejando um papel político cada vez mais importante na sociedade. Tal fenômeno, era visto com desagrado e aflição pelas classes dominantes. Era necessário intervir.

As tentativas de desorganização da classe trabalhadora, por parte das classes dominantes, são anteriores ao próprio Golpe. Através do complexo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro Democrático (IPES/IBAD), procurou-se frear o crescimento da classe trabalhadora organizada, infiltrando-se no movimento sindical para tentar conseguir alguma influência ideológica.

René Dreifuss, em sua obra seminal, “*1964: a conquista do Estado*”, publicada pela primeira vez em 1981, diz que:

Perante a tão crítica situação, o complexo IPES/IBAD se lançou numa campanha objetivada à contenção da mobilização popular e à desorganização da incipiente consciência e militância de classe que as massas trabalhadoras aos poucos iam adquirindo. A ação entre as classes trabalhadoras industriais se desenvolveu através de meios ideológicos e políticos. As atividades ideológicas englobavam propaganda geral, esquemas de assistências e mesmo manipulação clientelista. As políticas envolviam a criação de organizações de direita ou apoio às já existentes dentro do movimento trabalhista. Nessas atividades o complexo IPES/IBAD atuava autonomamente ou como um canal para outras organizações, mesmo as de fora do Brasil.<sup>140</sup>

Os esforços sócio-ideológicos do complexo IPES/IBAD visavam enfatizar a “função social do capital”. O objetivo era “dar às massas trabalhadoras um proveito claramente visível no sistema econômico, a ideia de participação nos lucros, propriedade social indireta e co-responsabilidade administrativa”,<sup>141</sup> o que deveria levar a melhorar a imagem pública da empresa privada, que confundisse sua identificação com a própria democracia. Buscava-se a desmobilização e a contenção dos elementos mais combativos da classe trabalhadora.<sup>142</sup>

As atividades colocadas em práticas eram variadas e, na maioria, baseavam-se no assistencialismo como forma de ganhar os trabalhadores e, ao mesmo tempo, colocá-los contra o Governo João Goulart. Dreifuss escreve que:

A ação ideológica desenvolvia-se através de campanhas de alfabetização, de treinamento de líderes sindicais, do estabelecimento de escolas de doutrinação política para setores empresariais e populares e da projeção de um modelo de

<sup>140</sup> DREIFUSS, 1987, op. cit., p. 307.

<sup>141</sup> Idem.

<sup>142</sup> Idem.

desenvolvimentos, basicamente moldado no dos Estados Unidos, cuja imagem era refletida nas ações da Aliança para o Progresso. A campanha do complexo IPES/IBAD incluía também a distribuição de material de propaganda em formas de livros, panfletos, filmes, livretos e o estabelecimento de centros de material de leitura através de bibliotecas móveis e o emprego de mídia audiovisual para divulgar a sua mensagem. [...] A ideia de que demandas econômicas restritas eram permitidas, mas um questionamento do sistema social não o era, foi instalada através de uma meticulosa campanha de doutrinação.<sup>143</sup>

Além da filantropia social, inserida no processo de tentativa de doutrinação, que visavam à criação de “ilhas de contentamento”, objetivando retardar a solidariedade ideológica de classe e organização política da classe trabalhadora,<sup>144</sup> o complexo IPES/IBAD investiu em questões comunitárias, criando, por exemplo, o Corpo de Assistentes Sociais (CAS) e o Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), responsáveis por captar recursos financeiros e voluntários, entre universitários de direita, para sanar problemas imediatos de comunidades pobres, propondo-se antagonizar com propostas de universitários de São Paulo que faziam um trabalho de conscientização social nas periferias da cidade.<sup>145</sup>

De maneira paternalista, a assistência social empreendida por esses grupos buscava criar “uma imagem de possibilidade de ascensão econômica individual como alternativa para a luta social enquanto abafavam as tentativas de politizar a condição de favelado”.<sup>146</sup> Dessa maneira, organizando o “povo”, ou os “indivíduos”, as classes dominantes iam, através do complexo IPES/IBAD, tentando desorganizar a classe trabalhadora.

O IPES/IBAD incentivou, investiu e apoiou a criação de sindicatos, federações e círculos operários que antagonizassem os interesses da classe trabalhadora ligados ao bloco nacional-reformista. Dreifuss sintetiza:

A ação política da elite orgânica entre as classes trabalhadoras e os sindicatos desenvolvia-se grandemente através de organizações “fantoches” e movimentos apoiados pelo clero, que competiam com os sindicatos de esquerda pelo apoio das classes trabalhadoras. As atividades das organizações criadas ou apoiadas financeiramente e tecnicamente pelo complexo IPES/IBAD eram extremamente variadas. Essas atividades compreendiam a doutrinação das fileiras do movimento operário e o treinamento de liderança para militantes, a organização de seminários, conferências

---

<sup>143</sup> Idem.

<sup>144</sup> Ibidem, p. 308.

<sup>145</sup> Idem.

<sup>146</sup> Idem.

e congressos para sindicatos de direita, a dissolução de greves e a organização de contrademonstrações e outras contra-atividades em relação à liderança esquerda e ao Executivo. Através desses meios, o complexo IPES/IBAD tentaria solapar as raízes do movimento sindical nacional-reformistas. Os sindicatos de direita sob a égide do complexo IPES/IBAD eram também mobilizados em conjunção com outras organizações estudantis e de classe média controladas pela elite orgânica. Em sua ação entre as classes trabalhadoras, o complexo IPES/IBAD não constituía apenas a força motriz, mas também servia como canais para a ação de outras organizações políticas, mesmo as estrangeiras e internacionais.<sup>147</sup>

Assim, foram sendo articuladas diversas representações antagônicas à classe trabalhadora apoiadora das Reformas de Base e de cortes ideológicos à esquerda, com apoio dos setores conservadores da Igreja Católica, principalmente os círculos operários, em oposição aos sindicatos menos conservadores. Centenas de círculos operários foram criados ou apoiados nesse período no Nordeste, no Sudeste e no Sul do País, a ponto de várias federações de amplitude nacional serem criadas para articular a ação política desmobilizadora entre os trabalhadores, como a Federação de Círculos Trabalhadores Cristãos, fundada pelo padre Leopoldo Brentano, que organizou, apoiado pelo IBAD, a Confederação Nacional dos Círculos Operários, mesma prática já efetuada na década de 1930, sob a liderança do mesmo pároco.

Os círculos operários tentavam atrair os trabalhadores, tirando-os dos sindicatos combativos e pró-Reformas de Base, através de assistência jurídica, médica, dentária e hospitalar, além de oferecer cooperativas de consumo, de crédito e habitacionais, e cursos variados como datilografia, corte e costura, desenho industrial, economia doméstica, entre outros.<sup>148</sup>

Organizações como a Escola de Líderes Operários, o Movimento de Orientação Sindicalista e a Escola de Líderes da Pontífice Universidade Católica eram criadas por empresários ligados ao IPES/IBAD, com apoio do clero reacionário, para formar lideranças trabalhadoras capazes de desmobilizar e desviar trabalhadores dos sindicatos ligados ao nacional-reformismo.<sup>149</sup>

Em 1963, foi formalmente constituído o Centro de Orientação Social (COS), patrocinado pelo IPES, cujos objetivos seriam, principalmente, analisar problemas sindicais e sociopolíticos em geral, penetrar ideologicamente nos sindicatos, através de publicações,

---

<sup>147</sup> Ibidem, p. 309.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 310.

<sup>149</sup> Ibidem, p. 310-311.

cursos, conferências e outros meios, procurando estimular a melhoria das relações empregado-patrão, o aumento da produtividade, entre outros. O COS coletava informações sobre participantes e movimentos da classe trabalhadora, repassando, semanalmente, para centenas de organizações.<sup>150</sup>

As diretrizes ideológicas que o complexo IPES/IBAD disseminava estavam postas desde o VII Congresso Nacional dos Círculos Operários, realizado em 1957: assegurar a propriedade privada dos meios de produção. A declaração final do Congresso imputava a noção de que a propriedade privada é um “direito natural do homem” e necessária para o seu pleno desenvolvimento.<sup>151</sup> As noções de liberdade, propriedade e democracia eram embaralhadas entre si, como determinava a política do EUA para o bloco capitalista na região.

Para Dreifuss, “as atividades do complexo IPES/IBAD lograram relativo êxito”<sup>152</sup>. As várias organizações criadas ou patrocinadas por essa fração de classe dominante, interessada na derrota do projeto em torno do nacional-reformismo, tiveram um impacto político muito grande, desmobilizando trabalhadores, diminuindo a solidariedade de classe entre os trabalhadores e forçando a classe trabalhadora de clivagens ideológicas à esquerda, ligada à luta pelas Reformas de Base e à defesa de João Goulart no Executivo, a perder energia e recursos, combatendo a infiltração de interesses externos à classe trabalhadora para garantir a hegemonia entre os trabalhadores.

Entretanto, uma maior quantidade de trabalhadores e sindicatos se somava ao projeto das Reformas de Base, ligando-se ao CGT, dirigido por trabalhistas de esquerda, que viam na permanência de João Goulart uma possibilidade concreta de viabilizar reformas sociais que reestruturassem o País. Percebeu-se, então, por parte das frações de classes dominantes, que não seria possível ganhar a classe trabalhadora por dentro; era necessário depor João Goulart, tomar o Estado de assalto e enterrar as Reformas de Base, além de desorganizar e reprimir a classe trabalhadora.

O Golpe de 31 de março foi a solução que a articulação golpista formada pelo bloco de classes dominantes encontrou para frear a franca ascensão da organização da classe trabalhadora. A deposição forçada de João Goulart teve como objetivo assegurar a continuidade da dominação dos meios de produção pelas classes dominantes e a exploração da mais-valia por uma minoria, elemento fundamental na dinâmica sociometabólica do capitalismo, tendo características fascistas em pelo menos dois eixos analíticos: um

---

<sup>150</sup> Ibidem, p. 312.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 313.

<sup>152</sup> Ibidem, p. 318.

político/econômico; outro, cultural/ideológico. Ambos iriam fundamentar toda a Ditadura de Segurança Nacional que viria depois, também servindo de base para as outras ditaduras do Cone Sul.

Na historiografia, o fascismo é reduzido hegemonicamente a um simbolismo sociológico,<sup>153</sup> interpretando-se fascistas apenas grupos que se adequarem a um modelo pré-concebido e fechado nos moldes do Partido Nazista ou do exemplo clássico da Itália. Assim, nada fora do eixo Roma–Berlin da década de 1930 pode ser considerado fascista ou com influência nítida do mesmo.

Fortemente influenciado pelos postulados teórico-metodológicos weberianos, essa produção, além de propor um *tipo ideal* para explicar mais de uma complexa experiência histórica, se afastando da possibilidade de fazê-lo com qualquer precisão, oferece um *modelo estático*, “axiologicamente neutro”, no qual “a eliminação do inter-relacionamento estrutural fundamental entre o capital e o trabalho e suas substituição pela entidade metafísica congelada, o ‘princípio norteador’, exclui todo o dinamismo do cenário”.<sup>154</sup>

Entretanto, o fascismo não seria resumido a aspectos aparentes, mas a uma essência tanto econômica quanto política e cultural. Como aponta Nicos Poulantzas, “no processo de fascização e do fascismo, nenhuma classe ou fração de classe dominante parece ser capaz de impor”, seja “pelos seus próprios meios de organização política, seja pelo intermédio do Estado ‘democrático-parlamentar’”, a sua direção às outras classes e frações do bloco no poder.<sup>155</sup>

Poulantzas já alertava, em 1971, que o fascismo não era um fato histórico estanque, mas um fenômeno intrínseco às crises capitalistas, portanto, fadado a ressurgir sempre que o capitalismo estivesse em perigo. Segundo Poulantzas:

Quanto à atualidade da questão do fascismo, digamos simplesmente que os fascismos – como, aliás, os outros regimes de exceção – não são fenômenos limitados ao tempo. Podem muito bem ressurgir atualmente, mesmo nos países de área europeia, na medida em que se assiste a uma crise grave do imperialismo, crise que atinge o seu próprio centro. O ressurgimento, pois, do fascismo continua

<sup>153</sup> Mesmo admitindo o retorno do fascismo, Michael Mann reduz a atuação fenomênica no fascismo apenas à experiência italiana da década de 1920 e 1930. Em meio à elaboração de “tipos ideais” que melhor classificasse sociologicamente o fascismo o autor admite que nem mesmo o nazismo poderia estar enquadrado na definição. O autor sugere que cinco elementos-chave definem o conceito de fascismo: nacionalismo, estatismo, transcendência, expurgos e paramilitarismo. Cf. MANN, Michael. **Fascistas**. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 26-31.

<sup>154</sup> MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 21.

<sup>155</sup> POULANTZAS, Nicos. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p. 77.

possível, sobretudo hoje – mesmo que, provavelmente não se revista agora exatamente das mesmas formas históricas de que revestiu no passado.<sup>156</sup>

Desta maneira, no fascismo, quando uma crise política leva à desestabilização do bloco no poder, há um rearranjo de categorias sociais, frações de classe e classes sociais para garantir a continuidade do capitalismo e sua hegemonia. Ceder espaço político para um destes atuar em regime de exceção, com o objetivo de garantir os interesses destes grupos, constitui o aspecto político e social do fascismo.

João Goulart e o projeto de seu governo pelas Reformas de Base são justamente a crise política que ameaçou socialmente o bloco dominante no poder, mas no momento alijado do Executivo. O rearranjo das frações de classe e classes dominantes articuladas com a categoria social hegemonic dos militares levou ao Golpe de 1964 no Brasil. Estes governaram para garantir a dominação das classes dominantes e garantir a perpetuação da reprodução sociometabólica do capitalismo.

Como Leandro Konder bem sintetiza:

O fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara "modernizadora" guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionalistas e conciliando-os com procedimentos racionalista-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massa de consumo dirigido, bem como a existência de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro.<sup>157</sup>

A dimensão política e econômica que define a *essência* do fascismo para Poulantzas e Konder está intimamente ligada ao processo de crise política que levou ao Golpe de 1964. Além disso, cultural e ideologicamente, o cerne do fascismo seria, e muito, reproduzido na

<sup>156</sup> Ibidem, p. 10.

<sup>157</sup> KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 53.

Ditadura de Segurança Nacional que se erguia dos escombros do Governo João Goulart e das lutas pelas Reformas de Base.

## 2. 2 Ditadura de Segurança Nacional, Terrorismo de Estado e a Essência Fascista

Nos anos 1960, os governos estadunidenses passaram a fomentar as oposições políticas que se alinhavam ideologicamente à sua política externa, apoiada pelas classes proprietárias dependentes de sua economia, incitando a derrubada de governos independentes pelo subcontinente sul-americano. Com isto, ditaduras começavam a brotar pelo Cone Sul, orientadas pela chamada Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

O EUA garantiu, dentro da bipolaridade geopolítica da década de 1960, em oposição à influência soviética, a hegemonia de seus interesses dentro da América Latina, inclusive apoiando militarmente e financiando golpes de Estado e ditaduras de segurança nacional, além de dar sustentação a ditas democracias que garantissem suas ambições. No aspecto doutrinal e militar, a *Escola das Américas*, no Panamá, foi o principal ponto irradiador da DSN, e “outras unidades de treinamento e instrução em técnicas de luta antiguerilha, interrogatório e inteligência, entre outras, foram fundamentais para formar gerações de militares e policiais latino-americanos dentro das diretrizes doutrinárias da DSN”.<sup>158</sup>

Em todos os casos, em maior ou menor grau, instalaram-se ditaduras civil-militares baseadas na DSN, tendo como principais características o anticomunismo militante, a identificação do *inimigo interno*, a execução da guerra interna (*contrainsurreição*), a imposição do papel político das Forças Armadas e a definição de *fronteiras ideológicas*. Além disso, essas ditaduras colocaram em prática programas econômicos desnacionalizadores e privatistas, os quais iniciaram a abertura ao capital internacional e pioraram o abismo social, elevando os números de concentração de capital.<sup>159</sup>

Formulada para suprir as demandas que a Guerra do Vietnam e a Revolução Cubana impunham, a DSN foi apropriada da experiência de repressão francesa ao processo de independência da Argélia e da região da Indochina. A chamada Doutrina Francesa pregava a guerra *contrainsurgente*, dentro da lógica da *guerra suja*, na qual a tortura e os

<sup>158</sup> PADRÓS, Enrique Serra. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In. PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória.** – 2. ed., rev. e ampl. – Porto Alegre : CORAG, 2010. – v. 3, p. 53.

<sup>159</sup> Ibidem, p. 56.

desaparecimentos eram utilizados como métodos de aterrorizar a população, “visando gerar o medo e a incerteza junto à população e o isolamento da Frente de Libertação Nacional”.<sup>160</sup>

A dominação pelo medo era o objetivo e a forma pela qual buscaria o isolamento das forças de resistência que se opusessem à hegemonia dos interesses dessas potências capitalistas. O historiador Enrique Padrós exemplifica como a *guerra suja* francesa se relaciona não só com a DSN, mas com a Ditadura brasileira e as do restante do Cone Sul:

O coronel Trinquier, outro importante militar francês na Argélia, teorizou sobre o método de desaparecimento de inimigos e o impacto que isso produzia no conjunto da população. Defendia tal prática como método de aterrorizar os cidadãos e induzi-los, sob o efeito do medo, a colaborar com a política repressiva e sonegar solidariedade à guerrilha. Segundo Trinquier, as pessoas deviam saber que quem caía nas mãos do Exército francês podia desaparecer e deixar de existir. Aliás, uma das formas mais comuns de desaparecimento foram os denominados *Crevettes Bigeard* (Camarões Bigeard), antecedente dos "voos da morte" característicos do *Río de la Plata*, décadas depois. As vítimas, após perderem interesse por parte dos "interrogadores", tinham os pés cimentados em recipientes e eram levadas por helicópteros e jogadas ao mar. Como pode-se ver, era a mesma lógica da metodologia implementada, posteriormente, no Cone Sul, pelas ditaduras de Segurança Nacional (inclusive, através da Operação Condor).<sup>161</sup>

Para Gilvan Veiga Dockhorn, a DSN foi um elemento central no sistema político posterior a 1964, expressão política dos interesses de um bloco de alianças constituído por uma burguesia monopolista, grandes proprietários de terra, uma parcela da burguesia deslocada do centro do poder na estrutura anterior, tecnocratas, oficialidade militar e setores médios urbanos, sendo que a hegemonia do processo ficou com a fração monopolista brasileira vinculada ao capital estrangeiro.<sup>162</sup> Diz o autor:

As articulações entre civis e militares, que resultaram na intervenção de 1964 no Brasil, tiveram como formulações teóricas as designações propostas pela Doutrina de Segurança Nacional, tendo sido fortalecida esta orientação na conduta política, econômica e social nos subsequentes governos militares. De maneira diferenciadas, e até mesmo antagônicas (como no caso peruano), também nos demais regimes

<sup>160</sup> Ibidem, p. 53.

<sup>161</sup> Ibidem, p. 53-54.

<sup>162</sup> DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 31.

militares latino-americanos estas determinações, ou projetos de governabilidade, foram seguidos.<sup>163</sup>

A DSN foi dialeticamente absorvida via Escola Superior de Guerra (ESG), onde foram somadas as experiências repressivas das Forças Armadas brasileiras e as aspirações políticas e sociais dos próprios militares. No Brasil, e em grande parte das outras ditaduras de segurança nacional, seria rejeitado, pelo menos no campo teórico e do discurso, “incondicionalmente o *laissez-faire* por considerar esta uma fórmula ultrapassada de desenvolvimento econômico”.<sup>164</sup> O Estado deveria ter um peso determinante na economia, que garantisse a prosperidade do capitalismo, visando à superação do subdesenvolvimento, tido como terreno fértil para o avanço da “ameaça comunista”.

Entretanto, esse desenvolvimento era, na prática, de tipo conservador, pois não tinha relação direta com a supressão de demandas sociais básicas, mas deveria servir para alavancar o País à condição de uma potência econômica, garantindo uma máxima acumulação de capital. A reprodução sociometabólica do capital ganhava contornos mais nítidos. Como explicita Dockhorn:

Havendo uma relação diretamente proporcional entre segurança nacional e desenvolvimento econômico, procurar-se-ia então potencializar o modelo de acumulação baseado na radical interferência do Estado no planejamento econômico, na produção direta e investimento na infra-estrutura, como uma eventual apropriação direta dos recursos naturais por este mesmo Estado.<sup>165</sup>

O antigo dogma do positivismo, ordem e progresso, era ressignificado, agora transmutado como segurança nacional e desenvolvimento conservador, com uma nova qualidade, inserido em um novo contexto político mundial. Entretanto, já havia outros precedentes históricos que servissem de base para que o assentamento da DSN fosse realizado com sucesso.

Apesar da formalização DSN se dar a partir dos exércitos estadunidense e francês, antes já haviam opositores enquadrados em leis de “Segurança Nacional”. A ocupação nazista na Tcheco-Eslováquia, depois de um atentado contra um quadro do Partido Nazista, “mobilizou 450 mil policiais, que detiveram e revistaram 4.750 milhões de pessoas, das quais

---

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> Ibidem, p. 66.

<sup>165</sup> Ibidem, p. 67.

13.119 acabaram indicadas em processo por *crime contra a segurança nacional*".<sup>166</sup> No próprio Brasil, a partir da Lei se Segurança Nacional de abril de 1935 e, sobretudo, depois da Insurreição Nacional-Libertadora, em novembro do mesmo ano, a maioria dos integrantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) foram enquadrados em "crimes de Segurança Nacional".<sup>167</sup>

A construção da DSN se deu também via instrução direta de agentes da repressão estadunidenses e franceses em território brasileiro. Um ano antes do Golpe ser deflagrado, o agente especialista em interrogatórios do Serviço de Segurança Pública dos EUA, Dan Mitrione, esteve no Brasil para treinar militares e policias, sendo estimados que mais de 100 mil agentes tenham sido instruídos nas técnicas de tortura, um dos pilares da "guerra suja".<sup>168</sup> Mesmo que o número seja hiperbolizado, nos dá uma noção de como teria sido o quadro de relações repressivas entre a potência estadunidense e o Estado brasileiro.

Entre 1973 e 1975, o adido militar da embaixada da França no Brasil, o general Paul Assarresses, especialista em inteligência militar, e que fora um dos principais responsáveis pela repressão no processo de independência da Argélia, ensinava o que havia posto em prática contra os insurgentes argelinos, no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) do Exército brasileiro, em Manaus, não só para militares brasileiros, como também para as Forças Armadas de Augusto Pinochet, ditador do Chile desde 1973.<sup>169</sup> O objetivo ali era combater a Guerrilha do Araguaia.

O jornalista Luiz Cláudio Cunha completa:

Quase duas décadas antes do jornalista Vladimir Herzog aparecer "suicidado" no porão do DOI-CODI em São Paulo, Aussaresses mandou "suicidar" em Argel um dos líderes da Frente de Liberação Nacional (FLN), o argelino Larbi Ben M'Hidi, que apareceu enforcado na prisão após um interrogatório pesado, em 1957. Na sequência, outro suicídio: o influente advogado Ali Boumendjel "atirou-se" do sexto andar do prédio onde estava preso. Em 2000, o general reconheceu que nenhum se suicidara. Ambos foram mortos pela tortura executada sob suas ordens. Mas Aussaresses não se arrependia: – A tortura é um mal menor, mas necessário, que deve ser usado para evitar o mal maior do terrorismo.<sup>170</sup>

<sup>166</sup> Konder, Leandro, op. cit., p. 101-102.

<sup>167</sup> Cf. KONRAD, Dioge Alceno. **1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUC, 1994. 390 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

<sup>168</sup> CUNHA, Luiz Cláudio. As garras do Brasil na Operação Condor. **Sul 21**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://sul21.com.br/jornal/2012/07/as-garras-do-brasil-na-operacao-condor/>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> Idem.

As práticas repressivas empreendidas pela Ditadura de Segurança Nacional tinham como objetivo alcançar a dominação política, capaz de garantir, sem sobressaltos, a implantação do projeto de desenvolvimento conservador que as classes dominantes ansiavam. Estas práticas caracterizam o chamado *Terrorismo de Estado* no pós-1964.

A historiadora Caroline Bauer parte de aspectos subjetivos, como medo e terror, para entender como se desenvolveu o que chama de *cultura do medo*, base do Terrorismo de Estado, disseminado pelas Ditaduras latino-americanas:

As estratégias usadas para disseminar o medo como forma de dominação política das populações basearam-se em métodos refinados de terror físico, ideológico e psicológico, assimilados de outras experiências e do desenvolvimento de doutrinas regionais próprias. As práticas que compõe essas estratégias variaram em intensidade e extensão, de acordo com os casos. Porém, todas possuem um núcleo comum, caracterizado pela produção de informações a partir da “lógica de suspeição”; pelo sequestro como forma de detenção; pela censura e desinformação; pela realização do interrogatório e a tradição inquisitorial das práticas policiais; pela presença de torturas físicas e psicológicas; pela censura e desinformação; e, principalmente, pela prática do desaparecimento forçado de pessoas, característica específica da repressão desses regimes. Acredita-se que, nesse período, desapareceram aproximadamente 90 mil pessoas [...]. A consequência foi a formação de uma “cultura do medo” como condição necessária e o resultado estratégico esperado.<sup>171</sup>

As estratégias de implantação do terror passavam não só pela tortura física, mas também a psicológica, que visava não só o detido ou sequestrado, mas também a sua família e as pessoas próximas, através da desinformação e, de maneira mais ampla, o restante da sociedade, através da manipulação de informação realizada pela censura. Bauer entende que “essa estratégia pode ser entendida como ‘projetos’, em seu sentido consciente e racional, pois o terror, como forma de dominação política, foi uma ‘opção’ dos civis e militares responsáveis pelas ditaduras e não uma ‘fatalidade’ ou ‘imposição’ conjunturais.<sup>172</sup>

A *cultura do medo*, portanto, não foi retroalimentada tão somente pela repressão física, mas “pelo efeito combinado desta com a exploração econômica, com o controle político e com a rígida censura, aspectos constituintes das estratégias de implantação do

<sup>171</sup> BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina**: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2012, p. 29.

<sup>172</sup>Ibidem, p. 31.

terror”.<sup>173</sup> A ordem sociometabólica do capitalismo era garantida através do Terrorismo de Estado.

A autora explica quais as consequências sociais da *cultura do medo*:

A evidência de sua existência [da cultura do medo], que é o efeito esperado da execução das estratégias de implantação do terror, representa a apatia, a dissuasão e persuasão caudas pelo medo, que coibiram a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política. A composição dessa cultura, em nível individual, abarca três componentes psicológicos: o silêncio, o isolamento e a descrença.<sup>174</sup>

O silêncio imposto pela violência praticada pelo Estado, principalmente depois do AI-5, teve papel preponderante na dificuldade de organizar a resistência à Ditadura de Segurança Nacional, pois desmobilizava pessoas, não permitia críticas abertas e coletivas, além de exercer controle sobre manifestações, sindicatos, universidades e outras coletividades, condicionando, na maior parte das vezes, a construção de uma resistência clandestina.

Se a tortura era de conhecimento geral, o silêncio sobre ela imperava, como também sobre a prática dos sequestros e desaparecimentos. Os desaparecimentos foram a forma pela qual a Ditadura de Segurança Nacional encontrou para erradicar qualquer oposição política e social que ameaçasse sua dominação política. Se, em um primeiro momento, a lógica da repressão era se legitimar através da “ameaça vermelha”, prendendo e fichando indivíduos dos mais variados matizes ideológicos como “subversivos”, em um segundo momento, a partir de 1970, a tentativa de legitimidade da Ditadura tinha que se dar por mostrar uma economia pungente e socialmente “esterilizada” do “mal comunista”. Afinal, depois de quase dez anos no poder, como ainda justificar a existência de resistência ao poder instituído.

Para Caroline Bauer:

O desaparecimento foi o método repressivo mais sofisticado das estratégias de implantação do terror das ditaduras civil-militares de segurança nacional latino-americanas. Empregada em todos os países do Cone Sul, foi considerada uma prática perfeita, porque na sua lógica desumana não deixava vítimas, tampouco culpados e delitos. Além disso, impossibilitava qualquer recurso legal que assegurasse a integridade física ou a liberdade da pessoas, pois o desaparecimento pressupunha uma série de medidas como o silêncio sobre as prisões. Sem informações sobre quem e para onde havia sido levada a vítima, em que

---

<sup>173</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 111.

circunstâncias tudo ocorreria e como se encontravam, os parentes se sentiam impotentes e paralisados.<sup>175</sup>

Assim, estendia-se às famílias, e ao entorno social, os efeitos das torturas físicas e psicológicas a qual seu familiar havia sido vitimado. Era o “efeito multiplicador do terror”<sup>176</sup>, pois as angústias e incertezas de um crime sem fim, sobre o qual, ao mesmo tempo, coexistem de maneira contraditória a presença e a ausência, a própria existência e inexistência do indivíduo, contribuíam para o silêncio e o próprio Terrorismo de Estado.

Em pesquisa realizada com o *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Instituto de Estudos Sobre a Violência do Estado, podemos precisar a mudança de lógica da repressão e o aumento do número de mortos, sendo que, progressivamente, a maioria deles foi sendo formado por desaparecidos. Se até o AI-5 haviam sido assassinadas pela Ditadura 49 pessoas, esse número deu um salto para 337 no período compreendido entre 1968 até 1976. Só no triênio de 1971 a 1973 foram assassinadas 194 pessoas, cerca de 50 % do total de pessoas mortas sob responsabilidade do Estado durante todo o período da Ditadura; sendo que, a partir de 1970, o número de desaparecidos cresceu vertiginosamente, até o passo que, em 1973, mais da metade das vítimas eram formadas por desaparecidos políticos, chegando, em 1974, as incríveis 96% das vítimas sendo formadas por desaparecidos políticos.

Zygmunt Bauman sugere que para aquele que, no Estado moderno, é enquadrado como “estranho”, no campo político e social, não está apenas *fora do lugar*, como também *sem casa*, podendo tornar-se um tentador objeto de genocídio.<sup>177</sup> É o que aconteceu quando a Ditadura de Segurança Nacional criou a imagem do “terrorista”, o opositor sem rosto, abrindo a possibilidade de ser qualquer um, mas ao mesmo tempo todos e ninguém.

A desumanização do outro, do “inimigo interno”, não serviu só como dispositivo de legitimação discursiva, mas naturalizou a eliminação da oposição política com respaldo de parte da população. A farsa histórica estava montada: o Terrorismo de Estado invertia os papéis e tachava quem participava do processo de resistência como “terroristas”.

---

<sup>175</sup> Ibidem, p. 83.

<sup>176</sup> Idem.

<sup>177</sup> BAUMAN, Zygmunt. **A construção social da ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999, p. 76.

Estas estratégias de implantação do terror, principalmente através da política dos desaparecimentos, tiveram como objetivo, além de consolidar essa *cultura do medo*, garantir uma memória oficial, hegemônica e sem oposição. Jeanne Marie Gagnebin entende que:

Os arquivos dos campos de concentração foram queimados nos últimos dias da guerra, "os nazistas explodiram as câmaras de gás e os fornos crematórios de Auschwitz". Depois da derrota de Estalingrado, isto é, quando se torna claro que o Reich alemão não seria o vencedor e que, portanto, ele não poderia "ser também o mestre da verdade" futura, os prisioneiros dos campos foram obrigados a desenterrar os milhares de cadáveres de seus camaradas (agora já em decomposição) que haviam sido executados e jogados em valas comuns, para queimá-los em gigantescas fogueiras: não poderia restar nenhum rastro desses mortos, nem seus nomes, nem seus ossos.<sup>178</sup>

O nazifascismo pretendia, assim, tornar inarráveis as histórias das prisões e dos campos de concentração, não permitindo uma memória antagônica aos seus interesses. Para consolidar esta estratégia, começou a eliminação sistemática de indivíduos, fazendo desaparecer com eles a possível verdade sobre os crimes de guerra cometidos. A Ditadura de Segurança Nacional tornou a política de desaparecimentos hegemônica na passagem de 1973 para 1974, justamente quando se iniciava as discussões de uma abertura política, com o discurso do então candidato Ernesto Geisel, em 15 de setembro de 1973.<sup>179</sup>

Ao perceber que as condições de se manter do poder estavam tornando-se escassas, a Ditadura de Segurança Nacional colocou em prática a eliminação de qualquer tipo de oposição ideologicamente à esquerda que ameaçasse seu projeto de abertura pelo alto, tentando garantir a construção de uma memória oficial sobre o período que os heroificassem, ao passo que não cederia espaço para o contraditório.

Reproduziram-se, ali, as práticas culturais repressivas, se não inauguradas, pelo menos transformada em política de Estado, similar ao nazifascismo dos anos 1930. Exemplo disso foi a Operação Radar, que, em 1975, foi responsável por caçar e assassinar membros do PCB, organização que defendia a resistência pacífica à Ditadura. O PCB tem mais de 85% das vítimas daquele ano, sendo que, 64% das vítimas na condição de desaparecidas.

Soma-se a isso, a recente descoberta da cremação de corpos de pelo menos dez guerrilheiros na década de 1970, incinerados em uma usina de açúcar de um ex-governador do

<sup>178</sup> GAGNEBIN, J. Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: ed. 34, 2006, p. 46.

<sup>179</sup> GASPARI, Elio. **A Ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 225.

Rio de Janeiro, por um grupo de extermínio do Exército, liderados pelo delegado de polícia do Espírito Santo, Cláudio Guerra.

O ex-agente da repressão conta como, nos fins de 1973, começaram a discutir o que fazer com os corpos eliminados clandestinamente. As pressões interna e externa, apesar da censura, contra a tortura e as mortes, implicavam pressões políticas fortes sobre a repressão. Depois de tentar fazer um “intercâmbio” de cadáveres, mandando corpos de um estado para o outro, decidiu-se utilizar a usina Cambahyba, localizada em Campos dos Goyatacazes. A família proprietária era ligada ao grupo Tradição, Família e Propriedade, cuja aproximação se deu graças a uma rede de fazendeiros que tinha um esquema de transação de armas do qual Guerra participava.

O ex-agente da repressão conta:

Heli Ribeiro era o patriarca da família, homem de muito prestígio local. Faria qualquer coisa para evitar que o comunismo tomasse o poder no Brasil. Por causa dessa amizade, passei a frequentar a usina e entender seu funcionamento. [...] Alertei que enterrar corpos em cemitérios clandestinos ou jogá-los ao mar – operação comandada pelo Cenimar – já eram técnicas manjadas, que não tinham a mesma eficácia de antes. Relatei minha amizade e afinidade ideológica com Heli, e os dois me acompanharam até a usina de Campos. O local foi aprovado. O forno da usina era enorme, ideal para transformar em cinzas qualquer vestígio humano. E o melhor para eles: pertencia a uma única família. Não havia sócios, logo qualquer envolvimento de outras pessoas, além da família Ribeiro, estaria descartado.<sup>180</sup>

Claudio Guerra revela não só a relação próxima e cheia de cumplicidade entre a classe dominante latifundiária e a repressão, como demonstra a proximidade das práticas repressivas postas em prática no Brasil com aquelas utilizadas pelos nazistas, chamada de Solução Final, com o mesmo sentido de apagar vestígios dos oprimidos, sua existência, sua versão da História e sua memória.

Aqui, é possível perceber, também, como a crise de hegemonia no bloco no poder, a reorganização das classes dominantes alicerçando-se na categoria social dos militares para garantir a reprodução do capital e seus interesses, assim como as práticas repressivas que erigiram o Estado de Terror, a partir da *cultura do medo*, são características fundamentalmente fascistas. Como bem demonstra Rosa Cavalari, “a participação [...] de ex-dirigentes integralistas em posições de destaque na conspiração e no golpe militar de 64, na

<sup>180</sup> GUERRA, Claudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, p. 51-52.

liderança do Congresso e no primeiro escalão do poder executivo durante a ditadura”,<sup>181</sup> levou Plínio Salgado, chefe do grupo brasileiro mais nitidamente fascista dos anos 1930, a declarar que “os integralistas estavam no poder”.

Olímpio Mourão Filho, por exemplo, ex-chefe de milícia integralista, autor do Plano Cohen, a farsa montada para justificar a Ditadura do Estado Novo, foi peça central nos acontecimentos do Golpe de 31 de março de 1964, quando ele foi o responsável pela conspiração e pela eclosão do movimento militar que iniciou do Golpe em Minas Gerais.

Gilberto Calil aponta que a participação de diversos ex-integralistas, como o almirante Hasselman e o coronel Astrogildo, além do já citado Mourão, foi nítida na articulação e no desenrolar do Golpe de 1964. O próprio Plínio Salgado articulava via parlamentar o Golpe, além de ter atuado através do complexo IPES/IBAD. O autor aponta a participação de integralistas nas mobilizações em favor da deposição de Goulart como relevante, em especial em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, da mesma forma que a intervenção dos integralistas no debate parlamentar contribuiu para o acirramento do confronto.<sup>182</sup>

Mas a concepção de que elementos do fascismo estiveram desde a gênese na construção da Ditadura de Segurança Nacional não é recente. O sociólogo Octavio Ianni, ainda em 1968, já entendia que, sob dois eixos analíticos, um econômico e outro cultural, a Ditadura se aproximava do fascismo. Ianni fez a seguinte síntese:

Por um lado, reforça e amplia os vínculos externos de dependência, sob a égide da “doutrina de interdependência”. Por outro lado, desenvolve uma campanha ideológica e policial contra todas as manifestações da política de massas. Procura destruir as organizações, técnicas, lideranças e ideologias criadas a vigência do populismo. Neste plano, as atuações dos governantes destinam-se a eliminar, simultaneamente, tanto as possibilidades de socialismo como do capitalismo de tipo nacional. Em nome da “purificação” (ou modernização) do sistema político-econômico brasileiro, cria-se uma *cultura do fascismo*. Vítimas do maniqueísmo inerente à sua condição do processo político, os governantes e os grupos econômicos que eles servem estão criando instituições, símbolos e atitudes fascistas. Esse é o preço que o povo brasileiro está pagando à aberta militarização do poder político. Aliás, a tendência para o fascismo é outra característica essencial da dependência estrutural.<sup>183</sup>

<sup>181</sup> CAVALARI, Rosa Maria Feitosa. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937). Bauru: Edusc, 1999, p. 9.

<sup>182</sup> CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe de 1964. **Revista História e Luta de Classes**, n. 1, 2005, p. 74-75.

<sup>183</sup> IANNI, Octavio. **A crise do populismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994, p. 182.

Para o autor é muito claro a essência do sistema instaurado no pós-1964, no qual a militarização foi apenas um sintoma desse processo. Para ele, a ditadura da burguesia desenvolvia-se e consolidava-se em nome de uma concepção arbitrária de estabilidade social e segurança interna.<sup>184</sup>

E a repressão se abateria implacavelmente sobre qualquer oposição política e, principalmente, sob a classe trabalhadora, para garantir a reprodução sociometabólica do capital, desorganizando a classe trabalhadora e impondo seu projeto de modernização conservadora.<sup>185</sup>

### **2.3 Repressão Social e a Dialética da Desorganização/ (Re)Organização da Classe Trabalhadora**

A perseguição ao movimento operário, as cassações de lideranças sindicais, as prisões, as torturas e os assassinatos, desde que eclodiu o Golpe em 1964, buscavam desorganizar a classe trabalhadora. O objetivo era garantir trabalhadores desmotivados e sem capacidade de organização que levasse a contestar aquele estado de coisas.

Para levar este projeto adiante, foi posto em prática, inclusive, a alteração legislativa, fazendo ruir uma possível pretensão de sustentar qualquer jurisprudência democrática, tornando greves ilegais, alçadas à conotação de “crime contra a Segurança Nacional”.

Para exemplificar, logo após o Golpe, 63 dirigentes sindicais tiveram os direitos políticos cassados; houve intervenção em 4 confederações, 45 federações e em 303 sindicatos, sendo que, até 1970, foram atingidos um total de 49 federações e 483 sindicatos<sup>186</sup>. Isso representava, em 1964, a intervenção em 64% das confederações, em 42% das federações e 19% dos sindicatos, sendo que destes, 70% eram sindicatos com mais de 5000 membros e 38% deles com 1000 a 5000 membros<sup>187</sup>. O objetivo era decapitar o movimento sindical organizado e combativo.

Derly José de Carvalho relata como se deu a repressão na região do ABCD Paulista, ainda no dia 31 de março, de acordo com o que testemunhou:

---

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> Apesar de ser perceptível que existam aproximações com a experiência fascista europeia da década de 1930 e 1940 com a Ditadura de Segurança Nacional no Brasil e no Cone Sul, principalmente no que tange sua essência, sabemos que esse é um tema que merece maior aprofundamento nas pesquisas vindouras.

<sup>186</sup> FREDERICO, 2010, op. cit., p. 09.

<sup>187</sup> ERICKSON, 1979, op. cit., p. 209.

A última empresa em que eu trabalhei foi a Scania. Entrei lá em março de 1964. Trabalhei na Scania até o dia 1º de Abril de 1964. Quando deu o golpe eu estava lá. Até hoje não recebi meu pagamento (risos)! Aí cai para a clandestinidade. A sede do Sindicato já estava no lugar onde é hoje, só não tinha o prédio. Para você ter uma ideia, mais ou menos 1 hora da manhã os grupos paramilitares, do Comando de Caça aos Comunistas, junto com a Força Pública, polícia e alguns soldados do exército, entraram na Scania para prender eu e mais uns três companheiros. Mas nós saímos, já tinha um esquema montado. Fomos para o Sindicato e quando chegamos eles tinham destruído a nossa sede completamente. Botaram fogo em todos os nossos arquivos. Isso no dia 31 de março de 1964. Antes da 1 hora da manhã do dia 1º de abril.<sup>188</sup>

Criaram-se as “listas negras”, dos quais trabalhadores vinculados a greves e/ou ligados ao trabalhismo mais à esquerda ou às organizações comunistas teriam seus nomes compartilhados entre a burguesia industrial, impedindo-os de conseguir trabalho.

Em 15 de setembro de 1971, sete anos depois do Golpe, a prática de delação e a investigação de trabalhadores continuava sendo utilizada para reprimir e desorganizar a classe trabalhadora. Em um documento enviado nesta data pela Companhia de Cimento Portland Rio Branco, de Curitiba, no Paraná, ao delegado do DEOPS da capital paranaense, há uma relação de todos os empregados da fábrica, contendo filiação, data e local de nascimento, para a triagem que julgassem “conveniente”. O documento, com 13 folhas de anexo, traz a relação de quase 700 empregados, divididos em 55 seções de trabalho diferentes.<sup>189</sup>

Além de atacar o movimento operário, decapitando-lhe a direção sindical e colocando em seu lugar interventores e/ou sindicalistas subservientes aos seus interesses, a Ditadura de Segurança Nacional tentava desorganizar a classe trabalhadora alterando unilateralmente a legislação. Para isso, outorgaram três leis: a Lei de Greve e a Lei de Segurança Nacional e a Lei que instituía o FGTS.

A Lei nº 4.330, de 1 de junho de 1964, conhecida como Lei de Greve ou Lei Anti-Greve, proibia, em seu artigo 4º, a paralisação dos servidores públicos; pelo artigo 22º, a greve foi considerada ilegal, entre outros, “se deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade, sem quaisquer reivindicações que interessem,

<sup>188</sup> CARVALHO, Derly José de. Depoimento de Derly José de Carvalho - parte 1. Diadema: 2012. **Centro de Memória Sindical**. Disponível em:<[http://www.memoriasindical.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=398#.UbYdVedwrSj](http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=398#.UbYdVedwrSj)>.

<sup>189</sup> PALMAR, Ana. **Dossiê de todos empregados da Companhia de Cimento Portland Rio Branco ao DOPS/PR**. 28 fev 2013. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/ditadura-reoressao/dosie-de-todos-empregados-da-companhia-de-cimento-portland-rio-branco-ao-dopspr/>. Acesso em: 28 jul. 2013.

direta ou legitimamente, à categoria profissional”.<sup>190</sup> As greves por melhores salários ou condições de trabalho eram permitidas. Entretanto, na prática, devido a todas as exigências legais para sua realização, como o aviso prévio de cinco dias, a possibilidade de greves era praticamente inviável.

Em 9 de fevereiro de 1967, foi sancionado a nova Lei de Segurança Nacional.<sup>191</sup> O decreto-lei considerava crimes de Segurança Nacional: no artigo 19º, “tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo”; no artigo 29º, “ofender física ou moralmente quem exerce autoridade, por motivo de faccionismo ou inconformismo político-social” e; no artigo 32º, “promover greve ou lockout, acarretando a paralisação de serviços públicos ou atividades essenciais, com o fim de coagir qualquer dos Poderes da República”; entre outros.<sup>192</sup>

Além delas, a Lei nº 5.449, de 4 de Junho de 1968, decretava como “áreas de segurança nacional” 68 municípios brasileiros, os quais perderiam a possibilidade de eleger o prefeito municipal. A partir de então os prefeitos seriam indicados pelo respectivo governador estadual, o que restringia ainda mais o frágil sistema eleitoral ainda utilizado para tentar imprimir à Ditadura uma imagem “democrática” e de legalidade. Desses, Cubatão (onde houve resistência de operários frente ao Golpe, já comentado no capítulo anterior), em São Paulo, e Três Passos, no Rio Grande do Sul (cidade onde houve a chamada “Guerrilha de Três Passos”, onde um grupo que, sob a liderança do ex-coronel Jeferson Cardim, tomou o município na primeira tentativa, depois do Golpe de 1964, de iniciar um foco de guerrilha), sofreram intervenção política.

Em 12 de setembro de 1969, a cidade de Santos também seria incluída como “área de segurança nacional”, de acordo com o Decreto-Lei nº 685. A cidade, que já havia protagonizado inúmeros dias de greve em 1963 e a resistência de portuários e estivadores durante o Golpe de 1964, havia elegido o candidato pelo MDB, único partido de oposição permitido então, a prefeito do município, e único negro da História da região, Esmervaldo

---

<sup>190</sup> LEIA o decreto de 1964, conhecido como lei antigreve. **Folha Online**, 12 mai. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u400448.shtml>>. Acesso em: 07 jul. 2013.

<sup>191</sup> Ela nunca deixou de existir desde 1935.

<sup>192</sup> FICO, Carlos. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 363-371.

Tarquínio, deputado estadual com 32.520 votos.<sup>193</sup> Antes de assumir, foi cassado em março de 1969. O Decreto-Lei veio para consolidar a dominação política na região.<sup>194</sup>

A Lei nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, instituiu o FGTS, que, apesar de propagado como um avanço nos direitos trabalhistas e elemento dinamizador da economia, na prática, acabava com a estabilidade do emprego, tornando os trabalhadores mais suscetíveis a demissões, o que prejudicava objetivamente aqueles que buscavam reorganizar a classe trabalhadora e em oposição à Ditadura.

As leis explicitam o caráter de classe da Ditadura de Segurança Nacional e como a desorganização da classe trabalhadora era necessária para fazer avançar o projeto de desenvolvimento conservador das classes dominantes. Para isso, foi utilizado o arrocho-salarial da classe trabalhadora, fazendo os níveis abissais de concentração de renda aumentar ainda mais.

Somente através do arrocho salarial, que colocou a classe trabalhadora em uma condição de subsistência, conseguiu-se criar bases para o que veio a ser conhecido como “milagre” econômico. A exploração dos trabalhadores fez a taxa de mais-valia explodir, ao passo que aos trabalhadores restavam migalhas.

Com a reorganização da classe trabalhadora e a volta das greves, em 1968, a Ditadura resolveu institucionalizar de vez o Terrorismo de Estado, editando o AI-5, revogando direitos civis e elevando os níveis de repressão, visando à dominação política através da *cultura do medo*.

As práticas tradicionais de resistência da classe trabalhadora, como greves, paralisações e piquetes iam se tornando praticamente impossíveis. Entretanto, até 1971, ainda ocorreram greves, subvertendo a lógica, quando, como expõe Celso Frederico, “o movimento operário, ao contrário do que se possa pensar, não foi desarticulado”, pois “uma leitura da imprensa clandestina é suficiente para comprovar a ocorrência de pequenas greves e paralisações durante todo o ano de 1969 e de 1970”, sendo que, somente em 1971 “o cerco se fechou e o movimento operário foi desmantelado”.<sup>195</sup>

Assim, as formas repressivas, antes clandestinas, que sistematizavam a tortura, os sequestros, os assassinatos políticos e os desaparecimentos, como a OBAN, que reunia

<sup>193</sup> CIDADE DE SANTOS. **Este é Tarquínio, o novo prefeito.** 18 nov 1968. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0285y04.htm>>.

<sup>194</sup> Recuperar a autonomia política foi motivo de celebração nas ruas de Santos em 3 de agosto de 1982, quando o Decreto-Lei nº 2.050 revogava a Lei que colocava Santos como “área de segurança nacional”. A TRIBUNA. **Afinal, os santistas irão votar.** 3 mar 1983. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0285z4.htm>.

<sup>195</sup> FREDERICO, Celso, op. cit., p. 77.

delegados da polícia civil, militares do II exército e empresários como Henning Boilesen, um dos donos da Ultragás, agora se tornavam dominantes. A criação do DOI-CODI, em 1969, a partir da OBAN, era sinal da radicalização geral da repressão.

Com as táticas tradicionais de resistência praticamente impossibilitadas de ter êxito após o AI-5, a repressão se voltou para o extermínio das organizações guerrilheiras que, na época, eram as únicas que desafiavam frontalmente o poder ditatorial e tentavam reorganizar a classe trabalhadora.

Assim, reforça-se a compreensão de que não só a Ditadura Civil-Militar de Segurança Nacional, no Brasil, mas também as outras ditaduras de segurança-nacional, no resto da América Latina, foram fundamentalmente ditaduras de classe. O objetivo último destas ditaduras foram, fundamentalmente, garantir a reprodução do capital, a exploração dos trabalhadores e a manutenção da propriedade privada das classes governantes, incapazes de se garantir no controle do Estado sem exacerbar a ditadura capitalista. Daí a proximidade destas experiências históricas, não só em aspectos culturais e ideológicos, com os fascismos mundo a fora.

As classes trabalhadoras não foram, obviamente, as únicas atingidas pela implantação do Estado de Terror imposto no Brasil, a partir de 1964; outras categorias e camadas sociais também o foram, principalmente quando se colocaram frontalmente contra a dominação política dos setores golpistas, como parte de estudantes e militares legalistas, por exemplo.

Contudo, não resta dúvida que a deflagração do movimento grevista do grande ABCD paulista no final dos anos 1970, entre metalúrgicos do setor da indústria automobilística, do qual a figura de Luis Inácio “Lula” da Silva ganhou projeção nacional, significou uma clara demarcação de ruptura no processo de distensão política que vinha sem sobressaltos, até então, demonstrando que foi a classe operária que mais sofreu com o peso da Ditadura de Segurança Nacional, ao contrário das classes médias, cujo apoio aos grupos golpistas flutuou durante todo o período.

## 2.4 Organizações Guerrilheiras e Paradigmas Clássicos

Como se deu, então, o processo de resistência à Ditadura de Segurança Nacional levado a cabo por organizações clandestinas que decidiram que a única maneira de derrotar aquele modelo político ditatorial seria através das armas?

Este se mostra um ponto nevrálgico nos debates em torno das ressignificações que a memória do período, em constante disputa, evidencia. Símbolos e valores fruto dessa

experiência histórica, em particular, são até hoje interpretados de distintas maneiras, embasando discursos e práticas nas diferentes classes e frações de classes sociais, grupos e organizações, das mais variadas posições no espectro político-ideológico.

Neste sentido, a compreensão daquele momento histórico e o que ele expressa fornecem subsídios, hoje, para a disputa, não só pela memória, mas da prática política que leva ou a revisão parcial ou a crítica do processo de transição que visou, na passagem da Ditadura de Segurança Nacional à volta da legalidade constitucional, o esquecimento. Bauer explica, comparando os casos do Brasil e da Argentina, que:

Na transição política argentina e brasileira, as ditaduras defrontaram-se com a questão dos desaparecidos, que exigia abordagem ética, jurídica e política para a abertura. Devido às tensões que a temática suscitava, os dois regimes ditatoriais optaram pelo desenvolvimento de políticas de esquecimento, nas quais a promulgação de leis de anistia foram seus corolários. Com o tempo, e somado a outras variáveis, evidenciou-se que essas políticas oficiais não extinguem as necessidades sociais de trabalhar com esse passado e lidar com seus efeitos.<sup>196</sup>

Portanto, a forma pela qual se entende o processo de resistência armada, e a repressão que a ele se contrapôs, define como a sociedade - em suas múltiplas classes e divisões - se posiciona em relação ao seu passado recente, e se isso tem como consequência o enfrentamento do esquecimento e a busca pelo esclarecimento dos fatos encobertos do processo de transição política, definido pelo Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH3) como parte do Direito à Memória e à Verdade.<sup>197</sup>

---

<sup>196</sup> BAUER, Caroline, op. cit., p. 122.

<sup>197</sup> A terceira versão do PNDH foi fruto de um amplo debate promovido pelo Governo Federal e aprovado pelo Presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, em 2009. O programa visa aprimorar e dar continuidade às políticas públicas de direitos humanos fortalecendo a construção da cidadania, sendo estruturado sob seis eixos: 1) Interação Democrática entre Estado e Sociedade Civil; 2) Desenvolvimento e Direitos Humanos; 3) Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades; 4) Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência; 5) Educação e Cultura em Direitos Humanos e 6) Direito à Memória e à Verdade. Assim aparece a definição de Verdade a ser buscada: “A investigação do passado é fundamental para a construção da cidadania. Estudar o passado, resgatar sua verdade e trazer à tona seus acontecimentos, caracterizam forma de transmissão de experiência histórica que é essencial para a constituição da memória individual e coletiva. O Brasil ainda processa com dificuldades o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964. A impossibilidade de acesso a todas as informações oficiais impede que familiares de mortos e desaparecidos possam conhecer os fatos relacionados aos crimes praticados e não permite à sociedade elaborar seus próprios conceitos sobre aquele período. A história que não é transmitida de geração a geração torna-se esquecida e silenciada. O silêncio e o esquecimento das barbáries geram graves lacunas na experiência coletiva de construção da identidade nacional. Resgatando a memória e a verdade, o País adquire consciência superior sobre sua própria identidade, a democracia se fortalece. As tentações totalitárias são neutralizadas e crescem as possibilidades de erradicação definitiva de alguns resquícios daquele período sombrio, como a tortura, por exemplo, ainda persistente no cotidiano brasileiro.” In. SECRETARIA DE

De maneira geral, tem-se reproduzido muito do discurso oficial ditatorial e das classes dominantes que imputava às organizações de resistência armada qualidades imagéticas negativas, ligadas a projetos antidemocráticos, fracionadas entre si em pequenos e efêmeros grupos. No discurso, estes seriam constituídos por jovens intelectuais, românticos e aventureiros, que se jogavam futilmente contra “moinhos de vento”.

Três grandes obras, consideradas clássicos da historiografia sobre o processo de resistência armada, contribuíram para compor o amplo quadro de perspectivas analíticas que se voltou para este tema.

A primeira é a obra *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender. Historiador, cuja atenção era voltada para a escravidão e a gênese do capitalismo brasileiro, participou da cisão do PCB e ajudou a fundar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), pelo qual foi preso em 1970, sendo brutalmente torturado, então com 47 anos. A obra é um esforço em sintetizar suas próprias experiências, fazendo um balanço das direções que a esquerda tomou naquele momento.

Gorender entende que a esquerda considerou a “falência do caminho pacífico um fato provado”<sup>198</sup>. A inação do PCB, o maior partido da esquerda em 1964, e sua decisão de não resistir à Ditadura de forma direta, condicionara a maior parte de suas fileiras a abandonar o partido buscando formas de enfrentamento mais imediatas à repressão que se abatia.

Entretanto, o autor aponta que tal raciocínio não teve tradução em uma forma unificada de atuação destes militantes. Antecedentes partidários, doutrinários, influências teóricas nacionais e internacionais, pressões exercida por países socialistas e limitações regionais tiveram como resultado a proliferação de diversas organizações de esquerda.<sup>199</sup>

Gorender argumenta que o número de siglas não teria tanta relevância se o apoio das “massas” funcionasse como “seletor”, pois nas fases de ascenso político a tendência seria a de um efeito aglutinante, não havendo relevância no fato de pequenas organizações gravitassem ao redor de organizações maiores. Contudo, o autor salienta que em período de descenso o efeito é o contrário:

Já nas fases descendentes, após o impacto de derrotas e no ambiente de refluxo do movimento de massas, em condições de clandestinidade cada vez mais densa, quando o intercâmbio flui através de precários canais, prevalece a tendência à

---

DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SDH/PR, 2010, p. 170.

<sup>198</sup> GORENDER, Jacob, op. cit., p. 87.

<sup>199</sup> Idem.

fragmentação, às cisões repetidas. São as fases dos *rachas*, de divisões e subdivisões, às vezes motivadas por questões secundárias ou pelas rivalidades personalistas.<sup>200</sup>

O autor aponta que grande parte da esquerda, naquele momento, foi então influenciada pela Revolução Cubana de 1959, quando a tática do foco guerrilheiro, como forma de realizar a Revolução Socialista, expressa nas obras de Ernesto Che Guevara, *A guerra de guerrilhas*, de 1960, e de Régis Debray, *Revolução na revolução*, de 1967, “suscitou entusiasmo instantâneo”.<sup>201</sup>

De maneira crítica, Gorender argumenta que o *foquismo*, como ficou conhecido a tática cubana de guerrilha, foi demasiadamente generalizada e simplificada. A experiência cubana, na qual um foco guerrilheiro, atuante entre os camponeses das regiões montanhosas, encontrou condições objetivas amadurecidas e apoio entre diversos setores sociais contra a ditadura de Fulgencio Batista, conseguindo irradiar, a partir de Sierra Maestra, o processo revolucionário que culminaria na tomada do poder, foi quase que mecanicamente transplantado para o resto da América Latina.

Aparentemente, condições subjetivas revolucionárias poderiam ser rapidamente alcançadas pela ação do foco guerrilheiro, que impulsionaria o grande motor das massas.<sup>202</sup> Aqui, a grande e cativante novidade aparecia: a primazia do fator militar sobre o fator político; no qual o foco guerrilheiro e a ação revolucionária antecediam e tinham prioridade à questão partidária.

Como Gorender salienta:

Os cubanos dirigiam uma crítica ácida, mas verdadeira, ao burocratismo e à corrupção que assolavam certos partidos comunistas. Ao invés de esperar por eles, o foco guerrilheiro assumia a responsabilidade de iniciar a luta. Todo o processo revolucionário se subordinaria à dinâmica germinativa da guerra rural, desde a luta de massas nas cidades à formação do novo partido revolucionário.<sup>203</sup>

Dessa forma, tentou-se, em vão, criar na América Latina diversos focos guerrilheiros, contando, inclusive, com a participação de Guevara na tentativa de guerrilha na Bolívia, em 1968, resultando na sua morte. Gorender, contudo, considera o foquismo um mito. Para ele,

---

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup> Ibidem, p. 88.

<sup>202</sup> Idem.

<sup>203</sup> Ibidem, p. 89.

Cuba já se encontrava em franco processo de desestabilização política, sendo que as “massas” já eram organizadas, tanto nas cidades, quanto no campo, e Batista sequer tinha apoio político de correntes políticas burguesas. O Movimento Revolucionário 26 de Julho, liderado por Fidel Castro e por Frank País, era apenas um dos diversos grupos revolucionários que contestavam a ditadura de Batista.

A construção do mito do foquismo se fazia necessária para “sancionar o monopólio da coerção pela legitimação ideológica perante as demais correntes participantes da revolução e perante as massas”.<sup>204</sup> Gorender reafirma suas críticas ao foquismo, definindo-o de mito criacionista, em que uns punhados de heróis iniciariam tudo a partir do nada.<sup>205</sup>

O autor apresenta outra perspectiva que marcou parte da esquerda na época: o *maoísmo*. A partir do sucesso da Revolução Chinesa, de 1949, era introduzida na esquerda a noção tática de *guerra popular prolongada*, na qual, diferentemente do foquismo, o fato político era absolutamente anterior ao fator militar, ou seja, a guerrilha camponesa deveria estar sob direção total do partido. Além disso, ao contrário do que os revolucionários cubanos pregavam, o socialismo seria alcançado não imediatamente, mas apenas em uma segunda etapa, sendo necessário antes erradicar o imperialismo e quaisquer resquícios feudais ainda existentes. Por isso que, aqui, a aliança com a chamada burguesia nacional seria levada em consideração.<sup>206</sup>

Além dessas duas variantes teóricas e táticas, Gorender salienta a presença de trotskistas “ortodoxos” que rejeitaram o foquismo e os preceitos da guerra popular prolongada em favor do enfoque no modelo insurrecional soviético, dando prioridade aos operários urbanos e a atuação no movimento sindical. Estes teriam sido os únicos, fora o PCB, a se “imunizar” contra a febre *militarista*.<sup>207</sup>

O termo é compreendido em Gorender como as organizações de esquerda que “adotavam formas de luta e de propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas”.<sup>208</sup> Para ele, tanto foquismo quanto o maoísmo tiveram como expressão no Brasil a primazia de ações armadas em detrimento do trabalho político com as “massas”.

Gorender então faz um esforço de mapear como essas organizações surgiram e quais as influências fomentaram suas práticas, no processo de resistência armada. O autor se

---

<sup>204</sup> Ibidem, p. 91.

<sup>205</sup> Idem.

<sup>206</sup> Idem.

<sup>207</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>208</sup> Idem.

debruça, primeiramente, sobre as dissidências do PCB, focando na movimentação de seus dirigentes.

Carlos Marighella, histórico militante comunista e membro da direção do PCB, tecia críticas públicas ao partido desde 1965, quando da publicação de seu livro *Por que resisti à prisão*, no qual a recusa pela via pacífica como forma válida de resistência começava a salientar-se, assim como condenava qualquer potencial revolucionário da burguesia nacional que pudesse resultar em uma aliança estratégica.<sup>209</sup>

Em *A crise brasileira*, publicado em 1966, as críticas à direção do PCB têm o tom elevado, condenando-se os entendimentos de cúpula com a oposição burguesa, além dos jogos eleitorais e parlamentares. Decisivamente, ia se fortalecendo a concepção de luta guerrilheira, na qual o campo era considerado uma segunda frente que de forma complementar iria viabilizar a luta nas cidades, compreendidas naquele momento como áreas inviáveis de guerrilha.<sup>210</sup>

A viagem que Marighella fez a Cuba, entre julho e dezembro de 1967, iria acelerar sua posição em favor da prática guerrilheira. No seu retorno, Marighella seria expulso do PCB, o que levou diversos militantes o seguirem, no que ficou conhecido como Agrupamento Comunista de São Paulo, o qual contava com dirigentes comunistas históricos como Rolando Frati, Raphael Martinelli, Adolfo Costa Pinto, Joaquim Câmara Ferreira e Oswaldo Lourenço.<sup>211</sup>

A organização teria uma estrutura antagônica à tradicional pecebista, negando-se a concepção de partido, pois se temia repetir o burocratismo e o imobilismo atrelados a ele. Buscava-se agilizar a dinâmica da luta revolucionária e incentivar, sobretudo, a ação.

Para Gorender, Marighella iria adaptar as propostas do foquismo cubano à realidade brasileira:

Nos seus escritos redigidos ainda em Cuba e nos que se seguem, Marighella define princípios norteadores da ALN, sigla surgida no final de 1968 em substituição ao Agrupamento Comunista. Nestes escritos e no jornal *O Guerrilheiro* (em circulação a partir de abril de 1968), delineia-se um ideário que não se limita à cópia da teoria oficial cubana, porém procura adaptar o modelo caastroguevarista a certos dados da experiência brasileira. Além de incorporar elementos do pensamento individual do fundador da ALN.<sup>212</sup>

---

<sup>209</sup> Ibidem, p.104.

<sup>210</sup> Idem.

<sup>211</sup> Ibidem, p. 105.

<sup>212</sup> Idem.

O princípio norteador seria a ação. A ação seria o agente motriz de toda a prática revolucionária e da própria organização, construindo-a e a desenvolvendo. Ação significa, na interpretação de Gorender, violência revolucionária, luta armada, guerrilha, criando tudo a partir do zero – repetindo-se a perspectiva de Fidel Castro – e suprimindo o valor das discussões teóricas, tidas como entraves e traços do burocratismo.<sup>213</sup>

O desprezo por qualquer iniciativa não subordinada à dinâmica da luta armada, a exaltação da violência e o antiteoricismo da ALN são compreendidos por Gorender como elementos significativamente semelhantes com o anarcossindicalismo de Georges Sorel ou da apologia da violência presente em Frantz Fanon. De maneira deliberada ou não, Marighella teria criado uma organização sem direções centralizadas e escalões intermediários, com “inteira liberdade de iniciativa”, com o princípio tático da *ação direta militar* e o princípio organizativo do *grupismo*, que levam Gorender a considerar a concepção marighellista de *anarcomilitarismo*.<sup>214</sup>

Além disso, Gorender entende que Marighella foi quem mais pregou explícita e reiteradamente o que chama de *terrorismo de esquerda*. Tomando por base um escrito presente na versão de *Les Temps Modernes* nº 280, onde Marighella diz que o “terrorismo revolucionário” é a prática de sabotagem, que visava aterrorizar a Ditadura e não o “povo”, Jacob Gorender entende que a definição de “terrorismo” caracteriza as práticas da ALN.<sup>215</sup>

O autor ainda aponta que, diferente do que concebia a perspectiva foquista, a ALN manteve do PCB a noção etapista de revolução, colocando a libertação nacional como primeira etapa e somente em um momento posterior atingir-se-ia o socialismo. Também a concepção de guerrilha sofreria uma reinterpretação, havendo um afastamento da tática do foco guerrilheiro em direção a noção de colunas guerrilheiras móveis, teoricamente mais ágeis, o que Gorender desconsidera, argumentando que o foquismo se mantinha, pois a concepção maior de que a guerrilha começaria do zero, dissociada de qualquer movimento de “massa” e assumindo o papel de vanguarda política, não sofrendo alterações em relação à concepção original de foco.<sup>216</sup>

O papel da guerrilha nas cidades também teve o papel realçado. Valorizada como tarefa tática, a guerrilha urbana deveria fornecer quadros e armas, além de fustigar a

---

<sup>213</sup> Idem.

<sup>214</sup> Ibidem, p. 105 e 107.

<sup>215</sup> Ibidem, p. 106.

<sup>216</sup> Idem.

repressão. Em 1969, seria escrito por Marighella o *Minimanual do guerrilheiro urbano*, que sintetizaria os objetivos e as práticas do guerrilheiro atuantes nas cidades.

Antes mesmo do Golpe de 31 de março de 1964, uma turma do PCdoB viajou à China para estreitar relação com o Partido Comunista Chinês. A resolução aprovada em junho de 1966, depois de sua Sexta Conferência Nacional, chamada de *União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista*, reuniria, de acordo com o historiador, duas táticas diametralmente opostas: uma que considerasse oportunidades de atuação legal, apesar da Ditadura, e de movimentos de “massa”, visando à construção de uma frente “amplíssima”, que permitisse a *união de patriotas*, como pregava a perspectiva maoísta na guerra antijaponesa, propondo a convocação da Assembleia Constituinte e as reformas sociais parecidas com as Reformas de Base; a outra tática era a perspectiva da guerra popular prolongada, com o deslocamento do centro de gravidade para as regiões rurais, o que fez com que o PCdoB reduzisse sua atuação entre o movimento operário urbano.<sup>217</sup>

Gorender aponta que, com a deposição forçada de João Goulart da Presidência da República em 1964, vários militantes do PCB migrariam para o PCdoB, como o metalúrgico de Santos, Luís Guilhardini, além da maioria dos membros do Comitê Marítimo pecebista. Antes mesmo do Golpe, vários militantes das extintas Ligas Camponesas como Diniz Cabral Filho, de Pernambuco, e Élio Cabral, de Goiás, saíram do partido de Luiz Carlos Prestes para o PCdoB.<sup>218</sup>

A partir de 1967, um grupo de militantes se dirigiu, em extremo sigilo interno, para o sul do Pará, na região do rio Araguaia, a fim de preparar a instalação da base guerrilheira no local. Em 1969, com a Resolução do Comitê Central, intitulada *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada*, fruto do fechamento que o AI-5 estabeleceu, não havia mais menções a ações legais, apenas a via armada era reafirmada.<sup>219</sup> Por sua vez, Gorender atribuiu ao sigilo em torno do estabelecimento da base guerrilheira na região do Araguaia, não comunicado para grande parte da direção partidária, as duas cisões do PCdoB.

O Partido Comunista Revolucionário (PCR) se formou de militantes insatisfeitos na região Nordeste do País, sendo formalizado em maio de 1966. Também adepto da perspectiva maoísta de guerra popular prolongada, o PCR diferenciava-se por sustentar que o Nordeste era o grande ponto de contradição entre o imperialismo e o “povo” brasileiro e, portanto, o lugar de atuação da luta guerrilheira.<sup>220</sup>

---

<sup>217</sup> Ibidem, p. 117-118.

<sup>218</sup> Ibidem, p. 117.

<sup>219</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>220</sup> Ibidem, p. 119.

A Ala Vermelha do PCdoB foi formada em dezembro de 1967, em contraposição à considerada “Ala Branca” da direção pecedobista. Gorender aponta que a organização mesclou o maoísmo com a teoria do foco guerrilheiro, conciliando as duas perspectivas, uma “colagem mal disfarçada”, contando com a participação de operários e camponeses de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Brasília e Maranhão. A organização teve como lideranças Diniz Cabral Filho, Derly de Carvalho e Élio Cabral.<sup>221</sup>

Em 17 de abril de 1968, militantes remanescentes do PCB que não se inseriram nas novas organizações, mas discordavam da linha pacifista de resistência do antigo Partido, decidiram criar o PCBR, aproveitando-se da sigla matriz e acrescentando o “Revolucionário”. Considerada a Primeira Conferência Nacional da nova organização, que tinha entre suas lideranças o próprio Jacob Gorender, além de Mário Alves, Apolônio de Carvalho, entre outros, aprovou um programa tido pelo autor como “eclétilo”, pois, se de um lado incentivava a atuação entre as “massas”, tida como indissociável da dinâmica da luta armada, de outro, pregava a imediata instalação da guerrilha no campo.<sup>222</sup>

Outras organizações citadas por Jacob Gorender são interpretadas como derivações teóricas ou do militarismo foquista de cunho anarquista, ou do maoísmo da guerra popular prolongada. A exceção fica com as organizações nacionalistas, influenciadas por Leonel Brizola e quase inteiramente formadas por ex-militares legalistas, como o Movimento Nacional Revolucionário (MNR), o Movimento Ação Revolucionária (MAR) e a Frente de Libertação Nacional (FLN), cujas ações são tidas como “peripécias do nacionalismo pequeno-burguês”,<sup>223</sup> além dos grupos trotskistas, principalmente o Partido Operário Revolucionário – Trotskista (POR-T), que o autor aponta como atraído pelo nacionalismo autoritário dos governos Costa e Silva e Médici.<sup>224</sup>

Por fim, Jacob Gorender levanta duas hipóteses centrais em sua obra. A primeira é a de que, com efeito da edição do AI-5, as organizações da luta armada não mais poderiam se relacionar com as lutas de “massa”. A repressão encerraria as possibilidades das vanguardas políticas manterem apenas “braços armados”, mas sendo obrigadas a estruturar-se inteiramente voltada para as tarefas imediatas da luta armada.<sup>225</sup>

A segunda é de apresentar a esquerda armada do período como protagonista de ações revolucionárias, que inclui episódios violentos, e não de maneira passiva. O autor defende que

---

<sup>221</sup> Ibidem, p. 120.

<sup>222</sup> Ibidem, p. 113-114.

<sup>223</sup> Ibidem, p. 134.

<sup>224</sup> Ibidem, p. 130.

<sup>225</sup> Ibidem, p. 167.

as expropriações, os sequestros, as sabotagens, os atentados e os justiçamentos se justificam no contexto repressivo da época:

Se quiser compreendê-la na perspectiva de sua história, a esquerda deve assumir a violência que praticou. O que absolutamente fundamenta a conclusão enganosa e vulgar de que houve violência de parte a parte e, uns pelos outros, as culpas se compensam. Nenhum dos lados julga pelo mesmo critério as duas violências – a do opressor e a do oprimido. É perda de tempo discutir sobre a responsabilidade de quem atirou primeiro. A violência original é a do opressor, porque inexiste opressão sem violência cotidiana incessante. A ditadura militar deu forma extremada à violência do opressor. A violência do oprimido veio como resposta.<sup>226</sup>

O segundo clássico tem uma abordagem quase antagônica à de Gorender. O livro *A revolução faltou ao encontro*, de Daniel Aarão Reis Filho, parte das narrativas criadas pelas organizações sobre elas mesmas para analisar de que forma se deu suas atuações.

Para Reis Filho, logo na introdução, “as organizações comunistas autoproclamam-se vanguardas políticas, estados-maiores”.<sup>227</sup> Estes estados-maiores do comunismo teriam características em comum, definindo a essência da luta armada dos anos 1960 e 1970. O autor considera que “todas as organizações, de forma mais ou menos heterodoxa, trabalhariam com a tese da imprescindibilidade do partido” como forma organizacional.<sup>228</sup>

Para o historiador, o cerne dos partidos orientados pelos preceitos marxista-leninistas teriam uma natureza autoritária e elitista. O “revolucionário profissional”, cujo papel na organização, seria alçado em detrimento das lideranças sociais enraizadas nos locais de moradia e de trabalho, tendo supervalorização do saber teórico em relação ao prático, o que definiria as organizações enquanto de elite.<sup>229</sup> Reis Filho argumenta que:

Na própria concepção de organização há, portanto, um duplo sentido excludente e antidemocrático: a vitória das lutas sociais, articuladas em termos de interesses imediatos das pessoas comuns, depende de uma teoria e de um Partido que não são – e não podem ser – patrimônio dos movimentos sociais. Estes são incapazes, por sua própria natureza, de atingir e dominar a teoria e de se organizar como Partido. Os comunistas aparecem assim, como a direção – uma contra-elites – dos movimentos

---

<sup>226</sup> Ibidem, p. 269.

<sup>227</sup> REIS FIHO, Daniel Aarão, op. cit., p. 16.

<sup>228</sup> Ibidem, p. 136.

<sup>229</sup> Ibidem, p. 136.

sociais, insusceptíveis de controle político, porque são eles que detêm a teoria que organiza e a organização que cultiva a teoria.<sup>230</sup>

De maneira excludente, as “vanguardas”, entendidas como elites políticas e teóricas,<sup>231</sup> distanciavam-se das bases sociais que pretendiam revolucionar. Com “expectativas delirantes a respeito da capacidade de luta das ‘massa’”,<sup>232</sup> e a incapacidade de ler corretamente os sinais que emanavam da fraqueza dos movimentos sociais e do sucesso econômico que era alcançado pela Ditadura – “o capitalismo retomava o crescimento, o fantasma da crise catastrófica se afastava”<sup>233</sup> –, as organizações comunistas se mantinham presos aos seus princípios, mesmo sem assegurar a sintonia com o processo vivo da luta de classe.<sup>234</sup>

Era necessário assegurar, manter e garantir a coesão interna. A partir de uma análise psicanalítica, Reis Filho entende que a dinâmica das organizações comunistas se dava por nove “mitos coesivadores” que mantinham essas organizações atuando alheias a sociedade e a realidade que estavam inseridos. Estes “mitos” seriam: 1) “A revolução socialista é inevitável”; o fatalismo positivo comum entre as organizações comunistas, fruto dos ensinamentos marxista-leninistas, levava-os a desconsiderar obstáculos reais para a luta pelo socialismo e, independente dos acontecimentos, a revolução era inexorável; 2) “A missão revolucionária do proletariado”; seria celebrado entre os comunistas a “tarefa histórica” do proletariado em realizar a revolução socialista, apesar das ênfases variadas; 3) “O partido de vanguarda é indispensável”; derivado da concepção marxista, o partido seria a vanguarda da classe trabalhadora em sua missão de fazer a revolução socialista, elevado a partir de Lênin a condição de único portador da teoria capaz de realizar esta missão.<sup>235</sup>

Os outros pontos seriam baseados em elementos comportamentais: 4) “O complexo da dívida”; os “revolucionários profissionais” que compõe essas organizações de elite estariam em uma relação de permanente débito para com o partido, já que suas prerrogativas e conhecimento nunca alcançariam os do partido; 5) o “Massacre das tarefas”; o militante seria sempre incapaz de cumprir de maneira satisfatória as tarefas determinadas, o estudo teórico, o debate político-ideológico interno e o trabalho de massas; 6) o “Leque das virtudes”; a incapacidade de realizar o que lhe foi designado nunca estaria à altura dos arquétipos revolucionários cheios de virtudes; 7) a “Celebração da autoridade”; esses arquétipos são

<sup>230</sup> Idem.

<sup>231</sup> Ibidem, p. 142.

<sup>232</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>233</sup> Ibidem, p. 56-57.

<sup>234</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>235</sup> Ibidem, p. 105 a 118.

idolatrados ao passo que fica claro que as qualidades do chefe podem ser adquiridas; 8) “A ambivalência das orientações”; as diretrizes impostas pelas direções das organizações comunistas teriam sempre um sentido dúvida e contraditório, objetivando tencionar ao máximo o militante; e 9) a “Síndrome da traição”; para aqueles militantes que desejavam sair de suas organizações pesaria o sentimento de estar “traindo” a mesma, sua concepção de mundo, e até mesmo os padrões morais que davam sentido até mesmo à sua vida pessoal; deixar a organização era abandonar a revolução.<sup>236</sup>

Reis Filho argumenta ainda que estes mecanismos de coesão interna das organizações comunistas, os três primeiros considerados “mitos” e postulados mobilizariam os quadros dirigentes, enquanto os seis últimos teceriam um complexo mecanismo de *estratégia de tensão máxima* voltados para os quadros intermediários e militantes de níveis inferiores,<sup>237</sup> levavam à compreensão de que se tratava de uma “vanguarda histórica”.<sup>238</sup>

Organizadas como elites políticas e teóricas, vanguardas dos trabalhadores, estas seriam compostas também de “elites sociais”. As organizações comunistas teriam o mesmo padrão de, por um lado, fazer um elogio/defesa do intelectual revolucionário e, por outro, frente a “desvios” e “vacilações”, culpabilizá-los por infiltrar ideologia pequeno-burguesa nas fileiras da classe operária, afastando-os dos seus verdadeiros objetivos.<sup>239</sup>

Por fim, emerge a hipótese principal. As organizações comunistas, verdadeiros estados-maiores revolucionários, de natureza autoritária e antidemocrática, que se mantinham coesos através de complexos mecanismos comportamentais repressivos, eram compostas por uma elite social intelectualizada.

O sociólogo Marcelo Ridenti é o autor do terceiro e último importante clássico sobre o processo de resistência armada. O autor defende que as “camadas sociais de base” viam através dos canais institucionais, no período anterior a 1964, uma possibilidade de obtenção de melhorias sociais palpáveis. O Golpe iniciaria uma crise representativa, na qual os trabalhadores perderiam suas referências políticas.

As organizações de esquerda, que se inseriram na resistência armada, ansiavam recuperar a representação perdida em 1964 e construir uma de novo tipo. Os amplos movimentos sociais anteriores à Ditadura (militares subalternos, trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, sindicalistas, parcelas das “camadas médias intelectualizadas” – incluindo setores representativos como PCB, AP, Política Operária (POLOP), brizolistas, etc.), e o,

---

<sup>236</sup> Ibidem, p. 118 a 135.

<sup>237</sup> Ibidem, p. 118.

<sup>238</sup> Ibidem, p. 135.

<sup>239</sup> Ibidem, p. 143 a 145.

assim descrito como, “impulso imediato dos movimentos sociais”, mais restritos, de 1967 e 1968 (operários e sindicalistas urbanos, mas, sobretudo, salienta o autor, de estudantes e “camadas intelectualizadas”), acabaram não sendo aproveitadas, pois a conjuntura do ano de 1969 impediria as organizações de estabelecer conexões de representatividade que fossem reais.<sup>240</sup>

Como explica Ridenti:

[...] a partir de 1969, exauriam-se as fontes alimentadoras das esquerdas: desapareciam as sobrevivências da representação política até 1964 e esgotavam-se os movimentos sociais de 1967 e 1968, quer pela repressão policial generalizada; quer pela recuperação econômica com o “milagre brasileiro”; quer pela manipulação ideológica desses e de outros fatores pelo regime civil-militar; quer pela atuação política dos movimentos sociais e das próprias esquerdas em geral e, em particular, das armadas. Estas caminhavam para a extinção, ao insistirem em enfrentar abertamente a repressão sem capacidade de reciclar seus quadros e suas bases, numa conjuntura de refluxo dos movimentos sociais. Ao invés de ganharem representatividade, as organizações clandestinas iam perdendo aquela com que contavam, marginalizando-se socialmente, entrando em uma dinâmica ambígua de sobrevivência política e de autodestruição, no rumo certo do desaparecimento.<sup>241</sup>

Ridenti classifica as organizações de três maneiras distintas: como eles se orientavam a partir do entendimento que tinha sobre o *caráter da revolução brasileira*, se entendiam que o processo revolucionário se daria por etapas ou imediatamente rumo ao socialismo; qual o tipo de *organização revolucionária*, separando aqueles que confiavam na imprescindibilidade do partido para conduzir a guerrilha e aqueles que entediam que a ação e a guerrilha seriam o embrião de um futuro partido marxista-leninista; e por fim, as *formas de luta* de cada um dos grupos, separando aquele que priorizavam os focos e ação armadas imediatas ou o trabalho de “massa” a longo prazo, além dos grupos de esquerda que decidiram por não pegar em armas para resistir à Ditadura.

Para o sociólogo, o processo de desenraizamento social que as organizações revolucionárias passaram foi fundamental para seu extermínio pela repressão. O autor definiu assim esse processo de desintegração estrutural e psicológico dos guerrilheiros:

---

<sup>240</sup> RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 244.

<sup>241</sup> Idem.

É preciso, justamente, abordar a morte ou suicídio dos guerrilheiros no movimento da sociedade brasileira dos anos 1960 e 1970, em que os oposicionistas eram intimidados, perseguidos, presos, seviciados ou mortos pelo regime civil-militar, na evolução de um conjuntura de crise para um conjuntura de recuperação econômica, em que os movimentos sociais entravam em um refluxo e os grupos de esquerda armada, sem se darem conta da realidade em que estavam inseridos, tendiam a isolar-se socialmente, perdendo suas raízes, entrando em um dinâmica própria de sobrevivência e autoliquidão política. No compasso desse movimento da história brasileira, a morte revolucionária dos militantes de esquerda – que era uma possibilidade, em nome da vida – ganhava contornos de certeza, no caminho da autodestruição pessoal e política, consciente ou não.<sup>242</sup>

Como resultado, temos uma literatura que, com nuances e peculiaridades, transmite uma noção de resistência armada levada a cabo por pequenas organizações de esquerda, frágeis estruturalmente, com grande tendência a fragmentação, sem capacidade de ler a realidade que pretendiam revolucionar, compostas majoritariamente por integrantes das “classes médias intelectualizadas” e, por isso mesmo, incapazes de liderar ou integrar-se à classe trabalhadora.

## 2.5 Dialética e a Dinâmica da Resistência Armada

Seria esta a melhor formulação sobre aquela experiência de resistência? Esta imagem do guerrilheiro e da resistência armada traduz satisfatoriamente o processo de enfrentamento direto à Ditadura de Segurança Nacional?

Temos, majoritariamente na historiografia, a reprodução de modelos, “tipos ideais” weberianos, mais ou menos marxizantes de acordo com cada autor.<sup>243</sup> As diferentes experiências postas em prática por diferentes organizações, na década de 1960 e 1970, são classificadas, repartidas, na maior parte das vezes descontextualizadas, e postas em um lugar comum e amorfo.

Dois grandes equívocos acontecem com esses “tipos ideias”. O primeiro é ser, basicamente, fundamentados nos discursos que as organizações revolucionárias produziam de si mesmas e/ou a memória que alguns de seus militantes têm hoje dos tempos que eram guerrilheiros. Apesar de essa ser uma perspectiva metodológica coerente, ela não se explica

<sup>242</sup> Ibidem, p. 268.

<sup>243</sup> Expressão primeiramente usada por Nicos Poulantzas na sua crítica ao uso de Max Weber por Pierre Bourdieu, ao justificar o reconhecimento de uma ordem social relativamente independente à ordem econômica. Cf. POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977, p. 63.

por si só, pois quando não relacionada com a dinâmica social, também marcada pela ação repressora e ideológica, especialmente do Estado, ela perde consistência. O segundo ponto é que não se tem como objeto o que realmente foi posto em prática por essas organizações em suas diversas ações, abstraindo-se a essência dessas experiências.

Chega-se à estapafúrdia argumentação de que havia uma discrepância entre aquilo que as organizações entendiam e aquilo que elas conseguiram realizar, como se em algum momento na História qualquer tipo de organização, partido ou grupo político tenha redigido uma diretriz prevendo exatamente o caminho a se seguir, e trilhado sem quaisquer percalços e alterações, do que havia sido previsto até o ponto desejado.

O anacronismo é gritante. Julgasse os “erros” das organizações revolucionárias, fazendo pairar sobre elas o peso de não ter capacidade de ler a realidade que viviam e pretendiam mudar, da confortável posição do presente, quando a História já está escrita e não mais em jogo. Naquela época, não só 1/3 da humanidade viva sob o socialismo – incluindo os dois maiores países do mundo, China e União Soviética –, como, corriqueiramente, se evidenciava a influência do que existia de mais avançado em termos de reflexão política e social no momento, como o livro de 1966, *A revolução brasileira*, de Caio Prado Jr., ou *O colapso do populismo*, de 1968, de autoria de Octavio Ianni, entre outras. Se, hoje, essas obras podem ser criticadas e suas hipóteses reavaliadas, na época eram consideradas o que de melhor havia sido produzido até então.<sup>244</sup>

Além disso, se faz necessário ter compreensão da complexidade do contexto no qual os documentos das organizações eram produzidos. É preciso perceber que o que era escrito tinha por objetivo mobilizar a militância, motivá-la e fazê-la confiar que era possível lutar contra o Estado ditatorial, mesmo diante de toda a desigualdade de forças que estavam postas.

Quando se descontextualiza, a dialética entre repressão e resistência, que condicionou a produção dos jornais e documentos das organizações revolucionárias, se perde, assim como o real sentido daqueles textos. Como seria possível, em meio à repressão (trocas rotineiras de “aparelhos”,<sup>245</sup> desbaratamento das imprensa clandestinas, o sequestro e assassinato de diversos militantes responsáveis pela elaboração dos mesmos, etc.), e a própria dinâmica que a clandestinidade impunha, convencer a militância de era possível resistir à Ditadura de

---

<sup>244</sup> Jacob Gorender dedica um capítulo inteiro (Ideias que fizeram a cabeça da esquerda) de seu livro para demonstrar de que forma autores como, além dos já citados, Celso Furtado, Francisco Weffort, entre outros, influenciaram a esquerda na época. In. GORENDER, Jacob, op. cit., p. 80.

<sup>245</sup> Residência utilizada pelas organizações revolucionárias para a produção clandestinas de jornais, manter armamentos e explosivos, além de ser vir de moradia para os guerrilheiros ou os sequestrados, em troca de prisioneiros políticos.

Segurança Nacional e a todo seu aparato repressivo, sem se utilizar desses recursos que tornavam palpáveis a possibilidade de sucesso?

Jacob Gorender, ao se colocar como integrante do processo de resistência armada pode ser, por um lado, elogiado, posicionando-se enquanto parte integrante do seu objeto de reflexão, e por outro criticado, quando fica perceptível a forma ácida que trata outras organizações que não as suas; enquanto a Ala Vermelha tem seu programa, que conciliava guerra popular prolongada e elementos do foquismo, descrito como uma “colagem mal disfarçada”,<sup>246</sup> a organização do autor, o PCBR, quando enfrentou o dilema entre as diversas tendências que permeavam as organizações revolucionárias naquele momento, também aceitando em seu programa elementos de cada uma das propostas existentes, é descrito como “um documento eclético”.<sup>247</sup>

Problemática é a posição que escolhe tomar Daniel Aarão Reis Filho. O ex-militante do MR-8, com destacada participação na organização, incluindo a participação em um dos mais simbólicos atos praticados pelas organizações guerrilheiras, o sequestro no embaixador estadunidense, Charles Elbrick, em conjunto pela ALN e MR-8, não se insere no fenômeno que tenta explicar. Parece ao leitor, que desconhece nominalmente os diversos guerrilheiros que participaram da resistência, que o autor é ausente dos fatos que critica e não parte integrante e importante do mesmo.

Talvez, buscando uma neutralidade *a posteriori*, Reis Filho lança mão de “tipos ideais” que pouco se sustentam empiricamente, e, ao invés de desmitificar o que por ele é tido como mistificação, revelam-nos como completas abstrações. Reunir as diferentes organizações revolucionárias da década de 1960 e 1970 sob o estigma de “organizações comunistas/estados-maiores do comunismo” não só é frágil do ponto de vista histórico, como contribui para uma perspectiva que se afasta de uma compreensão mais complexa e profunda do tema.

Reis Filho tenta construir uma imagem uniforme e homogênea que dê conta de explicar as diferentes organizações, ao mesmo tempo em que demonstra diferenças teóricas, de estratégia e tática, e práticas, quando demonstra que algumas organizações tiveram um determinado tipo de comportamento, umas mais “militaristas”, outras mais propensas ao processo de “proletarização” de seus militantes, por exemplo.

Se na própria obra evidencia-se a contradição, no processo histórico real a farsa se desfaz no ar. Primeiro, porque as primeiras tentativas de guerrilha foram postas em prática por

---

<sup>246</sup> GORENDER, Jacob, op. cit., p. 120.

<sup>247</sup> Ibidem, p. 113.

organizações nacionalistas, formadas por ex-militares, ligadas ao brizolismo ou defensores da volta à legalidade constitucional. A tomada da cidade de Três Passos pelas tropas do Cel. Jeferson Cardim, em 1965, na tentativa de desencadear dali a guerrilha, e a chamada Guerrilha do Caparaó, na qual, militantes do MNR, também formada por ex-militares legalistas, tentou iniciar um foco de guerrilha na Serra do Caparaó, localização estratégica entre Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, entre 1966 e 1967,<sup>248</sup> demonstram que a proposta de guerrilha e de resistência armada não era monopólio de comunistas.

Mas que comunistas são esses a que Reis Filho se refere? Desde o lançamento, o supracitado *A revolução faltou ao encontro* vem recebendo críticas pelas posições tomadas pelo seu autor. Para Carlos Weiner, os comunistas, em Reis Filho, “são universais, não estão referidos a um processo histórico determinado em que a constituição de concepções, linhas políticas e práticas possa ser entendida, ela também, como história”, não havendo ali relação com o processo histórico, “apenas memória, eterna e monótona repetição dos mesmos mitos e das mesmas regras”.<sup>249</sup>

Os comunistas de Daniel Aarão Reis Filho são desconectados da dinâmica social, pairam sobre a sociedade, esta também abstrata. Os comunistas parecem surgir do nada, “para organizarem a si mesmos em torno de grandes ilusões e acabarem presos, torturados e mortos nas mãos dos militares”,<sup>250</sup> e isso leva a uma conclusão que legitima, inclusive, o discurso ditatorial oficial sobre seus opositores, como bem sintetiza Weiner:

Daniel Aarão Reis, por paradoxal que pareça, fez de sua análise a mais perfeita e completa reprodução do ethos e da lógica da corrente político-ideológica que colocou no banco dos réus: ele os tomou fora da história, fora do tempo e de um lugar concreto, ele assumiu que o tal projeto próprio é realmente algo que surge de si mesmo e não expressa nenhum segmento. Ele os caricaturou e, neste movimento, tornou caricatural sua análise. Embora tenha razão ao afirmar que "as organizações de vanguarda gozam de uma ampla autonomia em relação às classes sociais cujos interesses dizem defender", engana-se redondamente ao acreditar que isso as torna autônomas em relação à dinâmica geral das classes sociais, aos grandes embates e transformações que, nos mais diferentes níveis, conheceu a sociedade brasileira.<sup>251</sup>

<sup>248</sup> SALES, Jean Rodrigues. Guerrilheiros de primeira viagem. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 90. Rio de Janeiro, mar. 2013, p. 22.

<sup>249</sup> WEINER, Carlos. Trabalho de ideólogo. **Teoria e Debate**, n. 12. Jan. 1991. Disponível em:<<http://www.teoriaedebate.org.br/estantes/livros/revolucao-faltou-ao-encontro-os-comunistas-no-brasil?page=full>>. Acesso em: 06 out. 2013.

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> Idem.

A obra de Reis Filho não fala apenas de organizações comunistas enquanto “elites socialmente intelectualizadas”, mas reproduz os paradigmas estabelecidos por Robert Michels, conhecidos como *lei de ferros das oligarquias*, nas quais não só há uma tendência de elitização no interior dos partidos, como há um padrão de concentração de poder nas mãos de um grupo restrito mesmo em organizações democráticas e/ou que buscam a igualdade. Este paradoxo, estabelecido na chamada “teoria das elites”, revela o pano de fundo sobre o qual Reis Filho traça o panorama político da sua concepção de organização comunista: a existência de uma autonomia do social perante o econômico; organizações de elite pairando sobre as contradições provenientes da relação capital-trabalho, independentes da dinâmica sociometabólica do capitalismo.<sup>252</sup>

A própria noção de intelectual presente, não só em Reis Filho, como também em Ridenti é problemática. O que é um intelectual? O que define um intelectual? Onde ele se posiciona na dinâmica social e qual a sua exata função? Este conceito, assimilando tão automaticamente da noção novecentista de *intelligentsia*, cuja origem é difusa pela Europa, se demonstra um desdobramento da perspectiva teórica que aceita a premissa da existência de “elites”.

Conceito este maleável, que encontra definições em diversos autores, em diferentes áreas do conhecimento, surgindo historicamente na França, durante a “questão Dreyfus”, como mostra Rui Ramos, o qual acrescenta: “a história do ‘intelectual’ não começa com a simples existência de letados na sociedade, mas quando esses letados se concebem a si mesmos como uma elite política com uma missão específica”<sup>253</sup>

A imagem construída por um determinado grupo de indivíduos letados, ou especializados de alguma forma, servia para legitimação de sua causa política e ao mesmo tempo o ganho de *status* social. Projetavam-se enquanto uma “elite” capaz de intervir politicamente.

Ausente da produção de Karl Marx, o termo foi tratado pelo marxista Antônio Gramsci. O italiano entendia que, tendo como objetos operários ou proletários em geral, “em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora”, levando a assertiva

<sup>252</sup> Cf. MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

<sup>253</sup> RAMOS, Rui. A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880). **Análise Social**, v. 27. Lisboa, 1992, p. 484. O caso Dreyfus, em questão, se refere ao a prisão do oficial de artilharia do exército francês, Alfred Dreyfus, acusado e condenado por alta traição e espionagem. Descobriu-se, mais tarde, que ele era inocente, sendo que o fato de ser judeu, talvez, tenha sido o principal fator para sua condenação sigilosa. Jornalistas e outros literatos se uniram no período para desafiar as autoridades e lutar pela libertação de Dreyfus, passando a ser conhecidos como *intelectuais*.

de que “todos os homens são intelectuais”, a questão é de que “nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectual”.<sup>254</sup>

Apesar de afirmar que, aceitar a existência de intelectuais implica em recusar que exista não-intelectuais, Gramsci exprime uma visão funcionalista em sua definição de intelectual:

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. O tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas — que crêem ser literatos, filósofos, artistas — crêem também ser os “verdadeiros” intelectuais. No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual.<sup>255</sup>

Trata-se, então, de identificar os intelectuais “orgânicos”, aqueles que se inserem “ativamente na vida prática, como construtor, organizador, ‘persuasor permanente’”, e não apenas oradores “eloquentes”, formados historicamente em conexão com “todos os grupos sociais, mas especialmente em conexão com os grupos sociais mais importantes”.<sup>256</sup> Assim, legitimava-se as burocracias dos partidos comunistas, formada não por proletários, mas por intelectuais “orgânicos”, agindo em seus interesses.

A noção de intelectual de Michel Löwy influenciou a produção sobre os participantes das organizações revolucionárias. As “camadas médias intelectualizadas” reuniriam, a partir de uma leitura do autor, os “trabalhadores intelectuais”, cabendo aos “intelectuais” propriamente ditos, um papel diferenciado dentro desse grupo, constituindo a “parte ‘criativa’ dos trabalhadores intelectuais em geral, ‘os produtores diretos da esfera ideológica, os criadores de produtos ideológico-culturais’”.<sup>257</sup> Tais seriam as profissões desta camada:

<sup>254</sup> GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura.** 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 07.

<sup>255</sup> Ibidem, p. 08.

<sup>256</sup> Idem.

<sup>257</sup> LÖWY, Michel apud RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 156.

“escritores, artistas, poetas, filósofos, sábios, pesquisadores, publicistas, teólogos, certos tipos de jornalistas, certos tipos de professores e estudantes etc.”.<sup>258</sup>

Por “trabalhadores intelectuais”, Ridenti, adepto da perspectiva apresentada por Löwy, entende que:

Normalmente, o acesso privilegiado à cultura e ao ensino superior cria uma camada de trabalhadores intelectuais que estará pronta para ocupar papéis centrais nos partidos políticos da ordem, nas universidades, nas igrejas, nos vários órgãos do aparelho de Estado, enfim, nas instituições de produção ideológica. Entretanto, por diversas vias, uma parcela das camadas sócias intelectualizadas pode assumir posição anticapitalista, ou mesmo aderir a uma visão de mundo socialista, como demonstrou Michel Löwy.<sup>259</sup>

Estes seriam os integrantes do que chama de “esquerda armada”, e não os “intelectuais”, propriamente ditos. Portanto, para Ridenti não foram os “intelectuais” que emergiram na clandestinidade das organizações guerrilheiras, mas os “trabalhadores intelectuais”.

Enquanto Reis Filho faz a divisão entre “trabalhadores intelectuais”- maioria pra ele em seus “estados maiores-comunistas”- e “trabalhadores manuais”, Ridenti nos apresenta a classificação sociológica dividida entre “camadas médias intelectualizadas” e “camadas sociais de base”. Mas ambos defendem a mesma coisa: “trabalhadores intelectuais” compuseram a maioria das organizações revolucionárias. Nos dois autores, a hipótese de supervvalorização dos intelectuais deve ser, no mínimo, problematizada.

O pano de fundo do conceito de intelectual que Ridenti e Reis Filho defendem é um fenômeno no qual uma “elite” produtora de valores simbólicos e culturais influencia o “ser social”, condicionando sua consciência. Os intelectuais seriam capazes de não só “persuadir” as consciências daqueles incapazes de compreender a realidade que estão inseridos, como também criarem “produtos ideológico-culturais” a ser consumidos indiscriminadamente pelos “infelizes” proletários ocupados com o apertar de porcas e parafusos.

O conceito de intelectual, presente em Gramsci, não serve de base para justificar a dicotomia entre aqueles que trabalham manualmente e aqueles que trabalham intelectualmente (trabalho manual x trabalho intelectual), uma simplificação grosseira da teoria sobre trabalho de Marx.

---

<sup>258</sup> Idem.

<sup>259</sup> Idem, p. 157.

Edward. P. Thompson, abordando o tema de outro modo, vai além e questiona frontalmente a concepção unilateral de produção cultural. Thompson diz que, ao contrário, o *ser social* determina a *consciência social* e vice-versa, “à medida que a experiência se impõe ao pensamento e o pressiona”.<sup>260</sup> Para ele, a *experiência* agregada de cada sujeito histórico contribui para o processo de formação de classe, não estanque, mas inserida em uma dinâmica produção de ações, valores, símbolos, cultura, transmitidos de geração para geração, em um universo de *saberes* que evidencia toda a heterogeneidade da classe trabalhadora.

Na crítica ao estruturalismo de Louis Althusser, considerado por ele como idealismo, Thompson entende que a experiência do ser social é “válida e efetiva”, mesmo que com limites, pois “o agricultor ‘conhece’ suas estações, o marinheiro ‘conhece’ seus mares, mas ambos permanecem mistificados em relação à monarquia e à cosmologia”.<sup>261</sup> O autor defende que:

[...] a questão que temos imediatamente a nossa frente não é a dos limites da experiência, mas a maneira de alcançá-la, ou produzi-la. A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências.<sup>262</sup>

A experiência é o conceito-chave no arcabouço teórico de Thompson que permite compreender que o ser social não pode ser visto como uma “mesa inerte que não pode refutar

<sup>260</sup> THOMPSON, E. P. 1981. **A miséria da teoria ou planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 34

<sup>261</sup> Ibidem, p. 16

<sup>262</sup> Idem.

um filósofo com suas pernas”, tampouco a consciência social pode ser interpretada como “recipiente passivo de ‘reflexões’ naquela mesa”.<sup>263</sup> Em casos de fome, pessoas famintas podem reavaliar sua relação com o mercado, assim como presos tem pensamentos diversos sobre as leis que os encarceraram, assim “frente a essas experiências gerais, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença”.<sup>264</sup>

Como então sustentar que alguns compreendem a realidade em que vivem, e produzem símbolos, cultura e ideologia, e outros são incapazes de ler tal realidade, absorvendo como tábulas rasas o conhecimento produzido no alto das torres de marfim? Entendo que, mais válido é considerar que os trabalhadores produzem seus próprios valores, códigos, símbolos, festas, cultura e ideologia, dialeticamente inseridos no processo de luta de classes, confrontando-se com a cultura de outras classes, decodificando e ressignificando valores impostos pela dinâmica de dominação capitalista de classes.

Não apenas o conhecimento altamente especializado formado dentro das universidades tem validade. Não se nega a qualidade do mesmo, mas como Thompson diz:

[...] fora dos recintos da universidade, outro tipo de produção de conhecimento se processa o tempo todo. Concordo em que nem sempre é rigoroso. Não sou indiferente aos valores intelectuais nem inconsciente da dificuldade de se chegar a eles. Mas devo lembrar a um filósofo marxista que conhecimentos se formaram, e ainda se formam, fora dos procedimentos acadêmicos. E tampouco eles têm sido, no teste da prática, desprezíveis. Ajudaram homens e mulheres a trabalhar os campos, a construir casas, a manter complicadas organizações sociais, e mesmo, ocasionalmente, a questionar eficazmente as conclusões do pensamento acadêmico.<sup>265</sup>

É necessário rever uma hipótese histórica que assume a imagem construída historicamente de intelectuais como os grandes protagonistas da História, em detrimento de outros sujeitos históricos, principalmente os oriundos da classe trabalhadora.

O que seriam “sábios”, tidos como intelectuais em Löwy? Que certos tipos de jornalistas e de professores poderiam ser intelectuais, enquanto outros não? A fragilidade em definir justamente aonde se insere socialmente o conceito de intelectual se evidencia quando o termo é ampliado para a categoria dos estudantes.

---

<sup>263</sup> Ibidem, p. 17.

<sup>264</sup> Idem.

<sup>265</sup> Idem.

Para fazer provar sua hipótese de organizações comunistas enquanto “elites sociais”, Reis Filho inclui os estudantes na categoria de “trabalhadores intelectuais”, não ficando claro onde se caracteriza estudante enquanto trabalhador tampouco como esse trabalho se dá intelectualmente apenas. Ridenti também inclui estudantes nas “camadas médias intelectualizadas”.

O autor comprehende que a complexidade da inserção social do estudante deve ser analisada a partir de três momentos: “a origem, o período de transição na universidade e o lugar que a sociedade promete ao futuro profissional diplomado”.<sup>266</sup> Relativizando a origem de classe da categoria, Ridenti coloca ênfase na transitabilidade da condição de estudante entre as classes sociais e sua própria família, e tenta garantir o sucesso de sua hipótese com uma visão estreita de classe trabalhadora.

Argumenta que, na USP na década de 1960, a maior parte dos estudantes eram filhos de trabalhadores urbanos não-operários, considerados pertencentes a categoria de “classe média ascendente”. Ou seja, mesmo filhos de trabalhadores urbanos eram considerados ascendentes socialmente exclusivamente pela sua condição de estudante, o que é problemático. Ele continua afirmando que o aumento da oferta por força de trabalho intelectual, seja lá o significado disso, afetou “camadas privilegiadas” do proletariado e “camadas” camponesas, filhos e filhas de empregados de escritório, técnicos e pequenos funcionários.<sup>267</sup>

A contradição se evidencia quando o próprio autor cita casos de radicalização do movimento estudantil entre secundaristas, “supostamente mais pobres que os universitários”. Ao falar dos estudantes do Calabouço, restaurante em que se reuniam estudantes técnicos e secundaristas em sua maioria, o autor percebe que “esses estudantes estavam longe do estereótipo de ‘estudantes de classe média’”. Para Ridenti, este foi “o caso mais conhecido de radicalização do movimento estudantil brasileiro, proveniente de setores da população mais pobre, nos anos 1960”.<sup>268</sup>

Tomando o depoimento de Elinor Brito, tem-se claro que os estudantes do Calabouço constituíam uma parte diferenciada do movimento estudantil:

Cerca de 90% eram estudantes que trabalhavam: bancários, *boys*, comerciários, escriturários. Trabalhavam de dia e estudavam a noite. De modo geral, eram também originários do interior ou de outros estados do Brasil, procuravam o Rio para tentar mudar de vida, atraídos pela cidade grande, com mais oportunidades de estudo e

<sup>266</sup> RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 137.

<sup>267</sup> Ibidem, p. 138-139.

<sup>268</sup> Idem.

trabalho. Havia também operários, ou filhos de operários, mas com expressão pouco significativa. E um pequeno percentual, aí em torno de 5% de estudantes, morando em favelas: Jacarezinho, Praia do Pinto, Ladeira dos Tabajaras etc. (...) Boa parte das lideranças do Calabouço foram recrutadas pelas organizações políticas de vanguarda – Ação Libertadora Nacional (ALN), Dissidência do PCB, Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Ação Popular (AP) entre outras.<sup>269</sup>

Portanto, este conjunto de estudantes, que “sempre teve uma relação difícil com o movimento universitário”,<sup>270</sup> de acordo com Daniel Reis Filho, e que chegou a organizar nacionalmente a Frente Unida dos Estudantes do Calabouço (FUEC), demonstra que, apesar de pautas próprias do movimento estudantil da época, a origem social de seus integrantes foi elemento importante no processo de coesão, diferenciando-os de outras parcelas do movimento estudantil. A morte de um de seus integrantes, o estudante Edson Luís, assassinado em 28 de março de 1968, originou uma série de passeatas contra a Ditadura de Segurança Nacional, como a passeata dos 100 mil, na cidade do Rio de Janeiro.

Outro caso citado pelo próprio Ridenti é a revolta de uma semana, em agosto de 1967, de estudantes secundaristas em Salvador, de origem pobre, contrários ao aumento das anuidades.<sup>271</sup> Argumentando que, apesar da origem humilde, eles estavam inseridos em um projeto de ascensão social nos marcos da ideologia dominante, Ridenti força os exemplos históricos de estudantes oriundos da classe trabalhadora a servirem ao seu propósito, relativizando sempre o conteúdo de classe em cada um deles.

A classe trabalhadora, por definição e identidade, é mais ampla que apenas o operário fabril urbano. Compõe-se não só do trabalhador direto, do qual a mais-valia é extraída, mas também de todos aqueles que participam do processo de circulação do capital e/ou são explorados pelas classes dominantes capitalistas.

Por mais que a condição de estudante imponha aos estudantes lutas próprias e imediatas, e que o lugar social que lhe é destinado os influencie, a experiência de classe agregada historicamente por sua família, transmitida a eles, geração por geração, é estruturadora de suas práticas. Como no exemplo hipotético do filho liberto de escravos, homem livre e mestiço, que se formou em Direito, e ajudou nas alforrias e libertação daqueles que lhe proveram muito da identidade que carregou.

Um padrão comportamental que Roberto Martins Filho bem sintetizou:

---

<sup>269</sup> Idem, p. 140.

<sup>270</sup> Idem.

<sup>271</sup> Idem.

Para se transformar em universitário, o jovem mantém com sua família vínculos que não se esgotam na simples dependência econômica. A contrapartida dos laços de manutenção são os vínculos de retribuição e de compromisso com o projeto familiar que atribui ao jovem estudante o papel continuador da história da família. O objetivo último desse processo será a transformação do jovem em agente da ascensão social da família. (...) A inserção no mundo da produção redefine a relação com a família mas não transforma os vínculos de classe do estudante.<sup>272</sup>

Portanto, até mesmo os estudantes, em sua ampla categoria (universitários, secundaristas, técnicos), não podem ser todos classificados como pertencentes às “classes médias intelectualizadas” se não analisado a origem social de cada um dos mesmos, pois não fazê-lo significa torná-los amorfos, roubando-lhes a identidade vinculada às suas famílias. E isso é um exercício de metafísica e não de História.

A representação imagética do intelectual não expressa a totalidade das experiências humanas agregadas à história de vida dos indivíduos. Um guerrilheiro, por exemplo, que foi estudante na sua juventude, cumpriu serviço militar quando completou a maioridade, se tornou operário quando um jovem adulto, e se inseriu em determinado momento na clandestinidade, produzindo jornais da organização, participando das ações de panfletagem, propaganda, de expropriação ou de sabotagem, só pode ser compreendido na riqueza, complexidade e contrariedade da somatória de suas experiências e práticas. Oferece-se assim, ao invés de um conceito superficial facilmente aplicado sobre um amplo objeto – sem ter efetivo sucesso em explicá-lo –, o difícil exercício de considerar a trajetória dos indivíduos como um todo.

A própria hipótese de que a crise de representação, causada pelo Golpe de 1964, que fez com que a classe trabalhadora não visse nas organizações revolucionárias uma nova forma de representação deve ser relativizada. Não que a tese seja completamente inválida, mas ela por si só não explica a derrota das organizações guerrilheiras.

A questão central é que a classe trabalhadora não tinha plena confiança nos canais institucionais como meio de obtenção concreta de ganhos sociais, no pré-1964. As greves políticas da década de 1960, postas em prática pela classe trabalhadora, buscavam não só a obtenção de melhorias econômicas imediatas, como se inserir politicamente na pauta do dia, alterando ao seu favor o quadro institucional que estava colocado naquele momento, pressionando as autoridades responsáveis em favor de suas demandas.

---

<sup>272</sup> Idem, p. 25.

Demian Bezerra de Melo argumenta, em sua tese, que a greve geral dos trabalhadores, a primeira nacional, em 1962, não só foi fruto da articulação política de trabalhistas e comunistas, como buscava intervir de maneira contundente na cena política, não só defendendo o então Presidente João Goulart, mas apresentando uma pauta de reivindicações, entre elas a aprovação da Lei do 13º Salário.<sup>273</sup> Os canais institucionais não eram tão abertos assim, era necessário “abri-los” à força.

Além disso, nunca foram revogados durante todo o período entre 1945 e 1964 o DOPS e suas sucursais estaduais, tampouco sua função majoritária de vigiar, cercear, limitar, intimidar, prender e torturar os movimentos sociais, entre eles, a classe trabalhadora e o sindicalismo. A principal ferramenta física de dominação político-social esteve em pleno funcionamento no período descrito pelos autores como “democrático”.

A própria criação do CGT, já comentado nessa dissertação, é outra amostra de como a institucionalidade era vista, no mínimo, com ressalvas. O CGT demonstrava que o movimento sindical não estava contente com a estrutura sindical oficial oriunda do Estado Novo, buscando alternativas de organização àquelas oferecidas e incentivadas pelo Estado. A relação cautelosa e nada amistosa entre ambos pode ser percebida no fato de o CGT nunca ter sido reconhecido oficialmente.

Se de fato houve uma crise de representação entre os trabalhadores e os partidos e as organizações que não só pretendiam representar-lhes, mas de fato representavam, pois trabalhadores deles participavam, não se pode negar que as estratégias traçadas pela classe trabalhadora de ganhos sociais passavam por alternativas aos canais institucionais. Não se tratava de alargamento da cidadania tão só, mas de forçar a obtenção de direitos até então sempre negados.

Além disso, o paradigma posto pelos autores, de que houve uma tendência natural de fragmentação que resultou em pequenas organizações, demonstrando a fragilidade estrutural da esquerda no período, deve ser criticada. Não só o contexto de repressão deve ser levado em conta, como o contexto político daquele momento, quando se defrontavam visões de resistência ao capitalismo e de defesa do socialismo.

Apesar de Gorender demonstrar como o pensamento de Marighella o afastava do PCB nos anos posteriores ao Golpe, o líder fundador da ALN ainda tinha confiança, no período em que esteve em Cuba, de que era possível realizar um processo de debate e reavaliar a decisão do Comitê Central do Partido de não pegar em armas para resistir à Ditadura.

---

<sup>273</sup> Cf. MELO, Demian Bezerra de, op. cit.

Em entrevista a uma rádio cubana, Mariguella desmentia as notícias de que um telegrama do Comitê Central do PCB o ameaçava de expulsão, se colocando como primeiro-secretário do Partido Comunista em São Paulo e representante do Comitê Estadual do Partido Comunista em São Paulo, negando que fomentasse o fracionismo ou a criação de novos partidos.<sup>274</sup>

Entretanto, ao voltar para o Brasil, Marighella foi expulso do PCB, por ter ido sem autorização do Partido para Cuba e por fazer críticas abertas à linha central do Comitê Central, presidido por Luiz Carlos Prestes. A decisão de fundar a ALN veio somente depois disso. Aqueles que reprovaram a atitude do PCB e estavam inclinados às ideias que Marighella defendia, deixaram o partido rumo à nova organização, que como se viu, não teve nome oficial por algum tempo.

Da mesma maneira que, no Rio de Janeiro, frente às decisões arbitrárias do Comitê Central, se formou dentro do PCB o grupo que viria a ser o PCBR. Não só a inação do “Partidão”, em 1964, forneceu os parâmetros de como se daria o processo de resistência, como a decisão de não participar da resistência armada e a forma como tratou seus militantes que queriam discutir internamente essa questão, condicionou o surgimento de novas organizações.

Assim como a decisão de uma parte do Comitê Central do PCdoB, que garantiu que a base de guerrilheiros instalados na região do Araguaia fosse tardiamente descoberta, em manter em segredo do resto dos quadros partidários, condicionou a criação do PCR, no Nordeste, e da Ala Vermelha, na região Sudeste, onde militantes entendiam que ações contra a Ditadura deveriam ser feitas mais rapidamente.

O MRT, organização que será profundamente tratada nesta dissertação, por sua vez, surgiu quando a organização da qual pertencia, a Ala Vermelha foi quase que completamente desbaratada pela repressão, em 1969.

Os obstáculos que a clandestinidade e a distância entre os diferentes estados do País impuseram à POLOP, por exemplo, não permitiram que a organização conseguisse articular uma estratégia de resistência nacional que realmente saísse do papel. Ainda em julho de 1964, a organização sofreu um duro golpe quando uma articulação com marinheiros foi desbaratada pelo CENIMAR, debilitando a organização nos anos que se seguiram.

---

<sup>274</sup> MOTTA, Severino. **100 anos de Marighella**: Ouça entrevista histórica do guerrilheiro. Brasília. 05 dez 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/100-ano-de-marighella-ouca-entrevista-historica-do-guerrilheiro/n1597396319790.html>>. Acesso em: 01 out 2013.

Regionalmente seus militantes foram tomando outros rumos. No Rio Grande do Sul, seus remanescentes uniam-se com ex-militantes do PCB e formavam o Partido Operário Comunista (POC), enquanto que em Minas Gerais, principalmente, organizou-se o COLINA, enquanto que em São Paulo os militantes da POLOP juntaram-se com militares e formaram a VPR.

Posteriormente, quando depois de várias ações, e consequente repressão por parte dos órgãos de segurança, as organizações passaram por um processo de recomposição. Em São Paulo, Eduardo Leite, o “Bacuri”, via em uma organização menor uma maior possibilidade de ficar mais imune à repressão e mais agilidade, fundando a REDE. Em julho de 1969, a VPR e o COLINA decidiram fundir as organizações, ambas com origem na POLOP, fundando a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), organização que conseguiu realizar a maior ação expropriatória, retirando quase dois milhões e meios do cofre do ex-governador paulista Adhemar de Barros. Mais tarde, depois de diversas baixas, as organizações se separariam, a VPR voltaria a existir, e o restante ficaria na organização VAR.

Estes são alguns exemplos que demonstram como as organizações não surgiram por voluntarismo ou idealismo de seus militantes. Estavam condicionadas pelo contexto político e repressivo do momento, quando uma série de dificuldades estabelecia uma dinâmica de fluxos e refluxos, que contava com a circulação de pessoas, desestruturação da organização anterior e perda de militantes.

Entretanto, não se nega aqui que as diferentes concepções das formas de resistência e quais passos seguir quando o objetivo de derrubar a Ditadura de Segurança Nacional tivessem sido atingidos, influenciando o surgimento e a morte de muitas das organizações. Apenas se faz a ressalva de que o contexto em que elas estavam inseridas as condicionava dialeticamente. Sem levar isso em consideração, reforça-se a noção de que ingênuos indivíduos deixavam-se levar pelo ego e pessoalidades, fragilizando o processo de resistência como um todo.

As organizações revolucionárias que existiram no Brasil, na década de 1960 e 1970, não estavam isoladas das lutas e discussões que aconteciam mundo afora, e sofreram inflexões deste amplo debate.

Deve se entender que o comunismo como um todo passava por um profundo processo de crítica e autocritica naquele momento. Comum nas obras dos três autores analisados anteriormente, o papel do partido marxista-leninista clássico estava em debate, sendo que, para muitos militantes, em meados da década de 1960, esse era um modelo burocrático, corrompido no seu objetivo de mobilizar a classe trabalhadora pela sua ortodoxia, com

excesso de discussões teóricas e reuniões e pouca prática revolucionária. Buscavam-se alternativas capazes de dinamizar o processo revolucionário, sem abandonar premissas historicamente arraigadas entre a esquerda.

Gorender identificou, de maneira acertada, que a ALN, apesar de defender a criação de um partido do marxista-leninista no decorrer do processo revolucionário, apresentava traços anarquistas, considerados por ele um “erro” da organização. Entretanto, o autor perde a questão de fundo, a questão essencial, que nem sempre aquilo que uma organização ou indivíduo pretendeu ser, e escreveu de si mesmo, é aquilo que se pôs em prática.

A difícil relação entre o que se narra sobre sua própria definição e objetivos e o que na prática se deu, bem como se constrói a memória hoje sobre aquele processo histórico, permeia a discussão sobre o amplo processo de resistência armada no Brasil.

O que esteve em jogo, no final das contas, foi um amplo processo de *resistência armada*, que entendo, como Ridenti bem precisou, ser o melhor conceito para caracterizar esse complexo fenômeno político. O termo, oriundo da experiência de oposição à ocupação do nazifascismo, durante a Segunda Guerra Mundial, enfatiza a reação mais do que a ação, mais o caráter defensivo do que ofensivo posto em prática.<sup>275</sup>

Ele argumenta que, apesar da proposição objetiva da maior parte das organizações armadas em realizar o projeto ofensivo e revolucionário que levasse ao socialismo, por si só esse argumento não invalida que, assim como aqueles grupos que decidiram pela via pacífica, a esquerda armada fez parte da resistência.<sup>276</sup>

Não é possível, do ponto de vista aqui defendido, fazer qualquer tipo de resistência à tirania, às ditaduras e/ou aos fascismos sem propor, dialeticamente, uma alternativa objetiva a eles. No momento em que indivíduos se organizam para resistir à opressão, eles formulam sobre as causas que levaram àquele estado de coisa, e como impedir que aconteça de novo, propondo algo novo em seu lugar.

A resistência armada foi levada a cabo por centenas de militantes, de diversas classes sociais, de diferentes regiões do País, reunidos em variadas organizações, com múltiplas percepções dos objetivos que deveriam ter e formas de conseguir ter sucesso, empenhando-se na derrubada da Ditadura de Segurança Nacional, tentando livrar a classe trabalhadora da opressão sobre a qual estava submetida, em um dos momentos ápicos da luta de classes da História recente do Brasil.

<sup>275</sup> RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In: RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (Org.). **O Golpe e a Ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru: EDUSC, 2004, p. 54.

<sup>276</sup> Idem.

Revolucionários como José Campos Barreto, Osvaldão, Derly José de Carvalho, Eduardo Leite, Virgílio Gomes da Silva, Olavo Hansen, Aderval Alves Coqueiro, Denis Casemiro, Joaquim de Alencar Seixas, Devanir José de Carvalho e tantos outros operários e trabalhadores, e que foram da direção de suas organizações, tiveram papel preponderante nas ações revolucionárias, até mesmo, por vezes, criando e comandando organizações.

Dando continuidade ao processo de resistência da classe trabalhadora à Ditadura de Segurança Nacional, militantes oriundos das classes exploradas, não satisfeitos com o caminho da atuação clandestina no chão das fábricas, organizaram-se em torno de uma proposta de ação direta contra a repressão, buscando desestabilizar a Ditadura e reorganizar os trabalhadores em torno do socialismo. Este é o exemplo do MRT, que veremos a seguir.

### 3. PERMANÊNCIA E RUPTURAS: A ORIGEM DO MRT E SUA ASCENÇÃO

O Poder tinha as Universidades;

Os estudantes tomaram-nas.

O Poder tinha as fábricas;

Os trabalhadores tomaram-nas.

O Poder tem o Poder;

Tomemo-lo.

*Poema pichado nos muros de Paris em 1968*

O MRT, organização composta praticamente por militantes oriundos da classe trabalhadora, teve um importante papel no processo de resistência armada entre fins de 1969 e o primeiro semestre de 1970, em São Paulo.

A organização, apesar de carregar suas peculiaridades, sintetizava dialeticamente a ruptura com algumas práticas antes hegemônicas entre a esquerda do período, com permanências de experiências revolucionárias que condicionaram sua existência.

Neste capítulo será abordado como o MRT é tratado pela historiografia, demonstrando que, até o momento, a organização teve pouca atenção das pesquisas sobre a resistência armada. Também é visto de que forma o primeiro MRT, fundado a partir da perspectiva de revolução das Ligas Camponesas, ainda em 1962, e a própria Ala Vermelha, que formou a maioria dos militantes em questão, contribuíram para a fundação da nova organização.

Depois de fundada, as ações realizadas pelo MRT, especialmente articuladas com outras organizações revolucionárias, na chamada Frente, serão objeto de análise. Por fim, o sequestro do diplomata japonês no início de 1970 e a tentativa de captura de um comandante do II Exército demonstram como se estabeleceu a rede de solidariedade que sedimentou a ação conjunta daquelas organizações durante aquele período de intensa repressão político-social.

### 3.1 As Influências Históricas e o Início do MRT

O MRT foi uma organização revolucionária que existiu entre setembro de 1969 e abril de 1971. Neste curto espaço de tempo, foi responsável por uma série de ações guerrilheiras que buscavam desestabilizar a Ditadura de Segurança Nacional e, ao mesmo tempo, reorganizar a classe trabalhadora, rumo ao socialismo.

Inseridos no amplo processo de resistência armada contra o Estado ditatorial, os militantes do MRT, ao contrário da maioria das organizações do período, quase exclusivamente, foram formados por operários, ou por profissões que constituem a classe trabalhadora.

Mesmo portadores dessa interessante peculiaridade, o MRT não foi alvo de muitas pesquisas, e quase nada se aprofundou sobre esta organização revolucionária. De maneira geral, a historiografia sobre a resistência armada tem se voltado para as organizações com maior participação de estudantes ou de militantes oriundos das classes médias, ou constituinte da força de trabalho excedente, como defendido na visão przeworkiana.<sup>277</sup>

Tendo sua História resumida a alguns parágrafos ou algumas linhas, o MRT tem sido, até o momento, relegado ao ostracismo, compartilhando do mesmo tratamento que o processo de resistência da classe trabalhadora à Ditadura de Segurança Nacional tem recebido.

A dificuldade que a pesquisa acadêmica tem demonstrado para com esse tipo de experiência história é latente. Demonstrando não ter capacidade de articular metodologicamente a classe trabalhadora organizada, no sentido de resistir ao período ditatorial, majoritariamente, tem se produzido uma historiografia que entende as organizações pelo viés sociológico comportamental ou pela compreensão estritamente política e estrutural dos partidos e organizações.

O MRT não escapou da lógica comum. Acabou sendo analisado sob a luz fria de modelos previamente concebidos, nas quais deveria se “encaixar”, sendo produzidas, obrigatoriamente, desbotadas representações daquela organização, onde poucas vezes realmente se traduziu a complexidade e a riqueza das experiências que dali teve origem. As vozes daqueles trabalhadores ligados a resistência continuavam silenciadas.

<sup>277</sup> Adam Przeworski defende que, dentro da perspectiva de que as classes são formadas pela luta de classes, o conceito marxiano de força de trabalho excedente, desligada das forças produtivas da sociedade, e ao mesmo tempo não pertencente às classes proprietárias, identifica esses indivíduos na sociedade capitalista de maneira melhor concebida que o termo "classe média". Para ele: "A força de trabalho excedente pode assumir a forma de emprego na administração pública, ou de aposentadoria antecipada, de grandes exércitos permanentes, de dez milhões de estudantes universitários. [...] A forma de organização da força de trabalho excedente não é determinada pelas relações de produção. Constitui um efeito direto da luta de classes." In. PRZEWORSKI, op. cit., p. 109 e 110.

A primeira tentativa de identificar o MRT e assinalar suas características gerais veio da própria comunidade de inteligência e repressão, a serviço da Ditadura de Segurança Nacional.

No relatório reservado produzido pelo DOPS de São Paulo, de 17 de agosto de 1970, tenta-se sintetizar as diferentes organizações que atuavam no estado, além de ser feito um balanço da repressão até aquele momento, além da situação da “subversão” e de “terrorismo”. No documento, havia três parágrafos destinados ao MRT. No primeiro, foi definida a origem da organização, surgida no segundo semestre de 1969, “formado pelos remanescentes da Ala Vermelha do PCdoB”, após o “desmantelamento” da mesma. Depois, é dito que se trata de “um grupo sem estruturação definida” e que, junto com a REDE, eram os “dois grupos mais personalistas dentro os que atuavam em São Paulo”. Por fim, é apontado que o MRT participava “de ações junto com outros grupos subversivo-terroristas”.<sup>278</sup>

Mais adiante, no relatório, quando se procura estabelecer um quadro parcial da situação da resistência armada, é dito sobre o MRT:

Até hoje não se conseguiu prender um só elemento desse grupo, que é integrado por um número muito pequeno de terroristas, chefiados por Devanir José de Carvalho (“Henrique”). O MRT só atua em conjunto com outros grupos – ALN e RDE – dada a precariedade de sua estruturação. O MRT não aceita a liderança de Joaquim Câmara Ferreira (“Toledo” ou “Velho”), não havendo, a curto prazo, a perspectiva de fusão.<sup>279</sup>

A tônica do relatório é reforçar supostas fraquezas estruturais e organizacionais, montando a imagem de uma organização pequena, que não denota perigo ao *status quo*, atuando tão somente em torno de organizações maiores, além de se manter a mesma coesa através de laços personalistas, mantidos principalmente pela sua principal liderança Devanir José de Carvalho.

Em outro documento, com o resumo de cada organização atuante em São Paulo e um balanço das ações revolucionárias, realizadas durante o ano de 1971, é dito que, no tocante ao MRT, se constituiu de “quatro ou cinco elementos que são chefiados por Devanir José de Carvalho, vulgo ‘Henrique’”, que teria conseguido “aumentar seu bando com a adesão de dois elementos que saíram da Vanguarda Popular Revolucionária”. Em seguida, é descrito que a organização “não tinha expressão, contudo, realizava alguns assaltos ou, então, se unia a

---

<sup>278</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM SOCIAL E POLÍTICA [DOPS]. **Organizações subversivo-terroristas.** São Paulo: DOPS, 17 ago 1971.

<sup>279</sup> Idem.

outros grupos”, descritos como “desfalcados de elementos”. Ao lado de “elementos” do MR-8, da VAR-Palmares e da ALN, formariam outra organização, denominada FRENTE.<sup>280</sup>

É clara a linguagem depreciativa usada pela repressão, no sentido de diminuir a importância não só dessa, como de outras organizações. Com isso, pretendia-se deslegitimar as organizações revolucionárias, mostradas quase sempre como ineficientes, desumanizadas através do jargão policial “elementos” e reduzidos a “bandos” que realizavam assaltos.

Fora da perspectiva repressiva, condicionada pelos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, o *Projeto Brasil: Nunca Mais* tentou sintetizar como se deu a resistência à Ditadura e quem foram suas vítimas. No tomo III, buscou-se fazer o “perfil dos atingidos”, resumindo a atuação de diferentes organizações. O MRT aparece como:

Organização de Contingente bastante reduzido e vida efêmera. O MRT existiu apenas em São Paulo. Começou a nascer no início de 1969, quando o Grupo Especial Nacional da Ala Vermelha, espécie de Comissão Militar daquela organização, assumiu uma atitude de confronto com a Direção nacional provisória, acusada de oportunismo e vacilações na aplicação de uma linha de luta armada.<sup>281</sup>

Os panfletos distribuídos, em março de 1969, assinados por um GENR, apresentavam uma organização revolucionária independente. É também ressaltado que a figura de maior destaque era Devanir José de Carvalho, que teve quatro irmãos presos em agosto de 1969.<sup>282</sup>

A atenção então se volta para a atuação do GENR no ano de 1969, descrita como orientada “exclusivamente para a sobrevivência, tentativa de estruturação e preparação de algumas operações armadas”.<sup>283</sup> Finalmente, em setembro daquele ano, foi realizada um reunião em Campos do Jordão, na qual Devanir e numerosos outros militantes, remanescentes de organizações em processo de desestruturação, discutiam a incorporação destes na VAR-Palmares. Uma parcela dos militantes fez essa opção, “enquanto a maioria dos demais reuniu-se em torno de ‘Henrique’ para criar o MRT no mês seguinte”.<sup>284</sup>

Depois de formado, o MRT se empenharia em ações armadas, privilegiando a atuação com outras organizações revolucionárias. Assim é resumida essa atuação:

<sup>280</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM SOCIAL E POLÍTICA [DOPS]. **MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes**. São Paulo: DOPS, 1971.

<sup>281</sup> MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. **Perfil dos atingidos**. Brasil: Nunca Mais. Tomo III. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, p. 69.

<sup>282</sup> Idem.

<sup>283</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>284</sup> Idem.

A primeira ação da organização com o nome de MRT ocorreu em dezembro de 1969, consistindo num assalto simultâneo a dois bancos em São Paulo, em cooperação com a ALN, a VPR e a REDE, ação que valeu como interrupção de uma campanha propagandística dos órgãos de repressão que alardeavam o “fim do terror” após a morte de Marighella em novembro. A vida do MRT durante todo o ano de 1970 consistiu basicamente na vida da Frente Armada estruturada por sugestão de Câmara Ferreira, da ALN. Nesse ano foi praticamente inexistente a preocupação com o desenvolvimento de um trabalho político, não se trabalhou na elaboração de uma linha política própria e o rumo geral das atividades se resumiu à rotina da preparação e execução de ações armadas. Estas voltavam-se exclusivamente para a manutenção de infra-estrutura necessária à sobrevivência de militantes perseguidos do MRT e de outras organizações, como foi o caso do próprio Lamarca, abrigado no “aparelho” de Henrique após a fuga do Vale do Ribeira.<sup>285</sup>

Já em 1971, houve um esforço de sintetizar uma linha política expressa nas duas edições do jornal intitulado *Voz Guerrilheira*.<sup>286</sup> Entre março e abril, a organização encontraria seu declínio, a partir do fluxo de prisões que atingiu a direção nacional da Ala Vermelha, do qual resultou na destruição da organização pela ação dos órgãos repressivos. Os integrantes do grupo de fogo do MRT, considerados praticamente confundidos com a direção nacional, foram “atingidos por uma repressão feroz que implicou no assassinato sob torturas de muitos de seus dirigentes, entre eles o próprio Devanir, Joaquim de Alencar Seixas e outros”<sup>287</sup>

Por fim, é pontuada a participação do MRT, a última da organização, em conjunto com a ALN, na execução de Albert Henning Boilesen, alto executivo do Grupo Ultra, “acusado de ser financiador dos órgãos clandestinos de repressão e de ter sido, ele próprio, inventor de uma engenhoca especial de tortura, mais tarde batizada de ‘pianola Boilesen’”<sup>288</sup>

Além disso, quando analisada a organização Movimento Revolucionário Marxista (MRM), é descrita a ligação tida como estreita da mesma com o MRT, no primeiro semestre de 1970, “em cuja infraestrutura se abrigaram, embora mantivessem com esse grupo claras divergências políticas”.<sup>289</sup>

Em uma página e meia, o *Projeto Brasil: Nunca Mais* sintetizava a História do MRT, realçando a ausência de uma linha política clara e as ações revolucionárias sempre atreladas à Frente.

---

<sup>285</sup> Idem.

<sup>286</sup> Idem.

<sup>287</sup> Idem.

<sup>288</sup> Idem.

<sup>289</sup> Ibidem, p. 71.

Contemporâneo do lançamento deste projeto, o supracitado livro de Jacob Gorender, *Combate nas trevas*, também destacou alguns parágrafos sobre o MRT. Formado em um período, entendido por Gorender como de declive do movimento armado, o MRT também é analisado ainda quanto GENR.<sup>290</sup>

O historiador afirma que a origem em comum dos grupos liderados por Devanir José de Carvalho, Plínio Petersen e James Allen Luz, oriundos de posições críticas às posições políticas da Ala Vermelha, facilitou a convocação da reunião em Campos do Jordão, em setembro de 1969, que contou com participação de representantes convidados do POC e da REDE.<sup>291</sup>

Tidos como “minúsculos agrupamentos”, a fusão em um novo grupo não se concretizou. Ao invés disso, o grupo liderado por James Allen Luz, em torno de oito ou nove pessoas, decidiu ingressar na VAR-Palmares, enquanto Eduardo Collen Leite (“Bacuri”) manteve sua organização REDE independente e os grupos de Devanir e Plínio se uniram e fundaram, em outubro, o MRT, sigla usada primeiramente pela organização de Francisco Julião, ressalta o autor.<sup>292</sup>

Gorender afirma que o MRT, “a nova organização de uns vinte militantes” e que, “alcançou, no auge, cerca de quarenta”, teria ganho “fama pela audácia do seu chefe Devanir José de Carvalho, ex-metalúrgico de Santo André, e pela eficiência nas ações armadas”, além do que “a concepção militarista extrema facilitou o entendimento com a ALN e a VPR”.<sup>293</sup>

Em Gorender, o MRT se encaixaria no grupo das organizações compreendidas como “militaristas”. Por isso, quando, no início de 1970, o membro do Comando Regional da VPR, Shizuo Ozawa (“Mario Japa”), caiu nas mãos da repressão com diversos segredos da organização, o MRT e a REDE foram chamados por Ladislau Dowbor (“Jamil”) para realizar uma ação que garantisse a liberdade de Ozawa. Assim é descrita a operação:

Era preciso salvar Mario Japa com urgência. Jamil (Ladislau Dowbor) entrou em contato com Devanir e Bacuri e se estabeleceu a articulação da VPR com o MRT e a REDE para o sequestro de Nobuo Okuchi, cônsul-geral do Japão em São Paulo, no dia 12 de março. Feita quase de improviso, a lista de resgate só constou de cinco nomes. O Governo Médici aceitou a exigência e os presos políticos viajaram rumo ao México. Entre eles, Mário Japa se libertou dos frustrados torturadores.<sup>294</sup>

<sup>290</sup> GORENDER, Jacob, op. cit., p. 207.

<sup>291</sup> Idem.

<sup>292</sup> Ibidem, p. 208. Ainda neste capítulo o primeiro MRT será mais aprofundado.

<sup>293</sup> Idem.

<sup>294</sup> Ibidem, p. 210.

A VPR se desestruturaria nos meses seguintes, tendo, inclusive, seu campo de treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira, desbaratado pelas forças repressivas. Uma das lideranças da VPR, Carlos Lamarca, de acordo com Gorender, encontrava sua organização desprovida de “aparelhos”, dirigentes e dinheiro, sendo que “depois de passar por várias casas, Lamarca contatou Devanir, que lhe deu abrigo no aparelho de Joaquim Alencar Seixas, membro do MRT”,<sup>295</sup> onde ficou por cerca de cinco meses.

A participação do MRT na Frente também é estudada pelo autor. A articulação político-militar se deu entre a ALN, VPR, PCBR, MR-8, POC, REDE (até junho de 1970, quando foi incorporada pela ALN) e o MRT. Sobre a participação do MRT em ações da Frente, Gorender destaca:

Muito ativa nas ações expropriatórias e na propaganda armada em São Paulo, deveu-se à Frente o assalto que produziu o maior resultado financeiro, com exceção da apropriação do sofre de Adhemar. A 15 de novembro de 1970, um carro blindado da transportadora de valores Brink’s foi interceptado, na rua Estados Unidos, por um destacamento de quinze elementos, entre os quais alguns dos melhores homens da *linha de frente*: Fujimore, da VPR, Devanir, do MRT, e José Milton Barbosa, da ALN. A guarnição do carro transportador se rendeu e entregou 460 mil cruzeiros novos. O êxito incentivou a repetição da dose, mas os dois ataques seguintes a carros da Brink’s falharam. Num deles, no bairro do Paraíso, a 14 de dezembro, a guarnição revidou e do tiroteio resultou a morte de um dos guardas. Já o assalto à Metalúrgica Mangels, a 10 de fevereiro de 1971, se concluiu vantajosamente com a aquisição de 270 mil cruzeiros novos. As quantias arrecadadas eram divididas entre as organizações participantes, segundo a necessidade de cada uma.<sup>296</sup>

A dissolução da Frente se daria quando, ao contrário da VPR, MR-8 e MRT propuseram o recuo tático, quando a organização de Lamarca pretendia realizar sequestros em troca de presos políticos. As duas organizações temiam o endurecimento da repressão, potencialmente ainda mais perigoso frente à precariedade dos recursos materiais e que a ação “não significaria nenhuma saída política”.<sup>297</sup>

Já se debruçando sobre o fim da organização, Gorender argumenta que, apesar do fato de ser pequena, o que aparentemente favorecia o MRT contra a repressão, bastou a prisão pelo DOPS de Waldemar Andrew (que morava Votuporanga, Oeste paulista, desde que tinha sido

<sup>295</sup> Ibidem, p. 211.

<sup>296</sup> Ibidem, p. 216.

<sup>297</sup> Ibidem, p. 220.

afastado da direção do MRT) para que o MRT fosse posto fora de combate. As ligações com a Ala Vermelha levaram aos integrantes do MRT, os quais foram caindo um a um, até o chefe da organização, Devanir, fulminado pela equipe de Fleury, no dia 5 de abril de 1971.<sup>298</sup>

O autor ainda descreve o "justiçamento" do empresário Henning Boilesen, "ativo colaborador do DOI/CODI", no dia 15 de abril, como represália a queda de Devanir, em ação que articulou MRT e ALN em um comando responsável pela execução. No dia seguinte, Joaquim Alencar Seixas ("Roque") seria sequestrado e torturado até a morte, enquanto Dimas Antônio Casemiro, um dia depois seria morto a tiros. Ambos eram do MRT e tinham participado do "justiçamento" do empresário do Grupo Ultra.<sup>299</sup>

De maneira um pouco mais detalhada do que consta no *Projeto Brasil: Nunca Mais*, Gorender sintetiza as ações do MRT, seu surgimento e seu fim, dando ênfase para o caráter "militarista" que considera existir na linha política da organização.

Marcelo Ridenti, por sua vez, faz uma abordagem sociológica do processo de resistência armada que o MRT se insere. Incluído entre as organizações consideradas por ele como "foquistas" e "militaristas", o MRT é apontado, com base na entrevista de um ex-militante, André Guerra, como uma das organizações que pretendiam construir um partido nos moldes marxistas-leninistas clássicos, mas que, na prática, o setor armado confundia-se com a direção da organização.<sup>300</sup>

Ridenti faz uma análise sociológica das organizações que classifica como "militaristas", e percebe que, apesar da maioria ser constituída do que chama de "camadas sociais intelectualizadas", havia uma composição diversificada entre militares, estudantes, professores, etc. O autor percebe que tanto o MRT quanto a REDE tinham uma maior composição de "trabalhadores manuais", e faz a seguinte explanação:

Ambos caracterizaram-se por ligações de amizade pessoal e até de parentesco entre seus membros (no caso do MRT), que geralmente atuavam em frente armada com a ALN e a VPR. A história da REDE liga-se indissoluvelmente à de seu líder, o ex-soldado Eduardo Leite, conhecido como Bacuri, que viria a ser barbaramente torturado e morto. Já o MRT não se dissocia dos nomes de Plínio Peterson [sic] e de Devanir Carvalho, ex-metalúrgico do PCdoB e da ALA, cuja família tinha tradição de militância: quase todos os seus membros foram presos, torturados ou mortos, acusados de ligação com as esquerdas em armas.<sup>301</sup>

<sup>298</sup> Ibidem, p. 225.

<sup>299</sup> Ibidem, p. 226.

<sup>300</sup> RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 40.

<sup>301</sup> Ibidem, p. 62.

Novamente os laços familiares são realçados novamente quando Ridenti fala da participação de “trabalhadores manuais” nas esquerdas armadas, citando os irmãos Carvalho – Devanir e seus irmãos – como, em parte, os responsáveis pelo número de operários dentro da Ala Vermelha.<sup>302</sup> Já no MRT, o autor define a organização que os Carvalho se inseriram como “um pequeno grupo paulista, dos mais militaristas”.<sup>303</sup> Com base novamente no depoimento de um de seus militantes, André Guerra, argumenta que existiram integrantes da “classe média” em suas fileiras, mas a maioria era realmente de origem operária.<sup>304</sup>

O fato de que a maior parte dos militantes tenha sido de origem operária é apontado por Ridenti como um dos fatores que contribuíram para a aparente incapacidade de estabelecer uma linha política clara, destacando a ausência de discussões teóricas e políticas de forma sistemática.<sup>305</sup>

O sociólogo afirma: “O fato de o pequeno MRT ter uma composição de ‘extração popular’ não o impediu de ser um dos grupos mais ativos militarmente, sem maiores preocupações de realizar um trabalho de massas”.<sup>306</sup>

O jornalista João Roberto Laque, em seu livro de 2010, *Pedro e os lobos*, ao narrar a saga de Pedro Lobo, ex-militante da VPR, faz um quadro geral das organizações que existiram no País, no final dos anos 1960. Sobre o MRT, o autor cita a fundação da organização, ocorrida em setembro de 1969, e a decisão de usar a sigla em homenagem “ao antigo MRT de Francisco Julião”.<sup>307</sup>

A organização chefiada por Devanir José de Carvalho, que começou, segundo o autor, com cerca de vinte combatentes, é definida do seguinte modo: “Com forte concepção militarista, em suas múltiplas ações o Movimento Revolucionário Tiradentes atua junto com várias outras organizações revolucionárias, entre elas a ALN e a nova VPR”.<sup>308</sup>

Laque ainda cita uma ação do dia 14 de novembro de 1969, quando o MRT realiza, junto com a REDE, expropriação do transporte de valores da agência do Bradesco do bairro paulistano da Lapa, a qual teria rendido cerca de 30 mil cruzeiros novos para as duas organizações e a morte de um guarda.<sup>309</sup>

<sup>302</sup> Ibidem, p. 172.

<sup>303</sup> Idem.

<sup>304</sup> Ibidem, p. 173.

<sup>305</sup> Idem.

<sup>306</sup> Idem.

<sup>307</sup> LAQUE, João Roberto. **Pedro e os lobos**. Os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano. São Paulo: Ava Editorial, 2010, p. 296.

<sup>308</sup> Idem.

<sup>309</sup> Idem.

Fora as menções nas duas obras supracitadas, o MRT seria pouco explorado academicamente, sendo encontradas pouquíssimas referências, na maioria, reproduzindo as noções de Gorender e Ridenti.<sup>310</sup>

O único trabalho acadêmico que se propôs voltar ao MRT foi a monografia de Alan Sugawara, defendida em 2010, na Universidade do Grande ABC, intitulada *“Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”: o Movimento Revolucionário Tiradentes na luta armada contra a ditadura militar (1969-1971)*.

O autor, ao justificar a pesquisa, identifica de maneira acertada a ausência de pesquisas sobre o MRT, dizendo que, mesmo 40 anos depois no surgimento da organização, “o MRT não foi objeto de um estudo mais detalhado” e que “a falta de teses ou livros sobre o tema aponta a importância de um estudo que registre a existência do grupo no movimento de resistência ao regime militar”.<sup>311</sup>

As oito páginas da monografia que tratam exclusivamente do MRT procuram traduzir, do início ao fim, a História da organização. Sugawara aponta que a fundação da organização se deu enquanto cisão da Ala Vermelha, e que o nome de MRT foi escolhido em alusão ao grupo oriundo das Ligas Camponesas, no começo dos anos 1960.<sup>312</sup>

Utilizando-se dos modelos propostos por Marcelo Ridenti, o historiador reproduz a concepção de que o MRT seria um pequeno agrupamento “militarista”, ligando uns aos outros por ligações de amizade e parentesco.<sup>313</sup>

Sobre a concepção política da organização, ele diz:

De acordo com a proposta de Marcelo Ridenti (2008), quanto às divergências das organizações de esquerda armada, o “caráter da revolução brasileira” proposto pelo MRT seria o socialista, “as formas de luta revolucionárias” seriam baseadas na aliança entre o campo e as cidades e o “tipo de organização necessário ao processo revolucionário” seria baseado nos moldes de um partido marxista-leninista.<sup>314</sup>

<sup>310</sup> No livro *“Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado”*, de Nilmário Miranda e Carlos Tibúrcio, aparece apenas que o MRT “ganhou destaque pela ousadia e eficiência na luta armada”. In. **Dos filhos deste solo:** mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo: Perseu Abramo, 2008, p. 299. Além disso, não foram encontradas, durante a pesquisa, outras menções sobre o MRT fruto de pesquisa acadêmica.

<sup>311</sup> SUGAWARA, Alan. *“Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”*: o Movimento Revolucionário Tiradentes na luta armada contra a ditadura militar (1969-1971). Monografia, 2010, p. 10.

<sup>312</sup> Ibidem, p. 24.

<sup>313</sup> Ibidem, p. 25.

<sup>314</sup> Ibidem, p. 26.

Sobre a composição social do MRT, também analisada em Sugawara sob a perspectiva de Ridenti, ele chega a mesma conclusão de que a organização, composta de maioria operária, destoava do restante da esquerda armada. Essa característica, de militantes “não-intelectuais”, resultava na dificuldade de produção de um órgão informativo, que sistematizasse a posição oficial do grupo em relação à realidade brasileira.

O MRT é apontado como portador de uma “vocação armada”, voltado para ações revolucionárias. Dando clara ênfase à ação, a organização é considerada de tipo “militarista”, tendo em vista a “importância dada pelo MRT para um grande número de ações armadas”, que tinha por objetivo “frustrar a repressão, com ações constantes para que a repressão não tivesse tempo de ‘tomar fôlego’”.<sup>315</sup>

Fomentadora da Frente, que reunia diversas outras organizações do período, o MRT buscava, segundo o historiador, “união de todas as forças revolucionárias de esquerda”.<sup>316</sup> Tomando por base a análise de Gorender, Sugawara argumenta que as diversas ações realizadas em conjunto, como o sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi, a apropriação do cofre da amante do ex-governador Adhemar de Barros, o “assalto” ao carro forte da transportadora de valores Brink’s e o “assalto” à Metalúrgica Mangels “tinham um efeito negativo junto à população”, pois “acentuava-se um desgaste da imagem da esquerda armada e aumentava a segregação dos grupos guerrilheiros junto às massas”.<sup>317</sup>

O fim da organização é levantado pelo autor como fruto da sucessão de prisões da Ala Vermelha que levaram à prisão de integrantes do MRT, além do assassinato de Devanir José de Carvalho, em 7 de abril de 1971, segundo Sugawara, após ter sofrido com torturas por dois dias. Em represália, no dia 15 de abril, seria justicado o industrial Henning Albert Boilesen, financiador da tortura, por um comando do MRT e da ALN, o qual levou, no dia seguinte, a prisão e morte de Joaquim Seixas, e no outro, o assassinato de Dimas Casemiro, ambos participantes do justiçamento de Boilesen.<sup>318</sup>

O autor afirma que “era o fim do Movimento Revolucionário Tiradentes”, pois “pelo fato de ser pequeno, bastou a morte de suas lideranças para que a organização se desarticulasse, e assim deixasse de existir”.<sup>319</sup> Sugawara conclui dizendo que, para ele:

O Movimento Revolucionário Tiradentes, em sua breve existência, parece ter assimilado as ideias de Carlos Marighella, principal figura da Ação Libertadora Nacional (ALN) [...]. O MRT foi um grupo muito atuante que, passando por cima de

<sup>315</sup> Ibidem, p. 28.

<sup>316</sup> Ibidem, p. 29.

<sup>317</sup> Idem.

<sup>318</sup> Ibidem, p. 30.

<sup>319</sup> Ibidem, p. 31.

suas dificuldades, colocou em sua ordem do dia fazer a Revolução. Se, em outras organizações da esquerda armada, os operários e camponeses não tinham muito espaço, no MRT, esses extratos sociais parecem ter tomado para si a liderança e a iniciativa na luta contra a ditadura militar.<sup>320</sup>

Apesar de não romper com os modelos previamente estipulados, como a concepção de organizações “militaristas”, e reproduzir muito do que Ridenti e Gorender haviam escrito sobre o MRT, decisivamente Sugawara contribui muito para um estudo mais profundo do grupo revolucionário.

Apresentando documentação específica sobre o MRT, o autor ajuda a construir uma síntese um pouco maior do que se teve até então, mesmo optando por assumir a perspectiva dos autores supracitados. Mesmo assim, a indicação, ainda que não explorada a fundo, de que o MRT “parece ter assimilado as ideias de Marighella”, pode ser um salto qualitativo da pesquisa em relação a outros estudos, abrindo um caminho interessante para novos trabalhos.

### 3.2 O Primeiro MRT

O MRT, formado a partir da reunião de Campos do Jordão, em setembro de 1969, que reuniu o grupo que orbitava em torno de Devanir José de Carvalho, ex-militantes do GENR, e do grupo liderado por Plínio Petersen, teria sido batizado como forma de homenagear o primeiro MRT, ligado às Ligas Camponesas, de 1962.

Assim como o MR-8, que até a ação de sequestro do embaixador estadunidense, Charles Elbrick, em 1969, era conhecido como Dissidência da Guanabara, e que pretendeu não só homenagear o MR-8 original que havia sido desbaratado pela repressão algum tempo antes,<sup>321</sup> como desmoralizar a repressão que alardeava o fim da organização, o MRT, de 1969 também via a oportunidade de fazer reverência à organização de Francisco Julião e, ao mesmo tempo, confundir a repressão.

O primeiro MRT, fruto da clivagem em direção ao ideal estabelecido pela Revolução Cubana que as Ligas Camponesas tiveram, está intimamente ligado com o acúmulo de luta no campo brasileiro, especialmente nordestino, na década de 1950 e 1960.

<sup>320</sup> Ibidem, p. 55.

<sup>321</sup> Sobre o primeiro MR-8, organizado em Niterói, em contraposição a esse da Guanabara, indico o livro de um ex-militante, Aluízio Palmar, que narra, em primeira pessoa, como esta organização foi desorganizada quando tentava estabelecer um foco de guerrilha no Oeste paranaense, em 1968: PALMAR, Aluízio. **Onde foi que vocês enterraram nossos mortos.** 2 ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

No 1º Congresso de Camponeses de Pernambuco, realizado em 1955 com cerca de três mil trabalhadores rurais, organizado pela Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPP), protegida e assessorada pelo advogado e deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Francisco Julião, houve grande repercussão dos problemas sociais do campo, além da sistematização das propostas de reforma agrária.<sup>322</sup>

A imprensa da região, na tentativa de qualificar de maneira pejorativa aquele Congresso, passou a denominar a SAPP como “Ligas Camponesas”, remetendo, imediatamente, ao movimento no campo estimulado pelo PCB, logo após a Segunda Guerra Mundial, entre 1945 e 1947, e que naquele momento não existia mais. A conservadora imprensa da região procurava assim fazer uma relação imediata daquele movimento com a “ameaça” comunista.

Entretanto, ao invés de combater a nomenclatura que lhe foi imposta, os trabalhadores do campo ligados a SAPP decidiram, pelo contrário, reappropriando a expressão, sob a qual foram registradas as próximas Sociedades Agrícolas. Um novo sentido foi agregado à velha expressão e, ao mesmo tempo, se enfrentou a forma de tratamento dada pelas classes dominantes.

Antônio Torres Montenegro afirma que a “disputa pelas palavras é indissociável de uma nova prática” que se instituía naquele momento, sendo que, o palco onde essa luta entre palavras e classes sociais estava em permanente conflito. O autor complementa:

[...] A disputa linguística não está concluída. Esta representa uma preocupação constante das Ligas, que interpenetrava os demais níveis das práticas sociais e a ela está relacionada. Produzir efeitos de verdade, estabelecendo uma ruptura com o discurso oligárquico e patriarcal que justifica as relações de exploração, requer diversas manobras táticas. O discurso em defesa do *status quo* estabelece uma reação a qualquer regime de mudança, que é projetado como uma grande ameaça comunista, não apenas do mundo rural, mas a toda a sociedade.<sup>323</sup>

A historiadora Denise Rolleberg faz uma síntese da complexa realidade em que as Ligas Camponesas estavam inseridas:

---

<sup>322</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática (1945-1964). Vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 253.

<sup>323</sup> Ibidem, 254.

As Ligas foram desde a origem um centro de tensões. Por vários motivos. Antes de tudo porque pretendiam mexer na estrutura fundiária de um país de tradição colonial, escravista, com um legado baseado no latifúndio, na exploração, na miséria, na desigualdade. E o Nordeste, epicentro dos mais importantes movimentos das Ligas, era a expressão viva desse quadro. Além disso, as Ligas surgiram num momento muito particular do cenário nacional e internacional. No país, a expansão do movimento coincidiu com o breve governo Jânio Quadros e o governo João Goulart, marcados pela reação da direita, a organização e a polarização dos movimentos sociais, as ambiguidades do presidente Jango e a passividade da esquerda representada pelo PCB. As tensões vivenciadas pelas Ligas não se limitaram ao enfrentamento com os interesses do latifúndio. Logo tiveram que lidar com uma questão que tanto mobilizava a esquerda: seria possível fazer mudanças estruturais pelas vias institucionais? Como concretizá-las com um parlamento majoritariamente conservador?<sup>324</sup>

Sem passar incólume pelo período, dialeticamente, as Ligas foram condicionadas pelo meio que viviam e pretendiam transformar. A luta em defesa da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores do campo levaria as Ligas Camponesas a olhar com especial atenção aos desdobramentos da Revolução Cubana, a qual, a partir de 1959, passou a realizar uma ampla e profunda reforma agrária por todo o território nacional.

Em um processo considerado contraditório por Jacob Gorender, pois, na opinião do autor, “alheia à sua experiência prática”, as Ligas teriam deixado de lado a proposta enfatizada pelo caráter legalista, de reforma agrária dentro dos marcos constitucionais, passando a se utilizar dos instrumentos legais disponíveis e ajustados “ao nível de consciência atingido pelas massas camponesas”,<sup>325</sup> passando a adotar a perspectiva socialista.

Gorender descreve, de maneira negativista, o processo de mudança de posicionamento político da organização camponesa, a partir da sua liderança política, Francisco Julião:

Sucede que naquele ano [1961], Julião visitou Cuba e de lá regressou com a cabeça feita pelas ideias que a liderança da Ilha estava empenhada em ver aplicadas em outros países da América Latina. O dirigente das Ligas abandonou a orientação seguida com êxito há vários anos e começou a pregar uma concepção socialista coletivizante da reforma agrária. Tornou-se talvez o primeiro a defender uma das ideias-chave dos anos 60: a do papel principal dos camponeses na revolução socialista, com explícita depreciação da função revolucionária hegemônica atribuída

<sup>324</sup> ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil:** o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001, p. 21.

<sup>325</sup> GORENDER, Jacob, op. cit., p. 42.

pelo marxismo ao proletariado. Como corolário, a utilização dos meios legais e das lutas parciais foi menosprezada e a via da luta guerrilheira subiu ao primeiro ponto da agenda.<sup>326</sup>

O historiador supervvaloriza a atuação das lideranças, no caso Francisco Julião, com a capacidade de impor suas vontades à organização, somada a uma “massa” sem a consciência correta e incapaz de decidir por si só os caminhos a seguir. Gorender diz que a “mudança de Julião e do grupo dirigente das Ligas vai ter profundas consequências no movimento das próprias Ligas e no movimento camponês em geral”.<sup>327</sup>

Entretanto, o fortalecimento de uma posição crítica daquele modelo constitucional que privava os trabalhadores do campo de direitos e de acesso a terra já se dava à revelia de uma noção pressuposta que os “bestializasse”. Desde o V Congresso do PCB, em 1960, as Ligas Camponesas se distanciariam do modelo de esquerda até então hegemônico, buscando outras formas de atuação.

André Lopes Ferreira afirma que as teses consolidadas, em 1960 - que previam uma etapa nacional-democrática antes de se chegar ao socialismo, e nela uma aliança com a burguesia nacional – fez com que gerasse a rápida deterioração da relação entre as Ligas e o PCB, argumentando que “as lideranças das Ligas Camponesas não compactuariam com as teses que relegavam ao segundo plano os movimentos de contestação no campo”, pois “para o comando da organização, o ‘campesinato’ teria papel central na luta pela reforma agrária e por outras reformas que beneficiassem as parcelas sociais excluídas”.<sup>328</sup>

Além disso, posições de militantes, apontado por Ferreira, como liderados por Clodomir dos Santos Moraes, defendiam uma posição chamada de “anti-partido”. Este seria um grupo de comunistas ligados ao PCB, que atuariam dentro das Ligas até 1961 quando foram expulsos do Partido Comunista pela defesa de suas posições.<sup>329</sup>

Apesar de ter chamado a atenção apenas para a posição das lideranças quanto a esses posicionamentos, as temáticas que problematizavam o papel do Partido e o papel dos trabalhadores rurais na revolução socialista foram amplamente discutidas pela esquerda e pelos movimentos sociais na década de 1960, especialmente após o Golpe de 1964. Se a hipótese de que essa discussão foi gerada pelas lideranças está de fato correta, alguma recepção ela teve nas bases das organizações.

<sup>326</sup> Ibidem, p. 43.

<sup>327</sup> Idem.

<sup>328</sup> FERREIRA, André Lopes. As Ligas Camponesas. **Revista Brasileira do Caribe**, Brasília, n. 19, 2009, p. 174.

<sup>329</sup> Ibidem, p. 173.

Com certeza, a ida de Francisco Julião a Cuba não deve ser desconsiderada, nem sua importância diminuída. Assim, definitivamente, havia terreno fértil para o desenvolvimento das ideias lá formuladas. Talvez o processo de tomada de direção rumo ao socialismo revolucionário possa ter se dado de maneira mais natural, e menos mecânica, como foi na própria Revolução Cubana, que no início tinha simplesmente um caráter aparentemente nacionalista, socializando os meios de produção, e rumando em direção ao bloco soviético, somente em um momento posterior.

Jean Rodrigues Sales percebe nos escritos e discursos de Francisco Julião referências à Revolução Cubana de maneira mais clara entre 1962 e 1963. Diz ele:

Basta ver, por exemplo, as dezenas de artigos publicados entre 1962 e 1963 no jornal do movimento *Liga*, entre os quais se encontram muitos de Julião. Assim, em dois dos principais documentos assinados pelo principal líder das Ligas Camponesas, a presença das ideias cubanas aparecem de forma irrefutável. No primeiro, o manifesto com que ele funda o *Movimento Tiradentes*, em 21 de abril de 1962, em Ouro Preto (MG), diria Julião: “defendo a gloriosa revolução de Fidel Castro e te recomendo, companheiro e companheira, que leias e sigas os ensinamentos da II Declaração de Havana, proclamada a 4 de fevereiro deste ano, naquela cidade livre, perante um milhão e quinhentas mil pessoas. Essa declaração é alta como os Andes, corajosa como Tiradentes, pura como a face da liberdade e generosa como um seio materno. É a constituição dos povos latino-americanos para esta fase de sua história e de suas lutas pela emancipação econômica”.<sup>330</sup>

O MRT foi concebido, segundo Élide Rugai Bastos, para tentar restaurar a unidade organizacional e política das Ligas Camponesas,<sup>331</sup> e ser o organismo político das mesmas.<sup>332</sup>

Sales chama a atenção para o fato de que, após a expulsão do PCB, Clodomir dos Santos Moraes veio a protagonizar a montagem de campos de treinamento guerrilheiro no Brasil, entre 1961 e 1962. Ele e outros militantes haviam viajado à Cuba para treinamento de guerrilha e, por sua vez, vieram reproduzir aqui os ensinamentos acumulados na ilha socialista.<sup>333</sup>

Entretanto, a realidade encontrada foi de despreparo dos cubanos, que naquele momento encontravam-se sem uma estrutura de treinamento de guerrilha eficiente, o que

<sup>330</sup> SALES, Jean Rodrigues. **O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Tese, p. 135.

<sup>331</sup> BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 103.

<sup>332</sup> SALES, Jean Rodrigues, op. cit., p. 105.

<sup>333</sup> Ibidem, p. 139.

levou Clodomir de Moraes a não acreditar que aquela experiência pudesse ser considerada um verdadeiro treinamento, "na medida em que não aprenderam nada além do que já sabiam em termos militares e nada sobre as questões políticas, que a seu ver eram mais importantes".<sup>334</sup>

Para Clodomir, a instalação de campos de treinamento de guerrilha no Brasil se deu por motivos muito mais defensivos que ofensivos, pois o intuito era preparar a resistência, como sintetiza Sales:

Segundo a versão de Clodomir de Moraes, a motivação para a criação dos "focos de resistência guerrilheira" veio com a invasão da Baía dos Porcos, em abril de 1961. A ideia era a de que o exemplo da tentativa de invasão de Cuba pelos EUA colocava em perigo qualquer governo amigo dos cubanos no continente, inclusive o de Jânio Quadros. Além da ameaça externa, era de se considerar que em sete anos o Brasil havia passado por pelo menos sete tentativas de golpes contra o regime representativo. Por fim, havia os enormes suprimentos de carabinas e fuzis automáticos (25 mil armas) proporcionados pelo governador Adhemar de Barros, do estado de São Paulo, para que os latifundiários se defendessem da Reforma Agrária. Todos esses elementos juntos fizeram com que os dirigentes das Ligas abandonassem o plano de organização camponesa a longo prazo e passassem a preparar a resistência guerrilheira.<sup>335</sup>

O "setor militar" ficaria a cargo de Clodomir, enquanto o "setor político" ficaria com Francisco Julião. O setor responsável pela instauração dos campos de guerrilha seria compartimentado do resto da organização, fazendo com que cada militante soubesse da existência apenas do núcleo do qual fazia parte.

Ao todo, Sales cita diversos campos de guerrilha que teriam sido instalados pelas Ligas Camponesas, na tentativa de formar uma ampla rede de sustentação a uma possível e futura guerrilha:

O dispositivo militar não se restringia aos campos de treinamento propriamente dito, como o que se tentou organizar em Goiás. A ideia era ter, espalhados pelo país, diversos esquemas militares que deveriam se juntar no momento da eclosão da guerrilha, como mapeamento de áreas, campos de pouso, estoque de armas etc. Dessa forma, além do campo de treinamento Dianópolis, havia outros dispositivos em Gilbués, no Piauí; em Itanhém, no sul da Bahia; na Serra da Saudade, entre Rondonópolis e Alto Garças, no Mato Grosso, que foi depois transferido para a

---

<sup>334</sup> Ibidem, p. 141.

<sup>335</sup> Ibidem, p. 142.

Serra Jacira. Em um segundo momento, ainda surgiram os campos de Rio Preto, no interior do Estado do Rio de Janeiro; em Prudentópolis, no Oeste do Paraná, depois transferido para uma região entre Cascavel e Toledo; em São João dos Patos, no Maranhão e na fronteira do Acre com a Bolívia.<sup>336</sup>

A pouca estrutura, a falta de condições materiais e o fraco investimento financeiro fizeram com que as bases fossem capazes apenas de subsistir, somada à forte vigilância dos órgãos de repressão, que monitoravam os militantes egressos de Cuba, acabando por findar com os campos de treinamento de guerrilha.

Gorender demonstra de que forma se deu a repressão aos campos de guerrilha, ao mostrar que, na edição de 4 de dezembro de 1962, “o *Estado de S. Paulo* noticiava que os órgãos de segurança haviam descoberto um campo de treinamento em Dianópolis, município de Goiás. Ali foram presos vários militantes do MRT e apreendidas armas e munições”.<sup>337</sup>

A repressão foi grande e 24 pessoas tiveram a prisão preventiva requeridas, entre elas Clodomir dos Santos Moraes, Tarzan de Castro e Amaro Luís de Carvalho. Em dezembro, Clodomir foi preso na Guanabara, denunciando, meses mais tarde, quando pôde depor em público, as torturas que ele e sua companheira foram submetidos.<sup>338</sup>

Jean Rodrigues Sales argumenta que, apesar de divergências internas, e da compartimentação da organização, a proposta de guerrilha era em algum grau aceita e bem recebida dentro das Ligas Camponesas:

A nosso ver, o fato de não ter efetivamente participado da preparação do esquema guerrilheiro e, logo após o golpe, ter se tornado claro que Julião não tinha nenhum dos mil camponeses armados que anunciara a Fidel Castro, e ter apenas com dificuldade conseguido escapar do país para o exílio, não significa que a guerrilha não tivesse o apoio, ou pelo menos simpatia, de setores das Ligas, inclusive de Julião. Não se pode deixar de lado o entusiasmo com o qual membros das Ligas Camponesas participaram da campanha contra a invasão de Cuba; os artigos publicados no jornal *Liga* que, veladamente ou não, elogiavam o regime e o caminho revolucionário cubano. Além disso, havia os inúmeros camponeses nordestinos que visitaram Cuba e os próprios discursos inflamados de Julião em favor da ilha de Fidel Castro, como elementos que devem ter levado parte das Ligas a se deixarem influenciar pelo projeto revolucionário cubano, e mesmo, por que não,

---

<sup>336</sup> Ibidem, p. 143.

<sup>337</sup> GORENDER, Jacob, op. cit., p. 52.

<sup>338</sup> Idem.

de demonstrarem simpatias e apoiarem uma proposta da luta armada a partir do campo.<sup>339</sup>

O MRT do final da década de 1960 se constituiu em óbvias rupturas com a História de luta da organização de 1962, em outro contexto, outra região e em uma conjuntura de repressão muito maior, reagindo de maneiras distintas e pondo em prática outro tipo de ações revolucionárias. Entretanto, as permanências são claras, tanto na crítica ao papel do Partido, quanto da aliança ampla com a burguesia nacional e outras classes sociais, entendendo o socialismo como a conquista imediata a se alcançar, além das origens constitutivas da Ala Vermelha, que em suas raízes encontravam-se militantes das Ligas Camponesas. O MRT, formado por ex-militantes da Ala Vermelha, iria levar isso em conta.

### 3.3 A Ala Vermelha

A Ala Vermelha é definida, na tese de Tadeu Silva, como uma dissidência do PCdoB surgida em 1966, ano do surgimento de diversas tendências, fenômeno cuja principal característica “era a retomada da revolução enquanto ruptura violenta com a ordem burguesa”.<sup>340</sup>

No livro *Imagens da revolução*, organizado por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, o surgimento da Ala Vermelha é descrita da seguinte forma:

A Ala Vermelha do PCdoB formou-se em 1966 com base num movimento de oposição aos rumos que o PCdoB vinha tomando e ao texto básico que o Comitê Central prepara para a discussão da VI Conferência. A oposição articulou-se em torno de militantes vindos de estágios e treinamentos na China, encontrando grande ressonância entre os estudantes do PCdoB no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Ceará, Bahia, além de contatos com operários. As divergências radicalizaram-se quando a oposição publicou o texto: “Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo do documento ‘União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista’” [...]”.<sup>341</sup>

<sup>339</sup> SALES, Jean Rodrigues, op. cit., p. 149.

<sup>340</sup> SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala Vermelha**: revolução, autocrítica e repressão judiciária no Estado de São Paulo (1967-1974). Doutorado em História. São Paulo: FFLCH/USP, 2006, p. 26.

<sup>341</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair F. de. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 149.

Jean Rodrigues Sales também aponta que a oposição à proposta de encaminhamento oficial do VI Congresso fez com que aglutinasse um grupo de militantes, cujo núcleo “parece ter sido uma turma de militantes que havia retornado de treinamento político-militar na China”.<sup>342</sup>

O depoimento de Derly José de Carvalho ao Centro de Memória Sindical parece corroborar essa versão. O ex-metalúrgico e militante do PCdoB regressava da China quando foi mandado para Muriaé, cidade onde havia nascido, em Minas Gerais, para organizar o Partido na região, entretanto, os militantes da região já estavam inseridos na Ala Vermelha.<sup>343</sup>

Sobre a Ala Vermelha Derly conta que:

A Ala Vermelha tinha a concepção de revolução maoista, não era muito bem foquista. A partir daquele momento fizemos uma reunião, o Encontro Nacional da Ala Vermelha. Éramos três vezes maiores que o PCdoB. O que sobrou do PCdoB foi o pessoal dos marítimos do Rio de Janeiro, que não fechou conosco, o pessoal saído do PCB, e o pessoal da AP [Ação Popular] que virou marxista de um dia para o outro. Não sei como uma pessoa é padre hoje e amanhã vira revolucionário. Não consigo entender! Poxa, eu demorei 30 anos e até hoje não sou um verdadeiro marxista-leninista.[...] Nesse momento então nós reestruturamos a Ala Vermelha como Partido Comunista Marxista-Leninista. Eu fazia parte da Comissão Executiva, e da comissão militar da Ala Vermelha a partir de 1968 [na verdade, 1967], quando rompi definitivamente com a direção do partido comunista. Todos nós saímos. Fomos pedindo afastamento. No sindicato não dava para ir mais. De vez em quando íamos às assembleias na porta das fábricas, mas com grupo armado.<sup>344</sup>

O processo de afastamento e a criação de um novo partido duraram de 1966 a 1967.

Sobre isso, a questão central, para Sales, era:

O que aglutinava os dissidentes era a crítica à demora do PCdoB na preparação do enfrentamento armado contra os militares. Houve, portanto, um descompasso entre a direção do PCdoB e os fundadores da Ala Vermelha. Isso porque, no momento da cisão, o partido já iniciara os preparativos de sua guerrilha na região do Araguaia. A

<sup>342</sup> SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar**. A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 90.

<sup>343</sup> CARVALHO, Derly José de. **Depoimento de Derly José de Carvalho - parte 2**. Diadema: 2012. Centro de Memória Sindical. Disponível em:<[http://www.memoriasindical.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=398#.UbYdVedwrSj](http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=398#.UbYdVedwrSj)>.

<sup>344</sup> Idem. O ano do rompimento definitivo do grupo crítico ao PCdoB, que se constituiu em Ala, foi 1967.

preparação, entretanto, se deu de forma absolutamente clandestina, e nem mesmo todos os membros do Comitê Central sabiam exatamente o que se planejava.<sup>345</sup>

O documento “Crítica ao oportunismo...”, lançado em dezembro de 1967, propunha-se uma contraposição ao programa oficial do PCdoB, aprovado no VI Congresso, realizando uma grande análise da correlação de forças e do passado recente de lutas do Brasil. Além disso, o documento expunha as táticas que seriam postas em prática pela Ala Vermelha para derrotar a Ditadura e construir o socialismo.

Conta que a experiência revolucionária em todo o mundo indicaria apenas dois caminhos existentes através dos quais a luta armada poderia se desenvolver: a guerra insurreccional e a guerra popular.<sup>346</sup>

A guerra insurreccional teria como base principal a luta nos grandes centros urbanos e realizar-se-ia através de um processo “conspirativo de acumulação de forças”, até que as forças revolucionárias fossem superiores às do inimigo. Isso se daria através de “vigorosos movimentos de massa”, cada vez mais amplos, com a utilização do trabalho conspirativo de “desintegração do exército inimigo, ao lado de aprofundar o desmoronamento do poder constituído”. São apontadas como condições básicas para o desenvolvimento da guerra insurreccional a existência de um exército inimigo desprovido de coesão interna, a necessidade de que o poder constituído estivesse desmoralizado e em processo de decomposição, além de um proletariado armado que se constituísse no contingente principal da revolução, cabendo ao campesinato o papel de “reserva imediata”. A greve geral política e os levantes revolucionários poderiam ser combinados com êxito.<sup>347</sup>

O documento, entretanto, aponta que o Brasil não oferecia, naquele momento, tais condições. A Ditadura, compreendida ali como “militar”, seria neocolonialista, não estando em decomposição, e tampouco o Exército sem coesão interna. A forte presença militar nos centros urbanos impediria a eclosão de um grande movimento de “massas” contestatório, sendo que, para se sobrepor ao exército inimigo, era necessário outro exército, composto pelo real contingente da revolução: o campesinato.<sup>348</sup>

A guerra popular, por sua vez, corresponderia às “necessidades impostas pelas condições da sociedade brasileira”. O palco principal da luta revolucionária seria o campo, onde o inimigo seria mais vulnerável, pois, partindo dali, das zonas rurais, a luta armada se

<sup>345</sup> SALES, Jean Rodrigues, op. cit., p. 90.

<sup>346</sup> ALA VERMELHA. Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da “união dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair F. de, op. cit., p. 160.

<sup>347</sup> Ibidem, p. 161.

<sup>348</sup> Idem.

desenvolveria em choque aberto com o inimigo, em um processo em que as “grandes massas seriam ganhas para a revolução”, construindo paulatinamente o exército popular.<sup>349</sup>

Somente através da guerra popular é que, naquelas condições, seria possível construir um “partido temperado na luta”, um exército poderoso, uma aliança operário-camponesa e uma frente única revolucionária que congregaria as “grandes massas do povo”.<sup>350</sup>

O que era pra ser uma clara diferenciação entre as práticas de foco guerrilheiro, desenvolvidos na experiência revolucionária cubana, e a guerra popular prolongada maoísta, fruto da Revolução Chinesa, acabava se confundindo quando se dava a explicação da forma de colocar a guerra popular em prática.

No documento é explicitado que a guerra popular seria “a forma que a luta armada” assumiria quando, “a partir de pequenas ações armadas, se desenvolve paulatinamente até envolver a participação de todo o povo”.<sup>351</sup> O desencadeamento da luta armada se daria de três formas possíveis: através de uma cisão no exército inimigo, no auge do movimento de “massas” ou através da formação de um foco revolucionário.<sup>352</sup>

A coesão interna das Forças Armadas, somada à impossibilidade de irromper um grande movimento de “massas” frente à repressão, permitiria que apenas o foco revolucionário fosse possível para desencadear o processo da luta armada revolucionária. Assim é descrito a concepção de foco:

O foco revolucionário consiste, portanto na existência de uma região estrategicamente favorável ao desencadeamento da luta armada, onde um contingente guerrilheiro realiza as primeiras ações armadas do processo revolucionário. A partir das ações do contingente guerrilheiro e das massas campesinas entre as quais se realiza a propaganda armada, criam-se condições necessárias para a transformação da região em zona de guerrilhas, permitindo o surgimento de novas guerrilhas e ampliando sua zona de ação, dando-se assim os primeiros passos para a construção do exército popular revolucionário e da primeira base de apoio revolucionário.<sup>353</sup>

Para que este processo tivesse desenvolvimento, era necessário não só executar ações armadas, como ganhar apoio das “massas” camponesas locais e manter o contato externo a

---

<sup>349</sup> Ibidem, p. 162.

<sup>350</sup> Idem.

<sup>351</sup> Ibidem, p. 163.

<sup>352</sup> Idem.

<sup>353</sup> Ibidem, p. 164.

zona de guerrilhas, para que pudesse aglutinar as outras atividades revolucionárias em curso no País com suas ações e em função de sua necessidade.<sup>354</sup>

Fica claro que, apesar dos preceitos maoístas serem norteadores do programa da Ala Vermelha, a influência da experiência revolucionária cubana era na época tão forte entre a esquerda, que seu principal elemento tático, o foco guerrilheiro, era absorvido pela nova organização e adaptado ao conceito de guerra popular, como percebido por Sales e Gorender.

Entretanto, isso não deve ser interpretado como uma debilidade *a priori*, pois a intenção de aliar à realidade brasileira aspectos centrais das duas experiências revolucionárias de sucesso, a chinesa e a cubana, nas quais o camponês havia sido o principal agente do desenvolvimento da guerrilha, não é de todo absurdo. Naquele momento nada estava dado, sendo que o destino da resistência armada não estava decidido, nem o da Ditadura de Segurança Nacional selado, sendo pertinente ao contraditório processo de teorizar a viva dinâmica da luta de classes. Essa tentativa de articulação tática fere apenas o purismo dos tipos ideias nos quais estudiosos se encastelam.

A Ala Vermelha se manteria firme na convicção da importância do partido calcado nos moldes marxista-leninistas, como parte das diversas organizações que surgiram após o Golpe de 1964, as quais não abriam mão do partido como estruturador do processo de implantação da guerrilha rural. Tadeu Silva diz que:

A Ala Vermelha, assim, desde seu nascimento vem imbuída de uma visão partidária moldada nas concepções leninistas, no sentido de consistir o partido no condutor da luta revolucionária do proletariado. O discurso da Ala divisava, a centralidade partidária e a subordinação da luta armada ao partido, o que a distinguia de outras organizações que participaram do embate revolucionário – como a ALN e a VPR, uma vez que ambas postulavam um privilégio da ação militar em detrimento do papel do partido.<sup>355</sup>

Entretanto, aponta o autor, havia uma preocupação dos militantes da Ala Vermelha em não repetir equívocos que acarretassem no engessamento e na burocratização da organização, demonstrando estar inseridos também no contexto de críticas à ortodoxia dos partidos comunistas recorrente na época mundo afora. Silva argumenta que:

---

<sup>354</sup> Idem.

<sup>355</sup> SILVA, Tadeu Antonio Dix, op. cit., p. 73.

Como a Revolução Cultural significava para os integrantes da Ala Vermelha o ideal da democracia revolucionária, da democracia socialista, que visava combater os excessos autoritários do próprio partido, a organização comungou desta ideia por completo, para partilhar da noção de que caberia até ao último militante de base do partido, colocar em dúvida a sabedoria da direção, horizontalizando as relações entre os militantes de base e as direções partidárias. A partir desta noção horizontal do partido é que foram criadas as instâncias dirigentes da Ala Vermelha. A Direção Nacional Provisória, como o órgão máximo partidário, inexistindo uma Comissão Executiva. O mesmo sucedia nos Comitês Regionais, onde a horizontalização era também estritamente observada e as bases partidárias participavam ativamente das discussões da Ala.<sup>356</sup>

Se é discutível até aonde a tentativa de horizontalizar a organização que chegasse até o “último militante” e que colocasse de fato uma “dúvida a sabedoria da direção”, não se pode deixar de evidenciar o esforço em construir uma nova prática no seio da esquerda.

Ficaria a cargo da Direção Nacional Provisória (DNP), formada por Diniz Cabral Filho, Élio Cabral de Souza e Derly José de Carvalho, a direção política e a função de organizar o partido nacionalmente, enquanto a parte militar de desenvolvimento da luta armada ficaria a cargo do GEN, o braço armado do partido, responsável por colocar em prática as ações de guerrilha.

O GEN deveria responder diretamente à DNP, e permanecer em contato permanente com a Regional de São Paulo, que deveria fazer o levantamento das ações. Assim, depois de passar pelo crivo da DNP, caberia ao GEN realizar as ações guerrilheiras. Silva argumenta que a Ala Vermelha entendia que ações deveriam se realizar de forma exclusiva na grande São Paulo, por isso as ações se restringiram na região.<sup>357</sup>

O GEN então foi formado da seguinte forma:

A Direção Nacional Provisória, conjuntamente com o Comitê Regional de São Paulo, selecionaram militantes para integrar o agrupamento militar, ocasião que são chamados para integrá-los os mineiros Devanir José de Carvalho e seus irmãos Daniel e Joel; os goianos James Allen da Luz e Genésio Borges de Mello; os baianos Aderval Alvez Coqueiro e José Anselmo da Silva.<sup>358</sup>

---

<sup>356</sup> Ibidem, p. 74.

<sup>357</sup> Ibidem, p. 93.

<sup>358</sup> Ibidem, p. 93-94.

Pelo menos quatro desses militantes, os irmãos Carvalho e Aderval Coqueiro, eram membros da classe trabalhadora.

O grupo teve aulas de capacitação teórica sobre a luta de guerrilha com membros da DNP, que incluía discussão de textos marxistas e noções militares voltadas para a resistência armada. A ideia central era dar formação política para os militantes encarregados de desenvolver as ações de guerrilha.<sup>359</sup>

Em 8 de fevereiro de 1968, então, ocorreu a primeira ação armada empreendida pelo GEN, uma expropriação a uma perua que transportaria valores da Ultragaz, empresa dirigida por Hennig Boilesen, financiador da tortura e intimamente relacionado com a repressão. Não seria a última vez que a história de Boilesen cruzaria com a destes guerrilheiros, em especial, Devanir José de Carvalho.<sup>360</sup>

A ação teve sucesso de maneira tão satisfatória que, dada sua facilidade, foi novamente repetida. Em 3 de junho de 1968, outra perua foi expropriada em frente a empresa Liquigás, do Grupo Ultra, em uma rápida ação empreendida pelo GEN.<sup>361</sup>

Entretanto, as ações de expropriação, que deveriam financiar a implantação do foco revolucionário nas zonas rurais, com o objetivo de desenvolver a guerra popular, começaram a ser reavaliadas pela DNP.

A discussão no interior da DNP se dava em relação às ações realizadas e às condições necessárias para desenvolver a guerra popular, descrita no documento “*Crítica ao oportunismo...*”. A direção da Ala considerava que as ações não contribuíam de fato para a eclosão do foco revolucionário, como sintetiza Silva:

Argumentava ainda os detratores do GEN que a questão da luta armada urbana está, no Documento de Crítica, indissoluvelmente conectada à existência de um foco revolucionário [...], e em se considerando a não implantação de um foco no campo por parte da Ala Vermelha, não teria sentido as ações de guerrilha urbana no momento. Outros componentes da AV iam além e criticavam a proposta tática do próprio foco guerrilheiro, preconizando sua total substituição pelo estrito cumprimento dos caminhos da Guerra Popular Prolongada.<sup>362</sup>

---

<sup>359</sup> Ibidem, p. 94.

<sup>360</sup> Ibidem, p. 96.

<sup>361</sup> Ibidem, p. 97.

<sup>362</sup> Ibidem, p. 99.

As duas visões táticas de revolução se chocavam no interior da Ala Vermelha, demonstrando que a articulação entre as duas, presente no documento “*Crítica ao oportunismo...*”, não havia sido bem resolvida na prática por seus militantes.

Sales entende que esse momento de reavaliação tática da Ala Vermelha se passou quando, pensando em estabelecer o foco de guerrilha no campo, a organização aprofundava as ações de propaganda e a expropriação nas cidades. A crítica a esse processo deve ser contextualizada, pois, segundo o historiador, no decorrer de 1969, após a edição do AI-5, “o refluxo dos movimentos de massa e o isolamento dos grupos da esquerda revolucionária levaram a Alva Vermelha a fazer uma crítica de sua atuação política”, reorientando “suas estratégias revolucionárias, sobretudo no que diz respeito ao foquismo e seu afastamento das massas”.<sup>363</sup>

Entendo que o chamado foquismo, considerado por Sales, Gorender, Reis Filho e Ridenti, entre outros, como as práticas de ação guerrilheira realizadas no Brasil, pouco teve a ver com a perspectiva estruturada a partir da Revolução Cubana. A começar que, no Brasil, aquelas organizações, cujas práticas foram classificadas como de tipo foquista, na maioria, realizaram ações quase que exclusivamente urbanas, além de não conseguir formar um foco de guerrilha nas zonas rurais, tampouco arregimentar um maior número de camponeses para suas organizações. O termo parece ter sido utilizado, até mesmo de forma pejorativa, para descrever organizações que, aparentemente, foram influenciadas pela visão que o líder da ALN, Carlos Marighella, teve da resistência armada naquele momento, cujas ações visavam os grandes centros urbanos.

A Ala Vermelha passou então a ser crítica da atuação guerrilheira exclusiva no centro urbano de São Paulo, desautorizando novas empreitadas do GEN, que passou inativa por todo o segundo semestre de 1968.

Entretanto, o novo posicionamento por parte da DNP desagradou alguns militantes da Ala, especialmente os integrantes do GEN. Descontentes, este formalizaram suas críticas à direção, alegando que tinham “capacidade operacional de fazer três ou quatro vezes mais ações” do que vinham sendo feitas. Além disso, a subordinação do setor militar do Partido era também questionado, pois as “coisas se acirravam” e não era momento de recuar.<sup>364</sup>

Em depoimento atribuído a Antônio Carlos Lopes Granado, militante da Ala Vermelha, em meados de 1969, ocorreu uma reunião entre os membros da DNP, Derly José de Carvalho e Élio Cabral de Souza, com os integrantes do GEN, Aderval Coqueiro, um

<sup>363</sup> SALES, Jean Rodrigues, op. cit., p. 93.

<sup>364</sup> SILVA, Tadeu Antônio Dix, op. cit., p. 99.

militante de codinome “Roberto”, cuja identidade real não foi confirmada, e Devanir José de Carvalho. Nesta reunião, os membros do GEN propuseram a intensificação das ações armadas, o que não foi aceito pelos membros da DNP, os quais anunciaram que pretendiam dissolver o grupo e integrá-los ao trabalho político junto às “massas”, em diferentes regiões do País. Não aceitando o acordo, e frente à recusa de suas propostas, os militantes do GEN declaravam-se afastados da Ala Vermelha.<sup>365</sup> Era o início do distanciamento de Derly de seus outros irmãos.

Em 7 de março de 1969, foi realizada uma ação expropriatória contra o Banco F. Barreto, em Osasco, sendo deixado pra trás panfletos assinado pelo GENR. Apesar de não romper definitivamente com a Ala Vermelha, os militantes tornavam o GEN independente da Direção Nacional do partido, agora com o Revolucionário no nome, rompendo assim a orientação interna de não assumir publicamente as ações e agindo sem autorização do Comitê Regional e da DNP.<sup>366</sup> Para todos os efeitos, essa é a gênese do MRT.

O manifesto, intitulado “*Crítica ao oportunismo*”, panfletado durante a ação, proclamava que o grupo não hesitaria em se constituir em um grupo armado disposto a construir a “vanguarda do proletariado no Brasil”. Os militantes expunham o objetivo da ação e faziam ameaças políticas às classes dominantes:

Esta ação de requisição tem o fito de criar de imediato as condições necessárias, capazes de desenvolver outras de maior envergadura. É chegada a hora em que os fabricantes de miséria, analfabetismo e todas as injustiças sociais e físicas, prestem contras aos filhos do povo. Não [se] sintam seguros, lacaios do imperialismo, o tribunal da história está deliberando.<sup>367</sup>

A Ala Vermelha, então, dissolveria o GEN, acusando a quebra de hierarquia que um partido marxista-leninista não permitiria, ficando estabelecido que as ações militares nos centros urbanos tivessem dois aspectos, político e de captação de recurso. O primeiro seria referente àquelas ações de propaganda revolucionárias, voltadas para difundir a linha política da Ala entre a população, enquanto a segunda se resumiria às ações de captação de recurso, como expropriações de valores ou armamento.<sup>368</sup>

<sup>365</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório de Antônio Carlos Lopes Granado**. Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), doc. nº 50 Z 9 16332.

<sup>366</sup> Idem.

<sup>367</sup> GRUPO ESPECIAL NACIONAL REVOLUCIONÁRIO (GENR). **Ação contra o oportunismo**. In. SILVA, Tadeu Antônio Dix, op. cit., p. 100.

<sup>368</sup> SILVA, Tadeu Antônio Dix, op. cit., p. 101.

Nenhuma outra ramificação do Partido seria criada para se dedicar exclusivamente a essas ações, e a própria Ala colocaria em prática, quando achasse necessário, ações revolucionárias nos centros urbanos, convocando militantes determinados pela DNP. O que de fato aconteceu em 7 de abril de 1969, quando um grupo formado por Derly José de Carvalho, Élio Cabral e Gilberto Giovanneti, além de outros militantes da Ala não identificados, expropriou a agência bancária de São Bernardo do Campo do Banco Francês e Italiano S/A.<sup>369</sup>

Além dessa, outras ações seriam realizadas pela Ala, ignorando o GENR. No dia 1º de maio de 1969, Dia do Trabalhador, a Rádio Independência, em São Bernardo do Campo, foi tomada por um comando liderado por Derly e irradiado um manifesto voltado aos trabalhadores da região industrial do ABC Paulista, incitando-os a organizar-se em torno de seus sindicatos e unir-se contra a Ditadura.<sup>370</sup>

Em 5 de maio, foi a vez da expropriação do Banco de Crédito Nacional, instalado dentro da Mercedes-Benz, acusada de participar do financiamento da tortura e da repressão política. Além dos valores expropriados serem importantes para o Partido, a desmoralização da fábrica perante os operários também era objetivada. Três comandos da Ala Vermelha realizaram a ação que envolveu intensa troca de tiros com a segurança da fábrica, resultando em uma expropriação altamente rentável para a organização.<sup>371</sup>

O GENR continuaria realizando ações à revelia da direção da Ala Vermelha, e atuando de maneira independente da DNP. Pouco mais de um mês depois de sua primeira ação, o GENR iria expropriar outro banco. Em 14 de abril de 1969, foi expropriada uma perua de valores do Banco Francês e Italiano, depois de uma intensa troca de tiros que levou ao falecimento de Francisco Bento da Silva, funcionário de uma empresa de segurança bancária, e Luiz Pereira da Silva, funcionário do banco.<sup>372</sup>

Em 13 de maio, foi realizada outra ação que traçaria uma característica importante do grupo que se tornaria o MRT: a sabotagem. Em depoimento atribuído a Aderval Alves Coqueiro, consta que as tarifas de ônibus haviam sido majoradas e, por isso, ocorreu a ação contra a empresa Ônibus Jurema, sendo esta a primeira ação que consta a participação do outro irmão Carvalho, Jairo.<sup>373</sup> Em um relatório produzido pelo DOPS de São Paulo, a ação contra a empresa Auto Viação Jurema Ltda., na Vila Remo, é descrita como um atentado

<sup>369</sup> BRASIL: NUNCA MAIS. **Denúncia do Ministério Públíco**. BNM 294, p. 10.

<sup>370</sup> SILVA, Tadeu Antônio Dix, op. cit., p. 103. Cf. BRASIL: NUNCA MAIS. **Denúncia do Ministério Públíco**. BNM 294, p. 12.

<sup>371</sup> SILVA, Tadeu Antônio Dix, op. cit., p. 106.

<sup>372</sup> BRASIL: NUNCA MAIS. **Denúncia do Ministério Públíco**. BNM 294, p. 11.

<sup>373</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Auto de qualificação e Interrogatório de Aderval Alves Coqueiro**. APESP, doc. nº 30 Z 160 3363.

envolvendo diversas rajadas de metralhadora e bombas do tipo “molotov” contra os ônibus estacionados.<sup>374</sup>

No fim de maio, entretanto, um carro dirigido por Daniel José de Carvalho, acompanhado de Aderval Alves Coqueiro e José Couto Leal, todos do GENR, foi abordado por um policial da Força Pública, que requisitou a documentação do motorista e do carro. Daniel entregou a documentação e tentou fugir, sendo perseguido e novamente parado pelo policial, que colocou um colega seu no carro e ordenou que fossem conduzidos à delegacia mais próxima.

Daniel então se evadiu do lugar e abandonou o policial em uma estrada entre Osasco e Taboão da Serra, avisando que estavam ali pela revolução, não desejando mal para os policiais. Como a habilitação original de Daniel havia ficado com o policial, logo esse foi levado para fazer o reconhecimento, na tentativa se ter pistas dos autores das ações que ocorreram na região, todas perpetradas pelo GENR. O policial então reconheceu Daniel como sendo Carlos Lamarca, o que foi noticiado nos jornais da região como: “Lamarca foge da polícia em Osasco usando o nome de Daniel José de Carvalho”.<sup>375</sup>

Com isso, o DOPS, dirigido pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, responsável pela tortura e pelo Esquadrão da Morte da delegacia, entraria em cena, fazendo um levantamento da região do ABC pelo nome que constava na carteira de habilitação, achando em um cartório a certidão de casamento de Daniel, na qual constava os nomes de seus pais, cuja residência foi localizada.<sup>376</sup> Tadeu Silva argumenta que:

Os órgãos de repressão naquele momento fizeram a ligação entre os fatos: Daniel deveria estar realmente envolvido com ações “terroristas”, considerando-se que havia militado no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, e pelo fato de ser irmão de Derly – que era um conhecido comunista, não apenas por ter viajado para a China, mas por toda a militância como dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, ligado ao PCB, cassado após o Golpe de 1964 etc.<sup>377</sup>

Depois de invadir a casa dos pais de Daniel, Ely e Esther de Carvalho, os policiais do DOPS emboscaram Jairo e Joel. Algumas horas mais tarde, Daniel e Devanir chegaram à casa de seus pais. Daniel entrou na casa e foi imediatamente preso, enquanto Devanir, que havia

<sup>374</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Relatório**. APESP, doc. nº 30 Z 160 2765.

<sup>375</sup> SILVA, Tadeu Antônio Dix, op. cit., p. 107.

<sup>376</sup> Ibidem, p. 108.

<sup>377</sup> Idem.

aguardado do lado de fora da casa, percebeu a armadilha, trocou tiros com a equipe de Fleury e conseguiu fugir.

Pedrina, esposa de Devanir na época, relata como se deu a fuga:

Ele apareceu baleado, daí tivemos que sair da casa, rápido, juntamos as coisas e fomos pra casa do [Aderval Alves] Coqueiro, que morava em Santo Amaro, aí passamos a noite. Depois arrumaram um enfermeiro conhecido. O enfermeiro veio, colocou soro – ele tinha perdido muito sangue –, [...] aí sarou, não tirou a bala né, que se fosse procurar seria perigoso, e aí continuou, sarou e continuou na luta aí.<sup>378</sup>

Em documento datado de 26 de maio de 1969, assinado pelo delegado adjunto Edsel Magnoti, informava ao delegado presente do DOPS, Aldario Tinoco, as prisões efetuadas nos dias 23, 24 e 25 de maio, efetuadas pela equipe de Sérgio Paranhos Fleury. No documento consta que, após as prisões de Joel, Jairo e Daniel, Devanir conseguiu escapar ferido no braço direito, na altura do ombro, enquanto seu “aparelho”, na Avenida Dois, nº 92, em Osasco, foi descoberto, sendo apreendido farto material tido como “subversivo”, armas, munições, material explosivo, fardas do exército e material de falsificação.<sup>379</sup>

No dia 27, o jornal *O Estado de São Paulo* destacava na manchete intitulada “A polícia caça suspeito” a perseguição a Devanir:

A maioria dos investigadores de polícia de todo o ABC e alguns da Capital está percorrendo os hospitais e pronto-socorros da região desde o anoitecer de domingo. Ele deverá estar ferido a bala em algum lugar do corpo, não se sabe aonde. Só se sabe que foi baleado pelos policiais que cercavam a residência do seu pai. Ele é Devanir José de Carvalho, um terrorista.<sup>380</sup>

O cerco se fechava sobre a Ala Vermelha. As prisões efetuadas a partir do dia 23 levaram outros militantes para as salas de tortura do DOPS. Genésio Borges de Melo foi preso junto com Derly,<sup>381</sup> enquanto, no dia 29 do mesmo mês, caía nas mãos da repressão

<sup>378</sup> CARVALHO, Pedrina de. **ABCD em Revista: Família Carvalho**. Diadema: 2013. TVT. Disponível em:<<http://www.tvt.org.br/watch.php?id=14445&category=198>>.

<sup>379</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Relatório circunstanciado**. APESP, doc. nº 30 Z 160 795.

<sup>380</sup> O ESTADO DE SÃO PAULO. **A Polícia caça suspeito**. 27 mai. 1969. Disponível em:<<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690527-28873-nac-0017-999-17-not>>.

<sup>381</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Relatório circunstanciado**. APESP, doc. nº 30 Z 160 795.

Aderval Alves Coqueiro, detido na 2ª Companhia de Polícia do Exército, em São Paulo, sendo depois transferido para o DOPS, onde foi torturado pela equipe de Fleury.<sup>382</sup>

No final de agosto, uma segunda onda de prisões levaria para o Presídio Tiradentes, não sem antes sofrer com a tortura na OBAN, vários militantes da Ala Vermelha ligados às ações expropriatórias da organização, como Alípio Freire, Renato Tapajós, Gilberto Giovanetti, Misael Pereira dos Santos, entre outros.<sup>383</sup>

Preocupados com as levas de militantes que iam sendo presos, principalmente em São Paulo, especialmente ligados às expropriações revolucionárias urbanas, a Direção Nacional da Ala Vermelha se reuniu na Praia Grande, litoral paulista, em novembro de 1969, para discutir a efetividade da resistência armada nas cidades. A reunião que contou com Diniz Cabral Filho, Élio Cabral de Souza, Tarzan de Castro (ex-militante do MRT de Francisco Julião), entre outras lideranças de diversos estados do País, serviu para elaborar um documento de crítica às práticas até então realizadas, chamado *Os 16 pontos*.<sup>384</sup>

O documento tinha o caráter de autocrítica da organização, procurando estabelecer 16 pontos que norteariam as ações da organização daquele momento em diante. O principal erro foi avaliado como frutos da indicação da tática apresentada no primeiro documento da organização “Crítica ao oportunismo...”. Em *Os 16 pontos*, a tentativa de conciliar a teoria do foco guerrilheiro foi percebida como uma “visão estreita, mecânica e esquemática do processo de desencadeamento da luta armada”,<sup>385</sup> desvinculada da luta de “massas”, estando reduzidas a tarefas táticas e formas de luta à resistência armada, o que levava a um esclerosamento político da organização.<sup>386</sup>

O tom da crítica foi sintetizado no documento da seguinte maneira:

A concepção de foco não assegura, de forma alguma, o apoio das massas à sua ação, não garantindo sua integração paulatina às ações armadas, permanecendo isoladas delas. O foco se constitui mesmo no maior entrave ao desenvolvimento de ações armadas capazes de levar ao estabelecimento concreto da luta armada no país. Isto porque ele impede que o partido conduza as massas, onde haja condições favoráveis a se integrarem nas ações armadas, única condição em que se generalizará e se estabelecerá de fato a luta armada no Brasil.<sup>387</sup>

<sup>382</sup> COMISSÃO de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, op. cit., p. 228.

<sup>383</sup> SILVA, Tadeu Antônio Dix, op. cit., p. 112.

<sup>384</sup> Ibidem, p. 113.

<sup>385</sup> ALA VERMELHA. **Os 16 pontos**. In. REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair F. de, op. cit., p. 351.

<sup>386</sup> Ibidem, p. 352.

<sup>387</sup> Idem.

Entendendo que as ações armadas nas cidades, como parte da concepção de foco guerrilheiro, eram ineficazes tanto no processo para motivar o proletariado urbano a sublevar-se, quanto em estabelecer-se de fato nas zonas rurais e fazer eclodir a guerrilha camponesa, a Ala Vermelha partiu para mudança brusca de tática, descrita no *Os 16 pontos* como “trabalho no seio da classe operária e das massas revolucionárias”, que visaria à educação, preparação e à organização das “massas” para a luta política e a luta armada.<sup>388</sup> Este seria um processo, denominado por Marcelo Ridenti como *proletarização* dos militantes,<sup>389</sup> no qual os integrantes da Ala seriam deslocados de suas posições originárias rumo às fábricas, tornando-se operários e trabalhando na base, no meio da “massa” que pretendiam “educar”, levantando bandeiras comuns àqueles trabalhadores, como o combate ao arrocho salarial, contra o FGTS e a intervenção nos sindicatos, questionando a Lei Anti-Greve e a repressão ao movimento operário, buscando, assim, transformar tais tarefas na luta contra a Ditadura e pelo socialismo.<sup>390</sup>

Entretanto, a busca dos militantes por resultados mais imediatos, que tivessem um significado, mesmo que simbólico, para o desenvolvimento da resistência armada e, consequentemente, a derrubada da Ditadura de Segurança Nacional, esvaziava a Ala Vermelha. Alguns militantes foram para a ALN,<sup>391</sup> enquanto outros seguiam seu próprio rumo, fundando uma nova organização, o MRT. Como Pedrina de Carvalho indicou, Devanir se recuperou e seguiu na luta.

### 3.4 A Fundação do MRT

Depois da fuga bem sucedida, e as quedas da Ala Vermelha, Devanir José de Carvalho buscou o que restava do GENR, os militantes que não haviam sido presos e todos aqueles da Ala Vermelha que buscavam se inserir verticalmente nas ações revolucionárias de maneira imediata.

Em meados de julho de 1968, já estava formado o “grupo do Omar”, ou “grupo do Gaúcho”, composto por aqueles que orbitavam em torno do ex-militante da Ala Vermelha, Plínio Petersen Pereira.<sup>392</sup> No depoimento atribuído a Chaouki Abbara, Plínio Petersen, conhecido como “Omar” ou “Gaúcho”, havia, em meados de 1968, rompido com a Ala por

<sup>388</sup> Ibidem, p. 359.

<sup>389</sup> RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 164.

<sup>390</sup> ALA VERMELHA. **Os 16 pontos**. In. REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair F. de, op. cit., p. 359.

<sup>391</sup> SILVA, Tadeu Antônio Dix, op. cit., p. 108.

<sup>392</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório de Chaouki Abbara**. APESP, doc. nº 50 Z 9 22922.

motivos de desentendimento com algum membro não identificado da DNP, buscando formar um grupo que desencadeasse de maneira imediata ações guerrilheiras.<sup>393</sup>

O grupo então era formado pelo próprio Plínio, juntamente com: Antônio André Camargo Guerra, conhecido por “Márcio”; Dimas Antônio Casemiro, cujo codinome era “Rei”; Jorge Kurban Abraão, “Brás”; Waldemar Andrew, “Nestor”; Geraldo Virgílio Godoy, o “Professor”; além do próprio Chaouki Abbara, que atuava na clandestinidade sob o nome de “Paulo”.<sup>394</sup> Em dezembro de 1968, teria ocorrido a aproximação de novos militantes do “grupo do Omar”, como Denis Casemiro, irmão de Dimas, que atuava politicamente como “Douglas”; Armênio Souza, “Ruy”; e Nelson Ferreira, “Ivan”.<sup>395</sup>

A partir daí, se discutia entre os membros do grupo novas perspectivas de trabalho, resultando em uma linha política mais bem definida, apesar de no depoimento este tema não estar mais bem delineado.<sup>396</sup> No primeiro contato de Chaouki Abbara com Plínio Petersen e Jorge Kurban, ambos trabalhadores da Petrobrás no Rio Grande do Sul, com o objetivo de discutir politicamente os rumos do agrupamento, ainda em meados de 1968, foram destacados assuntos tidos como estritamente políticos, tais quais: a estruturação de uma nova organização revolucionária; trabalho “fiel” na conscientização das “massas”; hierarquização da Direção Nacional da nova organização, conforme a capacidade política de cada militante; que o caráter da nova organização deveria ser voltado especialmente para a guerrilha; e arregimentação de novos militantes para o grupo que estava em gestação.<sup>397</sup>

O documento revela ainda que, no início de 1969, Plínio Petersen teria entrado em contato com Devanir de Carvalho, quando este comandava o GENR, e que quase houve a união dos dois grupos, ainda no início do ano. Além do contato com o “grupo do Omar”, o GENR mantinha, de acordo com o referido documento, contatos com o POC, a VAR-Palmares e a REDE.<sup>398</sup>

A partir desses contatos, houve a intenção de fusão e integração dos dois grupos, entretanto, salienta o depoimento atribuído a Chaouki Abbara, as duas lideranças, Devanir e Plínio deram uma “negativa” para a proposta, pois eram a favor de diversas e pequenas

<sup>393</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório de Chaouki Abbara.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32924.

<sup>394</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório de Chaouki Abbara.** Arquivo Público do Estado de São Paulo, doc. nº 50 Z 9 22922.

<sup>395</sup> Idem.

<sup>396</sup> Idem.

<sup>397</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório de Chaouki Abbara.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32924.

<sup>398</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório de Chaouki Abbara.** APESP, doc. nº 50 Z 9 22922.

organizações dentro da esquerda, para que não houvesse desintegração total quando caísse algum elemento de cúpula.<sup>399</sup>

Esta é uma concepção extremamente valiosa para entendermos de maneira mais precisa a dinâmica das organizações revolucionárias daquele período, e que problematiza o cerne da hipótese que atribui a algumas organizações uma suposta fragilidade pelo fato de possuírem poucos militantes. Este era o objetivo das mesmas, uma tática pensada para evitar a repressão.

André Guerra, em entrevista a Marcelo Ridenti, revela que, em um diálogo com Eduardo Leite, o “Bacuri”, principal responsável por trás da REDE, posteriormente militante da ALN, a concepção de Marighella sobre a forma de pensar o processo de resistência armada transparecia em parte significativa dos militantes do período. Eduardo Leite teria dito: “Cada grupinho está num lugar. Temos que formar centenas, milhares de grupos, aqui e em todo o Brasil; cada um fazendo sua parte. No fim, vai acabar juntando num grande movimento que vai levar à revolução. O processo vai acabar aglutinando o pessoal”.<sup>400</sup>

O pressuposto de que a ação fazia a revolução, central no pensamento marighellista, ia permeando o debate sobre as estratégias a ser adotadas pelas organizações revolucionárias. Eduardo Leite deixaria a VPR no momento em que se discutia a fusão com o COLINA, para formar a VAR-Palmares, justamente por entender que uma grande organização, com um grande número de militantes, não teria a dinâmica necessária para o desenvolvimento da resistência armada, tornando a mesma mais vulnerável aos órgãos de repressão.

O depoimento de Chizuo Osava (o “Mario Japa” da VPR) a Vanessa Gonçalves, demonstra que a denominação da organização criada por Eduardo Leite, Rede Democrática, tinha relação direta com essa noção de organização revolucionária. Conta ele sobre o “Bacuri”:

O fundamental é que ele é o primeiro cara a falar em rede. Claro que era uma visão muito semelhante à do Marighella: vários grupos táticos atuarem independentes para evitar a realização de muitos contatos orgânicos que colocavam em risco a segurança. Bacuri propunha, naquela época, que para enfrentar a repressão era preciso ter o mínimo de conexões físicas, com uma orientação política e com grupos atuando em rede. Assim, levando às últimas consequências, para ele significava que fazer aquela fusão [que formaria a VAR-Palmares], juntar os grupos, ter uma

---

<sup>399</sup> Idem.

<sup>400</sup> RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 173.

organização grande era bobagem, já que o princípio da guerrilha diz que se você juntar muita gente, acaba criando um problema de segurança grave.<sup>401</sup>

O objetivo era criar uma rede entre diversos grupos armados que fizessem, nas cidades, o papel de propaganda política, minando a imagem da Ditadura de Segurança Nacional, realizando atos de sabotagem em pontos considerados estratégicos, além das expropriações capazes de financiar a instalação dos focos de guerrilha nas zonas rurais do País. Teriam pensado da mesma forma, em meados de 1969, Devanir de Carvalho e Plínio Petersen.

Entre março e abril de 1969, de acordo com o depoimento atribuído a Chaouki Abbara, Devanir de Carvalho e Plínio Petersen já faziam reuniões políticas com alguns militantes de ambos os grupos, onde se discutiria a situação vigente, além da preparação para uma futura assembleia para setembro daquele mesmo ano, a qual teria a finalidade de fundir os dois grupos e criar uma nova organização.<sup>402</sup> Em depoimento atribuído a Antônio Guerra, Devanir teria conseguido cobertura de Plínio Petersen quando fugiu da emboscada que resultou na prisão de seus irmãos naquele final de maio.<sup>403</sup>

A assembleia ocorreu então, como previsto, em setembro de 1969, em Campos do Jordão, a 173 km da capital paulista. Estiveram presentes, além dos grupos que orbitavam ao redor de Plínio Petersen e Devanir de Carvalho (que levou sua esposa, Pedrina, e seus filhos Carlos Alberto e Ernesto), representantes da VAR-Palmares, Chael Charles Schereir; do POC, Régis Estephan de Castro Andrade; e da REDE, Eduardo Leite, o Bacuri. Após as discussões iniciais, teriam ficado caracterizadas as linhas políticas de cada organização, havendo liberdade para os militantes que participavam de tomar a decisão que mais lhe agradasse, podendo optar por se inserir em qualquer uma dos agrupamentos ali representados.<sup>404</sup>

Chaouki Abbara revela, em depoimento atribuído a ele, que preferiu aderir à VAR-Palmares, pois havia se desentendido com Plínio Petersen. Chaouki diz que Plínio Petersen supostamente não pagou algumas promissórias que devia a Geraldo Virgílio de Godoy, apontando-lhe uma arma e o ameaçando de morte, pois não admitiria críticas e tratar de assuntos particulares. Teria lhe sido solicitado, através de James Allen Luz, uma carta que desmoralizasse Godoy, acusando-o de falta de companheirismo e personalidade, sendo esta

<sup>401</sup> GONÇALVES, Vanessa. **Eduardo Leite Bacuri**. São Paulo: Plena Editorial, 2011, p. 97.

<sup>402</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório de Chaouki Abbara**. APESP, doc. nº 50 Z 9 32926.

<sup>403</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório de Antônio André Camargo Guerra**. APESP, doc. nº 30 Z 160 12536.

<sup>404</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório de Chaouki Abbara**. APESP, doc. nº 50 Z 9 32920.

carta lida na assembleia de Campos do Jordão, na presença de todos os participantes, o que o levou a tomar tal decisão.<sup>405</sup>

Assim como ele, James Allen Luz, Denis e Dimas Casemiro, Domingos Quintino dos Santos, além de militantes cuja identidade não foi confirmada, mas atendiam pelo codinome de “Francisco”, “Cerdeira”, “Octacílio”, “Carlito”, “Waldir” e “José”, também tomaram a decisão de ingressar na VAR-Palmares. Em depoimento imputado a Domingos Quintino dos Santos, conhecido como “Camponês”, e participante do núcleo da Ala Vermelha em Votuporanga, a 521 km a noroeste da capital paulista, teria optado por se juntar a VAR-Palmares por essa ter de maneira mais clara uma forma de mandá-lo para o campo, para poder fazer algum trabalho político em um lugar que lhe fosse mais simpático que os grandes centros urbanos.<sup>406</sup>

Desta forma, Devanir de Carvalho, Plínio Petersen, Waldemar Andrew, Armênio de Souza Rangel, Nelson Ferreira, João Moraes (também de Votuporanga), conhecido como “Hélio”, e Antônio André Camargo Guerra preferiam aderir à nova organização que não foi imediatamente batizada.<sup>407</sup> Apesar de, aparentemente, não participar da assembleia em Campos do Jordão, Jorge Kurban Abraão também aderiu ao novo agrupamento que resultou daquele encontro, além de outros integrantes do GENR não identificados.<sup>408</sup>

Segundo o relato presente no depoimento de Régis Stephan Castro de Andrade, observador do POC na ocasião, a reunião foi “politicamente lamentável”, tendo predominado o tom auto-elogioso pela “coragem revolucionária” e promessas de ações de grande envergadura. Não teria sido discutida ponto algum sobre linha política, sendo que, depois de uma acalorada discussão em torno de questões financeiras, decidiu-se pelo ingresso da maioria, cerca de doze pessoas, na VAR-Palmares, e de oito pessoas em uma nova organização que viria a ser o MRT.<sup>409</sup>

De volta a São Paulo, em uma reunião, ficou decidido que ocorreria uma ação expropriatória em um supermercado na Avenida Santo Amaro, na capital paulista, em conjunto com a REDE, que acabou não ocorrendo por que uma viatura da Rádio Patrulha

<sup>405</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório de Chaouki Abbara.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32921.

<sup>406</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório de Domingos Quintino dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32717.

<sup>407</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32133.

<sup>408</sup> Idem.

<sup>409</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Auto de qualificação e Interrogatório de Régis Stephan Castro de Andrade.** APESP, doc. nº 30 Z 160 8344.

interceptou o grupo formado por Devanir, Armênio e Waldemar – além de integrantes da organização de Eduardo Leite –, havendo troca de tiros e a morte de um soldado.<sup>410</sup>

Algum tempo depois foi realizada uma ação expropriatória contra o carro pagador do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), realizada por Devanir de Carvalho, Eduardo Leite e Waldemar Andrew, que teria resultado na morte de um funcionário do INPS.<sup>411</sup> No depoimento atribuído a Waldemar Andrew, essa ação é descrita da seguinte forma:

[...] no assalto levado a efeito no INPS da Lapa, o depoente [Waldemar Andrew] se encontrava ao lado de “Henrique” [Devanir José de Carvalho] quando o responsável pelo transporte de dinheiro foi intimado a entregar a pasta e como o mesmo hesitou foi baleado por Denise Crispim (“Célia”); que Devanir José de Carvalho e Eduardo Leite (“Bacuri”) vendo o que ocorria passaram a atirar no funcionário do INPS; que Denise atirou enquanto o funcionário ainda se encontrava dentro do carro transportador e “Henrique” e “Bacuri” só atiraram quando o funcionário saiu cambaleando de dentro do carro com uma arma na mão; que o depoente foi admoestado por Henrique por não ter atirado também.<sup>412</sup>

Depois dessa, foi realizada outra ação expropriatória em conjunto com a REDE. Em 8 de setembro, a agência da Light, no bairro de Belém, em São Paulo, foi alvo de uma ação que foi comandada por Eduardo Leite e Devanir de Carvalho, que também contou com Gilberto Faria Lima, James Allen da Luz, “Professor” (possivelmente Geraldo Virgílio Godoy), e um militante identificado apenas como Ismael.<sup>413</sup>

Alguns dias depois, uma reunião foi convocada por Devanir, na qual a totalidade dos militantes teriam supostamente comparecido, com a exceção de Jorge Kurban Abraão, quando foi então adotado o nome de MRT para batizar a organização.<sup>414</sup>

Tadeu Silva considera que a escolha do nome faz parte de uma clara alusão às origens mais remotas da Ala Vermelha, cujos membros fundadores mais destacados, como Diniz Cabral Filho, Élio Cabral de Souza e Tarzan de Castro, fizeram parte do MRT oriundo das Ligas Camponesas.<sup>415</sup>

<sup>410</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32133.

<sup>411</sup> Idem.

<sup>412</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio Waldemar Andrew.** APESP, doc. nº 50 Z 9 18011.

<sup>413</sup> GONÇALVES, Vanessa, op. cit., p. 109.

<sup>414</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32133.

<sup>415</sup> SILVA, Tadeu Antônio Dix, op. cit., p. 100.

Sem dúvida nenhuma, a escolha do nome não se deu por acaso. As raízes dos militantes históricos da Ala Vermelha ligadas ao antigo MRT parecem de fato corroborar a hipótese levantada por Silva. É possível conjecturar ainda a possibilidade da seleção da nomenclatura que batizaria esta nova organização ser não só uma homenagem ao agrupamento revolucionário das Ligas, mas também uma crítica incorporada à própria Ala, que na sua gênese se contrapunha às práticas chamadas “foquistas”, da noção cubana de foco guerrilheiro, características do primeiro MRT, centrada então na guerra popular prolongada de inspiração maoísta.

Outra hipótese válida é a de que o nome tenha sido escolhido para confundir a repressão, levando a comunidade de inteligência das Forças Armadas e de segurança a pensar que se tratava de fato da organização do início dos anos 1960. Assim, para o grande público, a presença de ações do MRT, antes dado como desbaratado pela repressão, poderia desmoralizar a Ditadura, como pensaram os militantes da Dissidência da Guanabara, quando estes assumiram a sigla MR-8, alardeado nos jornais como outra organização “subversiva” vencida.

Talvez como em uma mensagem velada à Ala Vermelha, e reafirmando suas convicções revolucionárias, o MRT era fundado (ou refundado) na ação, que, como previa os pressupostos estabelecidos pelas Organizações Latino-Americanas de Solidariedade (OLAS), seria o combustível central no desenvolvimento da revolução socialista.

### **3.5 Ações em Frente**

O MRT, desde que foi assim batizado, no final de 1969, buscou viabilizar o máximo possível de ações armadas na região metropolitana de São Paulo. Para isso buscou, desde o início, a articulação das ações revolucionárias com outras organizações guerrilheiras.

Esta não era uma prática completamente nova entre a esquerda armada no período. O MRT e a REDE já realizavam algumas ações em conjunto, em uma parceria que serviria de base para diversas ações futuras que envolveriam outras organizações.

Outro exemplo foi o sequestro do embaixador estadunidense, Charles Elbrick, em setembro de 1969, fruto da articulação política entre a ALN e a Dissidência da Guanabara, que no manifesto redigido para ser publicado nos jornais, se assumiu enquanto MR-8.

Franklin Martins, integrante do MR-8 e parte ativa no sequestro, em depoimento no documentário *Hércules 56*, sustenta que sua organização tinha plenas condições de realizar a operação de captura do diplomata por si só, entretanto, interessava politicamente para sua

organização a presença da ALN. Diz ele: “Do ponto de vista militar, nós fariámos a ação. A ação era simples do ponto de vista militar. Do ponto de vista político, era um erro fazer sozinho. Tinha que ser feita conjuntamente, porque era uma ação de uma [grande] envergadura”.<sup>416</sup>

Esta parecia ser a tônica por trás das atividades conjuntas entre as organizações desse momento em diante, articulando politicamente ações, e mantendo a independência dos agrupamentos. Todo o ano de 1970 e o primeiro semestre de 1971 seriam marcados pela atuação das organizações em conjunto, pelo menos na grande São Paulo.

Em dezembro de 1969, posterior, portanto, ao sequestro bem sucedido do embaixador estadunidense, e ao assassinato do principal líder da ALN, e o responsável por formular uma concepção de guerrilha urbana adaptada da teoria cubana do foco guerrilheiro camponês, Carlos Marighella, fruto do aumento da repressão que se seguiu ao rapto do diplomata, foi oficializada a atuação conjunta das organizações. Em uma reunião, no fim de 1969, entre o MRT, ALN, VPR, POC e REDE, foi criada a Frente, que articularia ações revolucionárias entre as organizações, somando esforços e buscando a união das mesmas, não resultando, porém, na união física delas em uma única e grande organização.<sup>417</sup>

Com a morte de Marighella, quem assumiria a ALN seria Joaquim Câmara Ferreira, o “Toledo”, que chegava de Cuba naquele final de ano e teria um papel importante na constituição da Frente, segundo Vanessa Gonçalves. Argumenta ela que:

Com a morte de Marighella, Toledo retornou de Cuba para reorganizar o que sobrara da ALN e propôs às principais Organizações – VPR, Rede, PCBR e MRT – que passassem a atuar em conjunto na chamada frente armada. No entendimento do velho combatente, era necessário unir forças para recompor o que havia sido destruído para continuar a luta contra a ditadura. Bacuri [Eduardo Leite], Henrique [Devanir José de Carvalho] e Cid [Carlos Lamarca], principais figuras da luta armada, compuseram com Toledo a direção desse núcleo da frente armada, bastante atuante.<sup>418</sup>

<sup>416</sup> **Hércules 56.** Direção de Sílvio Da-Rin. Brasil, 2006. (94 min.).

<sup>417</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32133. Neste documento, a Frente também seria batizada de Frente de Mobilização Popular, nomenclatura não encontrada em nenhuma outra fonte. Além desse, o nome de Frente Armada seria mais facilmente achada em algumas fontes, entretanto, prefiro utilizar a forma que foi mais amplamente usada em sua época, Frente.

<sup>418</sup> GONÇALVES, Vanessa, op. cit., p. 111.

Para Carlos Eugênio Sarmento Paz, o “Clemente” da ALN, uma das principais lideranças militares da organização, Devanir de Carvalho teve um papel importante na construção da Frente. Para ele:

Dirigente máximo do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), organização revolucionária paulista de extrema combatividade. Valente, solidário, um líder nato que sempre atuou visando à unidade da esquerda armada. Teve atuação importante da Frente Armada que formaram, em 1970, a (...) ALN, o (...) MRT, a (...) VPR, o (...) MR-8, (...) e o (...) PCBR.<sup>419</sup>

Jacob Gorender, por sua vez, sustenta que a Frente não evoluiu no sentido da fusão orgânica entre as organizações, e que, ao contrário de Joaquim Câmara Ferreira, Lamarca não via com agrado a ideia de um comando político unificado, pois enxergava incompatibilidades “sobretudo com a concepção grupista da ALN”.<sup>420</sup> Preferiu-se, então, uma coligação entre as duas organizações limitadas à execução de ações conjuntas e “ao esclarecimento mútuo das posições doutrinárias”, sendo que, somente em um momento posterior, as outras organizações se somariam.<sup>421</sup>

Não foi possível confirmar o argumento de Gorender, sobre o início da Frente sendo formulado primeiro entre as duas organizações, ALN e VPR e, posteriormente, o ingresso das outras organizações à associação revolucionária. A proposição da Frente não parece ter sido fruto de uma discussão ocorrida apenas entre as duas maiores organizações do período, tampouco que tivessem “convidado” outros para participar; a Frente parece ter sido constituída de maneira mais horizontalizada. A atuação conjunta do MRT e da REDE antes da formação da Frente fortalece essa hipótese.

Transparece, segundo as fontes, que a noção de atuar em conjunto e, mesmo assim, mantendo a independência das organizações, estava assentada entre os militantes que compuseram a Frente. Aqui, mais uma vez, parece que, mais do que simplesmente absorver e tentar reproduzir a teoria cubana do foco guerrilheiro, estas organizações revolucionárias foram profundamente influenciadas pela interpretação que Marighella teve do processo revolucionário cubano, somando à sua própria experiência histórica de luta, o qual propunha um lugar nos grandes centros urbanos para a atuação guerrilheira.

<sup>419</sup> PAZ, Carlos Eugênio. **Viagem à luta armada**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008, p. 202.

<sup>420</sup> GORENDER, Jacob, op. cit., p. 215. Gorender também levanta que Lamarca teria escrito um documento intitulado *Frente – a grande tarefa*, que apresentaria um esboço histórico de uma coligação de organizações da esquerda armada, mas esta pesquisa não teve acesso a tal documento.

<sup>421</sup> Idem.

Em um documento encontrado no “aparelho” de Dimas Casemiro, no dia 17 de abril, intitulado *Projeto de declaração*, há sete pontos que as organizações concordavam para garantir o objetivo de contribuir com a “revolução dos trabalhadores no Brasil”. Apesar de não estar assinado pelas organizações, o projeto de declaração deve sistematizar, pelo menos em algum grau, as diretrizes da mesma em sua atuação na Frente.

O primeiro ponto fala sobre as tarefas complexas e urgentes que a revolução socialista impunha às organizações revolucionárias, como a necessidade de se iniciar os passos em direção à unidade, de maneira a aprofundar esse processo cada vez mais.<sup>422</sup> O sentido desta união, ao que parece, era de articulação das ações, e não no sentido de fusão das organizações em uma só.

O segundo tópico aponta que, para realizar essa aproximação, se fazia necessário sistematizar reuniões entre as organizações, com um ou dois representantes de cada um dos agrupamentos.

No terceiro ponto é abordado o caráter dessas reuniões, que seriam os espaços para a proposição das ações a serem realizadas em conjunto. Se a realização, o modo e a participação de cada organização fossem decididos de maneira unânime pelas signatárias, a ação poderia ser assinada quanto “Frente”, cuja existência se limitaria àquela ação determinada.<sup>423</sup>

Assim está definido o quarto item: “O conhecimento dos detalhes técnicos das ações (locais, horários, número de participantes, material bélico a ser utilizado – etc.) ficará restrito aos participantes da reunião, o que não exclue [sic] a discussão política das ações nos comandos ou direções das Organizações”.<sup>424</sup>

Buscava-se, dessa maneira, proteger o planejamento das ações de vazamentos causados pela prisão de militantes das bases das organizações. Protegiam-se também, os detalhes técnicos que seriam essenciais no seu desenvolvimento, mas não deveria ser privado do comando das mesmas as discussões políticas pertinentes.

O quinto ponto salienta que nessas reuniões fossem discutidas também questões de apoio mútuo.<sup>425</sup> Podemos conjecturar que este apoio deveria ser não apenas financeiro, mas como suporte logístico entre as organizações, quando da necessidade de resguardar algum militante sem “aparelho”, ou no translado de outro guerrilheiro, como de fato aconteceu durante aquele período.

---

<sup>422</sup> FRENTE. *Projeto de declaração*. APESP, microfilme.

<sup>423</sup> Idem.

<sup>424</sup> Idem.

<sup>425</sup> Idem.

O sexto tópico determina que as organizações signatárias daquele documento se reconheciam enquanto organizações revolucionárias, e que o documento estava aberto para as demais organizações revolucionárias, desde que aceitassem os termos ali expostos.<sup>426</sup>

O sétimo e último item diz que, para além das reuniões sistemáticas e ações conjuntas, se reconhecia a necessidade de se desenvolver discussões ideológicas entre os revolucionários, por meio de documentos e dentro das normas de respeito mútuo. Essas discussões de cunho ideológico não deveriam, no entanto, ocorrer durante as reuniões, onde se discutiria apenas as questões políticas e técnicas da ação revolucionária em pauta.<sup>427</sup>

Em depoimento imputado a Antônio Guerra, consta que, na sua formação, em dezembro de 1969, ficaram responsáveis pelo MRT Devanir de Carvalho e Plínio Petersen, pelo POC, Regis Stephan de Castro Andrade; Eduardo Leite pela REDE; Guiomar Silva Lopes pela ALN; e representando a VPR, Ladislau Dowbor.<sup>428</sup>

A formação da Frente seria brindada com uma ação expropriatória de impacto. No documento citado anteriormente de Antônio Guerra, uma ação de grande envergadura havia sido combinada já na reunião que formou a Frente: seria uma expropriação simultânea em dois bancos situados na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, do qual o mesmo havia sido convidado para participar, mas teria se recusado por lhe faltar condições psicológicas.<sup>429</sup>

No *Brasil: Nunca Mais*, que trata do depoimento atribuído a Guiomar Silva Lopes, no processo da ALN, é revelado que a ação foi realizada no dia 29 de dezembro de 1969, em uma ação conjunta que expropriou ao mesmo tempo o Banco Mercantil de São Paulo e o Banco Itaú. O dinheiro expropriado teria sido repartido entre ALN, MRT e REDE.<sup>430</sup>

Em um depoimento de algum militante não identificado, afirma que a ação foi feita também em conjunto com a VPR, o que parece ser mais crível. Nele consta a relação dos militantes das organizações que participaram da ação simultânea. Pelo MRT teriam participado Devanir de Carvalho, Plínio Petersen e Waldemar Andrew; pela REDE, Eduardo Leite, Gilberto Faria Lima, José Bezerra do Nascimento e Elias Marijas Júnior; os integrantes da ALN seriam, Guiomar Silva Lopes, Flávio Augusto Neves Leão Sales, José Idezio Brianezi, Aurora Maria Nascimento Furtado e Antônio dos Três Reis de Oliveira e; pela VPR, teriam participado José Raimundo da Costa e mais dois militantes não identificados no

<sup>426</sup> Idem.

<sup>427</sup> Idem.

<sup>428</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra**. APESP, doc. nº 50 Z 9 20511.

<sup>429</sup> Idem.

<sup>430</sup> BRASIL: NUNCA MAIS. **Denúncia do Ministério Públíco**. BNM 102, p. 2977.

documento. O dinheiro da expropriação teria ficado com Guiomar Lopes, que mais tarde seria responsável por entregar a cada organização sua parte na expropriação.<sup>431</sup>

Em entrevista realizada com Guiomar, revela-se que a expropriação dos bancos também teve um caráter simbólico, que pudesse promover a imagem das organizações guerrilheiras em detrimento da representação da Ditadura de Segurança Nacional. Frente à repressão que se abatia principalmente sobre a ALN e a VPR a realização da ação, e construção da Frente, visando fortalecer a resistência armada como um todo. Segundo ela:

Eu continuei como comandante responsável pelas ações da ALN e como mediadora do contato com as outras organizações. Quando fazíamos ações conjuntas, cada comandante se responsabilizava pelos militantes da respectiva organização e pelas tarefas que lhe cabiam. A morte de Marighella foi um abalo para toda a esquerda armada. Por isso achamos que seria muito importante retomar ações significativas que demonstrassem nossa força e organização. A escolha dos bancos junto à auditoria militar era simbólica representando a continuidade da luta e o enfrentamento aos horrores a que nossos companheiros estavam submetidos. A ação foi comandada por Devanir (Henrique), tendo Bacuri [Eduardo Leite] e o [José] Raimundo da VPR em posições estratégicas com os fuzis FAL's. Enfrentamos helicópteros e perseguição, mas a fuga tinha sido muito bem planejada de forma que saímos bem.<sup>432</sup>

Depois dessa, uma série de outras ações expropriatórias articuladas na Frente ocorreu na Grande São Paulo. As ações eram, em sua maioria, voltadas para a captação de recursos que garantissem a manutenção das organizações revolucionárias e para possibilitar a instauração das mesmas no campo, no sentido de estabelecer a guerrilha rural.

A Companhia de Cigarros Souza Cruz, localizada na Avenida Lins Vasconcelos, consta nos depoimentos atribuídos a Antônio Guerra e José Rodrigues Ângelo Junior, o “Juraci” - que entrou no MRT, em dezembro de 1969, por intermédio de Plínio Petersen -, como alvo de expropriação, por volta do início de maio de 1970, por um comando formado por Eduardo Leite, pela REDE; Devanir José de Carvalho, Antônio Guerra, Plínio Petersen, Waldermar Andrew e José Rodrigues Ângelo Junior, pelo MRT; e Fernando Sanna Pinto (“Mário”) e Jayme de Almeida (“Chaim”), ambos militantes do MRM, organização formada

<sup>431</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Reservado.** APESP, doc. nº 50 Z 9 18085.

<sup>432</sup> LOPES, G. S. **Guiomar Silva Lopes:** entrevista [dezembro de 2013] Entrevistador: Y. R. de Carvalho São Paulo, 2013.

por ex-militantes da Ala Vermelha oriundos de Minas Gerais, que foram a São Paulo, no começo de 1970, passou a atuar de maneira muito próxima ao MRT.<sup>433</sup>

No final do mês, foi realizada outra ação expropriatória, dessa vez contra o Banco do Brasil, no Jabaquara, quando houve intensa troca de tiros e vítimas entre os seguranças do banco e um militante da ALN. Teria participado da ação Devanir de Carvalho e Antônio Guerra pelo MRT, Eduardo Leite e Carlos Eugênio Sarmento Paz, o “Clemente”, novo responsável pela Frente depois da queda de Guiomar Lopes, ambos da ALN, além de mais sete militantes dessa organização não identificados.<sup>434</sup> Nesse período, frente a diversas quedas de militantes nas mãos da repressão que ocorreram com a REDE, Eduardo Leite e sua companheira, Denise Crispim, resolvem se inserir na organização comandada por Joaquim Câmara Ferreira.<sup>435</sup>

Em outro documento, fruto do depoimento creditado a Gregório Mendonça, da VPR, a ação é descrita com a participação de militantes dessa organização, além dos citados anteriormente. Além dele, teriam participado Laerte Dornelles Meliga e Mario de Freitas Gonçalves.<sup>436</sup> Este é um exemplo de como a atuação de diferentes organizações em uma mesma ação podia confundir a repressão, que demorava em identificar os participantes, já que estes de fato não conheciam o codinome, tampouco a identidade dos companheiros das organizações aliadas.

Em depoimento atribuído a Zilá Prestes Pra Baldi, militante do POC, consta que a mesma teria ido ao “aparelho” de Devanir de Carvalho prestar atendimento a um militante, que no documento é identificado como Carlos Chnaidermann, da ALN, que estaria ferido com tiros de chumbo.<sup>437</sup>

No dia 7 de setembro, Dia da Independência, utilizada pela Ditadura de Segurança Nacional simbolicamente para se legitimar no poder, foi pensada uma ação de propaganda que ferisse a imagem construída e irradiada pela institucionalidade ditatorial.

No depoimento imputado a Delci Fensterseifen, da VPR, figura que, no dia citado, houve uma panfletagem realizada com Yoshitame Fujimore, Ubiratan de Souza, José

<sup>433</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 21395. Cf. DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32120.

<sup>434</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32119.

<sup>435</sup> Para ver de maneira mais detalhada esse processo de ingresso na ALN Cf. GONÇALVES, Vanessa, op. cit., p. 121.

<sup>436</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Gregório Mendonça.** APESP, doc. nº 50 Z 9 15766.

<sup>437</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Zilá Prestes Pra Baldi.** APESP, doc. nº 50 Z 9 35950.

Raimundo da Costa, além dele mesmo, da VPR; e Devanir José de Carvalho, um militante que provavelmente deve ser Joaquim Alencar Seixas, que havia se inserido do MRT em meados de 1970, e outro militante não identificado, também do MRT.<sup>438</sup>

Nessa ação, foram usados balões de borracha inflados com gás, no quais eram atados os panfletos e lançados sobre a cidade de São Paulo. Para isso, se dirigiram para um bairro distante e despovoado, além de Indianópolis, em três veículos, quando foi preso em mais de trinta e cinco balões algo em torno de 400 panfletos. Os balões acabaram se soltando dos veículos conforme iam voltando para a cidade.<sup>439</sup>

Os panfletos continham um texto intitulado *Por uma independência de verdade*, sendo assinado pelo MRT, ALN e VPR. Eis o seu conteúdo:

A verdadeira independência do Brasil ainda está para se fazer. Primeiro eram os portugueses que mandavam aqui, depois os ingleses. Agora são os americanos que dão as ordens. Tiradentes foi morto e esquartejado porque lutou pela independência do Brasil. Hoje, as forças armadas, instruídas pelos americanos, torturam e matam os que lutam pelo povo brasileiro e pela verdadeira independência do Brasil, como o operário Olavo Hansen, o estudante Edson Luís, o padre Henrique Pereira, o sargento Manoel Raimundo Soares, o patriota Carlos Marighella. A verdadeira independência do Brasil só será feita pelo povo em armas, expulsando os americanos e instaurando um regime que acabe com a fome dos trabalhadores e a exploração dos brasileiros. No voto, na conversa ou no grito não vai.<sup>440</sup>

Era clara a intenção das organizações guerrilheiras, expressa no panfleto, em demonstrar que tinham conexão com a História de libertação do País e com a classe trabalhadora e diferentes categorias sociais com que o leitor pudesse se identificar. Assim como a impossibilidade de libertar o País que não pela via das armas.

No mesmo mês, foi realizada a ação que mais rendeu capital para a Frente. Jacob Gorender assim descreve o ocorrido:

[...] Deveu-se à Frente o assalto que produziu o maior resultado financeiro, com exceção do cofre do Adhemar. A 15 de setembro de 1970, um carro blindado da transportadora de valores Brink's foi interceptado, na rua Estados Unidos, por um destacamento de quinze elementos, entre os quais se achavam um dos melhores

<sup>438</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Delci Fensterseifen.** APESP, doc. nº 50 Z 9 15905.

<sup>439</sup> Idem.

<sup>440</sup> FRENTE. **Por uma independência de verdade.** APESP, doc. nº 50 Z 9 18746.

homens da *linha de frente*: Fujimore, da VPR, Devanir, do MRT, José Milton Barbosa, da ALN. A guarnição do carro transportador se rendeu e entregou 460 mil cruzeiros novos.<sup>441</sup>

Antônio Guerra, em depoimento atribuído a ele, cita os militantes participantes dessa ação como sendo, além dele mesmo, Devanir de Carvalho, Joaquim Alencar Seixas, José Rodrigues Ângelo Junior, do MRT; Yoshitame Fujimore e Gregório Mendonça, e José Maria Ferreira De Araújo da VPR; José Milton Barbosa e Carlos Eugênio Paz, pela ALN.<sup>442</sup>

A ação foi tão rentável que se procurou repetir a fórmula. Assim, algum tempo depois, em dezembro de 1970, outro carro pagador da Brink's foi alvo da ação dos guerrilheiros que não tiveram sucesso. Participaram da ação frustrada, que resultou em troca de tiros, segundo o depoimento creditado a Job Alves dos Santos, do MRM, ele e Fernando Sanna Pinto por sua organização; Devanir de Carvalho, Joaquim Alencar Seixas, Antônio Guerra, Gilberto Faria Lima e Dimas Casemiro, ambos integrados no MRT; além de Carlos Eugênio Paz e mais dois militantes não identificados da ALN.<sup>443</sup>

Em janeiro de 1971, ocorreu mais uma tentativa de expropriação contra um carro forte. O veículo pagador acabou furando o cerco feito pelos militantes, segundo conta no depoimento imputado a Antônio Guerra, ele próprio, Devanir de Carvalho, Gilberto Faria Lima e Dimas Casemiro, pelo MRT; Carlos Eugênio Paz, Antônio Sérgio de Mattos, Antônio Carlos Bicalho Lana, José Milton Barbosa, Gregório Mendonça, da ALN, e Job Alves dos Santos e Fernando Sanna Pinto, pela Organização Partidária Classe Operária Revolucionária (OPCOR), nome pelo qual o MRM passou a se chamar então.<sup>444</sup>

No decorrer de janeiro, foi realizada outra ação guerrilheira, dessa vez contra a perua do Banco Andrade Arnoud, na Rua Lavapés, na capital paulista, quando teriam sido expropriados cheques, uma carabina e dois revólveres. Teriam participado dessa ação, em depoimento atribuído a Antônio Guerra, o depoente, Devanir de Carvalho, Dimas Casemiro, Gilberto Faria Lima e José Rodrigues Ângelo Junior, pelo MRT; e Carlos Eugênio Paz, Gregório Mendonça, Antônio Sérgio de Mattos e José Milton Barbosa, pela ALN.<sup>445</sup>

<sup>441</sup> GORENDER, Jacob, op. cit., p. 216.

<sup>442</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32119.

<sup>443</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Job Alves dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32778.

<sup>444</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32115.

<sup>445</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32117.

O sucesso das expropriações levava, aparentemente, à repetição das ações revolucionárias. Ainda em janeiro, foi alvo da Frente o Supermercado Pão de Açúcar, da Rua São Gabriel, expropriado duas vezes em um intervalo de tempo de uma semana. Teriam participado das ações Antônio Guerra, o suposto declarante, Devanir de Carvalho, Dimas Casemiro, Joaquim Alencar Seixas e seu filho, Ivan Seixas, que também ingressara no MRT; pela OPCOR, Fernando Sanna Pinto e Job Alves dos Santos; e pela ALN, Carlos Eugênio Paz, José Milton Barbosa e Antônio Sérgio de Mattos.<sup>446</sup>

Outro supermercado foi alvo de expropriação no final do mês de janeiro. Na Avenida São Gabriel, no bairro de Santo Amaro, o Supermercado Peg-Pag, em uma ação coordenada por Devanir de Carvalho do MRT, segundo depoimento – supostamente – de Gregório Mendonça.<sup>447</sup> Entretanto, nos depoimentos de Antônio Guerra e José Rodrigues Ângelo Junior, o endereço do mercado consta como na Rua Silva Bueno, o que leva a crer que esse seja o endereço correto.<sup>448</sup> Teriam participado da ação Antônio Guerra, José Rodrigues Ângelo Junior, Devanir de Carvalho, Joaquim Alencar Seixas e Dimas Casemiro pelo MRT, e Carlos Eugênio Paz, José Milton Barbosa, Antônio Carlos Bicalho Lana e Antônio Sérgio de Mattos, pela ALN; além de um militante identificado apenas pelo codinome “Vovô”.<sup>449</sup> Interessante notar que, nos dois depoimentos citados, não consta a participação de Gregório Mendonça, que supostamente teria prestado depoimento dizendo que havia feito parte da ação.

Em fevereiro, foi realizada uma ação expropriatória na Metalúrgica Mangels, então na Avenida Presidente Wilson, na capital paulista, rendendo além de uma importância em dinheiro, armamento pertencente à segurança do local.<sup>450</sup> Teriam participado da ação, pelo MRT, Devanir de Carvalho, Antônio Guerra, Ivan Seixas, Dimas Casemiro, Gilberto Faria Lima e José Rodrigues Ângelo Junior; Fernando Sanna Pinto e Job Alves dos Santos, pela OPCOR; e pela ALN teriam participado Carlos Eugênio Paz, Flávio Augusto Neves Leão Salles e José Milton Barbosa; além da presença do militante apenas conhecido como

---

<sup>446</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32118.

<sup>447</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Gregório Mendonça.** APESP, doc. nº 50 Z 9 15766.

<sup>448</sup> Cf. DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32118; DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 21393.

<sup>449</sup> Idem.

<sup>450</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Job Alves dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32777.

“Vovô”.<sup>451</sup> Infelizmente, pela natureza despolitizadora da produção burocrática que a repressão imprimia nas ações, os depoimentos acabam não transparecendo o caráter político de se fazer uma expropriação guerrilheira em uma metalúrgica, local de trabalho de provavelmente algumas dezenas de operários. O local não deve ter sido escolhido por acaso.

Depois, foi realizada uma ação contra uma firma de máquinas tipográficas, situada na Rua Vergueiro, quando foram expropriadas máquinas tipo “offset” e acessórios, além de alguma importância em dinheiro. Teriam tomado parte da ação Devanir de Carvalho, Antônio Guerra, Dimas Casemiro, Gilberto Faria Lima, Ivan Seixas, Joaquim Seixas e José Rodrigues Ângelo Junior, todos do MRT.<sup>452</sup> Apesar de ser uma ação feita exclusivamente por militantes do MRT, a aquisição destes instrumentos seria, provavelmente, utilizada para a produção de panfletos para a Frente.

Em um informe do dia 29 de março de 1971, escrito por Lúcio Vieira, Diretor Geral de Polícia do DOPS, constava uma expropriação realizada por oito “subversivos” a uma joalheria localizada na Rua Amália de Noronha, no Sumaré, São Paulo, sendo os mesmos “japoneses e brancos”, que teriam chegado ao local em três carros e largados panfletos com as siglas MRT, MR-8 e ALN, não sendo listados os militantes envolvidos.<sup>453</sup> Não foi encontrado referência a essa ação em nenhum dos depoimentos encontrados.

Em 30 de março, nas vésperas do sétimo “aniversário” do Golpe, a Frente tentou realizar uma ação de sabotagem, cujo objetivo era explodir a ponte do Jaguaré, que fica sobre o rio Pinheiros, na capital paulista. Por volta das 21h00min, segundo o relatório de Carlos Vasconcellos de Camargo, delegado titular da divisão de crimes contra o patrimônio, foi irradiado que houve um atentado a bomba de tipo caseiro na ponte, por militantes que se identificavam pertencentes ao MRT, ALN e MR-8, os quais teriam fechado o trânsito em ambos os sentidos e alvejado um ônibus da companhia Viação Nacional, além de deixar no local placas com os dizeres “Atenção ponte dinamitada por MRT, ALN e MR-8” e “Zona de guerrilha – MRT, ALN e MR-8”, juntamente com latas de óleo acesos e “farto material de propaganda subversiva”.<sup>454</sup> No depoimento de Antônio Guerra consta a participação dos seguintes militantes na ação: ele mesmo, Devanir de Carvalho, Joaquim Alencar Seixas,

<sup>451</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32117.

<sup>452</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32116.

<sup>453</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Informe.** APESP, doc. nº 30 Z 160 8883.

<sup>454</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Relatório.** APESP, doc. nº 30 Z 160 9100.

Gilberto Faria Lima e Dimas Casemiro, do MRT; e Carlos Eugênio Paz, José Milton Barbosa, Antônio Sérgio de Matos, Iuri Xavier Pereira e outro militante da ALN não identificado.<sup>455</sup>

O panfleto, intitulado *7 anos*, tinha o traço denunciatório, procurando de maneira sintética fazer uma declaração que revelasse a natureza de classe e de terror da Ditadura de Segurança Nacional. A primeira parte do panfleto tenta desmascarar os números da economia da época, pela qual se tentava legitimar aquele Estado:

7 anos de exploração de nossa Pátria por um punhado de militares e ricos, em seu próprio proveito e de seus amos americanos, e imperialismo [sic]. A ditadura está de festa e satisfeita. Exibe orgulhosa os números da Economia, o progresso econômico, o “milagre brasileiro”. Entretanto o carrasco número um tem que reconhecer que a “economia vai bem, mas o povo vai mal”. Isto porque os lucros e vantagens desse “progresso” econômico nos bolsos de quem vai parar? Nos bolsos das grandes companhias americanas, do punhado de milionários industriais e latifundiários brasileiros e de sua polícia, os generais do exército. A divisão do bolo, que sobra para o povo? As migalhas, a fome, a miséria e exploração continuam a se agravam nas cidades do interior.<sup>456</sup>

Na segunda parte do panfleto, se fazia a conexão entre o caráter de classe da Ditadura com a repressão empreendida pelos órgãos de segurança, estabelecendo uma possível saída, a luta:

O que resta para o Povo é repressão. A violência policial, as prisões, as bárbaras torturas, os assassinatos. Portanto a ditadura comemora esta data de uma maneira e o Povo de outras. É necessário seguir e ampliar a luta. Só a violência popular organizada nas escolas, fábricas, escritórios, sítios e fazendas, derá [sic] vencer a opressão. Na luta devem participar todos os patriotas. E a luta vai desde a reivindicação salarial a sabotagem, à queima de arquivos, extermínio de gado para matar a fome, até o sequestro de elementos da ditadura ou favoráveis a ela e o justiçamento de torturadores. O importante é que todos participem de armas nas mãos a se organizem [sic]. A união do povo é a chave da vitória.<sup>457</sup>

No final, o panfleto é assinado pelo MRT, ALN e MR-8, com as palavras de ordem em destaque: “ABAIXO A DITADURA MILITAR FASCISTA”, “FORA O

<sup>455</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32117.

<sup>456</sup> FRENTE. **7 anos.** APESP, doc. nº 50 Z 30 558.

<sup>457</sup> Idem.

IMPERIALISMO NORTE AMERICANO DE NOSSAS TERRAS”, “VIVA A LUTA ARMADA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL” e “SÓ DE ARMAS NAS MÃOS O PÔVO [sic] ACABARÁ COM A FOME E A MISÉRIA”.<sup>458</sup>

Esta ação evidencia o caráter que assumiu a guerrilha urbana influenciada por Marighella no Brasil: a de sabotar a infraestrutura estratégica e disputar com a Ditadura de Segurança Nacional o espaço tido como “pacificado” de ameaças subversivas, atacando simbolicamente a legitimidade que aqueles no poder diziam ter.

Não é possível mensurar o alcance ou o sucesso da ação de panfletagem pelas organizações revolucionárias, mas de fato ocorria, aparentemente, com bastante frequência. No depoimento atribuído a Laerte Dornelles Méliga houve pelo menos três momentos de panfletagens no mês de novembro de 1970. Apesar de terem sido realizadas apenas pela VPR, as ações panfletárias levavam o nome da Frente, e teriam ocorrido na região de Santo Amaro, na represa Guarapiranga e em feiras livres, bem como na Teodoro Sampaio, no bairro de Pinheiros, na porta do Hospital das Clínicas, todos em São Paulo, além de São Caetano do Sul e na Vila Prudente.<sup>459</sup>

Em 2 de abril de 1971, foram apreendidas cópias panfletadas do documento *7 anos*, como consta do documento reservado e assinado pelo delegado titular da seccional de polícia do ABCD paulista, Rubens Cardozo de Mello Tucunduva. Os panfletos teriam sido distribuídos por militantes armados, atuando em três veículos, na Avenida Fagundes Oliveira, Piraporinha, Diadema.<sup>460</sup>

A Frente demonstrava um alto nível de solidariedade entre as organizações que a compunham. Sempre atuando de maneira dialética à repressão, as organizações iam ajudando umas as outras quando militantes iam caindo nas mãos dos órgãos de segurança.

No depoimento tido como de Antônio Guerra, quando o capitão Carlos Lamarca, dirigente da VPR, saiu do Vale do Ribeira, na região de Registro, no Sul do estado de São Paulo, onde a VPR montava um esquema de treinamento de guerrilha que acabou descoberto pela repressão, tendo que se evadir às pressas e em confronto com os órgãos de segurança, acabou ficando no “aparelho” de Devanir de Carvalho, onde teria ficado por 15 dias.<sup>461</sup> A VPR passava por diversas quedas e, naquele momento, o MRT era uma das únicas

<sup>458</sup> Idem.

<sup>459</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Laerte Dornelles Mélica.** APESP, doc. nº 18 Z 9 35547.

<sup>460</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Reservado.** APESP, doc. nº 30 Z 160 1433.

<sup>461</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32138.

organizações com “aparelhos” em plena atividade em São Paulo. Foi nessa ocasião onde a relação de amizade entre Iara e Lamarca se estreitou com Devanir e Pedrina.

Em uma carta dirigida a Devanir de Carvalho, escrita em um momento posterior, Lamarca criticava a posição de retirada estratégica que surgia entre as organizações guerrilheiras e relembrava com carinho o período em que esteve residindo naquele “aparelho”. Dizia ele:

Tenho sentido muitas saudades, para não mentir sinto mais do BOLOTA 70 [não identificado] mas saí muito satisfeito de ver a evolução do Carlinhos [Carlos Alberto José de Carvalho, filho de Devanir e Pedrina], esse nome é fogo. Admiro imensamente a Dina [apelido de Pedrina], é uma das grandes pessoas que conheci em minha vida e sinto saudades da comida dela. De você só sinto saudades das porradas que eu te dava.<sup>462</sup>

A carta é assinada por “Claudio”, codinome usado por Carlos Lamarca (por isso a brincadeira, dizendo que o nome é fogo), datada de 25 de novembro de 1970, e era escrita para parecer que o mesmo se encontrava fora do País, o que não correspondia com a realidade. A intenção era enganar a repressão caso a carta caísse nas mãos da repressão.

Depois, Lamarca teria seguido para o “aparelho” de Joaquim Alencar Seixas, onde teria ficado por algum tempo considerável, como afirma Ivan Seixas em entrevista concedida:

[...] o Lamarca vai pra casa do Henrique, quando sai do Vale do Ribeira, a VPR ta em frangalhos, e o Lamarca é protegido por nós, não pela ALN que tava em frangalhos também por causa da queda do Marighella. Vai pra casa do Henrique, o “aparelho” do Henrique. E ele fica lá durante vários meses. Como o Henrique tava mudando de aparelho, não tava muito seguro naquele aparelho, ele vai pro nosso aparelho. Então ele fica lá três, quatro, cinco meses, não sei exatamente quantos meses, ele vai pra lá e fica no nosso aparelho. Que era, obviamente, o aparelho mais procurado do país, porque queriam pegar o Lamarca de qualquer jeito. E ele fica lá, total proteção da gente, tinha uma fachada e tal. E as organizações, porque o Lamarca não podia sair, deslocam seus dirigentes para esse aparelho pra reunião da Frente [...].<sup>463</sup>

No aparelho dos Seixas, que guardava Lamarca e sua então companheira Iara Iavelberg, também da VPR, ocorreram encontros da Frente que buscavam discutir as ações

<sup>462</sup> LAMARCA, Carlos. **Carta**. APESP, doc. nº 30 Z 160 8525.

<sup>463</sup> SEIXAS, I. A. **Ivan Akseruld Seixas**: depoimento [setembro de 2012] Entrevistador: Y. R. de Carvalho São Paulo, 2012.

expropriatórias e de sabotagem a serem realizadas, além da produção de documentos e manifestos para municiar as ações panfletárias. Como relata Ivan, ao falar do começo de sua participação no MRT e sobre a confecção desse material panfletário, além das atividades do cotidiano dos “aparelhos”:

[...] A minha participação, é de apoio. Então por ser uma família de operário, todo mundo sabia de tudo. Não dava pra dizer “não sabia que isso é um aparelho”, lógico, cheio de armas, explosivos... Tinha meia tonelada de dinamite que a minha tarefa era semanalmente virar, pra nitroglicerina não descer [risos] se não explodia aquela porra toda! Então, eu tinha essa tarefa. Como eu tinha também a tarefa de fazer a imprensa. Tinha um mimeografo, eu rodava e tal. Lógico que eu botava um rock [n' roll] bem alto pra poder abafar, mas, é, tinha lá o raio do mimeografo correndo. E os meus ajudantes quem eram? Era o Lamarca, eventualmente tava lá a Iara Iavelberg, tava lá o Dênis Casemiro, [...] o Zé [José] Raimundo da Costa, a Inês Etienne [Romeu]. Aí a gente fazia... A campanha do Voto Nulo, por exemplo, eu rodei, acho que cinco milhões de panfleto, que foram cortados numa régua que o Lamarca e os outros ficavam cortando na mão, e se transformaram em [...] 10 milhões panfletos.<sup>464</sup>

Mesmo que o número fornecido de panfletos seja inflado, o relato dá uma ideia de como era a dinâmica interna dos “aparelhos” e a função que os do MRT cumpriram para a Frente, quando foram necessários. Jacob Gorender sustenta sobre esse período que Devanir deu a Lamarca abrigo no “aparelho” de Joaquim Seixas, onde teria ficado por cerca de cinco meses.<sup>465</sup>

O panfleto, editado na campanha pelo voto nulo que a Frente encampou, tentava desmascarar a farsa das eleições do período e orientar os “votantes” a se utilizar do processo eleitoral para protestar. Intitulado *Passe adiante – ao votar lembre-se da sua miséria*, o panfleto iniciava da seguinte forma:

O jeito é escrever qualquer frase de protesto no papel e botar na urna. É riscar uma cédula. É dizer ali o que se está pensando. Para isso apoiaremos a formação, em toda a parte, de COMITÊS DE DENÚNCIA DE FARSA ELEITORAL. Isso não é difícil. Três amigos, dois mesmo, podem tomar a iniciativa. Conversar com outros amigos. Escrever nas paredes. Fazer selinhos e colar em toda a parte. Nas conversas, sem fala nos Comitês, esclarecer o povo a respeito do verdadeiro significado das eleições. Reproduzir este manifesto, ou apenas uma parte dele. A mão, a máquina ou

<sup>464</sup> Idem.

<sup>465</sup> GORENDER, Jacob, op. cit., p. 211.

com qualquer outra maneira de reproduzir. Só com pessoas de muita confiança se deve falar na organização dos Comitês.<sup>466</sup>

A segunda parte do documento explicava o que deveriam ser os tais Comitês de Denúncia da Farsa Eleitoral. Com frases curtas, e de tom informal, o texto continuava tentando inflamar o leitor a boicotar o processo eleitoral:

Os COMITÊS DE DENÚNCIA DE FARSA ELEITORAL são pequenas organizações independentes, que devem ter o máximo de iniciativa. Sua função é fazer propaganda, é conseguir o apoio de colegas e amigos, é divulgar a verdade sobre a ditadura, é esclarecer o povo. Os Comitês podem ser uma grande força. O povo está cheio disso que aí está. Basta lembrar como, no passado, o povo já manifestou seu descontentamento nas urnas, elegendo o bode “Cheiroso” em Pernambuco e o “Cacareco” em São Paulo. Agora é preciso que a anulação massiva [sic] de votos seja uma manifestação de vontade do povo de mudar isso que aí está, de protestar contra os crimes da ditadura.<sup>467</sup>

Por fim, o panfleto assinado pela ALN, MR-8, VPR e MRT, em outubro de 1970, indicava os locais onde os comitês deveriam atuar e as palavras de ordem que norteariam a militância pelo voto nulo:

O povo não dispõe [sic] de rádio, de TV, de jornais. Mas há alguma coisa mais forte do que essa imensa máquina de propaganda, com a qual querem imbecilizar o povo: é a própria consciência popular: Contribuir para despertá-la e organizá-la é o dever de todo o patriota, de todo democrata, de todos os que trabalham e sofrem nesse imenso Brasil e que sabem por que sofrem. Assim, VOTO NULO no dia 15 de novembro. Que em cada fábrica, oficina, escola, fazenda, bairro ou núcleo de moradores, que nos próprios quartéis e navios de guerra, se formem os COMITÊS DE DENÚNCIA DE FARSA ELEITORAL. Que esses Comitês reproduzam este manifesto, que façam seus próprios manifestos e volantes, que tomem todas as iniciativas de propaganda, divulgação e arregimentação que possam. Que divulguem por toda parte as palavras de ordem: VOTO NULO CONTRA A DITADURA; VOTO NULO CONTRA O ARROCHO SALARIAL; VOTO NULO CONTRA A TORTURA; VOTO NULO CONTRA AS CASSAÇÕES; VOTO NULO CONTRA

---

<sup>466</sup> FRENTE. **Passe adiante – Ao votar lembre-se da sua miséria.** APESP, doc. nº 30 Z 160 14628.

<sup>467</sup> Idem.

OS AMERICANOS; VOTO NULO CONTRA A FARSA ELEITORAL; ARMA DO POVO É O FUZIL; LUTA ARMADA É A SOLUÇÃO.<sup>468</sup>

Outro exemplo de como essa atuação conjunta das organizações na Frente se dava foi a transferência de Lamarca de São Paulo para o Rio de Janeiro. Em outubro de 1970, Lamarca seria escoltado por carros do MRT rumo à capital carioca, aonde iria, alguns meses depois, comandar o sequestro do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher.

A ida de Lamarca para o Rio de Janeiro teria a ver com as quedas ocorridas em São Paulo. A escolta é assim descrita por Ivan Seixas:

Mas quando o Toledo [Joaquim Câmara Ferreira] cai [...] o Lamarca, que tava lá no nosso aparelho, ele fala: “Opa! Ta tendo quedas, vou embora”. Aí pede pra gente. Quem é que faz a escolta dele pro Rio de Janeiro?! O MRT que faz. Tem um carro do meio que é do pessoal da VPR, que é a Inês Etiene [Romeu], o Walter [Ribeiro Novaes], e o Lamarca e a Iara; o carro da frente, eu e o meu pai, numa Kombi, desarmados pra gente [...]; e o carro de trás é o pessoal do MRT, que é o Márcio [Antônio André Camargo Guerra], o Juraci [José Rodrigues Ângelo Junior], não lembro mais quem, que nós levamos o Lamarca pro Rio. Quem leva ele até a saída do Rio de Janeiro, que a gente sabia que ele tava indo [...] pra alguma coisa rural que era saindo do Rio de Janeiro, que era a estrada Rio-Petrópolis, eu e meu pai, os outros não vão. Então nós que levamos, ele pede pra parar, dá um abraço na gente, fala: “Porra, que, super obrigado pela hospitalidade, vocês foram maravilhosos e tal, mas a gente se encontra numa luta aí”. Então foi a última vez que eu vi o [...] o Lamarca, né.<sup>469</sup>

O papel do MRT na Frente se evidencia de muita relevância. Não só oferecendo seus “aparelhos” como suporte para as organizações revolucionárias que necessitavam, como compondo de maneira indefectível as ações expropriatórias, de sabotagem e panfletárias.

Além disso, consta no depoimento imputado a Gregório Mendonça, da VPR, a declaração de que o dinheiro proveniente de expropriações realizadas pela Frente era “manipulado” por Devanir de Carvalho, que remetia alguma quantia constantemente para o então estado da Guanabara (que compreendia a cidade do Rio de Janeiro), para a direção

---

<sup>468</sup> Idem.

<sup>469</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

nacional da VPR, e que o transporte desses valores era feito por Joaquim Alencar Seixas ou Antônio Guerra do MRT, que frequentemente viajavam para a cidade carioca de ônibus.<sup>470</sup>

A relação de confiança das organizações que compunham a Frente para com o comandante do MRT, Devanir José de Carvalho, parecia ser profunda. O passado de ações revolucionárias ainda no GEN da Ala Vermelha, quando havia pouca atividade guerrilheira dos centros urbanos, construía em torno da liderança do MRT uma imagem de guerrilheiro experiente nas táticas guerrilheiras. Ivan Seixas argumenta que este *background* de experiência guerrilheira alçava o MRT como protagonista da Frente:

[...] o MRT nunca fez ação sozinho, só faz ação em frente. E é a característica que vai perdurar pra sempre. Essa característica é assim: “Nós vamos fazer as ações em Frente, porque nós queremos a Frente”, então é uma decisão. E a figura que faz isso é o Henrique [Devanir José de Carvalho], que mais do que defender, é uma liderança carismática, que não adianta ir com conversa fiada. O Henrique era um cara simpático, que todo mundo confiava. Que tinha uma história antes de, por exemplo, VPR e ALN fazerem ação, a Ala tava fazendo. Quem é que era a Ala nesse momento? A Ala é o Henrique, os irmãos dele – os irmãos Carvalho –, o [Aderval] Coqueiro... Tinha outro que era o James Allen [Luz] que vai pra VAR-Palmares, mas era basicamente esse pessoal, que já tava fazendo ações há muito tempo, desde 1966 têm ações da Ala né, 1966/1967. A ALN vai surgir em 1968, praticamente, como grupo armado. A VPR é 1967. Então você tem uma, uma organização que já estava fazendo ação, que muda de nome, vamos dizer assim, sai da Ala e forma o MRT com uma experiência armada.<sup>471</sup>

Apesar de não ser a primeira organização a realizar ações guerrilheiras nos grandes centros urbanos, a quantidade de ações realizadas por aquele grupo de militantes da Ala Vermelha, de maneira tão exitosa, agregava uma grande bagagem em termos de experiência revolucionária ao comandante do MRT. Não por coincidência que o contato com todas as organizações que compunham a Frente, em diversos estados, como Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, eram centralizados em Devanir de Carvalho, sendo facilmente localizado em uma ampla amostragem de depoimentos de militantes do POC, VPR, ALN, MRM/OPCOR, REDE, MR-8, entre outras.

De maneira recorrente as ações são descritas nos depoimentos como comandadas pelo líder do MRT, o que em parte comprova a hipótese de que Devanir cumpria um papel de

<sup>470</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Gregório Mendonça.** APESP, doc. nº 50 Z 9 35512.

<sup>471</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

destaque não só na articulação política da Frente, como também na operacionalização militar das ações expropriatórias, de sabotagem e panfletárias. Dessa forma é que Ivan Seixas entende a relação da Frente com Devanir:

E aí o comandante das ações é o Henrique [Devanir José de Carvalho], porque é um cara que tinha uma baita experiência militar, uma baita formação política marxista-leninista, como todo operário. Não fica vendendo conhecimento, fazendo citação, mas é um cara que tem essa teoria, que o Dimas [Casemiro] tem, meu pai tem, são pessoas que têm uma formação, mas não ficam duelando com os outros com citações. E essa característica também é uma característica de fazer tudo com a simpatia que era dele. Então é um cara que se fazia de bobo às vezes só pra tirar sarro, é um cara que protege todo mundo, é um cara que tinha um cuidado com os companheiros que é um negócio fantástico, e isso, obviamente, é cativante. Então a figura do, do Henrique se confunde com o MRT, mas se confunde [também] com a esquerda. Que o ano de 1970 inteiro você tem, até o meio do ano, o Henrique e o Bacuri [Eduardo Leite], e depois você tem o Henrique. Então o Henrique é um cara que perdura o ano de 1970, inteiro, como centro da Frente. E, até a sua queda, é o cara que é o comandante das ações, que é o cara que diz: “Vamos por aqui, vamos por ali”. Então a responsabilidade também é dele. Então, não podemos nunca esquecer. E essa característica leva à qualidade e à característica das ações.<sup>472</sup>

Guiomar Lopes diz que conheceu Devanir no processo de formação da Frente, relatando as experiências que teve ao seu lado nesse período de grande adversidade para as organizações revolucionárias:

“Henrique” como o conhecíamos, era um quadro político com excelente formação e que desenvolvera a capacidade de comandar como poucos. Sabia se deslocar na cidade e gostava de utilizar a carabina calibre 12 que “faz um estrago e imobiliza o inimigo”, segundo suas palavras. Percorria a cidade com a arma envolvida num cobertor velho junto ao cambio de um fusca. Fiz alguns encontros com “Henrique” e conheci um companheiro generoso, com humor aguçado quando se referia ao nosso cotidiano e à repressão. Acompanhei o cuidado com que era capaz de planejar uma ação, com muitos detalhes sem perder minúcias que certamente fariam a diferença no resultado. Aprendi nestes poucos anos que a habilidade de prever acontecimentos e cuidar em detalhes uma ação era o trunfo do êxito destas ações. “Henrique” dizia que “deveríamos fazer uma grande ação que rendesse recurso suficiente para garantir nossa infraestrutura e assim poderíamos nos dedicar às ações mais

---

<sup>472</sup> Idem.

elaboradas de propaganda e não arriscar tantos militantes com tanta frequência". [...] O MRT se organizou com quadros formados na luta operaria com enorme valor e coragem, alcançando excelente qualidade da sua equipe na luta urbana. Reconheço o valor destes militantes, principalmente seu comandante que esbanjava conhecimento do dia a dia de luta, da disciplina e do conhecimento da tática de guerrilha.<sup>473</sup>

Uma das ações mais significativas da Frente é um claro exemplo de como se construiu essa relação entre o MRT e as organizações que compunham a Frente: o sequestro do cônsul japonês Nobuo Okushi. Além disso, quando Eduardo Leite foi capturado, a Frente tentou sequestrar um comandante do II Exército, o que possivelmente poderia ter garantido a vida do militante se a ação tivesse tido sucesso.

### 3.6 Sequestros

A ação de sequestro do diplomata representante do Japão na cidade de São Paulo foi uma das principais da Frente e, decisivamente, contribuiu para a consolidação da rede de solidariedade entre as organizações revolucionárias que iam se articulando naquele começo de 1970.

A captura de Nobuo Okushi se tornou um objetivo para as organizações guerrilheiras quando se deu a queda do dirigente da VPR, Chizuo Osava. O “Mario Japa”, como era conhecido, foi capturado pela repressão no começo de março de 1970, quando bateu o carro que dirigia, ficando desacordado. Um guarda de trânsito que estava no local foi socorrê-lo e encontrou no carro, além de documentos da organização – portanto, material tido como “subversivo” –, armas e munições. O guarda então chamou a polícia e Osava caiu nas mãos da equipe de torturas de Sérgio Fleury.<sup>474</sup>

Osava coordenava toda a atividade de guerrilha urbana, empreendida pela VPR, em São Paulo, naquele momento. Além disso, era conhecedor do local que um grande número de militantes estavam fazendo treinamento de guerrilha, comandados por Carlos Lamarca, que ficava no Vale do Ribeira, próximo a cidade de Registro. Se Osava não resistisse às torturas, o risco da VPR inteira cair era muito grande.

Assim começou o levantamento de pessoas que pudessem ser trocadas pelo dirigente da VPR. Liszt Vieira relata qual era a concepção inicial da ação:

---

<sup>473</sup> LOPES, G. S., op., cit.

<sup>474</sup> VIEIRA, Liszt Benjamin. Sequestro do cônsul-geral do Japão. In. CASO, Antonio (org.), 1976, op. cit., p. 217.

Frente a nossa necessidade de realizar uma operação de emergência com o objetivo de libertá-lo [Chizuo Osava], pensamos imediatamente em um sequestro. A primeira ideia que surgiu foi a de sequestrar um representante do inimigo para, em seguida, trocá-lo por Mário Japa, isto é, fazer a permuta de um por outro. Esse sequestro não teria como objetivo fazer propaganda armada. Não seria exigida a libertação de vários prisioneiros políticos nem a publicação de nenhum comunicado. Seria simplesmente uma operação de emergência cuja finalidade era a libertação de Mário Japa, um companheiro dirigente que possuía informações que podiam pôr em risco a sobrevivência da própria organização e que estava a ser torturado pela repressão.<sup>475</sup>

A noção de que o sequestro se realizaria para uma permuta simples entre Osava e algum representante da Ditadura, sem maiores repercussões, foi mudando com o tempo. Pensou-se, inicialmente, em duas possibilidades de alvos: um coronel ligado diretamente a repressão ou um grande capitalista estadunidense.<sup>476</sup>

Teriam participado dos levantamentos das pessoas tidas como possíveis alvos da ação o próprio Liszt Vieira, Joelson Crispim, Mário de Freitas Gonçalves, Miguel Veroni, Marco Antônio Lima Dourado e Alceri Maria Gomes Silva, pela VPR; e Plínio Petersen e José Rodrigues Ângelo Júnior, pelo MRT.<sup>477</sup> É possível notar que, desde a fase inicial da operação, a VPR já contava com a articulação do MRT para realizar o sequestro.

A sugestão de o alvo ser o cônsul japonês em São Paulo surgiu, inicialmente, como uma gozação. José Raimundo da Costa, que havia assumido a unidade militar de “Mário Japa”, propôs que se trocasse “um japonês por outro”, considerando que a descendência japonesa de Chizuo Osava era óbvia.<sup>478</sup> Fernando Kolleritz, militante da REDE que participou do sequestro, relata, em depoimento a Vanessa Gonçalves, outros nomes que foram levantados e a decisão pelo cônsul japonês. Diz ele:

Tentamos outras pessoas como Gama e Silva [ex-] ministro da Justiça, fomos atrás do Buzaid [Alfredo Buzaid, ministro da Justiça até 1974], passamos em várias casas vendo esquemas de segurança. Em um dos dias eu fui nesse levantamento com o Ladislau [Dowbor] e o Bacuri [Eduardo Leite] e passamos várias vezes nos locais,

<sup>475</sup> Ibidem, p. 212.

<sup>476</sup> Idem.

<sup>477</sup> GONÇALVES, 2011, op. cit., p. 116.

<sup>478</sup> VIEIRA, Liszt Benjamin, op. cit., p. 213.

verificando o esquema de proteção das pessoas. Eu não acompanhei a decisão pela captura do cônsul japonês, mas acho que foi por falta de uma opção melhor.<sup>479</sup>

Na realidade, a decisão final sobre sequestrar o cônsul do Japão em São Paulo teve a ver com o passado do próprio diplomata, ligado às forças armadas daquele país, além do papel que a comunidade japonesa tinha – como ainda tem – na cidade de São Paulo. Como argumenta Liszt Vieira:

Nobuo Okushi havia sido oficial da Marinha japonesa durante a segunda guerra mundial e tinha extensa folha de serviços prestados às forças armadas do Japão. Acho que era formado em Direito e exerceu funções de assessoria jurídica no governo japonês. Os seus antecedentes eram realmente importantes. Por outro lado, o cargo de cônsul geral do Japão em São Paulo é, de certo modo, ainda mais importante que o de embaixador no Brasil. É claro que o embaixador personifica seu país, goza de imunidade diplomática, representa oficialmente o seu governo. Sucede que a colônia japonesa no Brasil concentra-se principalmente em São Paulo, onde estão implantados os grandes negócios dos japoneses. São essas circunstâncias que fazem com que, de certo modo, o cônsul geral do Japão em São Paulo seja mais importante que o próprio embaixador.<sup>480</sup>

“Um japonês por outro” parecia ser politicamente mais impactante, gerando uma repercussão tanto internacional, quando na comunidade japonesa na cidade de São Paulo. A ação para garantir a liberdade Chizuo Osava ia ganhando novos contornos.

Ladislau Dowbor, a principal liderança responsável pela teorização da linha política da VPR, entende que a escolha pelo cônsul japonês como alvo da ação de sequestro não poderia ser melhor. Em depoimento a Vanessa Gonçalves ele revela que “Chizuo Osava era [descendente] de japoneses”, sendo que “a comunidade japonesa em São Paulo era muito forte”. Então, “[o cônsul] era um alvo que, em termos militares, não colocava grandes desafios e politicamente era muito forte para salvar outra pessoa de origem japonesa”.<sup>481</sup>

Na discussão sobre quem sequestrar e quantos presos políticos libertar, ficou decidido pelo cônsul japonês e cinco militantes que estariam sendo seviciados nas salas de tortura do DOPS. O primeiro nome era evidentemente de “Mário Japa”, a razão pela qual toda a operação foi pensada, cuja continuidade da VPR enquanto organização revolucionária dependia.

<sup>479</sup> GONÇALVES, Vanessa, op. cit., p. 116.

<sup>480</sup> VIEIRA, Liszt Benjamin, op. cit., p. 210.

<sup>481</sup> GONÇALVES, Vanessa, op. cit., p. 116.

Damaris Lucena, viúva de Antônio Raymundo Lucena, um operário que havia sido assassinado pela repressão, em 20 de fevereiro daquele ano, ambos da VPR, e desde então vinha sendo torturada pela repressão. Seu nome foi colocado na lista junto com seus três filhos. Otávio Ângelo, da ALN, foi listado para demonstrar a identificação que existia entre as organizações revolucionárias brasileiras que participavam da resistência armada contra a Ditadura, segundo o relato de Liszt Vieira.<sup>482</sup> Diógenes Carvalho era militante da VPR e também se encontrava sofrendo nas mãos dos torturadores e, finalmente, a monja Maurina Borges da Silveira, que havia sido presa pelo fato de emprestar uma sala para militantes da Frente Armada de Libertação Nacional (FALN), de Ribeirão Preto.

Vieira relata que o nome da monja, que representaria a participação de numerosos elementos da Igreja no processo revolucionário brasileiro, foi o mais discutido entre os militantes que participaram da relação dos nomes que constaria na lista que seria exigida em troca do cônsul japonês. Diz ele:

É verdade que esse último nome foi o mais discutido. Alguns companheiros preferiam que, em seu lugar, fosse incluído o nome de frei Beto, um dos sete religiosos presos logo após o assassinato de Carlos Marighella em novembro de 1969. Foi interessante aquela discussão. Ora, frei Beto era muito mais politizado do que a monja Maurina. Frei Beto [...] era um homem muito conhecido e a sua libertação certamente alcançaria uma repercussão internacional. A libertação da monja, em compensação, iria dar muito que falar no interior do Brasil. Essa monja havia sido presa e torturada pela polícia da ditadura e o seu caso continha, para o povo brasileiro, um aspecto emocional de inegável valor político. Em outras palavras, um governo que se diz católico, defensor das posições cristãs da família brasileira, havia preso e torturado uma freira, diretora de orfanato e nós – os subversivos, os terroristas, os comunistas, que segundo a ditadura somos uns filhos da puta – libertávamos aquela freira das garras da repressão.<sup>483</sup>

O fato de a religiosa ser também mulher pesou, além das implicações políticas já descritas, na decisão de incluir seu nome na lista dos que seriam libertados. Agora, de uma vez por todas, se assumia o caráter político do sequestro e seus desdobramentos internos e externos na imagem das organizações guerrilheiras e da Ditadura de Segurança Nacional.

Para realizar a ação de captura do diplomata japonês, Ladislau Dowbor convidaria Devanir José de Carvalho, do MRT, e Eduardo Leite, da REDE. Eles teriam comandado a

<sup>482</sup> VIEIRA, Liszt Benjamin, op. cit., p. 216.

<sup>483</sup> Ibidem, p. 217.

ação, o que para Dowbor demonstrava como não havia conflito de ego com relação a outras organizações. Ele argumenta:

Para muitos de nós não tinha essa coisa. Eu colaborava com a gente da ALN, daqui, de lá, para mim éramos todos companheiros, não importava a sigla. Tanto o Bacuri [Eduardo Leite], como a ALN, a VPR, a Rede, o MRT, entendiam a importância de se preservar as informações que Mário Japa tinha em mãos e ele estava sendo torturado para revelá-las. Então a ação de libertação dele foi uma coisa de urgência, todos sabiam o quanto era importante salvar essas informações para todo mundo.<sup>484</sup>

Mais uma vez mostra-se que, na prática, as organizações revolucionárias atuaram procurando articular-se umas às outras, atuando em conjunto, convergindo para um mesmo ponto, compondo uma esquerda diferente do quadro de “rachas” e “cisões” que normalmente se vê na historiografia.

No entanto, a ação de sequestro do cônsul japonês em São Paulo, Nobuo Okushi, é quase sempre lembrada como uma ação exclusiva da VPR. Liszt Vieira apontava que a ação se desenvolveu sob o comando do próprio Ladislau Dowbor, cabendo a Devanir de Carvalho bloquear a rua com seu carro e a Eduardo Leite conduzi-los ao seu “aparelho”, no qual o diplomata ficaria confinado durante as negociações.<sup>485</sup>

Assim ele narra a ação de captura de Nobuo Okushi, na esquina da Rua das Alagoas, com a Rua Bahia, no bairro de Higienópolis, São Paulo:

Eram 18 horas do dia 11 de março de 1970. O carro chegou e uma moça [Alceri Maria Gomes Silva] levantava um lencinho branco avisando que era realmente nosso alvo. Disfarçávamos por perto tomando sorvetinho e esperando, esperando. No momento em que o carro do consulado se aproximou foi fechado por outro, de nossa organização [Devanir José de Carvalho]. O chofer não entendeu nada e mandamos que ele fosse embora. Colocamos o cônsul em nosso carro. Tudo muito rápido, apenas alguns minutos. O cara com a metralhadora na mão [Marco Antônio Lima Dourado] para afastar qualquer curioso que viesse encher o saco. Isso a dois quarteirões da Polícia federal. Partimos rapidamente, com o Bacuri [Eduardo Leite] na direção, enquanto explicávamos ao cônsul que se tratava de um sequestro político.<sup>486</sup>

<sup>484</sup> GONÇALVES, Vanessa, op. cit., p. 115.

<sup>485</sup> VIEIRA, Liszt Benjamin, op. cit., p. 218.

<sup>486</sup> VIEIRA, Liszt. **A busca** – memórias da resistência. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 17.

Por outro lado, Ivan Seixas defende que o líder do MRT, Devanir, teve parte no comando da ação de sequestro de Okushi, assim como Eduardo Leite da REDE. Fazendo uma retomada das ações em conjunto com outras organizações, Seixas aponta a importância dessas organizações no contexto no qual a ALN se reestruturava em São Paulo, após a morte de Marighella e enquanto a VPR tinha seus melhores quadros treinando no Vale do Ribeira:

A próxima ação que vai acontecer qual é? É a ação do sequestro do embaixador do cônsul japonês. Que quem faz, a pedido da VPR – porque o Lamarca ta no Vale do Ribeira –, a VPR pede ajuda pra esquerda. Quem é a esquerda nesse momento? Não é a ALN nem a VPR que ta em frangalhos, é o MRT e a REDE. Então quem faz é: Bacuri [Eduardo Leite], Henrique [Devanir José de Carvalho] e o pessoal da VPR. Então, não era só o Henrique nem o Bacuri, tinha outras pessoas que tavam envolvidas. [Nobuo Okushi] Fica no aparelho da REDE, que é o aparelho do Bacuri, mas todo o aparato armado, de segurança e tal é feito pelo MRT e REDE. A VPR pede pra gente fazer, porque precisava tirar o Mário Japa, o Chizuo Osava. E aí se faz rapidamente, é questão de dias, foi decidido vamos fazer, fizemos, e esse sequestro é a característica da Frente também. Essa é uma característica típica do MRT.<sup>487</sup>

Em documento produzido pelo DOPS, que consiste em um depoimento de um militante não identificado, o cônsul ficou guardado na casa de Eduardo Leite, onde ficaram tomando conta do diplomata Ladislau Dowbor, Liszt Vieira e Denise Crispim, que ficara encarregada de entregar os comunicados para Fernando Kollaritz, sendo que este os colocaria nos locais onde deviam ser encontrados. A lista de presos teria sido elaborada, de acordo com o documento, por Eduardo Leite, Ladislau Dowbor e Denise Crispim, que também conduziram o cônsul para colocá-lo em liberdade quando, quatro dias depois, a Ditadura era obrigada a libertar os cinco presos políticos, enviando-os para o México. O planejamento e execução de tal sequestro estariam a cargo de Eduardo Leite.<sup>488</sup>

Apesar dos depoimentos entrarem em contradição, é possível apontar algumas hipóteses mais plausíveis. O planejamento inicial parece realmente ter sido originado na VPR, inclusive em relação à lista de nomes, afinal a questão central era a libertação de Chizuo Osava e a manutenção do sigilo em torno da área de treinamento no Vale do Ribeira.

---

<sup>487</sup> SEIXAS, Ivan, op. cit.

<sup>488</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Reservado.** APESP, doc. nº 50 Z 9 18083.

Por outro lado, os melhores quadros militares da VPR estavam ausentes de São Paulo, o que fortalece o argumento de que o comando militar da ação foi executado por Devanir de Carvalho e Eduardo Leite, inclusive porque foi no aparelho deste último que o cônsul ficou durante todo o sequestro; o que não exclui a possibilidade de Ladislau Dowbor ter o comando político da operação, em uma separação de comandos entre político e militar tal qual houve durante o sequestro do embaixador estadunidense, Charles Elbrick.

A experiência nas execuções de ações revolucionárias da guerrilha urbana talvez tenha pesado a favor de o comando militar da ação ser de Devanir e Eduardo, mas no fim, essa parece ser uma discussão secundária. Os depoimentos e entrevistas ressaltam a união e a solidariedade entre os militantes das diferentes organizações que compuseram a Frente, em um momento extremamente adverso, quando a repressão se institucionalizava e aprofundava cada vez mais, com a criação do DOI-CODI, no pós-AI-5, obrigando um grau cada vez maior de clandestinidade entre os militantes, isolando-os socialmente.

Guiomar Silva Lopes, comandante de um dos Grupos Táticos Armados da ALN, expõe as dificuldades que as organizações revolucionárias encontraram para atuar nas bases naquele momento. Diz ela:

A partir de 1968 as manifestações de massa sofreram um recuo muito grande com prisões e afastamento dos melhores quadros para a clandestinidade. É importante ressaltar que a organização de grupos dentro das fábricas e da universidade tornar-se um desafio, pois as formas de controle tinham se tornado muito mais difíceis de serem contornadas, e a situação expunha rapidamente os militantes e simpatizantes à condição de clandestinidade.<sup>489</sup>

Em novembro de 1970, quando Eduardo Leite havia caído nas mãos da repressão e ia sendo seviciado pelas torturas, a ALN e o MRT procuraram realizar um sequestro que pudesse libertar o guerrilheiro e, por tabela, outros presos políticos.

A ação consistia em capturar o comandante do II Exército quando esse fosse adentrar em uma igreja na Rua Joaquim Távora, em São Paulo. Ivan Seixas, que participou da ação, relata como se desenrolou o início daquele sequestro:

Então a gente chega lá na Joaquim Távora, na Igreja. O carro da ação, que era um Corcel, que era o “Henrique” [Devanir José de Carvalho], o “Castro”, o José Amilton Barbosa, que tava dirigindo, e o “Clemente”, o Carlos Eugênio [Paz], os

---

<sup>489</sup> LOPES, G. S., op., cit.

três vão pegar o cara, o comandante. E do outro lado da rua, estão três pessoas, “Uns e Outros” [Antônio Sérgio de Matos] dirigindo, o “Bruno”, que é o Antônio Carlos Bicalho Lana, e eu. Eu tava com duas armas, uma pistola e um revólver, com os carregadores, obviamente, e uma caixa de granadas, que eu tinha a tarefa de tirar pra qualquer eventualidade. Aí quando a gente ta lá, [...] eles sobem a escada, que tem uns dez, doze degraus, eles pegam o comandante do Segundo Exército. Nós já estamos fora carro, obviamente, pra dar segurança. Tinha a caixa que eu deixei no banco, peguei duas granadas e tirei o pino, cruzado, o pino de duas granadas. Então tava segurando, com os pinos na mão, segurando as granadas pra, qualquer eventualidade, sair jogando. E eram granadas feitas por nós, e era uma granada considerável, que era granada pra abrir rombo mesmo. Nesse momento chegam duas [camionetes] C-14. Chegam duas C-14, os caras tão apavorados em salvar o comandante do II Exército que não olham pra trás. Eles chegam, abrem as portas com as armas apontadas pra escada, e não vêem que nós estamos atrás. Quando eles fazem isso, eu já estava com as granadas abertas, botei em cima do carro a caixa, e o “Castro” e o “Uns e Outros” já estão de armas, com as metralhadoras na mão. Então ta assim: tem o pessoal lá com o comandante, a C-14 e nós por trás deles.<sup>490</sup>

A chegada da repressão implicava em um impasse: se a ação prosseguisse haveria certamente troca de tiros, e naquele espaço aberto, isso significava várias baixas dos dois lados, por outro lado, sair do local também não garantiria a segurança dos militantes. Carlos Eugênio Paz assim descreve o momento de tensão:

Olhamos para trás e avistamos mais de uma dezena de militares que desembarcam de quatro camionetas Veraneio, armados de fuzis FAL e metralhadoras de diversos calibres. Eu e Hugo [Devanir José de Carvalho] nos entendemos pelos olhos e jogamos as bolsas no chão, abrindo o jogo e aceitando o inevitável confronto. Os três percebem o que está acontecendo e ficam estáticos, olhando fixamente os canos das metralhadoras. Célio sobre nossas costas, enquanto a tropa abre o caminho entre os fiéis e cerca o general. Ficamos frente a frente, armas apontadas e engatilhadas, olhares duros, gargantas secas, corações apertados. Fio da navalha, beira do precipício, ante-sala da morte...<sup>491</sup>

Frente àquela situação de impasse, o próprio comandante do II Exército teria puxado as negociações, como conta Ivan Seixas:

---

<sup>490</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

<sup>491</sup> Carlos Eugênio Paz no livro PAZ, Carlos Eugênio. **Nas trilhas da ALN**. Memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997, p. 73.

[...] não tem ruído, não tem som, não tem tempo, não tem nada. É o comandante do II Exército puxa a negociação. Ele fala: “Ninguém atira em ninguém! Para! Ninguém atira em ninguém. Eles vão me soltar, mas ninguém atira em ninguém. To falando! Não atira! Não atira!”. Aí o “Henrique” pega, porque vê que não tem solução, o Henrique pega e vai na mesma linha. E diz: “Nós vamos recuar. Ninguém atira em ninguém. Se não o velho o morre”. Aí o “Castro” sai de frente, o “Clemente” e o “Henrique” saem costados, andando de costas [...]. E o comandante do II Exército fica ali. Ele puxa a negociação, não é que ele decide, ele puxa a negociação e “Henrique” topa. Aí eles descem, nós esperamos eles entrarem nos carros, aí eles botam as metralhadoras pra fora, apontando pro comandante e aí dá tempo de nós entrarmos. Eu entro com as pistolas na cintura, a caixa e as granadas sem pino na minha mão, e os dois entram com as metralhadoras. [...] quando a gente sai na frente (já com as armas pra fora), o “Bruno” sai com o carro, o “Castro” e o Carlos Eugênio, e o “Henrique” com as metralhadoras pra fora, nós saímos em disparada. Ninguém atirou realmente em ninguém. [...] A gente dá sinal de luz, eles [carro de apoio] arrancam, a gente sai lá em Indianápolis onde era o ponto de transbordo o carro “queimado” pro carro “legal”, a gente pega os carros e vai embora, lá pro Jabaquara, e no Jabaquara a gente se abraça, BERRA pra cacete; que tamo vivo, né, uma puta ação daquela... Só que no transbordo eu to com duas granadas sem pino [risos]. Aí o “Bruno” falou: “O quê que é isso?” Eu falei: “As granadas, né, porra! Me ajuda!” Aí ele pega a coisa e bota o pino numa, e bota o pino noutra e aí nós ficamos sossegados.<sup>492</sup>

Apesar da ação ter terminado sem nenhum dos militantes ter sido vitimado pela repressão, também não houve sucesso na missão de capturar o comandante do II Exército e garantir a liberdade de Eduardo Leite. Também aqui há uma discrepância entre quem estaria no comando da ação, sendo que, na versão de Carlos Eugênio Paz, ele mesmo seria o responsável, enquanto no depoimento de Ivan Seixas, Devanir de Carvalho aparece como o comandante militar da operação.

De qualquer maneira, já é possível perceber que o MRT teve como concepção política atuar na Frente, articulando as ações revolucionárias na Grande São Paulo com outras organizações guerrilheiras. Atuando em um período em que as outras organizações passavam por muitas dificuldades, o MRT buscou a atuação conjunta, convergindo as ações de expropriação, de sabotagem e de propaganda. Parece que, na prática, o MRT tinha uma linha política mais ou menos definida e uma estrutura organizacional estabelecida, ao contrário da versão oficial da Ditadura de Segurança Nacional, assumida inicialmente pela historiografia.

---

<sup>492</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

#### 4. IDEAIS E REFLUXO: OS PRINCÍPIOS, A ORGANIZAÇÃO E A QUEDA DO MRT

Take a look to the sky before you die  
 It is the last time you will  
 Blackened roar, massive roar fills the crumbling sky  
 Shattered goal fills his soul with a ruthless cry  
 Stranger now, are his eyes, to this mystery  
 He hears the silence so loud  
 Crack of dawn, all is gone except the will to be  
 Now they see, what will be, blinded eyes to see

*For Whom The Bells Tolls - Metallica*

O MRT teve, ao contrário do que a repressão compreendia, e que parte da historiografia absorveu, uma estrutura interna organizada. Sem passar incólume pelo contexto da época, a organização se estruturou de maneira diferenciada durante o tempo que existiu, fruto de suas contradições internas e fluxo de militantes que se afastavam ou se aproximavam do MRT.

A organização, muitas vezes tachada de não formular uma linha política, estabeleceu princípios que expressavam a prática revolucionária então exercida durante a resistência armada à Ditadura de Segurança Nacional. Dando destaque à atuação guerrilheira nos centros urbanos, sem deixar de estabelecer no horizonte a guerra popular nas zonas rurais do País, o MRT reproduziu uma experiência de resistência que se aproximou de outros exemplos históricos, colocados em prática mundo afora, cuja tática era o ato de sabotagem como forma de desestabilização e desmoralização de um sistema político opressivo.

Em abril de 1971 teria início uma série de prisões de ex-militantes cujas informações extraídas pela repressão levaram ao MRT, em um efeito dominó que levou a desorganização do grupo. Em um processo cujas informações ainda não são completas, a queda do MRT foi marcada pelo assassinato de suas lideranças, em especial de Devanir José de Carvalho, que teve como resposta o “justiçamento” do industrial Henning Boilesen.

#### 4.1 Estrutura

A compreensão inicial majoritária presente na historiografia, a qual entendia que o MRT não tinha uma estrutura interna e uma linha política bem traçada, acaba não se sustentando empiricamente. Tanto nos escritos que deixou – que de fato não foram muitos –, quanto na prática empreendida pelos militantes no decorrer da existência do MRT, entre setembro de 1969 e abril de 1971, fica claro que a organização foi se estruturando de maneira diferente com o passar do tempo, levando em conta a dialética da resistência com a repressão, as divergências internas e a saída e o ingresso de combatentes, tendo estabelecidos alguns princípios que seriam a expressão das ações que já vinham sendo praticadas e norteadores das que viriam.

Na fundação do MRT, no final de 1969, não só o nome de batismo foi pensado, mas também a forma com que aquele movimento de revolucionários iria se estruturar. No depoimento de Antônio Guerra, na reunião que preparou a ação de expropriação de um supermercado em Santo Amaro – o qual não aconteceu –, antes da ação de expropriação do INPS, em conjunto com a REDE, ficou decidido que a nova organização, ainda sem nome, teria um comando vitalício formado pelos membros fundadores que estavam presentes na assembleia de Campos do Jordão, isto é, Devanir de Carvalho, Plínio Petersen, Waldemar Andrew, Armênio Souza, Nelson Ferreira, Jorge Kurban Abraão, João Moraes, além do próprio Antônio Guerra.<sup>493</sup>

Entretanto, alguns dias depois, outra reunião teria sido chamada de acordo com o depoimento, e todos compareceram, ocasião que foi escolhido o nome de MRT para denominar a organização, com a ausência de Jorge Kurban, que não mais participaria da direção, ficando em aberto se continuava militante de apoio ou de base.<sup>494</sup> A organização estaria estruturada então nos moldes do PCdoB, não ficando claro no depoimento como se dava na prática tal influência.<sup>495</sup>

Em maio de 1970, no “aparelho” de Devanir de Carvalho, segundo o depoimento atribuído a Antônio Guerra, houve uma reunião que rediscutiria a questão do comando da organização e que implicaria em uma mudança em sua estrutura, bem como o começo de divergências políticas que levaria ao afastamento de vários militantes. Participaram do

<sup>493</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra**. APESP, doc. nº 50 Z 9 32133.

<sup>494</sup> Idem.

<sup>495</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra**. APESP, doc. nº 50 Z 9 32134.

encontro Plínio Petersen, Armênio Souza, Nelson Ferreira, Waldemar Andrew, João Moraes, além do próprio declarante e o anfitrião do “aparelho”, Devanir José de Carvalho.

Em fevereiro ou março de 1970, João Moraes havia ido para o interior, tendo preferido voltar à Votuporanga onde morava e militava antes da formação do MRT, porém mantendo contatos mensalmente com os militantes de São Paulo. Nelson Ferreira, por sua vez, teria se desligado da organização, mas ambos compareceram nesse encontro no “aparelho” de Devanir.<sup>496</sup>

A reunião tinha por finalidade alterar a composição do comando da organização. Teria ficado evidente que Armênio não tinha mais condições de pertencer ao comando, não constando no depoimento as razões que levaram a tal constatação. Com as saídas de militantes que formavam o comando vitalício, a primeira forma de estruturação pensada, se fez uma proposta inicial de que o comando fosse integrado por Devanir e Plínio, ideia apresentada por Devanir. A outra proposta veio de Plínio Petersen, que indicava para o comando da organização, além dele mesmo, Devanir e Waldemar Andrew, que acabou sendo aceita depois de “tumulto e discussões acaloradas”.<sup>497</sup>

Em reuniões posteriores, consta que Devanir teria percebido que Plínio estava se “apossando” do comando real da organização, pois tudo que propunha era apoiado por Waldemar, o que determinava a maioria de votos e, consequentemente, a decisão seria acatada. Devanir passou a entender que pela proposta que Plínio Petersen havia apresentado, as decisões do comando deveriam se dar de forma unânime, e que Plínio era “oportunista e sem ideologia”, pois, sem unanimidade, Devanir vetaria as proposições de Plínio e vice-versa, resultando na estagnação das decisões, sendo que Plínio poderia pedir o afastamento de Devanir por contar com o apoio aparentemente irrestrito de Waldemar Andrew.<sup>498</sup>

Antônio Guerra teria relatado no depoimento que “‘Henrique’ (Devanir José de Carvalho), que era de fato fundador da organização e seu chefe, perderia posição e a organização poderia se desviar do seu escopo primordial”.<sup>499</sup> Em razão disso, Devanir decidiu romper com Plínio Petersen, apoiado por Antônio Guerra, que havia sido previamente consultado. A Frente apoiou o ponto de vista de Devanir e desaprovou o de Plínio, tendo a

---

<sup>496</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32136.

<sup>497</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32131.

<sup>498</sup> Idem.

<sup>499</sup> Idem.

VPR apoiado financeiramente o grupo que apoiava Devanir, com este saindo fortalecido da discussão.<sup>500</sup>

Em depoimento atribuído a José Rodrigues Ângelo Junior, consta que o mesmo ficou sabendo, através de Joaquim Alencar Seixas, que havia vindo pra São Paulo através de contatos com Plínio Petersen e ingressado no MRT posteriormente as divergências internas, em meados de 1970, e que Plínio teria “desviado e dilapidado” dinheiro expropriado pela organização, não sendo conhecida a quantia exata, mas decisivamente vultosa, pois a afirmativa geral na organização era que Plínio havia patrocinado a viagem de duas filhas a Bariloche, na Argentina, para que pudessem “gozar as delícias do veraneio propiciado pela formosa e internacional estância balneária.<sup>501</sup> Até aonde essas informações têm qualquer base verídica é impossível dizer, mas o fato de um militante contar tal história quando era interrogado mostra que a divergência criada naquele momento teve marcas profundas entre a militância. Por conta das divergências, se afastaram do MRT Plínio Petersen, Waldemar Andrew e Armênio Souza.<sup>502</sup>

Em agosto ou setembro, teria ocorrido uma reunião na casa de Plínio Petersen, na qual se reuniram além do próprio, Waldemar Andrew, Armênio Souza, Nelson Ferreira e Jorge Kurban Abraão. Nesse encontro, foi discutido atritos de opinião e divergências de orientação política que haviam entre Devanir José de Carvalho, que liderava o MRT, e Plínio Petersen, que alegou ter convidado Devanir a participar da reunião, mas que o mesmo não compareceu. Quando sua opinião foi requisitada, Jorge Kurban aconselhou-os a manterem a união com o MRT para evitar uma possível dissolução do grupo.<sup>503</sup>

Fato é que, mesmo sem o regresso desses ao MRT, a organização seguiu existindo e realizando ações. Isso se deve principalmente a chegada da família de Joaquim Seixas, que participou praticamente por inteira no MRT, além de Dimas Casemiro, que havia deixado a VAR-Palmares, e Gilberto Faria Lima, o “Zorro”, que havia furado o cerco ao campo de treinamento da VPR no Vale do Ribeira e regressava a São Paulo sem organização, já que o que sobrara da REDE havia se integrado à ALN.

Eduardo Leite, em depoimento imputado a ele, relata que, quando Gilberto Faria Lima saiu da área de treinamento, procurou-o na Avenida Indianópolis, em São Paulo, onde teria

<sup>500</sup> Idem.

<sup>501</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32879.

<sup>502</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 21395.

<sup>503</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Jorge Kurban Abraão.** APESP, doc. nº 50 Z 9 16937.

um “ponto” – nome dado ao encontro de dois guerrilheiros em um determinado local e hora – com Devanir José de Carvalho, sabendo que “Giba”, como também era chamado Gilberto Faria Lima, costumava marcar pontos naquele local. Conseguindo encontrá-lo, teria ficado sabendo que, ao conseguir furar o cerco, havia passado na casa de seus familiares, quando lhe disseram que policiais estiveram a sua procura, não tendo onde ficar desde então. Eduardo Leite iria viajar para a cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de realizar o sequestro do embaixador alemão, o que aconteceria em 11 de junho de 1970, por isso Devanir encarregou-se de guardar Gilberto Faria Lima em seu “aparelho”.<sup>504</sup> Nesse período, é que se daria o ingresso de “Giba” no MRT.

Em meados de 1970, então, a composição do comando do MRT passou a ser formado por Devanir José de Carvalho, Antônio Guerra e Joaquim Alencar Seixas. Foi nessa época que se estreitaram os contatos com ex-militantes da Ala Vermelha de Minas Gerais, havendo uma reunião na qual foi traçada uma espécie de carta de princípios, a qual serviu de base para o MRT e estabeleceu que o comando seria exercido por eleição, confirmando os três da direção da organização. A fusão com o grupo de Minas não teve sucesso e os mesmos fundaram o MRM, o qual migrou para São Paulo e passou a atuar sob a orientação do MRT, contando com o apoio e suporte logístico e financeiro.<sup>505</sup>

Milton Tavares Campos, militante do MRM e depois OPCOR, teria confirmado, em depoimento prestado, que havia participado desta reunião, em junho de 1970, junto com Fernando Sanna Pinto, de sua organização, e Joaquim Seixas, Antônio Guerra e Devanir de Carvalho, do MRT. O encontro teria ocorrido pela tarde, no “aparelho” de Devanir, quando foram tratados vários assuntos, tendo no final sido elaborado um documento endereçado ao pessoal de Minas Gerais. As ideias expressas no manifesto foram ditadas por Devanir de Carvalho, sendo datilografadas por Fernando, que, entre outras coisas, fazia alusão sobre: a) de como deveriam ser feitas doravante os levantamentos e panfletagens com relação a ações futuras; b) estudo teórico sobre as várias organizações existentes e a maneira mais objetiva da fusão de todas em uma única; c) treinamento de tiro a que o chamado grupo “mineiro”, o MRM, deveria se submeter visando melhoria de suas condições pessoais e d) planificação geral que doravante deveria ser seguida pelo MRM.<sup>506</sup> Novamente, a premissa de que as

---

<sup>504</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Eduardo Leite.** APESP, doc. nº 50 Z 9 18072.

<sup>505</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32138.

<sup>506</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Milton Tavares Campos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 33892.

organizações convergiriam no futuro em um único e grande agrupamento revolucionário, surgiu como concepção política do MRT.

Para Milton Campos, Devanir teria uma forma de raciocinar particular, percebendo dois tipos de organizações guerrilheiras: a) organizações partidárias políticas e b) organizações partidárias militares. A grande vontade de Devanir seria a fusão dos dois grandes grupos, sendo tal vontade justificada nos seguintes termos: a primeira, a organização partidária política seria o trabalho para os mais cultos, que fariam o chamado trabalho junto às massas, sendo a segunda, a organização partidária militar, formada pelo grupo menos instruído intelectualmente, sendo própria para as denominadas “ações”.<sup>507</sup>

O manifesto não teria chegado às mãos dos militantes mineiros, que acabaram caindo nas mãos da repressão daquele estado antes que essa discussão fosse levada para eles.<sup>508</sup>

A impressão que ficou para Milton e para Fernando era a de que Devanir via seu grupo se esvaziando, razão pela qual tentava trazer outros militantes de outros grupos para fazer parte do seu *staff*, como Milton afirma. Não conseguindo ter sucesso na fusão dos dois grupos, o MRM figurou como uma “força de reserva”.<sup>509</sup>

Perspectivando este processo, fica claro a insistência do MRT na concepção de união das organizações, seja na realização de ações revolucionárias, seja na fusão futura das organizações em um grande grupo revolucionário. Nas declarações atribuídas a Ana Bursztyn, da ALN, quando do ingresso da REDE em sua organização, consta que os comentários eram de que haveria uma integração futura também do MRT, mas que tal não será possível de imediato devido a pequenas divergências políticas existentes.<sup>510</sup> Não é possível saber se essa foi realmente a intenção do MRT, mas a noção de construção de uma grande organização em um momento posterior é muito nítida.

Ivan Seixas aponta alguns argumentos que teria dado Devanir José de Carvalho, quando da época de fundação do MRT, contrário a integração com a ALN. Diz ele:

[...] uma opção que o “Bacuri” [Eduardo Leite] faz é por uma organização maior, que é a ALN. Então ele entra pra ALN. Ele leva a Rede como fusão pra dentro da ALN. E o “Henrique” [Devanir José de Carvalho] fala: “Eu não vou entrar. Eu vou atuar separadamente”. Não é uma questão de personalismo [...]. Ele chegou a me falar isso um dia, quer dizer, não pra mim, pra várias pessoas: “A ALN tem

<sup>507</sup> Idem.

<sup>508</sup> Idem.

<sup>509</sup> Idem.

<sup>510</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Ana Bursztyn.** APESP, doc. nº 50 Z 9 17872.

infiltração. Eu não quero cair". Então ele não entra porque tinha acabado de acontecer a queda do Marighella – que até hoje não foi esclarecida –. Ele [Devanir] fala: "Opa! Tem alguma coisa..." Então ele se mantém organizados fora da ALN, montam uma organização própria, que tem essa característica: que é uma organização de operários, tem um cara que estudava, mas era bancário [Antônio André Camargo Guerra], estudava porque trabalhador também estuda.<sup>511</sup>

Mesmo levando em conta aquele período de saída de militantes, outros chegaram para construir aquele movimento revolucionário, dando sequência às ações de expropriação, sabotagem e propaganda. De imediato, como vimos, através das ações realizadas pela Frente, Joaquim Seixas, Dimas Casemiro e Gilberto Faria Lima passaram a participar do chamado *grupo de fogo*, responsável pela realização das ações armadas, pelo MRT.

Além do braço militar, que conduzia expropriações, sabotagens e panfletagens, o MRT procurava se organizar com bases que expressassem uma fachada legal à organização. O papel desempenhado pelos "aparelhos" familiares do MRT, característico da natureza operária da organização, foram fundamentais no auxílio à Frente, permitindo uma fachada sobre a qual as organizações puderam agir com certa segurança e liberdade. Como Ivan Seixas argumenta:

[...] efetivamente a história do MRT é essa: é uma história que tem a característica de ser dos trabalhadores, não é uma coisa que tem influência de classe média, é um pessoal com formação marxista-leninista, e tem um papel muito importante nesses dois anos, 1969, 1970 e um pedaço de 1971, que é o tempo em que age. Que é assim de muita ofensiva militar e com o corpo armado pequeno, com a retaguarda bem protegida. Efetivamente, era a organização que tinha aparelhos, as outras não tinham. Em 1970 a VPR praticamente não existe em São Paulo, a ALN tava cambaleante por causa das quedas, da queda do Marighella e depois da queda do Toledo [Joaquim Câmara Ferreira]. [...] os três grandes aparelhos eram: o aparelho nosso [dos Seixas], o aparelho do Henrique [Devanir José de Carvalho] e o aparelho do Rei [Dimas Casemiro], que eram casas e com família e etc. e tal. A característica era: família de operários, unida, como é característica da família dos operários.<sup>512</sup>

Portanto, os "aparelhos" das famílias oriundas da classe trabalhadora, traço característico do MRT, providenciavam uma fachada legal, não só para a própria organização, mas para os outros grupos guerrilheiros que atuavam em São Paulo, naquela virada de 1960

---

<sup>511</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

<sup>512</sup> Idem.

para 1970, garantindo a segurança dos mesmos e a possibilidade de desenvolvimento da resistência armada.

Uma das filhas de Joaquim Seixas, Iara Akselrud Seixas, atuou como militante aliada à base do MRT, sob o codinome de “Isaura”, devendo, inicialmente, de acordo com depoimento tido como de Antônio Guerra, conseguir emprego de professora para dar fachada legal à organização e, depois de preparada, passar a ser da base. Consta no depoimento que seu pai, Joaquim Seixas, acreditava que a mesma já tinha condições de atuar diretamente na base da organização, enquanto Antônio Guerra sentia que Iara não tinha condição para ações revolucionárias. Sua irmã, Ieda Akselrud Seixas, já teria tais condições e havia participado de um treinamento de tiro na estrada velha de Mairiporã, junto com seu irmão Ivan Seixas, o próprio Antônio Guerra e Dimas Casemiro, em janeiro de 1971.<sup>513</sup>

Em documentação assinada por Gilberto Faria Lima e Dimas Casemiro, em fevereiro de 1971, apreendida no “aparelho” de Devanir José de Carvalho quando da queda do mesmo, foram estabelecidas algumas diretrizes estruturadoras da organização que deveriam servir de exemplo para os outros grupos participantes da resistência armada. O primeiro texto, sem título, ajuda a entender de maneira mais aprofundada como o MRT entendia a questão de estrutura da organização. O início apresenta o propósito daquela contribuição:

Na impossibilidade de ser discutido organicamente com as bases, visto a exiguidade do tempo, encaminhamos o presente documento aos companheiros do C.N. [Comando Nacional], não a título de crítica, mais [sic] numa tentativa de contribuição acerca dos problemas oriundos da fase que ora atravessamos. Partindo de uma análise objetiva dos últimos acontecimentos, passamos a algumas considerações.<sup>514</sup>

São ao todo três proposições: A primeira seria de que o fundamental para a execução de uma ação guerrilheira, do ponto de vista militar, se resumia a três pontos, 1) conhecer o objetivo: localização, poder de fogo e mobilização do inimigo; 2) estar em superioridade numérica e em potencial de fogo e, por fim; 3) o fator surpresa.

O documento aponta que, levando em conta esses três pontos, facilmente se compreenderia a imobilidade que a organização estaria passando. Isso indicaria que, mesmo

<sup>513</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra**. APESP, doc. nº 50 Z 9 32112.

<sup>514</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES. **Sem título**. Documentos Revelados. Disponível em: <<http://www.documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/mrt/documento-apresenta-infra-estrutura-de-organizacao-do-movimento-revolucionario-tiradentes/>>

levando a diante as ações revolucionárias junto com a Frente, era discutido internamente no MRT os limites das formas de luta até então empreendidas e como sobrepor-las. Tal imobilismo se daria por não serem atribuídos, corretamente, os três elementos apontados anteriormente, que se obedecidas, tais “leis” dariam 90% da vitória assegurada.

A segunda proposição dizia que, naquele momento, a organização, assim como toda a Frente, tinha quadros capacitados para desenvolver um bom trabalho político-militar, oferecendo um potencial humano que, junto com um poder de fogo razoável que possuíam, poderiam sair para uma ofensiva tática, que incluía os meios para tal, bem como a obtenção de armamento e as ações políticas e de propaganda, etc.

A terceira e última proposição se referia às quedas dos militantes das organizações guerrilheiras. Verificava-se que, naquele período, as quedas se davam em função do não cumprimento das normas de segurança e do “liberalismo”, no sentido de relaxamento em relação à cautela, crescente nos meios da esquerda.

O documento assinalava que, no momento, estaria faltando confiança aos próprios militantes, pois as normas de segurança não eram cumpridas, citando a ocasião em que Joaquim e Ivan Seixas cobriram um ponto sem respeitar tais normas, por negligência de todos da organização, sabendo enfrentar a repressão de maneira valente, que havia os surpreendido, mas levava ao apontamento do que poderia ser feito dali em diante.

Foram apresentadas três propostas. A primeira sugeria a criação de comandos de no mínimo três militantes, constantemente mobilizados, pois apenas dessa maneira se teria condições de enfrentar a repressão, tanto defensiva quanto ofensivamente. Salientava-se que, ou desencadeava-se uma ofensiva geral contra torturadores, tiras, carros da OBAN, DOPS, etc., ou aos poucos seriam tragados pelo crescente aumento da repressão.

A segunda proposta pedia a execução imediata de um sequestro para libertar o militante de codinome “Marcos”, que provavelmente se referia a Gregório Mendonça, guerrilheiro da VPR desde maio de 1970, participante de quase todas as ações da Frente desde então, e que havia sido preso em fevereiro de 1971, na época da produção deste documento analisado. A validade de tal ação estaria alicerçada na debilidade da esquerda no que tocava a montagem de uma infra-estrutura ideal, que não se conseguia a curto e médio prazo, e sim em longo prazo, com o próprio desenvolvimento da guerra revolucionária, quadros do quilate de Gregório Mendonça, combatente já formado na luta, e de difícil reposição imediata, levando em consideração a possibilidade dos militantes serem assassinados nas ruas a qualquer momento. O caso de Eduardo Leite, que foi sequestrado em agosto de 1970, brutalmente torturado e assassinado em dezembro daquele ano, quando se realizou o sequestro do

embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher – um mês depois libertado em troca de 70 presos políticos, entre eles os irmãos de Devanir –, era lembrado como um caso de companheiros assassinados impunemente. Com isso, se elevaria o moral dos combatentes, o que seria de suma importância naquela fase, em que não estavam de todo voltados às tarefas junto às “massas”.

A terceira e última proposta era relativa à segurança e elencava as seguintes normas a serem adotadas: chegar na região do “ponto” 15 minutos antes do horário marcado para a observação da existência ou não de anormalidades; conhecer a região do “ponto” tão bem como a de uma ação, pois se deveria encarar o encontro como uma ação; marcar “pontos” móveis, evitando de adotar “pontos” fixos, em bares, praças ou pontos de ônibus e; que se tivesse certeza que outros militantes contribuísse para a formação de normas e regras de segurança.

O texto chega ao fim destacando que se pretendia dar uma possível contribuição, ou no mínimo colocar em discussão tais problemas, objetivando inaugurar no MRT um sistema de discussão que fosse eficiente, encaminhando por escrito ao Comando Nacional (CN) as propostas elaboradas.<sup>515</sup>

O segundo documento, intitulado *Segurança*, foi divido em três pontos principais: a) Infraestrutura; b) Estanqueidade entre os setores e as bases; e c) Canais seguros e funcionais para comunicação e debate interno. A introdução do documento argumentava que a segurança de uma organização revolucionária dependia primordialmente de sua estrutura e de uma instância de conduta dos seus militantes.<sup>516</sup>

O primeiro ponto, infra-estrutura, era descrito como uma rede de “aparelhos” seguros, montados de acordo com critérios rigorosos e planejamento científico, peça básica da segurança da organização. Os critérios se modificariam a cada fase do processo revolucionário e em função do palco de luta, sendo, em um momento futuro, alguns tipos de aparelhos mais importantes das cidades e nas áreas táticas rurais.

Seriam quatro tipos de “aparelhos”. O primeiro era denominado *aparelho de militantes*: poderiam residir nestes “aparelhos” no máximo dois militantes, aos quais se restringiriam o conhecimento do local. Nele, não deveria permanecer nada comprometedor, apenas o estritamente necessário. Dever-se-iam criar condições para que fossem alugados em nomes falsos, servindo como residência para militância, especialmente os clandestinos e

---

<sup>515</sup> Idem.

<sup>516</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES. **Segurança**. Documentos Revelados. Disponível em:< <a href="http://www.documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/mrt/documento-apresenta-infra-estrutura-de-organizacao-do-movimento-revolucionario-tiradentes/&gt;.</a>

“profissionalizados” – expressão usada para caracterizar os militantes já clandestinos que tiveram algum treinamento ou experiência na guerrilha –, sendo eventualmente usada para reuniões ou abrigo de outros militantes. Era apontado como necessário que pelo menos um dos ocupantes do aparelho soubesse dirigir automóveis, para que outros fossem levados até o “aparelho” de olhos fechados e, assim, não ficassem sabendo a localização do mesmo.

O segundo tipo de “aparelho” era descrito como de *aparelhos de base*: deveria ser o local utilizado para reunião. Sua fachada deveria ser bem cuidada e, da mesma forma que o *aparelho de militantes*, apenas dois militantes saberiam de sua localização, e obrigatoriamente deveriam ter condições de transportar outros militantes da base para o “aparelho” sem denunciar o local, que deveria ter uma garagem. Nele deveria ficar apenas o indispensável às necessidades orgânicas, como guardar documentos políticos, armas, equipamento necessário às tarefas de base, etc.

O terceiro tipo era considerado *aparelho orgânico*. Chamado de “aparelhão”, seria destinado às necessidades especiais da organização, servindo como gráfica, depósito, abrigo de militantes muito procurados, posto intermediário da rede de transportes, local de reuniões de cúpula entre comandantes e sub-comandantes, etc. Deveria se certificar que os militantes que ocupassem tais “aparelhos” oferecessem perfeita “fachada” ao local.

O quarto e último era descrito como *aparelho de aliados*, os quais seriam utilizados em casos de emergência, de maneira temporária. Os “aparelhos” de aliados da organização, indivíduos não oficialmente militantes, mas que simpatizavam com a causa da resistência, constituía a reserva da infra-estrutura da organização. Os “aparelhos” deveriam ser classificados em níveis de orgânicos, de base ou de militante, devendo a organização se preocupar com a substituição de todos seus “aparelhos” vitais – orgânicos e de base – através de seus aliados.<sup>517</sup>

O segundo ponto de destaque no documento era relativo à estanqueidade entre os setores e as bases. O temor de estanquização vinha da concepção de que quanto mais compartimentado os contatos e as informações entre os diferentes setores da organização, maior seria a chance dessas informações ou militantes caírem nas mãos da repressão. A ideia era de que quanto menos um militante soubesse, menos ele poderia revelar sob tortura aos órgãos de inteligência e repressão do Estado, caso fosse preso.

O texto apontava que se devia obedecer rígida estanqueidade. A única ligação entre o MRT deveria ser feita por coordenadores, enquanto entre as bases de um setor também deveria se obedecer ao máximo de estanqueidade possível. Contatos paralelos deveriam

---

<sup>517</sup> Idem.

existir somente em casos de extrema necessidade, ou seja, apenas nos casos em que se tornava impossível contatar o coordenador responsável.

Os militantes deviam conhecer apenas os companheiros da base que militavam e outros que atuassem em conjunto, sendo que nada deveria haver em comum entre as infraestruturas de setores e bases diferentes. Nenhuma relação, por mais distante que seja, deveria existir entre dois “aparelhos”, de modo que a que de um não comprometa outros “aparelhos”.

Também os aliados deveriam ser totalmente estanques, traduzindo-se em bases e setores com aliados específicos e sem conhecimento do restante da organização, exceto em situações que isso não seja possível. Caso um militante ou aliado passasse para outro setor ou base, deveria se usar um sistema de senha e contra-senha, não ficando claro como isso funcionaria na prática, para evitar que o transferido conhecesse muita gente, tendo que passar pelas coordenações até chegar à base que atuaria.

O terceiro e último ponto levantado no documento dizia respeito às formas de comunicação interna da organização. A parte final começava destacando que a coesão política era importante para as alianças da organização, na medida em que implicaria numa maior disciplina e numa política harmoniosa. Uma organização clandestina, dizia o documento, com setores e bases estanques, deveriam manter essa coesão criando canais orgânicos bastante funcionais para evitar a tendência aos contatos paralelos na solução de algumas divergências. O debate interno era apontado como livre e deveria ser incentivado, mas obedecendo às normas estabelecidas.

As opiniões e posições políticas deveriam ser encaminhadas sempre por escrito, através dos canais orgânicos, isto é, através dos coordenadores até o setor encarregado da impressão, e dali, também através dos coordenadores, até as bases. Os documentos políticos deveriam ser produto da participação do maior número de militantes, de preferência os documentos deveriam ser de uma base ou de um setor e não de um militante isolado.

Todo documento escrito por um militante deveria ser discutido na base, ou até mesmo no setor, antes de ser impresso. Deveriam, também, evitar o acúmulo de documentos que, em número exagerado, impossibilitariam discussões proveitosas. A comunicação interna deveria ser o mais rápido e eficiente possível. As informações políticas e as que se relacionam com a segurança deveriam ser, por sua vez, cuidadosa e rapidamente encaminhadas aos escalões superiores que se encarregariam de divulgá-lo a toda organização. Tais informações deveriam ser precisas, de preferência, novamente salientado, por escrito, sendo aquelas que

comprometessem a segurança da organização deveriam ser escritas em código ou passadas de maneira oral, de forma que não se corresse risco.<sup>518</sup>

A documentação revela uma preocupação dos militantes do MRT com a segurança e estanqueidade da organização e, ao mesmo tempo, com a forma que se estruturaria internamente aquele agrupamento. Os “aparelhos” eram entendidos como centrais na organização do MRT, e fundamentais no desenvolvimento da resistência armada, inclusive para os outros grupos da Frente, visto inclusive nos depoimentos dos militantes. Entretanto, percebe-se que, apesar da diferente classificação de “aparelhos” em até quatro tipos, com uma normativa de segurança para cada uma delas, os “aparelhos” mais importantes do MRT giravam em torno de núcleos familiares, das famílias trabalhadoras que compunham a organização, mesclando muitas das características tipificadas no documento *Segurança*.

Pedrina de Carvalho, na época esposa de Devanir, relata como era o cotidiano dos “aparelhos” e como funcionava a tarefa de montar uma “fachada legal” ao local:

[...] era assim: você cumprimentava os vizinhos, não podia ter muito [contato], mas ainda tinha [contato], levava os meninos pra brincar, o quarto era fechado. Tinha uma época que a gente não tinha nem televisão. O companheiro chamado “Bacuri”, o apelido [dele], Eduardo Leite, falou “é um absurdo, vocês estão clandestinos aí, a Dina [apelido de Pedrina] não pode ver a família com os meninos e não tem uma televisão? E outra, está morando nessa casa?”, que era um sobrado, tinha que mobiliar. Aí botava [os móveis] a noite pra ninguém ver. Era coisa simples que a gente tinha. O “Bacuri” desistiu de casar e deu todos os móveis para o “aparelho” e trouxe uma televisão. [...] Isso era em São João Clímaco, aí era outra coisa com televisão porque era novidade, não era todo mundo que tinha uma televisão.<sup>519</sup>

O cotidiano desses “aparelhos” não era fácil. Para o núcleo familiar, que incluía crianças, como os dois filhos de Devanir e Pedrina, o dia a dia era penoso e marcado por muitas privações, além da constante ameaça de ter o “aparelho” estourado pela repressão, e ter familiares vitimados em uma emboscada. Entretanto, a necessidade de se manter uma “fachada legal” era essencial para a organização. Em depoimento de Milton Tavares Campos,

<sup>518</sup> Idem.

<sup>519</sup> CARVALHO, P. de. **Pedrina de Carvalho**: depoimento [janeiro de 2007] Entrevistador: Y. R. de Carvalho Praia Grande, 2007.

do MRM/OPCOR, consta que os dois filhos de Devanir se davam com as crianças da vizinhança, pois estes brincavam nos corredores da casa que servia de “aparelho”.<sup>520</sup>

Também é possível perceber pela documentação que se tinha a exata noção do aumento da repressão, a qual poderia tragar os militantes em direção ao seu fim, sendo que, se propunha como saída uma ofensiva que atingisse os órgãos de repressivos do Estado ditatorial. Fato é que toda a preocupação com segurança por parte dos militantes não impediu que houvesse o desbaratamento das organizações guerrilheiras a partir da efetividade que o Terrorismo de Estado teve no processo de dominação política.

Se a proposta de compor um comando para a organização, constituído por três membros, parece ter sido aceita, ou ela mesmo (a proposta) foi fruto de uma prática já em andamento, pois desde meados de 1970 o comando do MRT era composto por três militantes, de outro lado, a proposição de um sequestro em caráter de urgência, cujo propósito seria o resgate do militante avaliado como sendo Gregório Mendonça, não foi realizado. Nenhuma outra organização conseguiria realizar sequestros em troca de guerrilheiros aprisionados depois da ação de captura do embaixador suíço, Giovanni Enrico Bucher; pois a repressão de fato inviabilizaria ações dessa proporção.

Havia um plano da Frente para que se realizasse um sequestro múltiplo, que libertasse todos os presos políticos do País, mas a VPR, contrariando a decisão inicial tomada conjuntamente com as outras organizações, fez o sequestro do diplomata da Suíça, o que inviabilizou o plano audacioso.

Em documento descrito como de próprio punho por Antônio Guerra, consta que, em setembro, o comando do MRT se reuniu no “aparelho” de Joaquim Seixas para discutir a estrutura da organização, em um processo que pode ter levado a produção da documentação analisado anteriormente. No suposto relato também consta que, logo após foi feita no mesmo local outro encontro, dessa vez com os representantes da Frente, que contou com a presença de Devanir de Carvalho, Joaquim Seixas, pelo MRT; Joaquim Câmara Ferreira pela ALN; Carlos Lamarca, comandante da VPR; Carlos Alberto Vieira Muniz, conhecido como “Adriano”, dirigente do MR-8; e um militante não reconhecido que representava o PCBR. O propósito daquela assembleia era discutir o sequestro de diplomatas, sendo previsto três sequestros consecutivos, em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Nordeste, com a intenção de libertar 200 presos políticos. Tais sequestros não puderam ser realizados, uma vez que houve prisões de militantes do PCBR no Nordeste, inviabilizando a ação naquela Região, além da

---

<sup>520</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Milton Tavares Campos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 33899.

queda da liderança da ALN, Joaquim Câmara Ferreira, que havia assumido o lugar de Marighella, desde novembro de 1969.<sup>521</sup>

Em um informe de 18 de setembro de 1970, produzido pela Aeronáutica, a partir das informações arrancadas – sob tortura – de Eduardo Leite, os órgãos de repressão foram alertados para a realização de uma grande ação com finalidade de libertar presos políticos. A Frente estaria levantando informações sobre alguns indivíduos, elencado em ordem de prioridade no relatório, como um militar da embaixada estadunidense, o cônsul português alocado no Rio de Janeiro e um diplomata espanhol. A relação de militantes que seriam postos em liberdade na troca com os sequestrados seria confeccionada por Lamarca e Joaquim Câmara Ferreira, havendo inclusive sido estipulado a quantia necessária para a realização de tal ação.<sup>522</sup>

Militante do MRT na época, Ivan Seixas, relata que os múltiplos sequestros aconteceriam dentro de um amplo quadro de ações que visavam à libertação de Eduardo Leite, quando este ainda se encontrava detido pelos órgãos de repressão, e a ocupação de uma cidade por forças guerrilheiras. Ele diz:

Então poucas pessoas sabem, pouquíssimas pessoas sabem, que a Frente Armada, por exemplo, tinha um plano que surge de uma discussão do “Henrique” [Devanir de Carvalho] do meu pai e o Toledo [Joaquim Câmara Ferreira], que o Lamarca entra em seguida, que é uma discussão sobre se fazer um múltiplo sequestro. [...] Não era dois, três... Eram oito sequestros que nós íamos fazer! [...] nós íamos fazer ações espetaculares pra chamar atenção e desvirtuar os caras: “eles tão indo por aqui, nós vamos pro outro lado”. Que é o que? Nós íamos primeiro invadir a delegacia onde tava o “Bacuri” [Eduardo Leite], para resgatá-lo, pra devolvê-lo pra luta, mas que por causa de uma infiltração é abortada. A gente tenta fazer uma coisa pra desvirtuar totalmente a atenção dos caras: nós íamos tomar Diadema, a cidade de Diadema. Chegamos a reunir o contingente aqui em São Paulo, de acho que umas cem pessoas, de uns cem combatentes, que vieram daqui e de outros estados, pra gente tomar Diadema. Por quê? Porque a gente ia fazer o seguinte: enquanto os caras estavam apavorados em responder [à tomada da cidade], a gente ia em seguida entrar no sequestro. E o sequestro era: “Nós vamos pegar oito, um deles era pra trocar pelo Bacuri”. Que era o seguinte: “Se matar o Bacuri essa pessoa morre”. Que eu acho – eu não tomava parte das decisões –, mas eu acho que era o comandante do

<sup>521</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32051.

<sup>522</sup> AERONÁUTICA. **Informe nº 245/ QG-4.** APESP, doc. nº 50 D 26 2768.

Segundo Exército, que nós íamos capturar. Que a gente até tenta, inclusive, capturá-lo no mês de novembro.<sup>523</sup>

Apesar do número de militantes mobilizados para essa ação sugeridos por Ivan, parecer ser inflacionado, mesmo levando em conta a dimensão da mesma, os múltiplos sequestros e a ocupação de Diadema se inseririam em uma grande guinada tática das organizações, articuladas na tentativa de levar o desenvolvimento da resistência armada para o campo. Como conta Ivan:

E a ideia desse múltiplo sequestro era um negócio muito interessante que não é conhecido, que era: se faz essa ação, que aparentemente era uma ofensiva muito grande, mas na realidade era um o início de um passo atrás. Que era tirar todo mundo das cidades, todo mundo que era “queimado” sairia das cidades, esse todo mundo vai pro campo, pra guerrilha, que vai ser comandada por quem? Óbvio, pelo comandante Carlos Lamarca, né. Que vai ser o comandante da coluna guerrilheira, que vai coordenar as ações todas. Muito provavelmente, era uma discussão que se tinha, os que tivessem envolvidos com a operação de captura dos sequestrados, captura dos embaixadores e empresários, iriam junto na saída do sequestro [para fora do País]. Se não, ficariam e já iriam direto pro campo. Mas nós sabíamos que viria uma repressão brutal. Como essa história de ter um que ia trocar pelo “Bacuri” [Eduardo Leite] exclusivamente, a gente sabia que se fizesse sem força, o “Bacuri” seria morto. Por isso que tinha esse [alvo], pra dizer: “Oh, não façam nada com o Bacuri se não essa pessoa morre. E é de vocês”. Por isso que eu concluo que realmente devia ser o comandante do Segundo Exército.<sup>524</sup>

Tanto a ocupação de Diadema, quanto a retirada tática para a zona rural, que implicasse na retirada de militantes procurados nos centros urbanos, e o início de um trabalho com os camponeses não foram encontrados na documentação pesquisada. De fato, não se esperava que esse tipo de decisão, ainda mais tão restrita às lideranças das organizações, fosse posta por escrito, justamente para evitar que uma informação, tão fundamental para a Frente, naquele momento, caísse nas mãos da repressão. A queda de Joaquim Câmara Ferreira, de militantes do PCBR e a própria execução do sequestro do embaixador suíço pela VPR, à revelia dos outros grupos, foi o que fez aumentar a repressão e inutilizou o sequestro como prática viável de ação, podendo ter, em conjunto, implicado no abandono desse plano.

---

<sup>523</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

<sup>524</sup> Idem.

O impacto que tal ação teria na estrutura interna do MRT seria provavelmente muito grande. Entretanto, de setembro de 1970 até março de 1971, essa estrutura organizacional do grupo sofreria aparentemente, praticamente nenhuma alteração.

No documento atribuído ao depoimento de Antônio Guerra, em março de 1971, o comando do MRT formado por três militantes, Devanir de Carvalho, Joaquim Seixas e o próprio Antônio Guerra foi alterado. Em uma reunião realizada no “aparelho” de Devanir, com a participação do anfitrião, o depoente, Joaquim Seixas, Ivan Seixas, Gilberto Faria Lima e Dimas Casemiro. O objetivo da reunião seria a mudança do comando do MRT, ficando aprovado que Dimas Casemiro passaria a fazer parte do referido comando, por votação unânime, ficando desligado da direção da organização Joaquim Seixas, afastado por alguns fatores que ameaçavam a segurança dos militantes, como dirigir os veículos da organização em velocidade excessiva; demonstrar possuir pouca perícia como motorista; frequentemente e involuntariamente “fechar” outros veículos, acabando por ofender moralmente os condutores dos automóveis; e que, agindo dessa maneira, Joaquim Seixas colocava em risco sua integridade física e dos militantes que eram conduzidos, “contrariando frontalmente as normas de segurança da organização”.<sup>525</sup>

De acordo com a documentação que tratava da segurança como elemento estruturador da organização, e essencial para o desenvolvimento da resistência armada, práticas que colocassem em risco não só a integridade dos militantes, mas a “fachada” que afastasse a repressão da atividade guerrilheira, deveriam ser evitadas. Provavelmente quem acabasse por infringir esse padrão normativo estabelecido internamente seria questionado.

Com esta alteração, o MRT seria estruturado com um comando composto por três militantes, Devanir de Carvalho, Dimas Casemiro e Antônio Guerra; e por duas bases: a primeira intitulada “Base Eduardo Leite”, formada por Devanir, que deveria ser o coordenador dessa base, Antônio Guerra, Joaquim Seixas e Domingos Quintino dos Santos, cujo papel na organização era, aparentemente, de manter um aparelho para a organização; e a segunda, chamada “Base Yoshitane Fujimore”, constituída por Dimas Casemiro, possível coordenador da base, Gilberto Faria Lima, José Rodrigues Ângelo Junior e Ivan Seixas. Ligada a “Base Eduardo Leite” estaria Iara Seixas, enquanto sua irmã, Ieda Seixas, estaria ligada a “Base Yoshitane Fujimore”.<sup>526</sup> A configuração da estrutura interna do MRT ficaria disposta conforme o Tabela 1.

<sup>525</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 19690.

<sup>526</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32112.

Além destes o MRT seria formado por outros militantes que não eram inseridos ou ligados às duas bases citadas anteriormente. Tratado apenas como aliados, a relação desses militantes com as bases orgânicas expressavam a forma pela qual a organização entendia ser o papel da militância nas organizações guerrilheiras como um todo e manifestavam a visão que o MRT tinha de como deveria ser a estrutura interna dos grupos inseridos no processo de resistência armada.

Seis pessoas estariam ligadas ao MRT, de maneira mais ou menos indireta. São listados por Antônio Guerra, em depoimento imputado a ele, como aliados da organização político-partidária: José Xisto de Oliveira, de codinome “Ferreira”, “Walter”, trabalhador da COBRASMA, palco da greve de Osasco em 1968, cujo primeiro nome é Jovelino, não constando o sobrenome, assim como “João”, cujo primeiro nome seria Antônio, contador de uma firma não revelada, aproximados pelo próprio Antônio Guerra; e Antônio Telles de Meneses, conhecido como “Francisco”, “Joaquim” – não constando o nome real – e um indivíduo desconhecido como aproximados à organização sob responsabilidade de Dimas Casemiro.<sup>527</sup>

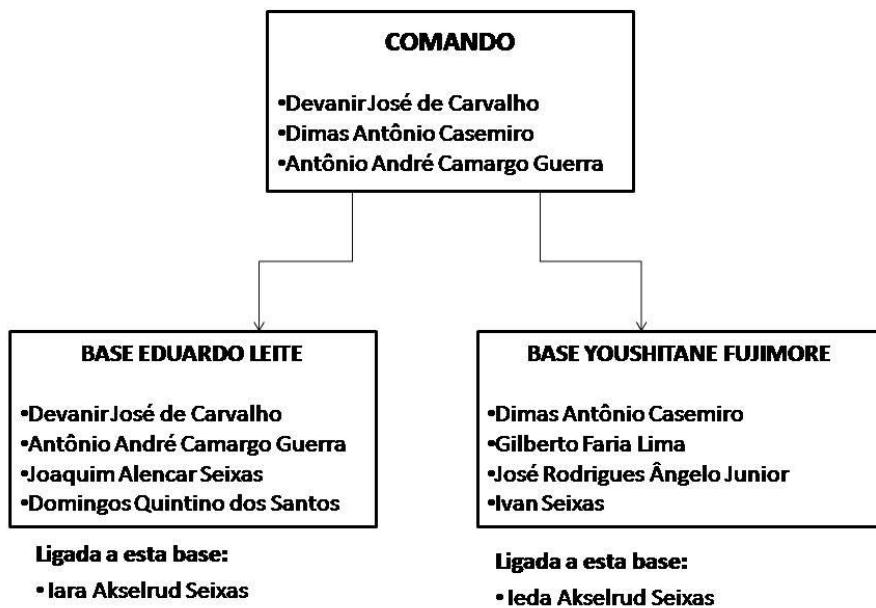


Tabela 1. Estrutura interna do MRT, em março de 1971, com base encontrado na documentação.

<sup>527</sup> Idem. Cf. DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra**. APESP, doc. nº 50 Z 9 21425.

Entretanto, esse não seria o número exato de militantes do MRT. Talvez tenha sido o número de militantes e aliados no momento da queda da organização, mas não expressa com exatidão o total de pessoas que passaram pelo agrupamento.

Um exemplo é a trajetória de Florival Cáceres.<sup>528</sup> Vindo de Votuporanga para completar os estudos em São Paulo, em 1969, Florival foi morar com Antônio Guerra, procedente da mesma cidade interiorana e conhecido de infância. Em fevereiro de 1970, Antônio Guerra teria lhe revelado que participava de uma organização política de esquerda, de nome MRT, sendo apresentado, no final daquele mês, a Armênio de Souza, tido como diretor político da organização – informação não encontrada na documentação pesquisada – que teria apresentado o objetivo do MRT como sendo “implantar um regime esquerdista” no País, linguagem da repressão que oculta nos documentos as reais intenções daqueles militantes.<sup>529</sup>

Em maio de 1970, Florival teria desistido de participar da expropriação de uma agência bancária no Sumaré e viajado para Monte Azul Paulista, no Norte do estado de São Paulo, tendo ficado lá três dias. Quando retornou, Antônio Guerra havia se mudado e Florival se mudado para uma pensão.

Depois de dez dias, o mesmo foi localizado por Antônio, que o acompanhou para a Avenida Indianópolis, onde se encontrou com Devanir de Carvalho que o levou para seu “aparelho”. Lá estavam Carlos Lamarca e Iara Iavelberg, da VPR; José Rodrigues Ângelo Junior e Pedrina de Carvalho do MRT, além de um militante identificado por Antônio Raimundo. Naquela ocasião, Florival Cáceres foi advertido que sua posição só podia ser de aliado da organização, porque o indivíduo que não praticava ações não podia ser considerado militante e que todo aquele que fosse considerado traidor pelo conselho revolucionário seria “justiçado”, ou seja, executado como inimigo da guerrilha. Florival foi avisado que teve mau comportamento ao ter desistido da ação e se ausentado dos demais companheiros.<sup>530</sup>

A experiência de Florival Cáceres no MRT é muito esclarecedora para revelar como era essa relação de militância dentro da organização. Eram considerados militantes apenas aqueles que participavam das ações, por essa razão que Iara e Ieda Seixas são apenas consideradas ligadas as bases do MRT, e não militantes propriamente ditas. Talvez, junto com Florival, que esteve ligado ao MRT na condição de aliado, vários outros tenham orbitado ao

<sup>528</sup> Não se conseguiu confirmar durante a pesquisa se este é o mesmo Florival Cáceres, historiador e autor de livros didáticos.

<sup>529</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Florival Cáceres.** APESP, doc. nº 50 Z 9 31725.

<sup>530</sup> Idem.

redor da organização. Esses aliados no processo de resistência armada que não foram atingidos pela Ditadura de Segurança Nacional, não tiveram sua participação registrada nos arquivos da repressão, se perdendo no tempo.

Evidencia-se a concepção de um reduzido grupo, estanqueizado e altamente ativo nas ações armadas nos grandes centros urbanos, com o potencial de realizar uma incursão guerrilheira sem alardear a repressão, ao mesmo tempo sabotando pontos estratégicos e atacando o símbolo que a Ditadura representava. Ivan Seixas argumenta que essa era uma determinação do MRT; diz ele:

[...] o MRT tem essa característica, ele é ação. Mas diferente das outras organizações, o MRT tem uma, uma decisão interna que é: o grupo de ação vai ser pequeno, não passa de dez pessoas. Isso é uma decisão nossa. Não existe aquela coisa que as outras organizações tinham, que era de se fazer, [...] chamar mais gente, puxar mais gente pro movimento pra colocar dentro da organização. O MRT tem uma deliberação, que são no máximo dez pessoas.<sup>531</sup>

Florival teria dito, em seu depoimento, que naquela ocasião, quando havia sido levado ao “aparelho” de Devanir, teria recebido do mesmo uma carta programa que dizia, entre outras, coisas que o indivíduo da organização deveria ser marxista-leninista, lutando pela causa do proletariado e contra o imperialismo, em geral ao estadunidense.<sup>532</sup>

Mas qual seria exatamente a linha política que norteava as ações e orientava a militância? Como seria sintetizado pelos próprios militantes do MRT o caráter da luta que empreendiam contra a Ditadura de Segurança Nacional e pelo socialismo?

## 4.2 Princípios

O MRT fazia parte das organizações que entediam que uma das razões que tinham levado à inação da esquerda, principalmente aquela ligada ao PCB, frente ao Golpe de 1964 e à tarefa de organizar a resistência, era o burocratismo característico daquele Partido. Inseridos em um mundialmente amplo movimento de crítica aos partidos comunistas clássicos, a maior parte das organizações revolucionárias do pós-1964 entendia que a prática de reuniões que

---

<sup>531</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

<sup>532</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Florival Cáceres.** APESP, doc. nº 50 Z 9 31725.

decidiram as posições a ser tomadas e as tarefas a se realizar se davam de forma equivocada.<sup>533</sup>

Para estas organizações, o lema da Revolução Cubana, assim como seu exemplo, bateria fundo no imaginário de seus militantes: a ação faria a revolução. Pretendia-se inverter a ordem até então estabelecida, realizando a ação em primeiro lugar e, depois, se reunindo para teorizar sobre. Ao invés do burocratismo, ou do “reunismo”, neologismo criado na época pra qualificar a prática estática anterior majoritária na esquerda, se colocava a ação como catalisadora do desenvolvimento da resistência armada e da revolução socialista. Projeções ou planificações do que se teria como consequências das ações eram colocadas em segundo plano, a ser discutido em um momento futuro.

Ivan Seixas entende que essa característica era perceptível no MRT e em parte da esquerda brasileira naquele momento:

E aí a característica do MRT – é uma coisa que eu acho que teria que ser melhor analisada – que é da própria esquerda brasileira. O Golpe de 64 quebra completamente uma preocupação em teorizar. Porque tinha muitas teorias antes de 64. Tinham muitas conversas fiadas, antes de 64, que vão pro ralo quando acontece o Golpe, porque não serviu pra nada aquelas coisas. Então o que se tem é uma discussão dentro da esquerda brasileira, que era também [da] esquerda mundial, que era “Vamos tomar o poder”, “Como vamos tomar o poder?”<sup>534</sup>

Desde seu início, o MRT buscou imediatamente realizar ações revolucionárias em conjunto com outras organizações guerrilheiras na Grande São Paulo, o maior centro urbano do País, buscando fazer desenvolver o processo de resistência armada. Apesar das ações em si já evidenciarem as concepções ideológicas da organização sobre o papel que deveria desempenhar naquele quadro de contradições sociais, uma síntese da linha política só foi de fato posta no papel em meados de 1970, na chamada *Carta de Princípios do MRT*.

A origem do documento estaria relacionada a Plínio Petersen, quando esse ainda era militante do MRT. Segundo depoimento atribuído a Antônio Guerra, Plínio havia redigido uma carta de princípios, baseada nos 25 pontos do Partido Comunista Chinês e que, com a saída deste da organização, houve uma reformulação da referida carta. A retificação do documento teria sido baseada em uma proposta feita por Joaquim Seixas, que segundo ele,

<sup>533</sup> Alguns autores, como Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, entre outros, se utilizam do termo *Nova Esquerda*, para caracterizar esse fenômeno. Entretanto, acredito que a expressão pasteuriza, torna homogêneo, o que é plural e contraditório.

<sup>534</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

teria contado com a colaboração de sua companheira, Fanny Akselrud Seixas, havendo aprimoramento da carta feita pelo próprio Antônio Guerra, Devanir de Carvalho e José Rodrigues Ângelo Junior.<sup>535</sup>

A *Carta de Princípios do MRT*, apreendida no “aparelho” de Joaquim Seixas, no dia 16 de abril de 1971, dizia na sua introdução o seguinte:

A situação em que se encontra o Brasil está a clamar por uma solução revolucionária. Isto é inegável. No entanto, as divergências de opiniões sobre as formas de luta e o oportunismo vêm causando desuniões no bloco da esquerda, dispersando as suas forças. Em consequência dessas divergências, as forças de esquerda estão dispersas em pequenos grupos o que dificulta tremendamente o início concreto da luta revolucionária.<sup>536</sup>

De início já sobressalta a concepção do MRT em relação à união das organizações, criticando o afastamento das mesmas, o que impediria o desenvolvimento de fato da guerrilha. Transparece que as divergências sobre as formas de luta eram entraves à convergência desejada, compreendidas enquanto questões secundárias frente à tarefa principal de organizar a resistência armada e construir o socialismo.

Na sequência, a carta apresentava os deveres dos revolucionários empenhados nesse dever:

É dever de todos os revolucionários de esquerda desmascarar, sem tréguas, estes oportunistas, que tanto mal tem causado ao processo revolucionário brasileiro: seja aquele que buscam a união com outras organizações para desagregá-los – ou seja, aqueles que a sabotam, na defesa de seus interesses pessoais. É dever de todas as organizações levar à prática o seu programa de luta, para mostrar às demais organizações revolucionárias o acerto de sua linha ou a refutação da mesma; pois não é correto se esconder atrás de programas supostamente revolucionários e não procurar levá-los à prática. Sabemos que isto é apenas uma fase da revolução e que com o desenvolvimento da luta será sanada, havendo a união de todos os grupos em uma só frente. “O dever de todo revolucionário é fazer a revolução. É certo que a revolução triunfará na América Latina e no mundo, mas não é próprio do

---

<sup>535</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32082.

<sup>536</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES. **Carta de princípios do MRT.** APESP, doc. nº 30 Z 160 9819.

revolucionário sentar-se à soleira da porta da casa e ver o cadáver do imperialismo passar (2<sup>a</sup> Declaração de Havana).<sup>537</sup>

Nesse trecho retoma-se a questão na união das organizações revolucionárias como sendo essencial para o desenvolvimento do processo revolucionário, sendo dever daqueles guerrilheiros desmascarar todos que prejudicassem aquela fase da revolução, sobreposta apenas através da luta e das ações, havendo em um momento posterior, uma conjuntura que permitisse a união de todos os grupos em uma frente única de atuação.

Também se reforçava a questão da primazia da prática em relação à teorização, como a primeira sendo elemento ratificador ou retificador da segunda. As teorias sobre a luta revolucionária deveriam ser postas em prática o mais cedo possível, pois o sucesso, ou o fracasso, das ações iria revelar se aquela era uma decisão acertada, e por isso passível de reprodução, ou equivocada, implicando no imediato abandono da mesma e a reformulação daquela diretriz.

A citação da 2<sup>a</sup> Declaração de Havana fundamentava as práticas até então realizadas pelo MRT, colocando de modo imperativo as ações revolucionárias, como alicerce determinante para o desenvolvimento da guerrilha revolucionária. Expressava-se, também, a ligação da organização com os fundamentos da Revolução Cubana e, ao mesmo tempo, com as organizações que colocavam as ações como prioridade imediata no processo de resistência armada, como a ALN e a VPR, por exemplo, que compartilhavam com o MRT da mesma influência tática.

Concluindo a *Carta de Princípios*, apresentava-se como aqueles militantes se entendiam naquele contexto e quais os objetivos que deveriam seguir aqueles que desejassem entrar para a organização: “Nós, brasileiros, marxistas-leninistas, conscientes de nossas responsabilidades perante a História, nos congregamos numa organização revolucionária que se propõe levar avante as tarefas atuais da revolução proletária no Brasil, subordinada aos seguintes princípios e objetivos.”<sup>538</sup>

Os princípios e objetivos dividem-se em nove pontos no total, sendo eles: 1) Linha geral baseada na teoria revolucionária marxista-leninista; 2) Forma de organização baseada no centralismo democrático; 3) Defesa da solidariedade revolucionária sem fronteiras; 4) Luta sem quartel ao imperialismo em geral e em particular ao imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos; 5) Adoção da estratégia da guerra do povo, levada a efeito na época do

---

<sup>537</sup> Idem.

<sup>538</sup> Idem.

neocolonialismo; 6) Implantação da ditadura do proletariado para atingir o socialismo; 7) Muito embora nos enriqueçam as experiências revolucionárias dos outros, nos propomos a desenvolver a luta de libertação dentro das condições e realidades brasileiras e com as nossas próprias forças; 8) O êxito da revolução brasileira depende fundamentalmente da aliança operário-campesina; e 9) União de todas as forças revolucionárias de esquerda.<sup>539</sup>

A carta encerrava determinando que a aceitação e a defesa destes princípios e objetivos era condição irrevogável para pertencer à organização, sendo assinada com o lema do MRT, presente em todos os panfletos e documentos produzidos pela organização, mesmo que na Frente, “se dez vidas tivesse, dez vidas daria”, em 27 de setembro de 1970.<sup>540</sup>

Os princípios, distribuídos em nove pontos, tornavam claro o que o MRT pretendia ser e o que deveria ser atingido como objetivo para alcançar o socialismo. Todas as premissas que constituíam uma organização comunista característica do século XX se faziam presentes no documento. Assim, pressuposto como o marxismo-leninismo, o centralismo democrático, a posição antiimperialista, a ditadura do proletariado e a solidariedade aos movimentos revolucionários internacional estavam presentes na carta.

Se a ALN foi na prática efetivada em uma dinâmica de luta marcada pela descentralização estrutural, dando prioridade para a ação direta revolucionária em detrimento de uma discussão interna prévia, levando a interpretações que a definem como características próximas aos pressupostos anarquistas, então, o MRT deve ser analisado com atenção. Se as práticas revolucionárias do MRT eram de fato similares às da ALN, o que facilitou enormemente o entendimento e a construção da Frente com o agrupamento criado ao redor de Marighella, a forma que a estrutura interna foi se consolidando demonstrava que, no entanto, havia uma ordenação na organização, composta de maneira hierarquizada pelo comando, seguido das bases, e dos aliados, demonstrando que minimamente havia uma centralização maior do controle das ações empreendidas.

Também se evidencia que o conflito teórico sobre a tática revolucionária que serviria de base para as ações guerrilheiras, presente na gênese da Ala Vermelha, permanecia com o MRT. Apesar de citar a 2ª Declaração de Havana, como clara influência teórica, o pressuposto maoísta da guerra popular era estabelecido como princípio e objetivo da organização. A tentativa de conciliar as duas concepções táticas, marcante no documento que sintetizava a origem da Ala Vermelha, *Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo...*, que pareciam ser expressões das duas revoluções mais simbólicas para os guerrilheiros do Brasil no período, a

<sup>539</sup> Idem.

<sup>540</sup> Idem.

cubana e a chinesa, deitou raízes profundas nos militantes que compuseram o MRT. O conflito, no entanto, não chegou a ser resolvido, pois a organização não conseguiu se estabelecer no campo.

O mais perto de realizar o processo revolucionário no campo foi através do campo de treinamento em Embu-Guaçu. No depoimento imputado a Waldemar Andrew, menciona-se a existência de uma gleba de terras, cerca de oito chácaras, compradas por Plínio Petersen com o nome falso de “Guilherme Pereira dos Santos”, com dinheiro de entrada recebido de Devanir de Carvalho, sendo possível o valor ter ligação com a VPR, dada a relação estreita de Devanir com a organização comandada por Carlos Lamarca.<sup>541</sup>

Com a saída de Plínio Petersen do MRT, haveria ocorrido uma discussão entre ele e Devanir, testemunhada por Waldemar Andrew, na qual teriam trocado “palavras obscenas” em torno das terras na região de Itapecerica da Serra. Plínio teria dito em um momento posterior a Waldemar, que iria tentar pagar as prestações da chácara, para ficar com a posse da mesma.

Waldemar esteve na referida gleba de terra por duas vezes, sendo a primeira, antes de maio de 1970 e, a última, em janeiro de 1971, onde esteve consertando o carro de Plínio Petersen e jantado na casa do mesmo. Plínio nunca teria comentado que tal local seria usado para o treinamento de tática de guerrilha rural, chegando a dizer que pretendia construir uma casa ali e manter uma criação de coelho.<sup>542</sup>

No mesmo dia do interrogatório de Waldemar Andrew, 5 de fevereiro de 1971, Edgard de Almeida Martins, que havia sido dirigente da Ala Vermelha, foi perguntado pela repressão sobre o campo de treinamento de guerrilha do MRT, dizendo que desconhecia por completo qualquer assunto ligado à aquisição de oito chácaras em Embu-Guaçu, vinculada ao nome de “Guilherme Pereira dos Santos”.<sup>543</sup>

Já no depoimento atribuído ao aliado do MRT, José Xisto de Oliveira, consta que o mesmo teria feito treinamento de tiro supervisionado por Antônio Guerra nas proximidades de Embu-Guaçu, junto com Antônio Telles de Meneses, outro aliado da organização. Um segundo treinamento também teria sido realizado na região com a presença de José de Oliveira, o militante “Walter”, de primeiro nome Jovelino, “João”, cujo primeiro nome seria

---

<sup>541</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Waldemar Andrew.** APESP, doc. nº 50 Z 9 16373.

<sup>542</sup> Idem.

<sup>543</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Edgard de Almeida Martins.** APESP, doc. nº 50 Z 9 16365.

Antônio, e o responsável pelo treinamento, Antônio Guerra.<sup>544</sup> Não há maiores detalhamentos no documento sobre o local onde foi realizado o treinamento de tiro, mas seria coincidência demais se as terras adquiridas pelo MRT na região não fossem exatamente essas utilizadas para treinamento de fundamentos das ações revolucionárias.<sup>545</sup> Se em outras organizações esse tipo de treinamento seria o suficiente para considerar o indivíduo militante, no MRT ele só alcançaria essa condição participando efetivamente de ações.

Como não foi encontrado outro depoimento que mencionasse a chácara em Embu-Guaçu, podemos levantar a hipótese de que, assim que Plínio Petersen saiu do MRT, aquela gleba de terra tenha sido abandonada pela organização, dentro das normas de segurança estabelecidas. Dificilmente uma porção de terra tão significativa teria sido aquisição da organização se não para servir de campo de treinamento de guerrilha; ainda mais na região que fica no pé da Serra do Mar, posição geográfica ideal para fazer eclodir a guerrilha revolucionária, tal qual a experiência cubana havia ensinado. Talvez tenha sido a partir da discussão em torno da posse do campo de treinamento, envolvendo Devanir e Plínio, prevalecendo a permanência do último com a terra, que Devanir tenha pejorativamente chamado Plínio de “oportunista” quando esse saiu da organização, situação que consta na *Carta de Princípios* como mal do processo revolucionário brasileiro que deveria ser desmascarado para não afetar a união das organizações inseridas na resistência armada.

Em 1972, os órgãos de inteligência acreditavam que o MRT tinha algum campo de treinamento de guerrilha em Goiás. Em 17 de julho, foi solicitado pelo SNI ao DOPS de São Paulo, em documento confidencial, que Élio Cabral de Souza fosse retirado do Presídio Tiradentes, onde estava preso, para que fosse ouvido sobre as atividades do MRT em Goiás, seus dirigentes, suas ligações e suas atividades do Comitê Regional de Goiás do MRT.<sup>546</sup> Em um documento escrito a mão, veio a resposta: não existia nada sobre ligações ou atuações de Élio Cabral de Souza sobre MRT ou Goiás, porque o MRT nunca agiu em Goiás, somente em São Paulo, e porque Élio nunca havia pertencido ao MRT, apenas ao PCdoB e a Ala Vermelha.<sup>547</sup>

Os órgãos de inteligência e repressão batiam cabeça, pois confundiam o MRT, fundado em 1969, com o movimento organizado a partir das Ligas Camponesas, em 1962, o

<sup>544</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório José Xisto de Oliveira.** APESP, doc. nº 50 Z 9 21403.

<sup>545</sup> Não foi encontrado nos depoimentos, tidos como de Antônio André Camargo Guerra, referências a este campo de treinamento de guerrilha.

<sup>546</sup> SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Confidencial.** APESP, doc. nº 20 C 43 3847.

<sup>547</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Sem título.** APESP, doc. nº 20 C 43 3848.

qual teve campos de treinamento de guerrilha no estado de Goiás, desbaratados pela repressão naquele mesmo ano, provando que assumir a sigla no antigo movimento confundiria em algum momento a Ditadura de Segurança Nacional.

Ivan Seixas entende que a *Carta de Princípios do MRT* se insere na perspectiva antiteorizante daquele período. Diz ele:

Agora, essa característica de não ter uma teoria e ter a prática de tentar tomar o poder, o MRT que consolida mais. Por quê? Porque o MRT, diferente de MR-8, PCBR [entre outros], que têm estatuto, carta programa, não sei o quê, aos moldes de partido; e também não é aquela coisa meio desorganizada que a ALN se propõe, que é não ter organização, que o Marighella propõe. O MRT tem uma formação leninista, tem uma formação que é *quase* um partido, mas não é um partido, é um movimento que chama Movimento Revolucionário Tiradentes, mas tem basicamente a seguinte preocupação: nós nos definimos como marxista-leninistas, antiimperialistas, e vamos à luta. É basicamente isso, tem uma carta de princípios e estamos conversados. Não há uma preocupação em formulação teórica. Porque a teoria historicamente cai quando a esquerda é surpreendida pelo Golpe, que porra, não era tanta surpresa, mas todas as teorias acabam indo pelo ralo nesse momento.<sup>548</sup>

O MRT, por princípio, teria uma organização interna mais calcada no centralismo-democrático, pressuposto básico do marxismo-leninismo, que a ALN, mas teria uma preocupação relativamente baixa com a teorização da prática revolucionária, assim como a organização de Marighella e Câmara Ferreira. O relato de Ivan reforça o argumento levantado na documentação sobre as ações e sobre a estrutura interna da organização, corroborando essa hipótese.

Em um documento intitulado *Terroristas?*, evidencia-se outras diferenças entre MRT e ALN. Assinado por “Manoel Raimundo”, o texto propõe à militância que não se adote o termo “terrorista” para caracterizar a luta revolucionária, como fazia ALN e VPR. O documento começa da seguinte maneira:

A burguesia brasileira nos tempos de grandes atividades do movimento guerrilheiro brasileiro (68,69) viva momentos difíceis e criou o termo “terrorista” para denominar os guerrilheiros urbanos, pois vivia realmente aterrorizada, é uma questão lógica por o nome de terrorista às pessoas que os aterroriza. O povo, devido aos revolucionários de então não terem feito nada para destruir este termo

---

<sup>548</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

menospresante [sic], foi obrigado a ter chamado de “terrorista” aqueles que sabia[sic] que de terrorista não tinha nada, pois sabem que terrorista é a ditadura imperante desde 1964, que mata, que tortura nas prisões medievais que sustenta, que espanca o povo nas ruas.<sup>549</sup>

De início já se percebe que, apesar da visão positiva sobre a constituição do movimento guerrilheiro no País, criticava-se a passividade dos revolucionários em aceitar a conotação de “terrorista” designada pela Ditadura. Ao não se combater o termo pejorativo, não se evitou que a população reproduzisse o discurso oficial. O texto segue:

Tanto a Burguesia insistiu neste termo que o povo só nos chama de “terroristas” e o movimento do “terror”. A maioria dos militantes atuais, tanto dessa O. [organização] como das demais, aceitou este termo e só chama de “terror” o movimento e de “terroristas” os revolucionários. Companheiros, devemos aqui por diante tomar como norma que: somos guerrilheiros urbanos e não terroristas, pois terrorista é a ditadura assassina que aí está .Todos sabemos disso, mas alguns companheiros não entendem o que significa essa palavra, ela significava menospreso[sic] ao movimento, é um termo que apresenta o movimento de uma forma errada diante do povo, o que é preciso é destruir este termo, já que até agora ninguém tomou esta iniciativa devemos nós toma-la[sic].<sup>550</sup>

Esse trecho implicava com a construção do termo como imposição da burguesia, mostrando uma correta leitura da realidade em que estavam inseridos. Percebia-se que as classes dominantes estavam vinculadas à Ditadura de Segurança Nacional e que tinham papel ativo na construção simbólica do inimigo interno, como também o caráter terrorista daquela Ditadura, que se utilizava de estratégias para disseminar o medo como forma de dominação política. O texto se encerrava assim:

A Burguesia tem toda a imprensa em suas mãos e diz o que quer a nosso respeito e a respeito dos movimentos em todo o mundo. Nós como não temos nenhuma destas possibilidades devemos quando em ação nos dizermos, ou melhor, explicar e lembrar que somos guerrilheiros urbanos e não terroristas, quando escrevemos manifestos para panfletagem e para os manifestos de sequestros devemos sempre arrumar um lugar no manifesto para lembrar que não somos terroristas e sim guerrilheiros.<sup>551</sup>

<sup>549</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES. **Terroristas?** APESP, microfilme.

<sup>550</sup> Idem.

<sup>551</sup> Idem.

Por fim, o lema do MRT sempre utilizado, “se dez vidas tivesse, dez vidas daria”, junto com “saudações revolucionárias” do militante Manoel Raimundo, que não foi identificado. O texto, que deve ter servido de base para alguma discussão interna, servia de contraponto à ALN e VPR que, em algum momento de sua existência, assumiram o termo “terrorista”, implicando a luta revolucionaria como inerente ao terror – aqui sofrendo inflexão de classe – às classes dominantes.

No *Mini-manual do guerrilheiro urbano*, escrito por Carlos Marighella, em meados de 1969, o termo “terrorismo” consta como um dos elementos constituintes do capítulo referente às características das técnicas das guerrilhas, sendo apenas um dos 14 elementos que aparecem no subitem sobre os tipos e natureza de modelos de ação para os guerrilheiros urbanos. Descrita de modo extremamente semelhante à de sabotagem, outro dos elementos presentes como parte constitutiva das técnicas de guerrilha, o terrorismo associado à luta revolucionária recebe poucas linhas. Mais significativa é a descrição que figura na introdução do livro, expresso da seguinte maneira:

A acusação de "violência" ou "terrorismo" sem demora tem um significado negativo. Ele tem adquirido uma nova roupagem, uma nova cor. Ele não divide, ele não desacredita, pelo contrário, ele representa o centro da atração. Hoje, ser "violento" ou um "terrorista" é uma qualidade que enobrece qualquer pessoa honrada, porque é um ato digno de um revolucionário engajado na luta armada contra a vergonhosa ditadura militar e suas atrocidades.<sup>552</sup>

Marighella parecia acreditar que havia um sentido positivo em ser tachado de “terrorista” pela Ditadura, e que isso facilitaria uma identificação com a população, percebendo naqueles, assim designados, oposicionistas capazes de fazer frente àquele estado de coisas. A História provou que, se de fato essa foi a interpretação, não poderia ter sido mais equivocada a leitura feita pelo líder da ALN. O termo “terrorista” parece ter apenas afastado as pessoas do processo de resistência armada, isolando socialmente ainda mais aqueles guerrilheiros.

Não consta, até onde essa pesquisa conseguiu se aprofundar, em qualquer documento do MRT, o termo “terrorista” como elemento constituinte ou da organização ou como técnica

---

<sup>552</sup> MARIGHELLA, Carlos. **O mini-manual do guerrilheiro urbano.** 1969. Disponível em:<<http://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2013. Há várias versões deste livro de Marighella que foi, desde o início, apenas mimeografado. Essa cópia data de 1970, afirma-se no sítio que foi disponibilizado, não se sabendo, de fato, se essa é a cópia mais fidedigna.

de guerrilha a ser empreendida. Ao contrário, várias citações sobre o caráter terrorista da Ditadura de Segurança Nacional podem ser encontradas em documentos da organização ou em panfletos da Frente, por ela assinados.

Em um panfleto intitulado *O Terror de uma Ditadura*, que apresenta nomes como Eduardo Leite, Ariston Lucena, Padre Giorgio Callegari e Padre Roberto Romano, como presos sob tortura e escondidos pela Ditadura, dizia que aquele governo continuava pondo em prática o seu plano terrorista com mais crimes contra os direitos fundamentais dos homens.

Assinado pela ALN, MRT, MR-8 e VPR, o conteúdo do panfleto tentava justamente denunciar a natureza terrorista das práticas executadas pela Ditadura. Concluía-se da seguinte forma:

Como o povo pode ver, este governo não se envergonha das atrocidades já cometidas e que provocaram a indignação da opinião pública mundial. Ele prepara, atrás de silêncio e da mentira, a chacina desses patriotas e tenta a desmoralização dos que lutam pela libertação da Pátria. Não conseguirão nos desmoralizar – o governo sim é que já está desmoralizado. Deixamos claro que a ditadura militar é responsável pelas vidas e integridade física de nossos companheiros [presos], perante o povo e a opinião pública mundial. E fica avisada a ditadura militar: cada ato de agressão e violência terá pela frente a ação revolucionária e a justiça das armas do povo.<sup>553</sup>

Demonstra-se não só que a pauta dos Direitos Humanos já estava incorporada à resistência revolucionária naquele momento, como também se refutava a desmoralização que a Ditadura fazia da luta de libertação do País. Se este material foi feito no segundo semestre de 1970, quando Eduardo Leite estava sequestrado nos órgãos de repressão, talvez já se pensasse de maneira diferente daquela preconizada por Marighella, mais ou menos um ano antes, pelo menos enquanto Frente.

Em janeiro de 1971, o MRT lançou a primeira edição de seu jornal, o *Voz Guerrilheira*. Descrito como órgão oficial do MRT, só foi possível encontrar as duas primeiras páginas do jornal. Assim se tem acesso ao editorial na primeira página e a um artigo sobre reforma agrária na página seguinte, contendo no final da matéria sugestões para participação.

O editorial é bastante revelador das características do MRT, e as limitações que seus militantes entendiam existir em decorrências delas. O início do editorial se dá assim:

---

<sup>553</sup> FRENTE. **O Terror de uma Ditadura.** APESP, doc. nº 30 Z 160 8902.

Nossa Organização vem se desenvolvendo, dentro do cenário de esquerda brasileira, com considerável firmeza político-ideológica e com bastante segurança interna. Nossos militantes não pouparam esforços em levá-las, cada vez mais em direção às posições corretas e revolucionárias, vêm também se desenvolvendo político-militarmente em cima das tarefas revolucionárias que encontramos pela frente. No entanto, a falta de um órgão de divulgação, um boletim informativo, ou seja, um jornal, vem trazendo sérios prejuízos à Organização em particular e ao processo em geral. Se por um lado, a unidade política entre os militantes da Organização é dificultada pela falta de um órgão centralizador de discussões, por outro lado, o processo de entrosamento e de unidade com outras organizações torna-se difícil, uma vez que falta a estas a possibilidade de acompanhar o desenvolvimento político da Organização e de tomar conhecimento de nossa posição oficial em relação aos diferentes acontecimentos por que passa a realidade brasileira.<sup>554</sup>

Evidencia-se nessa primeira parte, que a preocupação com a segurança interna da organização continuava sendo uma constante dos textos da organização, assim como o pressuposto de união com outras organizações revolucionárias, cujo desenvolvimento seria prejudicado pela ausência de um órgão de informação do MRT. No momento seguinte se elenca os motivos da demora na elaboração do jornal:

Esta falta é explicada, fundamentalmente, na origem de nossos quadros que são na maioria operários em camponeses. A dificuldade que tem esses companheiros em transmitir suas experiências e suas concepções sobre as coisas, através da palavra escrita é muito grande. No entanto, este motivo não justifica a falta de jornal. Os companheiros mais desembaraçados para escrever devem tomar a iniciativa e abrir os debates. Assim sendo, temos certeza que os demais companheiros acabarão por superar as dificuldades e irão colaborar com o jornal. Não importa a falta de estética, não importa as frases bonitas e nem as palavras pomposas, o que importa é o conteúdo, importa transmitir, mesmo de maneira rude, aquilo que vai dentro de si. Aquilo que realmente pensamos. Quando deixamos de lado a preocupação com os erros de português e com a estética das frases, a dificuldade diminui consideravelmente.<sup>555</sup>

A baixa escolaridade e a dificuldade de elaboração de texto que emperravam a elaboração do jornal tinham a ver com a origem operária majoritária dos militantes que

<sup>554</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES. **Voz Guerrilheira nº 1 - Editorial.** APESP, doc. nº 30 Z 160 14661.

<sup>555</sup> Idem.

compunham a organização. Além da posição política antiteoricista, que privilegiava as ações em detrimento de uma elaboração teórica, a composição social da organização, majoritariamente advinda da classe trabalhadora deve ser levada em conta.

O editorial, que ocupa toda a primeira página do jornal, termina apontando que, além da parte “polêmica”, também havia a parte informativa, que seria constituída de notícias de âmbito nacional e internacional. Mas que elas teriam de ir ao encontro de alguns objetivos, onde se teve acesso apenas ao primeiro: “levar ao conhecimento dos revolucionários aquelas notícias que elevem seu ânimo para lutar”.<sup>556</sup>

Essa parece ser uma questão central que perpassa toda a produção guerrilheira daquela época. Com muita má vontade – e até mesmo pitadas de arrogância intelectual – se julgou, majoritariamente, na historiografia, que os textos produzidos pelos militantes estavam longe de retratar fielmente o contexto histórico em que viviam, e que essa foi uma das razões de não conseguirem atingir o objetivo de transformar tal realidade. Comete-se o erro crasso de desconsiderar que aquela produção tinha por objetivo justamente motivar a militância, elevar o moral dos guerrilheiros no difícil processo de resistência revolucionária à Ditadura Segurança Nacional e todo seu aparato estatal voltado para eliminá-los.

A segunda página do jornal *Voz Guerrilheira*, a que esta pesquisa teve acesso, trata de críticas ao Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste, criado em 1966, e cuja finalidade seria a elaboração e execução de programas e projetos que melhorassem as condições de vida dos trabalhadores da agroindústria desde o Maranhão até Minas Gerais. A matéria questionava os resultados de tal grupo depois de cinco anos, avaliando que, até então, nada havia sido feito a favor da reforma agrária no Brasil. Concluíam-se, dessa forma, as críticas à política agrária da Ditadura:

E como a estrutura atual do Nordeste, por “deformação histórica”, repousa sobre latifúndios improdutivos; podemos afirmar categoricamente que esta insignificante experiência não avançará mais do que o necessário para a manutenção do cabide de emprego. Como nós sabemos, somente a destruição total da sociedade burguesa e a edificação da sociedade socialista poderá resolver este problema.<sup>557</sup>

Talvez, também, pela origem rural da maioria de seus integrantes, ligados a Muriaé, interior de Minas Gerais, Votuporanga, interior de São Paulo, e Bragança, norte do Pará, os

---

<sup>556</sup> Idem.

<sup>557</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES. *Voz Guerrilheira* nº 1 – Reforma Agrária. APESP, doc. nº 30 Z 160 14661.

quais migraram para os grandes centros urbanos e se inseriram no processo produtivo fabril como mão de obra assalariada, além da própria ligação histórica da Ala Vermelha com o MRT das Ligas Camponesas, bem como o objetivo de instalar a guerrilha nas zonas rurais, justifiquem o destaque sobre a reforma agrária na segunda página no jornal.

O esforço de sintetizar uma linha política continuaria. Em documento datado de 7 de fevereiro de 1971, intitulado *Reflexões sobre o desenvolvimento da luta armada no Brasil*, era traçado um panorama histórico que contextualizava as ações armadas e sugeria um caminho tático a seguir.

O documento, assinado por Gilberto Faria Lima e Dimas Casemiro, parece ser uma contribuição voltada para o debate interno da organização. O início era marcado por um estudo do início da Ditadura e da luta de resistência iniciada pelas organizações revolucionárias:

A partir do golpe de 1964, as forças de esquerda viveram um compasso de espera e aglutinação de forças, até o início de 1968, quando se deu os primeiros choques armados, esboçando com isso o caráter da luta a seguir. Cabe aqui, analisarmos os resultados práticos obtidos até o presente momento: Iniciada a luta, notava-se a preocupação da esquerda em criar um clima de efervescência revolucionária que desse desgaste político a ditadura fascista, tanto no plano interno como externamente, ao mesmo tempo em que capitalizasse o descontentamento popular em torno de reivindicações políticas, pretendendo com isso uma participação das massas no processo revolucionário, no conceito de uma guerra prolongada. Para conseguir tais objetivos, partiu-se para ações de atentados, justiçamento e ações de meios.<sup>558</sup>

Além de caracterizar a Ditadura então vigente como *fascista*, reafirmava-se a convicção na concepção da guerra popular prolongada, parte constitutiva da teoria revolucionária maoísta, mesmo que o caminho para se construir tal objetivo tivesse que ser com utilização de técnicas de luta distantes do preconizado pela experiência chinesa.

A análise de conjuntura continuaria:

É inegável, pois, que se conseguiu um clima de efervescência revolucionária (período “fluxo” – 1968/69), e consequentemente o isolamento político da ditadura tanto no plano interno, como no exterior. Não se conseguindo porém, capitalizar o

---

<sup>558</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES. **Reflexões sobre o desenvolvimento da luta armada no Brasil.** APESP, microfilme.

descontentamento da massa em torno de reivindicações políticas (eleições diretas, anulação do AI-5, direito a greve), muito menos sua participação efetiva no processo. Conseguindo o isolamento político da ditadura, a falta de uma visão correta em torno de qual seria o sustentáculo do sistema; nos levou a situação que ora nos encontramos em 1971. Embora conseguindo o isolamento político, não se considerou a principal base do regime, que é a base Econômica; paradoxalmente, notamos que as inversões maciças de capital estrangeiro no Brasil se deu[sic] em 1969/70.<sup>559</sup>

Argumentava-se que, no período de 1968 a 1969, havia se conseguido o isolamento político da Ditadura, mas que a política econômica, tida como base sobre a qual aquele Estado se sustentava, garantia a continuidade no poder. É discutível se a Ditadura de Segurança Nacional ficou mesmo isolada politicamente – quando certamente foi pressionada com as manifestações populares, da classe trabalhadora e estudantes – e se o sucesso da permanência daquele estado de coisas se deve unicamente ao modo que a economia foi tocada no final dos anos 1960, e não também pela cultura repressiva, ideológica e político-social vigentes.

Entretanto, já se tinha noção de que o chamado “milagre econômico” teria evitado que aquela conjuntura de efervescência social fosse capitalizada pela resistência armada, o que de fato ajuda a compreender o processo de isolamento social das organizações guerrilheiras postas na clandestinidade, mas que por si só não explica a totalidade do fenômeno.

Por fim, o documento apresentava uma saída tática para aquele momento, definido como de impasse político, oferecendo uma alternativa à militância do MRT. Assim é descrito:

Visto estar a Esquerda em geral, impossibilitada de a curto ou a médio prazo, contar com a participação maciça da classe proletária ativamente no processo revolucionário, convoca-se como saída tática imediata o desenvolvimento de ações de sabotagem que venham minar esta base econômica em que se assenta o inimigo de classe. Com um desgaste político total, e um poder econômico constantemente ameaçado, a ditadura se colocará num impasse e condicionará a uma saída dialética.<sup>560</sup>

Colocava-se a assinatura da organização – “se dez vidas tivesse, dez vidas daria” – e encaminhava-se o documento ao CN do MRT – uma hipérbole característica das organizações do período –, abrindo com isso a “polêmica” em torno do assunto, e depois de discutido pelo

---

<sup>559</sup> Idem.

<sup>560</sup> Idem.

comando, sendo requisitado que o mesmo descesse às bases para discussão e, caso aprovado, fosse publicado no próximo número do jornal *Voz Guerrilheira*.

Se a base econômica garantia a perpetuação da Ditadura no poder, então, pela lógica daqueles guerrilheiros, dever-se-ia empreender ações de sabotagem que enfraquecesse o núcleo pelo qual o poder havia se erigido e se sustentava naquele momento, fazendo ruir todo o sistema. Em nota circulada no fim do documento, era dito que o mesmo havia sido discutido pelo comando da organização, em 17 de fevereiro de 1971, apontando as seguintes conclusões:

1) É necessário aprofundar a parte histórica, incluindo, inclusive o período que antecede a 1964. O C.N. vai pesquisar nesse sentido, no entanto as bases também deveriam fazê-lo, a fim de que compreendendo o passado, possamos avaliar bem o presente e o futuro. Este documento, após discutido nas bases e aprofundado, passará a ser o documento oficial da O.[organização]. 2) A análise, segundo a qual a base econômica é a principal base do regime é correta. A saída tática no sentido de minar esta base econômica, proposta pelo documento, é justa na medida em que, através de uma propaganda maciça, junto ao operariado, consigamos extrair efeitos positivos para o desenvolvimento da revolução.<sup>561</sup>

Além de, acertadamente, apontar a necessidade de aprofundar historicamente o período anterior ao Golpe de 1964, ao que tudo indica, o documento teria sido aprovado pelo comando do MRT e passaria a ser a linha política oficial da organização. Assim sendo, a participação do MRT na guerrilha urbana seria acentuada, ficando o objetivo de instalar-se no campo em segundo plano. Não à toa, pouco mais de um mês depois, ocorreu a tentativa, já analisada, de explosão da ponte do Jaguaré, sobre o rio Pinheiros, em uma clara demonstração de ação de sabotagem.

Delineava-se, mais precisamente, o conceito de guerrilha urbana. Ivan Seixas argumenta que nem o modelo chinês, tampouco a concepção de guerrilha cubana, foram reproduzidos aqui, pois implicavam no deslocamento para o campo, no sentido de formar tanto a guerra popular prolongada, quanto o foco revolucionário. Na América Latina, de acordo com ele, se desenvolveu uma experiência mais propriamente urbana, que Raul Sendic, liderança dos Tupamaros no Uruguai primeiro sintetizou, no qual as organizações revolucionárias deveriam, basicamente, atuar nas cidades.<sup>562</sup>

---

<sup>561</sup> Idem.

<sup>562</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

Segundo Seixas:

Então surge nesse local, chamado América do Sul, a ideia de se fazer uma revolução com foco na cidade, que é diferente de tudo o que acontecia. Tanto que os “milicos” da direita têm uma preocupação em fazer um estudo, como escola militar, do quê que é isso daqui. Que não é, por exemplo, a insurreição de Argel, com Casbah, aquela coisa toda, mas é uma coisa parecida. Não defende território como lá o Casbah, mas tem características urbanas, de ataque fustigamento. Não é terrorista, como era lá na Argélia, por exemplo, que o inimigo era o francês e o amigo é o argelino. Não, aqui é brasileiro com brasileiro, e os assessores militares. Então você tem uma guerra de fustigamento.<sup>563</sup>

A noção então seria de realizar ações de fustigamento contra pontos nevrálgicos da Ditadura de Segurança Nacional, minando-a nas cidades, facilitando a tarefa das organizações que fossem se instalar nas zonas rurais. A luta de resistência nos centros urbanos, no entanto, é anterior a esse período histórico.

A resistência francesa à ocupação nazista – conhecida naquele país como *La Resisténe* – foi realizada através de atos de sabotagem às ferrovias e/ou logística utilizada pelos nazistas, além de atentados contra oficiais alemães, nas cidades sob o governo colaboracionista de Vichy.<sup>564</sup> Também os Republicanos, na luta contra o fascismo na Guerra Civil Espanhola, fustigavam as tropas nacionalistas de Francisco Franco nas cidades da Espanha, ou sabotavam pontos estratégicos como pontes, visto no romance de Ernest Hemingway, *Por quem os sinos dobraram*.<sup>565</sup>

No próprio Brasil, a Confederação Operária Brasileira (COB), de orientação anarquista, expressão no sindicalismo revolucionário que, através da ação direta, tinha como tática as greves, os boicotes e as sabotagens, postas em prática como resposta violenta do operariado aos canais institucionais fechados pelo Estado e a burguesia, intransigentes com suas demandas, durante a Primeira República.<sup>566</sup>

Guardando as devidas particularidades, e respeitando o distanciamento temporal e geográfico, o que propuseram Gilberto Faria Lima e Dimas Casemiro estava profundamente arraigado nas experiências de resistência contra o fascismo mundo afora e no interior da

<sup>563</sup> Idem.

<sup>564</sup> Cf. ROSS, Cynthia. **Before the blaze, the spark**: the nature of armed resistance and its motivations in World War II. Washington: Washington State University, 2006. 159 f. Thesis (Master of Arts in History) - Department of History, Washington State University, 2006.

<sup>565</sup> Cf. HEMINGWAY, Ernest. **Por quem os sinos dobraram**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

<sup>566</sup> Cf. PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. **A classe operária no Brasil (1889 – 1930)** - Documentos – Vol 1. O Movimento Operário. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

própria classe trabalhadora na luta contra um Estado voltado exclusivamente para os interesses das classes dominantes.

Já era o segundo documento de discussão interna, ambos produzidos, no mês de fevereiro de 1971, por Gilberto Faria Lima e Dimas Casemiro, o que contradiz o depoimento de Antônio Guerra a Marcelo Ridenti, no qual afirmou que havia discussões teóricas e políticas, “mas não sistematicamente”, e sintetizou: “Eu mesmo conversava muito, inclusive porque tinha uma origem mais intelectualizada em relação ao resto do grupo, porque eu estava fazendo faculdade e a maior parte do pessoal não tinha formação intelectual. A própria dificuldade de leitura deles era maior”.<sup>567</sup>

Antônio André Camargo Guerra, natural de Votuporanga, como Dimas Casemiro, era, assim como vários outros trabalhadores no seu tempo, bancário que ao mesmo tempo estudava. Priorizar a experiência de estudante em detrimento da de bancário, uma das categorias de trabalhadores mais ativas daquele período,<sup>568</sup> é opção de quem constrói a narrativa ou fruto das mistificações da memória.

De acordo com o depoimento atribuído a ele, na época em que foi preso, o mesmo teria ficado responsável pelo mimeógrafo e pela impressão de textos marxistas, enquanto Devanir de Carvalho teria ficado com o aparelho *offset* e Dimas Casemiro se tornado responsável pelo jornal *Voz Guerrilheira*. “Márcio”, codinome pelo qual Antônio Guerra era conhecido, ainda teria que escrever um curso sobre marxismo que se destinaria ao desenvolvimento ideológico dos aliados do MRT, e que teria começado a escrever a linha política da organização.<sup>569</sup>

Empiricamente só foram levantados textos de cunho teórico assinados por outros militantes da organização, principalmente, como já dito anteriormente, Gilberto Faria Lima e Dimas Casemiro. O fato de ser praticamente o único militante da organização a estar cursando faculdade possibilitava, potencialmente, uma maior facilidade de acesso a obras marxistas que deveriam ser compartilhadas.

Entretanto, parece claro que em nenhum momento Antônio tenha tido um papel de destaque na elaboração da linha política, desde os princípios até os objetivos que justificassem o suposto papel de “intelectual” da organização. Até porque Dimas ficara a cargo da elaboração do jornal e, junto com Gilberto Faria Lima, havia traçado a linha política que seria

<sup>567</sup> RIDENTI, Marcelo, op. cit., p. 173.

<sup>568</sup> Marcelo Badaró Mattos cita os bancários como uma das categorias que mais realizou greves na década de 1960, experimentando diversas modalidades, como a “grevilha”, visando ter sucesso no movimento de paralisação. Cf. MATTOS, 1998, op. cit., p. 187.

<sup>569</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32129.

assumida pelo MRT, a partir de fevereiro de 1971, além de ter contribuído por escrito para a discussão em torno da segurança dos “aparelhos” da organização. Da mesma forma, o texto que fundamentou a *Carta de Princípios* havia sido proposto Joaquim e Fanny Seixas e Devanir tenha ditado o documento organizacional que serviria de modelo para os militantes do MRM/OPCOR.

O correto parece ter sido, portanto, que a formação de uma linha política, que definisse a perspectiva de resistência e os objetivos a serem cumpridos, e da estrutura interna da organização, que definisse o sistema de comando e bases, militantes e aliados, além dos “aparelhos”, estanqueidade e segurança, tenha se dado por uma contribuição mais horizontalizada do que exposto, anos depois, por Antônio Guerra.

A relação entre Antônio e o MRT talvez tenha sido mais problemática. Em documento escrito a mão pelo comando da VPR e endereçado ao comando do MRT, revelavam-se críticas que o militante teria feito à Iara Iavelberg sobre sua própria organização. A carta dizia que havia chegado ao comando da VPR por meio da militante “N” – que na pesquisa foi identificada como “Norma”, codinome de Iara Iavelberg<sup>570</sup> – críticas formuladas ao MRT e a Devanir de Carvalho que, devido a gravidade, foram encaminhadas formalmente ao comando do MRT para os encaminhamentos que julgassem pertinente.<sup>571</sup>

A VPR colocava do seguinte modo o sentido daquela carta direcionada ao MRT:

A VPR, deste modo, quer deixar bem claro que não aceita relacionamento como no nível como o do companheiro “M” [“Márcio”, Antônio André Camargo Guerra], da dissidência da Ala Vermelha, denunciando as atitudes tomadas pelo companheiro “M” como atitude política que desagregadora da esquerda. Tem assim a VPR não o objetivo de denunciar um companheiro, mas a atitude política ainda em prática dentro da esquerda.<sup>572</sup>

No corpo do texto, apresentavam-se as colocações que “M”, “Márcio”, teria feito à “N”, “Norma”. Teria dito Antônio Guerra que, na prática, Devanir de Carvalho tentou entravar o desenvolvimento orgânico da organização, porque queria se manter chefe, visto suas condições militares – provavelmente se referindo a experiência militar em ações revolucionárias –, chegando a se referir a Devanir como “caudilho”. Devanir também seria acusado de controlar e manipular todo MRT, no qual ninguém teria militância além do

<sup>570</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32121.

<sup>571</sup> VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA. **Ao comando do MRT.** APESP, doc. nº 30 Z 160 9938.

<sup>572</sup> Idem.

próprio Antônio Guerra e Joaquim Seixas, o que não se sustenta empiricamente.<sup>573</sup> Gilberto Faria Lima era militante da REDE e havia realizado treinamento de guerrilha, sob comando de Carlos Lamarca, no Vale no Ribeira, enquanto Dimas havia militado por organizações de trabalhadores em Votuporanga e no movimento estudantil, tendo passado pela Ala Vermelha, VAR-Palmares, VPR e o próprio MRT.

As críticas seguiam, dizendo que o MRT não teria concepção de nada, nem estrutura orgânica e profundos desvios ideológicos, sendo que “R”, provavelmente “Roque”, codinome de Joaquim Seixas, era supostamente “foquista”, termo usado de forma pejorativa desde aquela época. Depois de um tópico ilegível consta uma colocação posta de maneira direta: “‘Márcio’ [Antônio André Camargo Guerra] era contra o trabalho operário, na verdade por receio de ter que ir trabalhar e viver como tal, pois seu objetivo político era imitar “H” [“Henrique”, Devanir José de Carvalho] e ser respeitado.”<sup>574</sup>

O último ponto escrito na carta foi o utilizado para assegurar que “N” se tratava de “Norma”, codinome de Iara Iavelberg. A crítica era de que o MRT guardava “C” da VPR, “Cid”, codinome do capitão Carlos Lamarca, pois assim “Henrique”, Devanir de Carvalho, se sentiria o “bom”, mesmo de maneira inconsciente, por estar entre as cúpulas das organizações, e que poderiam ter colocado “C” e “N”, ambos da VPR em outros aparelhos.<sup>575</sup> Lamarca e Iara eram um casal naquele momento, ficando juntos nos aparelhos que estavam alojados.

Portanto, percebe-se que a relação entre Antônio Guerra e o restante do MRT era conflituosa, fornecendo elementos que contribuem para entender a razão pela qual o mesmo teria dado um depoimento no qual seu papel na organização era alavancado em detrimento do restante da organização. Mistificações comuns no terreno pantanoso que a memória se estabelece, cabendo ao pesquisador desfazer as falsas aporias.

Não se sabe ao certo quais as consequências da carta enviada pela VPR ao comando do MRT, ainda mais que a mesma não está datada, dificultando colocá-la na ordem dos acontecimentos. Entretanto, sabe-se que, se de fato as críticas foram feitas depois do ingresso de Joaquim Seixas na organização e de quando Lamarca e Iara se encontravam guardados no “aparelho” de Devanir, então a carta foi elaborada em algum momento do segundo semestre de 1970 ao começo de 1971. Como aparentemente Antônio Guerra permaneceu no comando

---

<sup>573</sup> Idem.

<sup>574</sup> Idem.

<sup>575</sup> Idem.

da organização, acredita-se que as polêmicas levantadas pela carta foram de alguma maneira resolvidas ou colocadas em segundo plano.

Ivan Seixas revela um caso que contribuiu de fato para uma punição interna a Antônio Guerra. Ele diz:

Teve um episódio muito doido que foi o seguinte: ele [Devanir José de Carvalho] estava junto com o Márcio no carro, na região lá, acho que de Santo Amaro, se eu não me engano, e ele vê no carro do lado o Fleury [ chefe do esquadrão da morte do DOPS, Sérgio Paranhos Fleury]. [...] o Fleury num carro dando sopa. Aí ele pega a metralhadora schmeisser, que ele usava, dá pra “Márcio” [Antônio André Camargo Guerra] e fala assim: “Atira!”, e o “Márcio” entra em pânico. [...] “Atira! Você não sabe dirigir, eu dirijo. Eu garanto a fuga, você atira, é só puxar o gatilho”. E aí o Márcio caga e fala: “Não! Eu não consigo, eu não consigo”. Era só botar pra fora, atirar e pronto. Ele não consegue. Aí o “Henrique” vai embora e tal. “Henrique” volta, quando ele chega no ponto ta eu, meu pai [Joaquim Seixas], o [Youshitane] Fujimore e ele. Ele chega espumando, espumando, mas puto da vida. “O quê que houve, Henrique?” “Porra! O “Márcio” fez uma merda...” e contou esse episódio e aí ele fez um negócio que ele falou assim: “E você? [...] (Que na época eu ainda chamava José) E você, José? Você não, não puxaria o gatilho?” Eu falei: “Com o maior prazer!” Logicamente, super orgulhoso da coisa [risos] Aí falou: “Pois é, esse cara, porra, covarde...” E puniu o “Márcio”, o “Márcio” parou de fazer ação. O “Márcio” não vai ter mais uma importância por causa disso. <sup>576</sup>

A verdade é que, logo no primeiro semestre de 1971, começaria uma série de prisões que iniciariam a queda do MRT. Haveria apenas mais uma edição do jornal *Voz Guerrilheira*, lançado em fevereiro de 1971, o mês anterior ao começo do avanço da repressão sobre os militantes da organização. E a capa do jornal indicava os “maus ventos” que começavam a soprar, dando destaque para o assassinato de Aderval Alves Coqueiro.

Nas doze páginas que compunham o jornal – das quais tivemos acesso apenas às duas primeiras – eram dispostas nove matérias. As matérias tratariam de homenagear Aderval Coqueiro, fazer um panorama internacional e interno do País, orientar os operários sobre o domínio do medo, a opressão nas lavouras, as questões de segurança e um noticiário geral. Levantavam-se, também, sugestões para estudo e debate, girando em torno de três proposições: o fascismo, o que era necessário saber, e questões de segurança.<sup>577</sup>

---

<sup>576</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

<sup>577</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES. *Voz Guerrilheira* nº 2 – Capa. APESP, doc. nº 30 Z 160 14660.

A capa do jornal vinha com uma foto de Aderval Coqueiro e um breve histórico do militante, “assassinado pela polícia fascista”, em 5 de fevereiro de 1971. Coqueiro era considerado no veículo oficial do MRT um “herói do povo” na luta contra a opressão e a miséria.<sup>578</sup>

Escrito por Devanir José de Carvalho, identificado no jornal como “Justino”, codinome que usa na época em que militava na Ala Vermelha, a segunda página do jornal era inteiramente dedicada à memória do guerrilheiro. Devanir descrevia o sentimento que lhe acometera quando recebeu a notícia da morte de Coqueiro. Escrevia ele:

No dia 6 de fevereiro de 1971, logo pela manhã, fui informado do assassinato no Rio de Janeiro, do Camarada Aderval Alves Coqueiro. Naquele momento, parecia que cairia sobre mim uma avalanche de pedras, ao mesmo tempo, eu lembrava das palavras de “Che” [Ernesto “Che” Guevara], sobre sua possível morte. Pois tenho certeza que todos aqueles que o conheciam e já estavam na luta, sentirão a necessidade de empunhar armas para fazer o que o “Coqueiro” não pode mais fazer. Sabia também, que os policiais brasileiros que seguem à risca os ensinamentos da Gestapo nazista, aconselhados [sic] pela CIA, voltavam a sorrir, pois com este assassinato que iniciaram as primeiras ações armadas da atual etapa do processo revolucionário brasileiro.<sup>579</sup>

Além de demonstrar o impacto emocional da perda que o militante teria causado no comandante do MRT, outros elementos se evidenciam. A referência a Ernesto “Che” Guevara novamente mostrava como os símbolos da Revolução Cubana batiam fundo no imaginário dos revolucionários brasileiros do período, além da interessante associação da repressão brasileira com a polícia secreta nazista e a associação deste relacionamento com a CIA. Por mais de uma vez, a Ditadura era descrita como fascista, neste e em outros documentos da organização; não por acaso, o fascismo era um dos temas de aprofundamento teórico sugeridos nesse jornal.

Carinhosamente chamado pelo diminutivo “Deva”, Coqueiro era lembrado como pai de duas meninas, uma de 5 e outra de 10 anos, tocando violão ora em casa, cheia de amigos, ora no sindicato ou na Sociedade de Amigos do Bairro da Vila Moreira, provavelmente no Tatuapé, São Paulo, onde teria sido diretor durante vários anos. Devanir tentava mensurar a

---

<sup>578</sup> Idem.

<sup>579</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES. *Voz Guerrilheira* nº 2 – O que significa para nós a perda de um revolucionário?. APESP, doc. nº 30 Z 160 14660.

perda do companheiro de militância em termos familiares e para o processo de resistência armada, escrevendo o seguinte:

Aderval Alves Coqueiro, para aqueles que não o conheceram, foi uma grande perda, pois não tiveram a oportunidade de atuar ao lado deste camarada que sabia prezar os demais, onde houvesse necessidade, lá estava ele para ajudar. Para os que conheciam na prática suas qualidades, a perda foi muito maior. Para sua companheira e suas filhas, foi uma perda que se pode chamar de irreparável, de dolorosa. O dia de seu assassinato foi sem dúvida, o dia de maior tristeza [sic] que tiveram em toda suas vidas. Não poderia ser de outra forma, a perda de um companheiro, de um pai, como ele era. Para a revolução significou a perda de um quadro dos poucos que temos, e um dos muitos que temos perdidos, varados pelas balas assassinas da ditadura, quadros esses que mostraram na prática seus valores revolucionários.<sup>580</sup>

Por fim, se fazia um breve histórico de vida do baiano, natural de Brumado, onde Coqueiro, filho de camponeses pobres teria sofrido com a fome, doenças e ameaças de jagunços dos “donos da terra”. Tornou-se retirante, indo para Brasília onde se tornou operário da construção civil no processo de construção da cidade, onde teria enfrentado um verdadeiro “mercado de escravos” no qual os trabalhadores eram submetidos.<sup>581</sup>

Segundo informações que constam no *Dossiê Ditadura*, desde 1961 Aderval Coqueiro, casado com Isaura Silva Coqueiro, passou a viver em São Paulo onde continuava a trabalhar como operário da construção civil. Militou no PCB e no PCdoB, antes de ingressar na Ala Vermelha, indo morar em São Bernardo do Campo e Diadema, passando a trabalhar como operador de máquinas e vendedor autônomo. Depois de sua queda, em 29 de março de 1969, foi detido no Presídio Tiradentes, onde ficou até ser um dos 40 libertados em troca do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben, dirigindo-se para a Argélia. De lá partiu para Cuba, onde recebeu treinamento de guerrilha, retornando ao Brasil no dia 31 de janeiro de 1971. Consta no *Dossiê* que Coqueiro já teria chego ao País integrado ao MRT.<sup>582</sup>

Seis dias mais tarde, seria localizado no apartamento onde recém havia se estabelecido, no bairro Cosme Velho, no Rio de Janeiro, e alvejado pelas costas vindo a falecer.<sup>583</sup> Apesar de não ter militado no MRT depois de sua criação, apenas no GENR, ao lado de Devanir de Carvalho, para todos os efeitos, Aderval Coqueiro era considerado um

---

<sup>580</sup> Idem.

<sup>581</sup> Idem.

<sup>582</sup> COMISSÃO de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, op. cit., p. 227-228.

<sup>583</sup> Idem.

militante da organização, sendo o GENR considerado a gênese do MRT. Assim sendo, Coqueiro foi a primeira vítima do Movimento pela Ditadura de Segurança Nacional, e inaugurando as quedas de seus militantes, o que seria o começo do fim do MRT.

#### 4.3 A Queda

Depois do assassinato de Aderval Coqueiro, ex-militantes do MRT seriam presos, iniciando um efeito dominó que levou à queda de toda a organização. Pelas estratégias estruturadoras do Terrorismo de Estado, como a tortura e a imposição do medo, se conseguiu informações dos militantes que levaram à desorganização do MRT.

Em decorrência do desbaratamento da Ala Vermelha e a investigação sobre o histórico de ações da organização, se chegou a informação de que a Ala havia atuado em Votuporanga, no interior de São Paulo, aonde alguns de seus militantes, naturais da Região, haviam passado a militar no MRT. Waldemar Andrew havia se desligado do MRT, segundo depoimento atribuído a ele, em março de 1970, pois discordava dos rumos da organização adotados por Devanir José de Carvalho, pois realizariam somente expropriações, regressando a Votuporanga, contraindo dívidas que foram pagas por Plínio Petersen, único com quem ainda mantinha contato e de quem recebeu, por diversas vezes, a proposta de fundar uma nova organização.<sup>584</sup> A prisão de Waldemar Andrew teria desencadeado as sucessivas quedas.

De Plínio Petersen pouco se soube após seu desligamento do MRT. Em documento de 5 de abril de 1971, produzido pelo serviço de inteligência do II Exército sobre Plínio Petersen, é levantada a hipótese de que o ex-militante pudesse ter se refugiado no Uruguai, atravessando a fronteira clandestinamente.<sup>585</sup>

No prontuário de Plínio Petersen Pereira, encontrado no sítio do APESP, consta que, em dezembro de 1973, o mesmo já estaria sob vigilância em Rivera, no Uruguai. O documento sugere a investigação de um automóvel visto nessa data na frente da casa do, assim tratado, asilado político.<sup>586</sup> Pode-se concluir, portanto, que sua estadia no local de treinamento de guerrilha de Embu-Guaçu deve ter sido breve após a visita de Waldemar

<sup>584</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Waldemar Andrew.** APESP, doc. nº 50 Z 9 30497.

<sup>585</sup> II EXÉRCITO. **Plínio Petersen Pereira.** APESP, doc. nº 30 Z 160 9012.

<sup>586</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Prontuário de Plínio Petersen Pereira.** APESP. Disponível em:< [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR\\_SP\\_APESP\\_DEOPS\\_SAN\\_P003474\\_01.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P003474_01.pdf) >. Acesso em: 01 abr. 2013.

Andrew, tendo Plínio voltado para seu estado de origem e se estabelecido do lado uruguai da fronteira, onde a cidade de Rivera faz divisa com Santana do Livramento, no lado brasileiro.

Waldemar foi preso em 30 de janeiro de 1971, segundo documento do II Exército dirigido ao DOPS.<sup>587</sup> Em entrevista ao jornalista Allan de Abreu, Waldemar disse que militares do DOI-CODI bateram à sua porta, sendo preso e levado até a Rua Tutóia, no bairro Paraíso, sede do DOI-CODI de São Paulo, onde teria sido torturado por 17 dias. Waldemar revelou que “eles queriam saber onde estava o (Carlos) Lamarca, mas eu não sabia”.<sup>588</sup> A reportagem transmite o que o ex-militante teria passado na cadeia:

O ex-militante se lembra em detalhes das técnicas de tortura utilizadas pelos militares, desde as mais conhecidas, como o pau-de-arara, em que era amarrado nu a um caibro de madeira, e o telefone, tapas simultâneos nos dois ouvidos, até a temida “cadeira de dragão”, feita de ferro. Os torturadores ligavam um fio elétrico no pé da cadeira e outro na orelha do torturado. O choque era de 800 volts. “Era terrível”.<sup>589</sup>

Em documento confidencial do DOPS dizia que no interrogatório de Waldemar, em 7 de fevereiro de 1971, foi revelado que um dos indivíduos mais próximos a Devanir de Carvalho era um militante de codinome “Márcio”, cuja identidade ainda não se sabia. Porém, Waldemar forneceu os dados que possibilitaram a identificação de “Márcio”, chegando ao conhecimento da repressão que esse militante era oriundo do interior, e que seu pai seria gerente de banco de uma agência da Caixa Econômica na região, sendo ele também bancário e faixa preta de caratê. Também foi revelado que “Márcio” teria tirado carta de motorista entre setembro de 1970 e fevereiro daquele ano, levando a 12 dias de investigação, no qual se chegou a 50 mil prontuários, quando foi reconhecida a foto de Antônio André Camargo Guerra como sendo “Márcio”. A partir disso, foi possível confirmar que os dados ajustavam-se com Antônio Guerra, cujo pai era bancário da agência da Caixa Econômica, em Monte Azul.<sup>590</sup>

Entretanto, já no dia 1º de fevereiro de 1971, constavam informações sobre Antônio Guerra no depoimento imputado a Waldermar Andrew. Nele, mencionava-se que, através de

<sup>587</sup> II EXÉRCITO. **Waldemar Andrew**. APESP, doc. nº 50 Z 9 30513.

<sup>588</sup> ABREU, Allan de. **Comissão investiga mortes na ditadura**. 10 mar 2013. Disponível em:<<http://www.diarioweb.com.br/novoportal/noticias/politica/128366,Comissao+da+Verdade+investiga+mortes+na+ditadura.aspx>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

<sup>589</sup> Idem.

<sup>590</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Waldemar Andrew**. APESP, doc. nº 30 Z 162 87.

“Gaúcho”, codinome usado por Plínio Petersen, seria possível chegar a um tal de “Márcio”, bancário do Banco do Brasil.<sup>591</sup>

Reunindo essas informações, foi possível a repressão chegar a Antônio Guerra. No prontuário em seu nome, no sítio do APESP, é fornecida a informação de que Antônio só deixou de trabalhar na agência do Banco do Brasil em janeiro de 1971 quando, aparentemente, caiu na clandestinidade.<sup>592</sup> Mesmo assim, o cerco já havia se fechado sobre ele, sendo sua prisão efetuada em 3 de abril de 1971.<sup>593</sup>

No mesmo documento, cita-se que, a partir da prisão de Antônio Guerra, foi facilitada a localização do “aparelho” de Devanir José de Carvalho e a prisão deste, que teria reagido e morto.<sup>594</sup> Ivan Seixas afirma que Antônio teria entregue informações da organização sem ter passado por sessões de tortura. Diz ele:

Aí fazem o cerco ao “Márcio” [Antônio André Camargo Guerra], consegue-se saber onde ele vai e tal, e consegue-se saber que ele tem um dentista que ele vai todo sábado, uma coisa assim. E aí montam o esquema e capturam o “Márcio”. E aí o “Márcio”, ao ser capturado, depois ele me contou isso, eu não sabia, na viatura da polícia, fala: “Não precisa bater, eu falo tudo”. E aí já entregou ali a casa do “Camponês”, o Domingos Quintino dos Santos, que era lá no [bairro] Tremembé. [...] O “Márcio” começa falar da possibilidade de encontrar pessoas, não sei mais o quê, e dá a dica, entrega o “Juraci” – que é o José Rodrigues Ângelo Junior –, que é preso, que não quer falar, é torturado com choque elétrico e não chega nem ser pendurado, e colabora. É fraco! Os dois eram de classe média, curiosamente [risos]. [...] E aí o “Juraci” entrega alguns apoios que eram do MRT, e entrega o ponto em que nós caímos.<sup>595</sup>

O volume de documentos produzido por Antônio Guerra e José Rodrigues Junior, dos quais muitos foram utilizados por essa pesquisa para reconstituir parte da História do MRT, é de fato bastante extensivo. Entretanto, mesmo sem torturas, não é possível mensurar o sucesso que o terror imposto pela Ditadura de Segurança Nacional teve nesses militantes. Tampouco saber, com certeza, se os mesmos não cooperaram de fato com a repressão.

<sup>591</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Waldemar Andrew.** APESP, doc. nº 50 Z 9 18012.

<sup>592</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Prontuário de Antônio André Camargo Guerra.** APESP. Disponível em:< [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR\\_SP\\_APESP\\_DEOPS\\_SAN\\_P003475\\_01.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P003475_01.pdf) >. Acesso em: 01 abr. 2013.

<sup>593</sup> Idem.

<sup>594</sup> Idem.

<sup>595</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

No dia 5 de abril de 1971, Devanir de Carvalho teria um “ponto” com Job Alves dos Santos da OPCOR. Entretanto, o mesmo já havia sido preso e informado à repressão, segundo depoimento atribuído a ele, do dia 27 de março, sobre o encontro que deveria acontecer às 10h00min da manhã na Rua Alencar Araripe, na altura no número 1000. Teria alertado ele que Devanir era um indivíduo de alta periculosidade, sendo o guerrilheiro mais perigoso e corajoso do momento, ultrapassando Carlos Lamarca, avisando que teria medo de ficar preso na provável troca de tiros entre o líder do MRT e a repressão.<sup>596</sup>

Job conviveu com Lamarca no “aparelho” de Devanir durante algum tempo em que Lamarca esteve lá, na ocasião da fuga da região do Vale do Ribeira. Dessa forma, teria dito que, sobre vários ângulos, que ambos eram grandes estrategistas militares no que diz respeito a ações de panfletagem, expropriações, levantamentos e sequestros, sendo que Devanir era mais valente e corajoso que Lamarca, e que ficaria, segundo depoimento tido como dele, apenas no campo da teoria.<sup>597</sup>

No depoimento atribuído como de Jaime de Almeida, também da OPCOR, de 3 de abril de 1971, constava que Devanir de Carvalho teria o costume de andar sempre com um revólver na cintura e, às vezes, até mesmo uma metralhadora. Jaime teria dito também que Devanir nunca parava no ponto combinado, geralmente passando do mesmo, fazendo sinal para o militante que o estaria esperando e, quando de fato parasse o carro, mantinha sempre o motor ligado e a porta do passageiro aberta para facilitar a entrada do indivíduo no carro e apressar a evasão do local. Devanir teria comentado que a repressão estava ficando mais bem organizada e rígida, sabendo identificar de longe as viaturas C-14 da OBAN, bem como o número de policiais.<sup>598</sup>

No mesmo documento também é apontado que Devanir era corajoso, audacioso e estrategista, deixando claro em suas ações que, caso fosse acuado pela repressão, jamais se entregaria. Jaime teria dito ainda que, sob interrogatório no DOPS, provavelmente enfrentando torturas psicológicas e físicas, que não desejava ir ao encontro de Devanir em um “ponto”, pois teria medo que fosse morto pelo mesmo, quando este descobrisse que estava colaborando com a repressão.<sup>599</sup>

<sup>596</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Job Alves dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32770.

<sup>597</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Job Alves dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32771.

<sup>598</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Jaime de Almeida.** APESP, doc. nº 50 Z 9 33911.

<sup>599</sup> Idem.

Job Alves dos Santos teria dito, por sua vez, que Devanir costumava andar com revólver ou pistola, além de uma metralhadora INA, não podendo confirmar a existência ou não de granadas. Consta também que Devanir não poderia ter ficado sabendo da queda dos militantes da OPCOR, pois o único “ponto” que ele tinha com a organização seria o de 5 de abril, o que dava certeza de sua presença no referido encontro.<sup>600</sup>

Entretanto, a informação de que a OPCOR havia caído chegou até o líder do MRT. José Rodrigues Ângelo Junior teria confirmado que ouviu de Carlos Eugênio da Paz, líder Grupo Tático Armado (GTA) da ALN, em São Paulo, uma advertência a Devanir, alertando-o para que não comparecesse ao “ponto” do dia 5 de abril, às 10h00min da manhã, com o grupo dos mineiros, se referindo aos militantes da OPCOR, pois o mesmo já estava “aberto”, ou seja, já havia sido descoberto, que esta informação teria chego a ele através de alguém de dentro repressão.<sup>601</sup>

É possível conjecturar que, com essas informações e, provavelmente, sabendo de pelo menos algumas das quedas dos militantes do MRT, Devanir de Carvalho tenha ido, no dia 5 de abril de 1971, ao “aparelho” de Domingos Quintino dos Santos, onde se guardava parte do armamento da organização para cuidar da remoção do militante e transferir aquele arsenal para outra localização mais segura.

A versão oficial do que teria acontecido naquele dia pode ser vista em um relatório de 6 abril de 1971, assinado pelo delegado adjunto do DOPS, Affonso Celso Lima Acra, e enviado ao delegado titular da mesma delegacia de ordem social. No documento consta que em diligência programada à Rua Cruzeiro, nº 1.111, no bairro do Tremembé, além do signatário, estiveram presentes os investigadores Francisco Rosa, Darci Pagunisse, ambos da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio, além de João Pereira Rodrigues e Nelson Lima de Carvalho que, ao chegarem no referido “aparelho”, organizaram-se no aguardo de eventuais represálias.<sup>602</sup>

O relatório expõe os acontecimentos, sob a ótica da repressão, de seguinte maneira:

Decorridos alguns minutos de nossa chegada, eis que, por volta das 10 horas, estacionava o veículo de marca Volkswagen, de cor azul, de chapa fria nº AE-32.48.

É bem verdade que seu ocupante, descera portando uma arma de fogo, tipo

<sup>600</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Job Alves dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32761.

<sup>601</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32874.

<sup>602</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Relatório sobre a morte de Devanir José de Carvalho.** APESP, doc. nº 50 Z 160 8964.

metralhadora, e ao ganhar o interior do espaço reservado a entrada de autos, ao avistar um dos policiais, deflagrou-a em nossa direção, por diversas vezes, sendo igualmente repelido, advindo do entrevero, tombar por terra, quando já se encontrava do lado de fora, na altura do flanco direito traseiro [sic] do veículo. Foi-lhe imediatamente dispensados todos os socorros, mas infelizmente, faleceu à caminho do Hospital das Clínicas.<sup>603</sup>

O documento terminava em tom autobajulador, elogiando a equipe que soubera, segundo consta no relatório, repelir a “ação terrorista, culminando na captura do temível cognominado ‘Henrique’”<sup>604</sup>. Ainda foi registrado que no veículo utilizado por Devanir foram encontradas outras armas, como uma Winchester tipo “44”, com seu respectivo municiador abastecido com de 42 projéteis, além de uma arma automática, também carregada. Novamente era apontado o alto teor de periculosidade que Devanir representava.<sup>605</sup>

Na requisição de exame do Instituto Médico Legal (IML), datado de 5 de abril, reproduzia-se o conteúdo do relatório. Anexado junto às digitais de Devanir José de Carvalho, o documento apresentava um breve histórico preenchido pela autoridade requisitante, no qual constava que o militante do MRT havia falecido naquele dia, 5 de abril de 1971, por volta das dez horas, em consequência de ferimentos recebidos, após travar violento tiroteio com os órgãos de segurança.<sup>606</sup>

Entretanto, suspeitas sobre as exatas condições do assassinato de Devanir José de Carvalho foram levantadas, envolvendo, inclusive, a hipótese de que o mesmo tivesse sido preso, torturado e morto apenas dois dias depois, no dia 7 de abril. No *Dossiê Ditadura* consta que o laudo da necropsia, assinado pelos legistas João Pagenotto e Abeylard de Queiroz Orsini, confirmou a versão policial de que Devanir teria sido morto em tiroteio, em 5 de abril, apontando como *causa mortis* “choque hemorrágico e anemia aguda decorrente de hemorragia traumática externa e interna por disparos de arma de fogo”, descrevendo seis entradas e saídas de projéteis, sendo um na cabeça, quatro no tórax e um na coxa esquerda, não apresentando, porém, a trajetória das balas. Onde consta a pergunta se a morte foi produzida por veneno, fogo, asfixia, tortura ou por outro meio insidioso ou cruel, a resposta é “prejudicado”.<sup>607</sup>

---

<sup>603</sup> Idem.

<sup>604</sup> Idem.

<sup>605</sup> Idem.

<sup>606</sup> INSTITUTO MÉDICO LEGAL. **Requisição de Exame.** APESP, doc. nº 30 Z 161 116.

<sup>607</sup> COMISSÃO de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, op. cit., p. 240.

Há também no *Dossiê Ditadura* o depoimento de Ivan Seixas, relatando o que teria ouvido quando preso. Eis o relato:

[...] quando fui preso, em 16/04/1971, ouvi vários torturadores DO DOI-CODI do II Exército contarem detalhes sobre a morte de “Henrique”, codinome de Devanir. Esses torturadores diziam que fariam comigo “o que Fleury fez com seu chefe, o Henrique”. Quando fui transferido para o DOPS/SP, ouvi de vários carcereiros e policiais que “seu chefe aguentou três dias de tortura e não falou nada”. [...] Quando fui levado para interrogatório pelo torturador “Carlinhos Metralha” (Carlos Alberto Augusto), ouvi dele que Devanir tinha sido preso ferido e torturado até a morte pelo delegado Fleury.<sup>608</sup>

Soma-se a isso, informações da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, que assume a hipótese de torturas, listando os participantes das torturas que Devanir teria sofrido, incluindo a supervisão do cônsul do EUA em São Paulo, Claris Rowney Halliwell. No sítio da Comissão aponta o seguinte:

As torturas aplicadas em Devanir foram comandadas pelo Delegado Sérgio Fleury e sua equipe, mas contou também com a participação ativa do Capitão Énio Pimentel Silveira, de vários agentes do DOI/CODI do II Exército e da provável supervisão do cônsul dos EUA em São Paulo, Claris Rowney Halliwell, como já foi denunciado em audiência pública sobre as informações do livro de entrada do DOPS/São Paulo.<sup>609</sup>

No livro de entrada do DOPS, de 5 de abril de 1971, consta que um “Dr. Halliwell”, do “consulado americano” [sic] teria dado entrada no DOPS de São Paulo às 12hs40min, não aparecendo o horário de saída do mesmo daquele local.<sup>610</sup>

Um relatório da Anistia Internacional, de março de 1974, colocava a morte de Devanir de Carvalho na lista de mortes inexplicadas de suspeitos e prisioneiros políticos brasileiros. Consta no documento que a morte de Devanir poderia ter se dado sob tortura na OBAN.<sup>611</sup>

<sup>608</sup> Idem.

<sup>609</sup> COMISSÃO DA VERDADE do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. **Caso de Devanir José de Carvalho**. Disponível em:< [http://www.comissaodaverdade.org.br/caso\\_integra.php?id=15](http://www.comissaodaverdade.org.br/caso_integra.php?id=15)>. Acesso em: 17 dez. 2013.

<sup>610</sup> LIVRO DE ENTRADA DOPS/SP. 5/4/1971. Disponível em:< <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/livro-de-controle-de-entrada-e-saida-de-autoridades-da-sede-do-deops-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 15 mai. 2013. Em reportagem da *Folha de São Paulo* se apurou que “Claris Rowney Halliwell (1918-2006) foi cônsul dos EUA em São Paulo de 1971 a 1974, de acordo com o livro “Leo Halliwell na Amazônia”, escrito por Olga Streithorst.” In. BRITO, Patrícia. Comissão investiga indícios de relações entre Fiesp e consulado dos EUA na ditadura. **Folha de São Paulo**, 18 fev 2013. Disponível em :< <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1232282-comissao-paulista-investiga-visitas-ao-dops.shtml>>.

Pela lógica, tendo informações arrancadas de Jaime de Almeida e Job Alves dos Santos, que Devanir José de Carvalho andava fortemente armado, havendo a possibilidade do militante do MRT ter acesso a granadas e, caso acuado, nunca se entregaria vivo, a repressão armaria um plano de execução e não captura do mesmo. Ainda mais quando um dia antes da operação que resultou na queda de Devanir, Jaime dizia, mesmo frente às prováveis ameaças e torturas que recebia, que se negava a ir encontrá-lo, pois sabia que o mesmo iria usar todos os meios que usufruísse para resistir.

O relatório do DOPS que passava a visão da repressão sobre o ocorrido, datado de 6 de abril, e a requisição de exame de corpo, feita ainda em 5 de abril, parecem corroborar a hipóteses de que Devanir foi realmente morto quando chegava ao aparelho de Domingos Quintino dos Santos. Da mesma forma, a confirmação da presença do cônsul do EUA em São Paulo no DOPS, horas depois daquele evento, apesar de diplomaticamente reprovável e evidenciar a relação promíscua entre a política externa estadunidense e a Ditadura de Segurança Nacional, não comprova, sem sombras de dúvida, que o mesmo estaria ali para supervisionar as torturas de um novo militante capturado, por mais que fosse uma liderança guerrilheira.

Não só a censura, que visava interromper o fluxo de informações que pudesse prejudicar a Ditadura, como também a *desinformação* era parte constituinte das estratégias postas em prática como método para disseminar o medo e assegurar a dominação política. As informações que os carcereiros teriam passado poderiam visar justamente à construção da atmosfera de terror das celas dos centros de detenção, quando a tortura psicológica contribuía para o desmoronamento dos presos políticos. Ninguém de fato viu Devanir sendo levado para os órgãos de repressão, morto ou vivo, entre os dias 5 e 7 de abril.

Entretanto, documentos podem ser manipulados e suas informações alteradas. Esta foi uma prática recorrente durante a Ditadura de Segurança Nacional, a qual forjou atestados de óbitos, exames de corpo e relatórios de operações que levaram a captura ou morte de revolucionários, ocultando sequestros na forma de prisões clandestinas, torturas, assassinatos e desaparecimentos. Dessa forma, se essa pesquisa conclui que, se por um lado é mais lógico que Devanir José de Carvalho tenha sido assassinado em 5 de abril de 1971, frente a todas as evidências aqui levantadas, por outro lado não foi possível refutar com certeza absoluta que o mesmo tenha sido capturado e morrido em decorrência da tortura dois dias depois. A verdade permanece ainda oculta, em mais um dos segredos não revelados daquele período.

---

<sup>611</sup> AMNESTY INTERNATIONAL. *Unexplained deaths of brazilian political prisoners and suspects*. APESP, doc. nº 21 Z 14 1294.

Domingos Quintino dos Santos, o “Camponês”, teria dito que parte do armamento e munição daquele “aparelho” havia sido transferido para outro “aparelho” que não conhecia, por Devanir e Antônio Guerra; e que estaria disposto a esclarecer à opinião pública, por intermédio da televisão e do rádio, a forma como as diversas organizações faziam para “enganar” inocentes, a fim de levá-los para o caminho do “terrorismo”, esclarecendo, principalmente, àqueles que vivam no campo.<sup>612</sup>

Não se sabe exatamente se, de fato, Domingos tinha essa intenção ou se foi torturado psicologicamente para tal, mas o fato é que o mesmo foi à TV Tupi a qual, com a manchete *Polícia prende o militante Domingos Quintino Dos Santos, conhecido como "o camponês"*, foi ao ar no dia 12 de abril de 1971, durante o telejornal Diário de São Paulo, como visto na Imagem 1.<sup>613</sup>



Imagen 1. Domingos Quintino dos Santos falando aos jornalistas sob supervisão de agentes do DOPS.

<sup>612</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório de Domingos Quintino dos Santos**. APESP, doc. nº 50 Z 9 32745.

<sup>613</sup> Para saber mais sobre o complexo fenômeno dos militantes das organizações revolucionárias que foram à televisão fazer "retratação" de suas ações, recomendo: GASPAROTTO, Alessandra. **O Terror renegado: A retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Prêmio De Pesquisa Memórias Reveladas, 2012.

Foram apreendidos no aparelho na operação que deteve Domingos Quintino dos Santos, relógios, estrepes<sup>614</sup> usados para furar pneus de automóveis, munição e metralhadoras, além de placas falsas para os veículos da organização. Como visto na Imagem 2.

Carlos Eugênio da Paz relatou em seu livro, *Viagem à luta armada*, o impacto que foi saber da queda do companheiro de resistência armada, Devanir de Carvalho, expresso da seguinte maneira:

Juntos assaltamos carros-fortes, supermercados, bancos, fábricas, joalherias, explodimos pontes, furamos cercos, tentamos salvar Marta e Rafael [Eduardo Leite]. Quando os guardas da Brink's reagiram, no [bairro] Paraíso, eu o salvei e ele retribuiu, eles levaram a pior. Começa outra corrida contra o tempo, decidimos sequestrar alguém antes que matem mais um dos nossos.<sup>615</sup>



Imagen 2. Objetos e armamentos apreendidos no “aparelho” de Domingos Quintino dos Santos.

<sup>614</sup> Conhecidos no Rio Grande do Sul, também, como “miguelitos”.

<sup>615</sup> PAZ, 2008, op. cit., p. 189.

Em panfleto produzido pelo MRT, encontrado no “aparelho” de Dimas Casemiro, mostrava-se a confusão que os guerrilheiros se encontravam naquele momento. O comunicado, intitulado *Ao povo brasileiro*, e datado do dia 6 de abril de 1971, dizia o seguinte:

No dia 5 de abril de 1971, caiu prisioneiro da ditadura o companheiro e revolucionário “Henrique” (Devanir José de Carvalho no dia 5/4/1071, juntamente com o companheiro “Márcio” [Antônio Guerra]. Devido a sua importância para o movimento revolucionário, a ditadura de Médici, pretende liquidá-los de vez, como já ocorreu em outras ocasiões (Eduardo Leite, Yoshitane Fujimore, Joaquim Câmara Ferreira e outro). Se isto vier acontecer, comprova perante o povo em geral, o caráter da ditadura em nosso país. Desafiamos o presidente Médici, a apresentá-los diante da imprensa.<sup>616</sup>

Se a impressão inicial era de que Devanir havia sido feito prisioneiro, e buscava-se organizar um sequestro para libertá-lo, a certeza da morte do líder do MRT, transmitida nas rádios somente no dia 12, e nos jornais no dia seguinte, mudaria os planos daqueles militantes. Com a manchete *Roubo de jóias leva polícia a desbaratar um grupo subversivo*, a *Folha de São Paulo* noticiava, em 13 de abril de 1971, que “o terrorista Devanir José de Carvalho (“Henrique”), líder do MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), foi morto pela Polícia em tiroteio em uma casa na rua Cruzeiro”.<sup>617</sup>

Com a confirmação de que Devanir não estava preso e sim falecido, o plano passou a ser um “justiçamento” de uma figura da repressão ou ligada a ela. Foi decidido pelo empresário dinamarquês radicado no Brasil, Henning Albert Boilesen, presidente do Grupo Ultra, responsável pela empresa Ultragás, intimamente ligado à repressão e acusado de articular um esquema de financiamento a OBAN, além de ter pessoalmente trazido ao País uma máquina de tortura de eletro-choque acionada por um teclado, bem como de assistir sessões de tortura.<sup>618</sup>

Os levantamentos para a captura de Boilesen já eram realizados fazia algum tempo por militantes da Frente. Laerte Dornelles Meliga afirmava em depoimento atribuído a ele que em

<sup>616</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES. *Ao povo brasileiro*. APESP, doc. nº 30 Z 160 9265.

<sup>617</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. *Roubo de jóias leva Polícia a desbaratar um grupo subversivo*. 13 abr 1971. Disponível em:< <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/04/13/2/> >. Acesso em: 06 abr. 2013.

<sup>618</sup> Foi feito um documentário sobre Boilesen chamado *Cidadão Boilesen*, de Chaim Litewski, que recupera sua infância, a construção de suas empresas no Brasil, sua inclinação anticomunista e os eventos que levaram a sua execução. Entretanto, o documentário não mostra que a morte de Boilesen estava estreitamente ligada ao assassinato de Devanir José de Carvalho. Cf. **Cidadão Boilesen**. Direção de Chaim Litewski. Brasil, 2009. (92min.).

janeiro de 1971 foi, juntamente com Gregório Mendonça, ambos da VPR, cobrir um “ponto” na Rua Estados Unidos, na altura do nº 1000, com Gilberto Faria Lima, do MRT. Teriam recebido a incumbência de preceder um levantamento de informações no nº 1130 onde residia o “diretor financeiro” da OBAN, que estaria ligado ao Grupo Ultra, ficando comprovado que o mesmo saía de sua casa todos os dias por volta das 09h00min, 09h30min da manhã. Sob a coordenação de Gilberto Faria Lima e Dimas Casemiro, a quem ficou responsável de continuar o levantamento, acreditando que a finalidade do mesmo seria fazer um sequestro com o fim de fazer um “justiçamento” em troca de dinheiro.<sup>619</sup>

O “justiçamento” de Boilesen foi marcado então, não para conseguir dinheiro para financiar a resistência armada, mas para vingar Devanir José de Carvalho. De nada adiantou a repressão saber que alguém não identificado do Grupo Ultra estava sendo levantado pelas organizações guerrilheiras. Em documento da sub-chefia do DOPS, dirigido ao chefe do Grupo da Morte, delegado Fleury, narrava o “justiçamento” de Boilesen:

O Sr. Boillessem [sic] vinha dirigindo o Galaxie azul chapa AF 4137 pela rua Barão de Capanema, sendo que era seguido por dois Volksvagen [sic] azuis; ao atingir o cruzamento com a Al. Casa Branca o Galaxie parou, nesse momento a vítima talvez tenha precentido [sic] o perigo, abandonou o Galaxie e tentou correr quando então do carro que o fechava desceu um elemento descrito como alto e forte que disparou um tiro ao que parece de calibre 12 nas costas da vítima, esta deu ainda alguns passos e caiu atrás do Volksvagem [sic] 1.300 cinza claro, chapa AX-8423, e que se encontrava estacionando na rua Barão do Capanema, nesse momento desceu um outro elemento e metralhou a vítima já caída, após o que entraram nos respectivos carros e evadiram-se; durante a ação os motoristas do Vlksvagem [sic] lançaram grande quantidade de panfletos.<sup>620</sup>

O panfleto, intitulado *Ao povo brasileiro*, revelava que o Comando Revolucionário “Devanir José de Carvalho”, composto por militantes da ALN e do MRT haviam matado Boilesen em represália a morte do comandante do MRT. Constava no documento:

No dia 5 de abril de 1971, foi preso e posteriormente torturado e assassinado na prisão, o líder revolucionário Devanir José de Carvalho (“Henrique”), pelos carrascos da ditadura fascista brasileira. O companheiro “Henrique”, iniciou sua

<sup>619</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Laerte Dornelles Meliga.** APESP, doc. nº 50 Z 9 35556.

<sup>620</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Relatório sobre morte de Henning Boilesen.** APESP, doc. nº 50 Z 129 8793.

vida revolucionária ainda jovem. De uma dedicação exemplar a causa revolucionária, combateu com todas as armas a ditadura dos ricos que se implantou no Brasil desde 1964. O comandante “Henrique” morreu jovem, mas deu à Revolução Brasileira uma das maiores contribuições que um combatente pode oferecer; formou centenas de quadros combatentes, que hoje mais do que nunca se levantam para empunhar armas em sua homenagem e continuar a grande tarefa iniciada por “Henrique”: a LIBERTAÇÃO DE NOSSO Povo.<sup>621</sup>

O panfleto ainda associava a morte de Devanir a de outros guerrilheiros, como Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Eduardo Leite, Yoshitane Fujimore, Aderval Coqueiro entre vários outros. Em decorrência desses assassinatos foi deliberado por um tribunal revolucionário que Henning Boilesen fosse executado.<sup>622</sup>

No final, fazia-se um breve histórico da colaboração de Boilesen com os órgãos de repressão, enfatizando o caráter de classe daquela Ditadura, apontado que, para além do financiamento dos centros de tortura e extermínio, o Grupo Ultra era responsável por prover grande parte da demanda por gás do País, sendo “fundamental para a sustentação do regime fascista brasileiro”.<sup>623</sup>

O panfleto era assinado pelas duas organizações junto com seus lemas, “Se dez vidas tivesse, dez vidas daria”, do MRT e “ou ficar a pátria livre, ou morrer pelo Brasil”, da ALN, acompanhado do dizer “olho por olho, dente por dente”.<sup>624</sup> Um aviso de que a Lei de Talião se faria presente daquele momento em diante, algo que, efetivamente, acabou não ocorrendo.

Até hoje não se sabe ao certo quem participou da ação, uma ação que ainda envolve muitas informações ocultas, mas é possível conjecturar que do MRT, pelo menos Dimas Casemiro, Gilberto Faria Lima e Joaquim Alencar Seixas; e Carlos Eugênio Paz, José Milton Barbosa e Iuri Xavier Pereira, pela ALN, tenham participado da ação por serem os militantes mais experimentados em ações e lideranças de suas organizações.

No depoimento atribuído a Ivan Seixas consta que, depois da queda de Devanir de Carvalho, o comando do MRT passou a ser exercido conjuntamente por Gilberto Faria Lima e Dimas Casemiro, sendo que Dimas passou a ter ligações com a ALN, já que havia se tornado virtualmente o comandante do MRT, ocupando a lacuna deixada por Devanir.<sup>625</sup>

<sup>621</sup> MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES/AÇÃO LIBERTADORA NACIONAL. **Ao povo brasileiro.** APESP, doc. nº 30 Z 160 8991.

<sup>622</sup> Idem.

<sup>623</sup> Idem.

<sup>624</sup> Idem.

<sup>625</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Ivan Seixas.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32679.

Em outra parte do depoimento explica-se, de maneira pormenorizada, como se estabeleceu o novo comando do MRT. Gilberto Faria Lima, Dimas Casemiro e Ivan Seixas teriam ido cobrir um “ponto” na Avenida Santo Amaro, onde compareceram Carlos Eugênio Paz e José Milton Barbosa. Nessa reunião ficou decidido que, como ainda não sabiam o paradeiro de Devanir de Carvalho, o MRT deveria escolher um comandante que o substituisse e, assim, continuar com a luta revolucionária, sendo que a ALN daria total apoio. Ficou estabelecido, em reunião posterior, decidida em um ponto entre Gilberto e Carlos Eugênio Paz, que o comando ficaria dividido entre Gilberto Faria Lima e Dimas Casemiro.<sup>626</sup>

Entretanto, após a ação de “justiçamento” de Boilesen, a derradeira e última da enfraquecida Frente, a repressão seria avassaladora, buscando deter imediatamente os envolvidos com a morte do seu financiador. A partir da prisão de José Rodrigues Ângelo Junior se chegou à família Seixas. Joaquim e Ivan Seixas foram presos no dia 16 de abril de 1971, sendo imediatamente espancados e barbaramente torturados, sendo que Joaquim viria a falecer em decorrência da tortura, na tarde do dia 17.

No depoimento atribuído a Ieda Seixas, filha de Joaquim, datado em 17 de abril de 1971, consta que a mesma e a irmã Iara teriam saído com agentes do DOPS, para tentar localizar o “aparelho” de Dimas Casemiro.<sup>627</sup> No dia 28, novo depoimento tido como de Ieda, apontava que a mesma não temia represálias por parte de alguma organização revolucionária por haver indicado o “aparelho” de Dimas.

No mesmo dia, declarações postas como de Fanny Seixas, então viúva de Joaquim, mostrava que a mesma estaria preocupada com as filhas, Iara e Ieda, pois temia que elas sofressem represálias por parte de organizações guerrilheiras por terem “dado” o aparelho de Dimas Casemiro.<sup>628</sup>

Aparentemente, as irmãs Seixas teriam de fato reconhecido o “aparelho” onde Dimas morava, fato que Ivan Seixas também reconhece. Entretanto, ele diz que a morte de Dimas se deu por causa de um agente infiltrado, durante todo esse tempo, no MRT: seria Gilberto Faria Lima. Ivan conjectura como teria sido os eventos que levaram a morte de Dimas:

Os caras chegam na casa do “Rei” [Dimas Casemiro], eles queriam a casa do “Rei”, e eu fui muito torturado pra dizer onde era a casa do “Rei”, eu dizia: “Eu não sei, eu

<sup>626</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Ivan Seixas.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32672.

<sup>627</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Ieda Seixas.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32969.

<sup>628</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório Fanny Seixas.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32628.

entro de olho fechado, nunca fui lá” sei lá o quê... Eu inventava. E eles pegam as minhas irmãs, que tinham morado lá, e pressionam, passam a noite inteira rodando com elas. Eles ficam rodando, não se sabe pra onde, inclusive, rodaram comigo também e não tem um lugar determinado. Só que de manhã, no horário que ta chegando em casa o [...] “Rei” junto com o Zorro [Gilberto Faria Lima], e é um negócio muito curioso, que o “Rei” não chega na rua da casa dele, ele vem por uma rua de trás a pé, sem o carro. Porque eles estavam sentindo que podia ter alguma questão. Nesse momento, eles [agentes do DOPS] param em frente à casa do “Rei”, e apontam para a mulher do “Rei”, que a gente chamava de “Rainha” [Maria Helena Zanini], o apelido dela. “Aquela não é Rainha?” Aí à minha irmã: “É ou não é?” E ela fala: “É!” Ela confirma isso. Nesse exato momento tem um tiroteio na rua de trás, aí eles vão correndo lá, e quando chegam na rua de trás, tem uma cena que é assim... Elucidativa, né!? O “Rei” está baleado, tá lá, acho que morrendo, já tinha morrido, sei lá, e... “Cadê o Zorro?”, o cara pergunta. “Ah, ele fugiu lá pra baixo... Escapou”. Ah é estranho... Como é que não vão atrás do cara? E aí, assim, ela vê que o “Rei” foi abatido lá trás, então é isso. Então as quedas do MRT terminam aí.<sup>629</sup>

Ivan Seixas ainda comenta o fato de Gilberto andar com uma carteira do CENIMAR, que teria ganhado, dito em tom jocoso, da própria repressão, sendo utilizada por ele para furar um cerco policial, o que comprovaria que o mesmo teria passado para o lado da repressão.<sup>630</sup> Além disso, ele teria sido responsável, segundo Ivan e Carlos Eugênio Paz, por avisar a repressão da operação de captura do comandante do II Exército, momentos antes da ação, que resultou no fracasso da mesma.

Entretanto, se de fato Gilberto Faria Lima fosse um agente da repressão, naquele momento, não teria tido ele a oportunidade perfeita de entregar o resto do MRT e dois dos militantes mais procurados da ALN quando da reunião que o colocou ao lado de Dimas do comando do MRT? Além disso, seria a primeira vez que um agente infiltrado chegaria ao comando de uma organização guerrilheira no Brasil. Ainda mais: Gilberto Faria Lima sabia dos “aparelhos” do MRT e os “pontos” com outras organizações, tendo participado de diversas ações revolucionárias realizadas com sucesso.

No depoimento de José Rodrigues Ângelo Junior é trazido à tona a questão da carteira do CENIMAR. Ali consta que Gilberto Faria Lima portava uma identidade do CENIMAR, fornecida ao mesmo por Eduardo Leite.<sup>631</sup> Se as organizações guerrilheiras confeccionavam carteiras de identidade ou de habilitação falsas, então por que não forjar uma de um órgão de

<sup>629</sup> SEIXAS, I. A., op. cit.

<sup>630</sup> Fatos levantados também por Carlos Eugênio Paz no livro PAZ, Carlos Eugênio, op. cit., p. 71.

<sup>631</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32873.

repressão e inteligência, especialmente um que não existisse em São Paulo, facilitando ainda mais que a falsa carteira fosse tomada como verdadeira.

Devanir teria conseguido sirenes de polícia, para fazer com que os veículos da organização se passassem por viaturas da polícia, facilitando a fuga dos mesmos. Carlos Eugênio Paz relata em seu livro, *Nas trilhas da ALN*, como teria se dado essa aquisição:

– Clamart [Carlos Eugênio Paz], você não vai acreditar... comprei sirenes de polícia... – Maravilha, Hugo [Devanir José de Carvalho], qual foi a mágica? – Li no jornal que uma empresa estava vendendo, fui até lá: eram tiradas dos bancos quando instalaram as cabines à prova de bala, que já vêm com sistema de alarme. Acontece que é a mesma dos carros de polícia, exatamente o mesmo som, ouve só... Hugo dá dois toques curtos, liberando o trânsito à nossa frente. Agradecemos aos motoristas com gestos curtos de cabeça, ultrapassamos o cruzamento e caímos na gargalhada – Nessa bolsa no banco traseiro tem duas pra você, depois passo outras, comprei uma dúzia.<sup>632</sup>

Talvez fosse de fato possível se passar pela repressão e achar graça nisso sem implicar que se tratasse verdadeiramente de agentes da repressão infiltrados nas organizações revolucionárias.

Em 25 de novembro de 2011, a Revista *Época* publicou uma matéria sobre agentes infiltrados da Ditadura. A reportagem é feita com base nos documentos do CENIMAR, revelando quem eram os agentes infiltrados daquele órgão nas organizações guerrilheiras. Quase todos foram presos, barbaramente torturados, passando a colaborar com a repressão depois de estarem desestruturados emocionalmente e psicologicamente. Dos militantes aliciados para se infiltrar nas organizações de esquerda, levando-as em direção à sua extinção, não consta o nome de Gilberto Faria Lima entre eles.<sup>633</sup>

Gilberto teria conseguido fugir do local onde Dimas foi morto e tentado contato com a ALN. Desconfiados que Gilberto tivesse passado para o lado da repressão, contribuíram para que o mesmo conseguisse asilo no Chile, onde os irmãos de Devanir e sua viúva, Pedrina de Carvalho, estavam. Enquanto isso, a busca por ele continuava no Brasil.

José Rodrigues Ângelo Junior teria dito, em depoimento, que reconhecendo a forma errada de ação do MRT, pretendia colaborar com a extinção total da dita organização,

<sup>632</sup> PAZ, Carlos Eugênio, op. cit., p. 104.

<sup>633</sup> ROCHA, Leonel. Os infiltrados da ditadura. **Revista Época**. 25 nov 2011. Disponível em:<<http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2011/11/os-infiltrados-da-ditadura.html>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

informando o que pudesse sobre o paradeiro de Gilberto Faria Lima.<sup>634</sup> José Rodrigues teria dito que Gilberto costumava fazer suas refeições em um restaurante localizado na esquina das ruas Teodoro Sampaio com Capote Valente.<sup>635</sup> Em outra parte do depoimento consta que a melhor maneira de deter Gilberto seria no referido restaurante, em outro restaurante típico de comida baiana na mesma região, a casa do depoente, e locais adjacentes.<sup>636</sup>

Gilberto Faria Lima viveria, ainda segundo os depoimentos de José Rodrigues, naquele momento, apenas com a roupa do corpo, indicando que o mesmo costumava comprar roupas no bairro de Pinheiros, no fim da Teodoro Sampaio, em São Paulo. Além disso, ainda teria sido dito que Gilberto gostava muito de cinema e costumava frequentar as matinês da Rua Augusta e os da Avenida Paulista, sendo que as organizações estariam esperando que a censura liberasse o filme intitulado “Che Guevara”. Assim, com isso se teria uma boa oportunidade de surpreendê-los, ao assistirem o referido filme, principalmente na sessão de matinê.<sup>637</sup> A repressão dava indícios que não media esforços para capturá-lo naquele momento.

Em 30 de novembro de 1971, Gilberto Faria Lima foi condenado à morte, a revelia, pela 2<sup>a</sup> Auditoria de Guerra, pelo seu suposto envolvimento na morte de um militar na fuga do campo de treinamento no Vale do Ribeira.<sup>638</sup> Teria sido o primeiro agente infiltrado da Ditadura de Segurança Nacional a ser penalizado com a pena capital, vigente desde o AI-5.

Dimas Casemiro, por sua vez, foi de fato morto no dia 17 de abril de 1971, entretanto, as condições a cerca da sua morte ainda continuam nebulosas. No *Dossiê Ditadura*, levanta-se a hipótese de que, pelo fato de que o corpo de Dimas somente ter dado entrada no IML em 19 de abril, e as fotos de seu corpo, mostrando lesões na região frontal e mediana do nariz e, principalmente, nos cantos internos dos dois olhos, não descritas no laudo necroscópico, foram, certamente, segundo o *Dossiê*, provocadas por tortura.<sup>639</sup>

Portanto, também a morte de Dimas Casemiro, que foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus, vindo a ser reconhecido somente em 1991, não foi até hoje totalmente

<sup>634</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. *Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior*. APESP, doc. nº 50 Z 9 32876.

<sup>635</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. *Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior*. APESP, doc. nº 50 Z 9 32870.

<sup>636</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. *Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior*. APESP, doc. nº 50 Z 9 32867.

<sup>637</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. *Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior*. APESP, doc. nº 50 Z 9 32856.

<sup>638</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. *Prontuário de Gilberto Faria Lima*. APESP. Disponível em:< [http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR\\_SP\\_APESP\\_DEOPS\\_SAN\\_P003149\\_01.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P003149_01.pdf) >. Acesso em: 01 abr. 2013.

<sup>639</sup> COMISSÃO de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos, op. cit., p. 244.

esclarecida. No seu “aparelho” foram encontrado um verdadeiro arsenal, com diversos rifles, metralhadoras, projéteis, granadas fabricadas à mão, pistolas e revólveres, como visto na Imagem 3.



Imagen 3. Armamento apreendido no “aparelho” de Dimas Casemiro, em 17 de abril de 1971.

Além disso, foi encontrada toda a aparelhagem *offset* para confecção de panfletos e os jornais da organização, além de mimeógrafos e grandes quantidades de folhas. Assim como diversas cartas, documentos e anotações a próprio punho que serviram para reconstituir muito da História da organização nessa pesquisa. (Ver Imagem 4)

Com as quedas que levaram a maioria absoluta de seus militantes ou para os centros de torturas ou diretamente à morte, o MRT acabou-se por desorganiza-se. Encerrava-se assim, em abril de 1971, uma breve experiência de revolucionários oriundos, em sua maioria da classe trabalhadora.



Imagen 4. Equipamento de imprensa apreendido no “aparelho” de Dimas Casemiro, em 17 de abril de 1971.

A repressão, através das estratégias estruturadoras do terrorismo de Estado, como os sequestros, as torturas, psicológicas e físicas, além dos assassinatos e desaparecimentos, desorganizava os guerrilheiros operários do MRT; imbuídos na tarefa de resistir à Ditadura de Segurança Nacional, que classificavam como fascista e subserviente aos interesses das classes dominantes, pegando em armas para, de maneira legítima, resistir à tirania e sedimentar o caminho rumo à libertação da classe trabalhadora.

## CONCLUSÃO

Você que inventou esse estado, E inventou de inventar  
 Toda a escuridão  
 Você que inventou o pecado, Esqueceu-se de inventar  
 O perdão  
 Apesar de você, Amanhã há de ser  
 Outro dia  
 Eu pergunto a você, Onde vai se esconder  
 Da enorme euforia  
 Como vai proibir, Quando o galo insistir  
 Em cantar  
 Água nova brotando, E a gente se amando  
 Sem parar  
*Apesar de Você – Chico Buarque*

A historiografia sobre a Ditadura de Segurança Nacional construiu uma versão do pós-1964 que, com raríssimas exceções, pouco era voltada ao processo de resistência àquele estado de coisas. Quando analisada, se reforça uma imagem na qual os personagens são apenas indivíduos oriundos das classes médias – ou parte constitutiva da força de trabalho excedente da sociedade capitalista –, intelectualizados e jovens românticos, que se embrenhavam em uma aventura justa, como em um conto quixotesco, lançando-se contra moinhos de vento.

Esta perspectiva majoritária, que considera a Ditadura como um desdobramento de questões militares internas mal resolvidas, que originou um “regime” militar feroz, mas autônomo no controle do Estado, e reduz a luta contra esses militares no poder a estudantes socialistas, seduzidos pelas ideias autoritárias de natureza antidemocrática vindas de Moscou, Havana ou Pequim, apesar de fruto do seu tempo, não contribuiu para o aprofundamento do conhecimento sobre aquele período. Traduz-se enquanto expressão histórica de uma leitura liberal sobre aquela época.

Esta abordagem histórica oculta o papel que a Ditadura teve em assegurar o *status quo*, garantindo, através de práticas repressivas desenvolvidas durante o nazifascismo e modeladas pelos EUA nos tempos da “Guerra Fria”, a manutenção da reprodução de mais-valia pelos donos dos meios de produção. Se oculta o caráter de classe desta Ditadura de Segurança Nacional, outra forma de dominação capitalista, a qual foi sendo reforçada não em

1964, mas a partir de 1961, quando o Movimento pela Legalidade e a ampla frente de movimentos sociais progressistas assegurou a posse de João Goulart. Como reação, a grande burguesia nacional passou a desestabilizar o Governo de Jango e a defesa das Reformas de Base, com financiamento do complexo IPES-IBAD, que chegou a se inserir nos meios sindicais para tentar desorganizar a classe trabalhadora, ansiosa pela ampliação de seus direitos políticos. O Golpe de 1964 foi a resposta para assegurar que nem mesmo o menor dos privilégios das classes dominantes fossem frontalmente questionados.

Entretanto, o maior feito dessa produção historiográfica foi ter negado à classe trabalhadora um lugar na História. Impuseram aos trabalhadores organizados o silêncio. Estes, não teriam participado da resistência ao Golpe, nem da luta contra a Ditadura que se erguia, tampouco das organizações guerrilheiras que se propunham a derrubar o Terrorismo de Estado. Se, historicamente, os trabalhadores foram vencidos na conflituosa sociedade de classes, na qual eles não têm acesso a propriedade dos meios de produção, a direitos ou a emancipação humana, foram novamente vencidos por historiadores, sociólogos, cientistas políticos, filósofos e outros estudiosos lhes negaram o papel que desempenharam naquele momento chave da luta de classes no Brasil.

Esta pesquisa, decisivamente, contribuiu para questionar, empiricamente, a hipótese de que a classe trabalhadora se omitiu, se negou, não participou, foi fraca ou não construiu a resistência à Ditadura de Segurança Nacional, demonstrando que, dentro de seus próprios horizontes, resistiu.

A classe trabalhadora se mobilizou em diferentes regiões do País, dos grandes centros urbanos a pequenas cidades de Norte a Sul do Brasil, buscando construir uma greve geral que pudesse resistir ao Golpe de 1964, o qual se impunha naquele 31 de março de 1964. No Rio de Janeiro, Santos, Cubatão, Criciúma, Rio Tinto, Santa Maria e, provavelmente, muitos outros lugares, trabalhadores levantaram paredes visando à construção da resistência ao rompimento da institucionalidade que depunha o então Presidente João Goulart. Entretanto, a repressão foi implacável e, em menos de uma semana, a maioria das greves ia sendo vencida à força.

Na nova disposição de controle social que as classes dominantes impunham com a Ditadura de Segurança Nacional, se fez necessário desorganizar a classe trabalhadora, através de intervenções em centenas de sindicatos, impondo o arrocho salarial, como forma de catapultar a extração da mais-valia, submetendo os trabalhadores à miséria, proibindo as greves, estreitando as opções de rumo a tomar, quando a maioria estava à deriva, gerada pela instabilidade no emprego, em função da criação do FGTS.

O biênio de 1964 a 1966 foi de reorganização da classe trabalhadora, a qual buscou, através da atuação paralelista, criar comissões de fábrica e comitês de trabalhadores vinculados ao seu local de trabalho, fortalecendo as chamadas oposições sindicais que, através da luta contra o arrocho salarial, conseguiram avanços significativos traduzidos no retorno, ainda que tímido, das greves. Processo este que foi avançando em 1967 e desencadeando as grandes greves de 1968, em Contagem e Osasco, principalmente, além de atos, como visto durante o 1º maio na Praça da Sé, em São Paulo.

Entretanto, a Ditadura não vacilaria em permitir a reorganização da classe trabalhadora e a mobilização dos movimentos sociais contra seus interesses e das classes dominantes que representava. O AI-5, editado em dezembro de 1968, seria uma resposta a essa reorganização popular, impossibilitando a efetividade das táticas historicamente arraigadas no seio da classe trabalhadora, pois grandes arregimentações de pessoas seriam imediatamente reprimidas, inviabilizando as greves, paralisações e piquetes em um curto prazo. A classe trabalhadora ia novamente sendo desorganizada.

Restavam duas alternativas para aqueles que desejavam resistir à Ditadura de Segurança Nacional, reorganizar a classe trabalhadora e buscar o fim da exploração de classe através do socialismo (os clandestinos e silenciosos corredores de fábricas, em um trabalho sindical de médio a longo prazo); ou o caminho, também clandestino, das armas.

Diversos trabalhadores se inseriram no processo de resistência armada à Ditadura, atuando no trabalho de base de algumas organizações, participando, em outros casos, dos grupos responsáveis pelas ações de panfletagem, propaganda, expropriações, sabotagem e até mesmo, dos “justiçamentos”, constituindo o comando dos agrupamentos e, por vezes, criando suas próprias organizações, definindo os rumos da luta contra o Estado ditatorial.

No fim de 1960, surgiria uma organização constituída majoritariamente por trabalhadores. Com raízes no grupo formado no interior das Ligas Camponesas, em 1962, e criado a partir de ex-militantes da Ala Vermelha, no final de 1969 foi fundado o MRT. O Movimento nasceu da prática de ações revolucionárias e se empenhou ao máximo em atuar em conjunto com as diferentes organizações que militavam em São Paulo, tentando, apesar da independência política de cada uma, convergir para a atuação guerrilheira e pela unidade da esquerda revolucionária.

O MRT foi um dos maiores incentivadores da criação da Frente, articulação entre as principais organizações revolucionárias, responsável por diversas ações guerrilheiras, visando financiar a implantação da guerrilha no campo, sustentar as operações nas cidades, aumentar o arsenal dos agrupamentos, realizando sequestros de diplomatas em trocas da libertação de

presos políticos, sabotar pontos considerados estratégicos e disputar simbolicamente a imagem democrática sob a qual a Ditadura de Segurança Nacional buscava se legitimar.

A organização teve uma estrutura interna que mudou conforme a dinâmica dos acontecimentos. Inicialmente formada por uma direção vitalícia, logo foi obrigada a mudar sua dinâmica interna, quando dois de seus principais fundadores, Plínio Petersen Pereira e Devanir José de Carvalho, entraram em conflito, o que levou a saída do primeiro juntamente com outros militantes. Entretanto, a chegada de novos combatentes fez com que sua organização interna fosse reconfigurada em um comando com três lideranças e duas bases com o restante dos militantes, título esse dado apenas àqueles que possuíam experiência nas ações revolucionárias. Quem estivesse ligado à organização e não fosse experimentado na resistência guerrilheira, seria considerado aliado.

A própria estrutura interna do MRT revelava os princípios pelos quais se norteava a organização. A ação foi colocada em primeiro lugar, determinando os passos tomados pela militância, cujo objetivo se desenhou no horizonte com a implantação da guerra popular nas zonas rurais do País, como expresso nos pressupostos maoístas, mas que também aliava a atuação no grande centro urbano de São Paulo, principalmente visando sabotar pontos estratégicos da Ditadura de Segurança Nacional e denunciar o caráter ditatorial e fascista do período.

Estas práticas mostravam que a atuação nas cidades tinha um papel importante para o MRT, pois era o palco da reorganização do operariado e possibilitava tirar a atenção da repressão do processo de implantação da guerrilha no campo. Reproduzia-se, deste modo, em um novo contexto e com peculiaridades que lhe cabiam, experiências de resistência antes vistas na oposição ao nazifascismo na Europa, durante a Segunda Guerra Mundial, em especial na França ocupada, pelos Republicanos da Guerra Civil Espanhola, no final da década de 1930, bem como na atuação direta do sindicalismo revolucionário, durante a Primeira República no Brasil. Todas as ações tinham a sabotagem como tática de luta contra a opressão nas cidades, mas, sem dúvida, estes são pontos que merecem aprofundamento em pesquisas futuras.

A queda da organização começou a se desenhar quando a ligação de seus militantes a Votuporanga foi descoberta, levando a prisão de alguns de seus militantes. A repressão exerceu de maneira efetiva sua política de terror, conseguindo as informações necessárias para atingir o núcleo do MRT, em São Paulo, em abril de 1971. Aderval Alves Coqueiro, Devanir José de Carvalho e Dimas Casemiro foram assassinados de forma até hoje não explicadas corretamente pelo Estado brasileiro. O resto da organização caiu e sofreu com a barbárie da

tortura, do medo e do isolamento social, o que acometem sobreviventes ainda nos dias de hoje, relegados ainda à representação de “terroristas” ou defensores de uma utopia autoritária falida.

Gilberto Faria Lima, até hoje é desaparecido político, mas não consta nas listas oficiais, pois lhe é creditado a atuação de agente infiltrado na esquerda. Nesta pesquisa, foram apresentadas informações nunca reveladas antes, que questionam frontalmente essa versão, pois “Zorro”, como era conhecido, participou ativamente da elaboração das diretrizes internas do MRT e de diversas ações revolucionárias com sucesso, sabendo de diversos “aparelhos” importantes para a esquerda guerrilheira no período, chegando até mesmo a se tornar parte do comando da organização, após a morte de Devanir de Carvalho, e a quem a repressão não poupou esforços para capturar. Assim, não ficam claros quais foram os prejuízos e quem teria sido capturado ou morto a partir de informações supostamente delatadas por Gilberto.

De fato, a Ditadura de Segurança Nacional infiltrou agentes da repressão nas organizações revolucionárias do período, causando diversas mortes e prejuízos à resistência armada em curso naquele momento. A militância sabia disso e foi acometida pela atmosfera de desestabilização emocional gerada pela *cultura do medo*, criada como estratégia de dominação social pela Ditadura, passando para a completa clandestinidade e para o isolamento social cada vez maior, duvidando de toda a contradição existente entre a militância daquele período.

Foi nesse quadro que a ALN “justiçou” um companheiro de organização, quando esse decidiu se afastar da mesma, mas não sair do País. Gilberto Faria Lima foi para o Chile e, depois do Golpe liderado por Augusto Pinochet, em 1973, iria para a Argentina, onde não se tem mais notícias concretas dele. Em entrevista a revista *Isto É*, em 2004, o ex-sargento Marival Chaves dizia ter participado da emboscada armada pela infiltração do agente da repressão, sargento Alberi, ao grupo liderado pelo ex-líder da VPR, Onofre Pinto, na Estrada do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu, perto de Medianeira, no Paraná, em 13 de julho de 1974, que vitimou, além do próprio Onofre, os irmãos de Devanir, Joel e Daniel Carvalho, José Lavechia, Vitor Carlos Ramos, o argentino Enrique Ernesto Ruggia e, segundo ele, Gilberto Faria Lima.<sup>640</sup>

O livro de Aluizio Palmar, *Onde foi que vocês enterraram nossos mortos*, ao tratar da armadilha criada pela repressão pra trazer militantes de volta para o País para executá-los, do

---

<sup>640</sup> RIBEIRO JUNIOR, Amaury. Os matadores. *Isto É*. 24 mar 2004. Disponível em:< [http://www.terra.com.br/istoe-temp/1798/brasil/1798\\_especial\\_os\\_matadores.htm](http://www.terra.com.br/istoe-temp/1798/brasil/1798_especial_os_matadores.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2012.

qual ele foi quase uma das vítimas, não toca, porém, no nome de Gilberto Faria Lima, excluindo-o do grupo vitimado naquela ocasião.

A nebulosa atuação de Gilberto Faria Lima no exílio ganha traços ainda mais contraditórios através da documentação recentemente descoberta. No prontuário em seu nome, disponível no sítio do APESP, há um relatório confidencial produzido pela comunidade de inteligência cujo tema era o militante. Consta ali que Gilberto Faria Lima, refugiado no Chile, esteve no Brasil, em abril de 1972, fazendo o percurso Montevidéu, Rivera e Santana do Livramento, apontando que o “marginado” teria dito que ingressou no Brasil de maneira tranquila, apresentando o documento de identidade do estado do Rio Grande do Sul. No documento, também é relatado que Gilberto teria feito os primeiros contatos em Buenos Aires entre os exilados no Chile e os Montoneros, além de constar que o mesmo estaria muito diferente, pois teria engordado bastante. Faria Lima estaria integrado no grupo liderado pelo Major Joaquim Pires Cerveira e pretendia realizar uma aliança com a ALN.<sup>641</sup>

Em outro documento, revelado em reportagem do jornalista Vasconcelos Quadros, haveria uma ligação de Gilberto Faria Lima com um espião uruguai. O agente uruguai, infiltrado nas esquerdas, seria Alberto Octavio Conrado Avegno, o qual teria obtido informações com Gilberto Faria Lima sobre contatos no Brasil. Diz a matéria:

Numa operação que chamou de “Missão no Brasil”, relatada em 21 páginas, Conrado diz que o brasileiro foi o elo com os grupos de esquerda. “Fizemos o primeiro contato em São Paulo através do endereço fornecido por Gilberto Faria Lima”, conta Conrado, que usa o codinome de Johnson, embora na maioria dos informes listados num dossiê de 812 páginas se apresente como Altair.<sup>642</sup>

Não foi encontrada nenhuma relação entre Gilberto Faria Lima e os Montoneros que envolvesse exilados brasileiros no Chile, sobre contatos feitos na capital argentina e nenhuma ligação direta a Joaquim Pires Cerveira, o qual, recentemente, se soube que havia sido assassinado e incinerado, no final de 1973, em uma usina de açúcar em Campo dos Goytacazes, de propriedade do vice-governador do Rio de Janeiro na época, Heli Ribeiro

<sup>641</sup> DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Prontuário de Gilberto Faria Lima.** APESP. Disponível em:<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR\\_SP\\_APESP\\_DEOPS\\_SAN\\_P003149\\_01.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P003149_01.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2013.

<sup>642</sup> QUADROS, Vasconcelos. Espião uruguai pode desvendar mistério de agente duplo da ditadura. **Último segundo.** 18 mar 2013. Disponível em:<<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-03-18/espiao-uruguai-pode-desvendar-misterio-de-agente-duplo-da-ditadura.html>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Gomes.<sup>643</sup> Também não se pode afirmar, sem margens de erro, que o agente uruguai obteve as informações de Faria Lima no papel de cooperador da infiltração no grupo de exilados e não como vítima de uma comprovada infiltração. A documentação encontrada recentemente dá base para que se conjecture que, talvez, no exílio, Gilberto Faria Lima tenha cooperado com a repressão. Entretanto, o mesmo segue desaparecido até os dias de hoje.

Gilberto Faria Lima e tantos outros militantes são frutos do contraditório processo de resistência armada à Ditadura de Segurança Nacional, cujos casos permanecem sem esclarecimento, justamente pela falta de informações e acesso à documentação, as quais permanecem ocultas pelos responsáveis pela construção do Terrorismo de Estado, e isso inclui as classes dominantes que participaram ativamente daquele processo.

Em contrapartida, algumas evidências saíram, finalmente, das sombras. A classe trabalhadora foi ouvida nesta pesquisa. E dos ecos de suas lutas muito ainda deve ser revisto e aprofundado, olhando com cuidado e atenção os diferentes casos de resistência ao Golpe, nas diversas regiões e cidades do País, enfrentando sua desorganização, resistindo à opressão da Ditadura de Segurança Nacional, tentando se reorganizar e procurando alternativas quando estas pareciam estar cada vez mais escassas, pegando em armas, como visto no exemplo do MRT, enfrentando de maneira legítima, mesmo que de maneira violenta e contraditória, intrínseco à dinâmica histórica, a tirania.

Como sustenta Paulo Vannuchi, “todas as ações de protesto e resistência estavam solidamente amparadas no Direito milenar, bíblico, tomista, hobbsiano, lockeano, rousseaniano, liberal e democrático de rebelião contra a tirania e a opressão”<sup>644</sup>.

A classe trabalhadora não se ausentou daquele que foi um dos momentos mais importantes de luta de classes no Brasil, a favor dos seus ensejos, resistindo à dominação. O MRT de Devanir José de Carvalho, Joaquim Alencar Seixas, Dimas Antônio Casemiro e tantos outros, sem garantias apriorísticas de êxito, se lançou com toda a avidez e determinação no compromisso de desestabilizar a Ditadura de Segurança Nacional, através da guerrilha revolucionária. Com isso, doaram suas vidas em favor da libertação da classe trabalhadora brasileira.

---

<sup>643</sup> Fato revelado a partir dos depoimentos do ex-agente da repressão Claudio Guerra. In. GUERRA, Claudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério, op. cit., p. 54.

<sup>644</sup> VANNUCHI, Paulo. Prefácio. In. GONÇALVEZ, Vanessa, op. cit., p. 08.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRINO, Carlos Amauri, SILVA, Ricardo Marques da. **Sombras sobre Santos: O longo caminho de volta.** Santos: Secretaria Municipal de Cultura, 1988.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- BAUER, Caroline. **Brasil e Argentina:** ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **A construção social da ambivalência.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.
- BATISTONI, Maria Rosângela. **Entre a fábrica e o sindicato:** os dilemas da oposição sindical metalúrgica de São Paulo (1967-1987). Tese (Doutorado em Serviço Social). São Paulo: PUC-SP, 2001. 498 f. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.
- BOBBIO, Norberto *et alli*. **Dicionário de política.** 11. ed., Tradução de Carmem Varriale, *et alli*. Brasília: UnB, 1998.
- BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro.** 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- CALIL, Gilberto. Os integralistas e o golpe de 1964. **Revista História e Luta de Classes.** n 1, 2005.
- CASTRO, Celso. **200 anos de Justiça Militar.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1522.pdf>>.
- CAVALARI, Rosa Maria Feitosa. **Integralismo:** ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937). Bauru: Edusc, 1999.
- CODATO, Henrique. Cinema e representações sociais: alguns diálogos possíveis. **Verso e Reverso** (Unisinos. Online), v. 24, 2010.
- COMISSÃO de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil 1964-1985.** 2 ed. São Paulo: Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos/Instituto de Estudos Sobre a Violência de Estado/Imprensa Oficial, 2009.
- CORRÊA, Larissa Rosa. A “greve dos 700 mil”: negociações e conflitos na justiça do trabalho – São Paulo, 1963. **Revista História Social**, n. 14/15. Campinas, 2008.
- COSTA, Rodrigo José da. Repressão e resistência dos movimentos sociais em Alagoas. **Revista Crítica Histórica**. Maceió, n. 4, dez. 2011, p. 234-247.

CUNHA, Luiz Cláudio. As garras do Brasil na Operação Condor. **Sul 21**. Porto Alegre, 2012. Disponível em: < <http://sul21.com.br/jornal/2012/07/as-garras-do-brasil-na-operacao-condor/>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

DE DECCA, Edgard Salvadori. **1930: o silêncio dos vencidos**: memória história e revolução. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DREIFUSS, René. 1964: **a conquista do Estado**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DURGANTE, Antônio. **Fim do pragmatismo**: as relações entre Estado e os ferroviários em Santa Maria/RS durante o primeiro período da Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1968). Santa Maria: UFSM, 2012. 131p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

DUTRA, Olívio. O renascimento da luta sindical: a greve dos bancários de Porto Alegre. In. PADRÓS, Enrique Serra *et alli*. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: história e memória – v. 4 - Porto Alegre: CORAG, 2009

FERREIRA, Jorge (org.) **O populismo e sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ERICKSON, Kenneth Paul. **Sindicalismo no processo político no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FERREIRA, André Lopes. As Ligas Camponesas. **Revista Brasileira do Caribe**, n. 19, Brasília, 2009.

FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel A. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964 – 1984)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FREIRE, Alípio. Pela porta dos fundos. In. REIS FILHO, Daniel A. et alli. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.

GAGNEBIN, J. Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: ed. 34, 2006.

GASPARI, Elio. **A Ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GASPAROTTO, Alessandra. **O Terror renegado**: A retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional - Prêmio De Pesquisa Memórias Reveladas, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988.

GONÇALVES, Vanessa. **Eduardo Leite Bacuri**. São Paulo: Plena Editorial, 2011.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. **Combate nas trevas**. 5 ed. São Paulo: Ática, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUERRA, Claudio; NETTO, Marcelo; MEDEIROS, Rogério. **Memórias de uma guerra suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012, p.51-52.

HEMINGWAY, Ernest. **Por quem os sinos dobraram**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

IANNI, Octavio. **A crise do populismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

IBRAHIM, José. Os operários. In. CASO, Antonio (org.). **A esquerda armada no Brasil (1967-1971)**. Lisboa: Moraes Editores, 1976.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONRAD, Dioge Alceno. **1935: A Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: PUC, 1994. 390 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

LAQUE, João Roberto. **Pedro e os lobos**. Os anos de chumbo na trajetória de um guerrilheiro urbano. São Paulo: Ava Editorial, 2010.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio: uma leitura das teses “Sobre o conceito da História. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARIGHELLA, Carlos. **O mini-manual do guerrilheiro urbano**. 1969. Disponível em:<<http://www.marxists.org/portugues/marighella/1969/manual/index.htm>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

MARTINS, Franklin. As duas mortes de Jonas. In. REIS FILHO, Daniel A. et alli. **Versões e ficções**: o sequestro da história. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1997.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento estudantil e Ditadura Militar: 1964-1968**. Campinas, SP: Papirus, 1987.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Novos e velhos sindicalismos.** Rio de Janeiro (1955-1988). Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

\_\_\_\_\_. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). **Revista Brasileira de História.** vol. 24, n. 47, São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO, Demian Bezerra de. **Crise orgânica e a ação política da classe trabalhadora brasileira:** a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962). Rio de Janeiro: UFF, 2013. 335 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2013.

MENDONÇA, Daniel de. O discurso da esquerda em março de 1964: as reformas e medo do golpe. **Tomo (UFS).** São Cristovão, v. 2, n. 12, jan./jun. 2008.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social.** São Paulo: Boitempo, 2008.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. **Dos filhos deste solo:** mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo: Perseu Abramo, 2008.

MITRA ARQUIDIOCESANA DE SÃO PAULO. **Perfil dos atingidos.** Brasil: Nunca Mais. Tomo III. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

MOMESSO, Luiz. Lutas e organização sindical em 68, apesar da Ditadura. Pernambuco. **Revista Clio – Revista de Pesquisa Histórica,** v. 1, n. 26, 2008.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano.** O tempo da experiência democrática (1945-1964). Vol. 3. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicato e política. In. FERREIRA, Jorge (org.) **O Brasil Republicano.** O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NORONHA, Eduardo G. Ciclo de greves, transição política e estabilização: Brasil, 1978-2007. **Lua Nova** (Impresso), v. 76, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In. PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda Simões (orgs.). **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985):** história e memória. Vol. 3 – 2. ed., rev. e ampl. – Porto Alegre: CORAG, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda S. Faz escuro, mas eu canto: os mecanismos repressivos e as lutas de resistência durante os "anos de chumbo" no Rio Grande do Sul. In. PADRÓS, Enrique Serra *et alli*. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: história e memória – v. 2 - Porto Alegre: CORAG, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra *et alli*. **Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985)**: história e memória – v. 4 - Porto Alegre: CORAG, 2009.

PALMAR, Aluizio. **Onde foi que vocês enterram nossos mortos**. 2 ed. Curitiba: Travessa dos Editores, 2005.

PAZ, Carlos Eugênio. **Nas trilhas da ALN**. Memórias romanceadas. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.

\_\_\_\_\_. **Viagem à luta armada**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. **A classe operária no Brasil (1889 – 1930) - Documentos – Vol 1. O Movimento Operário**. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

\_\_\_\_\_. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e a social-democracia**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RAMOS, Rui. A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880). **Análise Social**, v. 27. Lisboa, 1992.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. Estado e trabalhadores: o populismo em questão. **Locus**, v. 13, n. 2, 2007, p. 87-108.

\_\_\_\_\_. Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária – POLOP. In. FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **Revolução e democracia (1964...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_; SÁ, Jair F. de. **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura. In. RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O Golpe e a Ditadura militar - 40 anos depois**

RODRIGUES, Leônio M. **Conflito industrial e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1966.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

ROSS, Cynthia. **Before the blaze, the spark**: the nature of armed resistance and its motivations in World War II. Washington: Washington State University, 2006. 159 f. Thesis (Master of Arts in History) - Department of History, Washington State University, 2006.

SALES, Jean Rodrigues. **A luta armada contra a ditadura militar**. A esquerda brasileira e a influência da revolução cubana. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

\_\_\_\_\_. **O impacto da Revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)**. Campinas: Unicamp, 2005. 251f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

\_\_\_\_\_. Guerrilheiros de primeira viagem. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, n. 90. Rio de Janeiro, mar. 2013.

SANTANA, Marco Aurélio. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do Golpe à transição democrática. Santa Catarina. **Política e Sociedade**, v. 7, n. 13, 2008.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SDH/PR, 2010.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In. BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: UNICAMP, 2001

\_\_\_\_\_. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In. GUTIÉRREZ, Horacio, NAXARA, et alli. (orgs). **Fronteiras: paisagens, personagens, identidades**. Franca, SP: UNESP; São Paulo: Olho D'água, 2003.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In. BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

SILVA, Fernando Teixeira da. **Os doqueiros do Porto de Santos**: direitos e cultura de solidariedade (1937-1968). Campinas: Unicamp, 1992. 413 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História Social do Trabalho, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

SILVA, Tadeu Antonio Dix. **Ala Vermelha**: revolução, autocrítica e repressão judiciária no Estado de São Paulo (1967-1974). São Paulo: USP, 2006. 294f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SINGER, Paul. **A crise do milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SIRKIS, Alfredo. **Os carbonários**. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2008.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SUGAWARA, Alan. “**Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil**”: o Movimento Revolucionário Tiradentes na luta armada contra a ditadura militar (1969-1971). 2010. 59f. Monografia – Universidade do Grande ABC, Santo André, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade, v. 1. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

VALE, Eltern Campina. **Tecendo fios, fazendo história**: a atuação operária na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 1959-1964). Fortaleza: UFC, 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

\_\_\_\_\_. E os trabalhadores pararam as máquinas: a greve geral em defesa de João Goulart na cidade-fábrica Rio Tinto (Paraíba, 01 de abril de 1964). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. São Leopoldo, n. 1, jul. 2009, p. 1-13.

VENTURA, Zuenir. **1968, o ano que não terminou**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, Liszt Benjamin. Sequestro do cônsul-geral do Japão. In. CASO, Antonio (org.). **A esquerda armada no Brasil (1967-1971)**. Lisboa: Moraes Editores, 1976

\_\_\_\_\_. **A busca** – memórias da resistência. São Paulo: Hucitec, 2008

WEFFORT, Francisco C. Participação e conflito industrial: Osasco e Contagem, 1968. **Cadernos CEBRAP**, n. 5, São Paulo, 1972.

\_\_\_\_\_. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WEINER, Carlos. Trabalho de ideólogo. **Teoria e Debate**, n. 12. Jan. 1991. Disponível em:<<http://www.teoriaedebate.org.br/estantes/livros/revolucao-faltou-ao-encontro-os-comunistas-no-brasil?page=full>>. Acesso em: 06 out. 2013.

WERNECKER, Luana Aguiar. Modificação na infraestrutura de Santos durante a rarefação dos bondes no período ditatorial. **Revista Ceciliana**, Santos, mai. 2012.

## FONTES

**II EXÉRCITO. Plínio Petersen Pereira.** Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), doc. nº 30 Z 160 9012.

**II EXÉRCITO. Waldemar Andrew.** APESP, doc. nº 50 Z 9 30513.

**II JORNADA DE ESTUDOS SOBRE DITADURAS E DIREITOS HUMANOS.** APERS. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=noticiadet&cod=284>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

**XXI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA - Trabalho, Cultura e Memória.** ANPUH/SP. Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

**XI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA.** História, Memória e Patrimônio. ANPUH/RS. Rio Grande, 2012. Disponível em: <<http://www.eeh2012.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

**A RAZÃO. Rede ferroviária parou totalmente a zero horas.** 01 abr 1964. Disponível no AHMSM.

\_\_\_\_\_. **Ferrovia retornou ao trabalho ontem.** 03 abr 1964. Disponível do AHMSM.

**A TRIBUNA. Afinal, os santistas irão votar.** 3 mar 1983. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0285z4.htm>.

\_\_\_\_\_. **O homem que controlou o Porto.** 31 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.portodesantos.com.br/clipping.php?idClipping=21237>>.

**ABREU, Allan de. Comissão investiga mortes na ditadura.** 10 mar 2013. Disponível em:<<http://www.diarioweb.com.br/novoportal/noticias/politica/128366,,Comissao+da+Verda+de+investiga+mortes+na+ditadura.aspx>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

**AERONÁUTICA. Informe nº 245/ QG-4.** APESP, doc. nº 50 D 26 2768.

**ALA VERMELHA.** Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da “união dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”. In. REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair F. de. **Imagens da revolução:** documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os 16 pontos.** In. REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair F. de. **Imagens da Revolução:** documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

**AMNESTY INTERNATIONAL. Unexplained deaths of brazilian political prisoners and suspects.** APESP, doc. nº 21 Z 14 1294.

BIERRENBACH, Júlio de Sá. 200 Anos de Justiça Militar. Rio de Janeiro: 2010. CPDOC/FGV e Superior Tribunal Militar. Entrevista concedida a Celso Castro.

BRASIL: NUNCA MAIS. **Denúncia do Ministério Público.** BNM 102.

\_\_\_\_\_. **Denúncia do Ministério Público.** BNM 294.

BRITO, Patrícia. Comissão investiga indícios de relações entre Fiesp e consulado dos EUA na ditadura. **Folha de São Paulo**, 18 fev 2013. Disponível em :<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1232282-comissao-paulista-investiga-visitas-ao-dops.shtml>>.

CARVALHO, Derly José de. **Depoimento de Derly José de Carvalho - parte 1.** Diadema: 2012. Centro de Memória Sindical. Disponível em:<[http://www.memoriasindical.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=398#.UbYdVedwrSj](http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=398#.UbYdVedwrSj)>.

CARVALHO, Derly José de. **Depoimento de Derly José de Carvalho - parte 2.** Diadema: 2012. Centro de Memória Sindical. Disponível em:<[http://www.memoriasindical.com.br/lermais\\_materias.php?cd\\_materias=398#.UbYdVedwrSj](http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=398#.UbYdVedwrSj)>.

CARVALHO, Pedrina de. **ABCD em Revista: Família Carvalho.** Diadema: 2013. TVT. Disponível em:<<http://www.tvt.org.br/watch.php?id=14445&category=198>>.

CARVALHO, P. de. **Pedrina de Carvalho:** entrevista [janeiro de 2007] Entrevistador: Y. R. de Carvalho Praia Grande, 2007.

**Cidadão Boilesen.** Direção de Chaim Litewski. Brasil, 2009. (92min.).

CIDADE DE SANTOS. **Este é Tarquínio, o novo prefeito.** 18 nov 1968. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0285y04.htm>>.

COMISSÃO DA VERDADE do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. **Caso de Devanir José de Carvalho.** Disponível em:<[http://www.comissaodaverdade.org.br/caso\\_integra.php?id=15](http://www.comissaodaverdade.org.br/caso_integra.php?id=15)>. Acesso em: 17 dez. 2013.

DEPARTAMENTO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL [DOPS]. **Informe.** APESP, doc. nº 30 Z 160 8883.

\_\_\_\_\_. **Interrogatório Aderval Alves Coqueiro.** APESP, doc. nº 30 Z 160 3363.

\_\_\_\_\_. **Interrogatório Ana Bursztyn.** APESP, doc. nº 50 Z 9 17872.

\_\_\_\_\_. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 30 Z 160 12536.

\_\_\_\_\_. **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 19690.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 20511.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 21425.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32051.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32082.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32112.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32115.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32116.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32117.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32118.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32119.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32120.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32121.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32129

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32131.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32133.

\_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50  
Z 9 32134.

- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32136.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio André Camargo Guerra.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32138.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Antônio Carlos Lopes Granado.** APESP, doc. nº 50 Z 9 16332.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Chaouki Abbara.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32920.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Chaouki Abbara.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32921.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Chaouki Abbara.** APESP, doc. nº 50 Z 9 22922.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Chaouki Abbara.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32924.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Chaouki Abbara.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32926.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Delci Fensterseifen.** APESP, doc. nº 50 Z 9 15905.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Domingos Quintino dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32717.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório de Domingos Quintino dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32745.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Edgard de Almeida Martins.** APESP, doc. nº 50 Z 9 16365.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Eduardo Leite.** APESP, doc. nº 50 Z 9 18072.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Fanny Seixas.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32628.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Florival Cáceres.** APESP, doc. nº 50 Z 9 31725.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Gregório Mendonça.** APESP, doc. nº 50 Z 9 15766.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Gregório Mendonça.** APESP, doc. nº 50 Z 9 35512.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Ieda Seixas.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32969.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Ivan Seixas.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32672.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Ivan Seixas.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32679.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Jaime de Almeida.** APESP, doc. nº 50 Z 9 33911.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Job Alves dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32761.

- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Job Alves dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32770.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Job Alves dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32771.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Job Alves dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32777.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Job Alves dos Santos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32778.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Jorge Kurban Abraão.** APESP, doc. nº 50 Z 9 16937.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 21393.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 21395.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32856.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32867.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32870.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32873.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32874
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32876.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório José Rodrigues Ângelo Junior.** APESP, doc. nº 50 Z 9 32879.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório José Xisto de Oliveira.** APESP, doc. nº 50 Z 9 21403.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Laerte Dornelles Mélida.** APESP, doc. nº 18 Z 9 35547.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Laerte Dornelles Meliga.** APESP, doc. nº 50 Z 9 35556.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Milton Tavares Campos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 33892.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Milton Tavares Campos.** APESP, doc. nº 50 Z 9 33899.

- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Régis Stephan Castro de Andrade.** APESP, doc. nº 30 Z 160 8344.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Waldemar Andrew.** APESP, doc. nº 30 Z 162 87.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Waldemar Andrew.** APESP, doc. nº 50 Z 9 16373.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Waldemar Andrew.** APESP, doc. nº 50 Z 9 18011.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Waldemar Andrew.** APESP, doc. nº 50 Z 9 18012.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Waldemar Andrew.** APESP, doc. nº 50 Z 9 30497.
- \_\_\_\_\_ . **Interrogatório Zilá Prestes Pra Baldi.** APESP, doc. nº 50 Z 9 35950.
- \_\_\_\_\_ . **MRT – Movimento Revolucionário Tiradentes.** APESP, doc. nº 30 Z 160 16676.
- \_\_\_\_\_ . **Organizações subversivo-terroristas.** APESP, doc. nº 50 Z 9 16081.
- \_\_\_\_\_ . **Prontuário de Antônio André Camargo Guerra.** APESP. Disponível em:<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR\\_SP\\_APESP\\_DEOPS\\_SA\\_N\\_P003475\\_01.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SA_N_P003475_01.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2013.
- \_\_\_\_\_ . **Prontuário de Gilberto Faria Lima.** APESP. Disponível em:<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR\\_SP\\_APESP\\_DEOPS\\_SA\\_N\\_P003149\\_01.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SA_N_P003149_01.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2013.
- \_\_\_\_\_ . **Prontuário de Plínio Petersen Pereira.** APESP. Disponível em:<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR\\_SP\\_APESP\\_DEOPS\\_SA\\_N\\_P003474\\_01.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/upload/Deops/Prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SA_N_P003474_01.pdf)>. Acesso em: 01 abr. 2013.
- \_\_\_\_\_ . **Relatório.** APESP, doc. nº 30 Z 160 2765.
- \_\_\_\_\_ . **Relatório.** APESP, doc. nº 30 Z 160 9100.
- \_\_\_\_\_ . **Relatório circunstanciado.** APESP, doc. nº 30 Z 160 795.
- \_\_\_\_\_ . **Relatório sobre a morte de Devanir José de Carvalho.** APESP, doc. nº 50 Z 160 8964.
- \_\_\_\_\_ . **Relatório sobre morte de Henning Boilesen.** APESP, doc. nº 50 Z 129 8793.
- \_\_\_\_\_ . **Reservado.** APESP, doc. nº 30 Z 160 1433.
- \_\_\_\_\_ . **Reservado.** APESP, doc. nº 50 Z 9 18083.

\_\_\_\_\_ . **Reservado.** APESP, doc. nº 50 Z 9 18085.

\_\_\_\_\_ . **Sem título.** APESP, doc. nº 20 C 43 3848.

FRENTE. **7 anos.** APESP, doc. nº 50 Z 30 558.

\_\_\_\_\_ . **O Terror de uma Ditadura.** APESP, doc. nº 30 Z 160 8902.

\_\_\_\_\_ . **Passe adiante – Ao votar lembre-se da sua miséria.** APESP, doc. nº 30 Z 160 14628.

\_\_\_\_\_ . **Por uma independência de verdade.** APESP, doc. nº 50 Z 9 18746.

\_\_\_\_\_ . **Projeto de declaração.** APESP, microfilme.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Roubo de jóias leva Polícia a desbaratar um grupo subversivo.** 13 abr 1971. Disponível em:< <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/04/13/2/>>. Acesso em 06 abr 2013.

**Hércules 56.** Direção de Sílvio Da-Rin. Brasil, 2006. (94 min.).

INSTITUTO MÉDICO LEGAL. Requisição de Exame. APESP, doc. nº 30 Z 161 116.

JORNAL DO BRASIL. **Deflagrada a greve geral no País.** 1 abr. 1964. Disponível em: <<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19640401&printsec=frontpage&hl=pt-BR>>.

LAMARCA, Carlos. **Carta.** APESP, doc. nº 30 Z 160 8525.

LIVRO DE ENTRADA DOPS/SP. **5/4/1971.** Disponível em:< <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/livro-de-controle-de-entrada-e-saida-de-autoridades-da-sede-do-deops-de-sao-paulo/>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

LOPES, G. S. **Guiomar Silva Lopes:** entrevista [dezembro de 2013] Entrevistador: Y. R. de Carvalho São Paulo, 2013.

MOTTA, Severino. **100 anos de Marighella:** Ouça entrevista histórica do guerrilheiro. Brasília. 05 dez 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/100-ano-de-marighella-ouca-entrevista-historica-do-guerrilheiro/n1597396319790.html>>. Acesso em: 01 out 2013.

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO TIRADENTES. **Ao povo brasileiro.** APESP, doc. nº 30 Z 160 9265.

\_\_\_\_\_ . **Carta de princípios do MRT.** APESP, doc. nº 30 Z 160 9819.

\_\_\_\_\_ . **Reflexões sobre o desenvolvimento da luta armada no Brasil.** APESP, microfilme.

\_\_\_\_\_. **Segurança.** Documentos Revelados. Disponível em:< <http://www.documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/mrt/documento-apresenta-infra-estrutura-de-organizacao-do-movimento-revolucionario-tiradentes/>>.

\_\_\_\_\_. **Sem título.** Documentos Revelados. Disponível em:< <http://www.documentosrevelados.com.br/imprensa-clandestina/mrt/documento-apresenta-infra-estrutura-de-organizacao-do-movimento-revolucionario-tiradentes/>>.

\_\_\_\_\_. **Terroristas?** APESP, microfilme.

\_\_\_\_\_. **Voz Guerrilheira nº 1 - Editorial.** APESP, doc. nº 30 Z 160 14661.

\_\_\_\_\_. **Voz Guerrilheira nº 1 – Reforma Agrária.** APESP, doc. nº 30 Z 160 14661.

\_\_\_\_\_. **Voz Guerrilheira nº 2 – Capa.** APESP, doc. nº 30 Z 160 14660.

\_\_\_\_\_. **Voz Guerrilheira nº 2 – O que significa para nós a perda de um revolucionário?** APESP, doc. nº 30 Z 160 14660.

\_\_\_\_\_. **ACÃO LIBERTADORA NACIONAL. Ao povo brasileiro.** APESP, doc. nº 30 Z 160 8991.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **A Polícia caça suspeito.** 27 mai. 1969. Disponível em:< <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690527-28873-nac-0017-999-17-not>>.

**O que é isso companheiro?** Direção de Bruno Barreto. Brasil: RioFilme/Miramax, 1997. (110min.).

PALMAR, Ana. **A repressão aos mineiros de criciúma após o golpe civil-militar de 1964.** 23 abr 2013. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/a-repressao-aos-mineiros-de-criciuma-apos-o-golpe-civil-militar-de-1964/>. Acesso em: 14 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Dossiê de todos empregados da Companhia de Cimento Portland Rio Branco ao DOPS/PR.** 28 fev 2013. Disponível em: <http://www.documentosrevelados.com.br/repressao/ditadura-reoressao/dosie-de-todos-empregados-da-companhia-de-cimento-portland-rio-branco-ao-dopspr/>. Acesso em: 28 jul. 2013.

QUADROS, Vasconcelos. Espião uruguai pode desvendar mistério de agente duplo da ditadura. **Último Segundo.** 18 mar 2013. Disponível em:<<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2013-03-18/espiao-uruguai-pode-desvendar-misterio-de-agente-duplo-da-ditadura.html>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

RIBEIRO JUNIOR, Amaury. Os matadores. **Isto É**. 24 mar 2004. Disponível em:<[http://www.terra.com.br/istoe-temp/1798/brasil/1798\\_especial\\_os\\_matadores.htm](http://www.terra.com.br/istoe-temp/1798/brasil/1798_especial_os_matadores.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2012.

ROCHA, Leonel. Os infiltrados da ditadura. **Revista Época**. 25 nov 2011. Disponível em:<<http://revistaepoca.globo.com/tempo/noticia/2011/11/os-infiltrados-da-ditadura.html>>. Acesso em: 18 dez. 2013.

SEIXAS, I. A. **Ivan Akseruld Seixas**: entrevista [setembro de 2012] Entrevistador: Y. R. de Carvalho São Paulo, 2012.

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. **Confidencial**. APESP, doc. nº 20 C 43 3847.

SIRKIS, Alfredo. Entrevista disponibilizada em 24 de outubro de 2005, a Internet. 2005. Disponível em: <<http://sirkis2.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=3773928&canal=258&total=7&indice=0>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

**ÚLTIMA HORA. Porto, central e Leopoldina, paralisados depois de invasão de sindicatos pela polícia.** 1 abr. 1964. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uhdigital/pdf.php?dia=1&mes=4&ano=1964&edicao=1&secao=1>>.

**VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA. Ao comando do MRT.** APESP, doc. nº 30 Z 160 9938.

**Zuzu Angel.** Direção de Sérgio Rezende. Brasil: Warner Bros, 2006. (110min.).